



revista
Alterjor

Jornalismo Popular e Alternativo

Ano 16, Volume 33, Número 01 - Janeiro a Junho de 2026



RESENHA

DESCREVENDO A FASE SUPERIOR DE UMA CULTURA TOTALITÁRIA ENTRE O MATERIALISMO E A SUBJETIVIDADE HUMANA

Daniel Azevedo Muñoz¹

RESUMO: Esta resenha da obra *Cultura totalitária: a sociabilidade humana em questão*, de Dennis de Oliveira, descreve como o autor chega no mais alto ponto da seu trabalho intelectual entre suas expressões da academia e da militância, questionando sobre como um livro de questionamentos – baseado no materialismo histórico marxista imposto aqui por casos de uma realidade material pouco palatável e explicável para o humano contemporâneo – pode abrir caminho para uma nova forma de pensar (através das margens do sistema) uma saída para o realismo capitalista e sua expressão cultural de fase superior, definida pelo autor como cultura totalitária.

PALAVRAS-CHAVE: *Cultura totalitária. Dennis de Oliveira. Realismo capitalista. Materialismo histórico e dialético. Subjetividade do pensamento humano.*

ABSTRACT: This book review of *Totalitarian Culture: Human Sociability in Question*, by Dennis de Oliveira, describes how the author reaches the highest point of his intellectual work between his expressions of academia and activism, questioning how a book of questions—based on the Marxist historical materialism impounded by cases of a material reality that is unpalatable and inexplicable to contemporary humans – can pave the way for a new way of thinking (through the margins of the system), a solution to capitalist realism and its higher cultural expression, defined by the author as totalitarian culture.

KEYWORDS: *Totalitarian culture; Dennis de Oliveira. Capitalist realism. Historical and dialectical materialism. Subjectivity of human thought.*

¹ Doutor em História Contemporânea pela Universidade Autônoma de Madri (Espanha). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade de São Paulo e mestre em História Contemporânea pela Universidade Autônoma de Madri. Email: danielmunoz321@gmail.com.

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 16 – Volume 01 – Edição 33 – Janeiro – Junho de 2026

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

Dennis de Oliveira, em sua mais recente obra *Cultura totalitária: a sociabilidade humana em questão*, atinge um possível auge de uma apta descrição da sociabilidade humana na qual vem trabalhando ao longo de sua já longa carreira como intelectual e militante. Andando pelas margens de conceitos marxianos – ou marxistas, ainda que os ditos heterodoxos possivelmente demonstrariam uma infantil relutância em considerar a realidade que o livro de Oliveira traz –, o autor volta a demonstrar uma busca por pensar a sociabilidade humana em uma universalidade que destoa tanto de uma ideia de homogeneização, quanto da natureza desta expressão dentro do viés do neoliberalismo vigente na academia contemporânea, viciada na atomização de perfis e pesquisas.

Em uma tradição que deixa latente suas origens como um comunicador e intelectual do Sul Global, suas obras se constroem através de uma carreira de ação e existência material política, descrevendo os cenários da dissolução do pensamento dogmático enquanto esta ocorre. O mesmo que se pôde encontrar de universalidade em diversidade em suas obras sobre o jornalismo – que acabam por mais dizer sobre a forma como a comunicação humana responde ao isolamento dos tempos contemporâneos – ou sobre o racismo estrutural – que acabam por delimitar os limites de uma sociologia emancipatória criada sobre bases de uma sociedade demasiado homogênea –, este último livro fala diretamente sobre cultura, ainda que não se furta a ter provocadoras reflexões sobre política e comunicação.

Quase como a expressão de um iracundo ao qual Darcy Ribeiro dedicava sua obra sobre a sociologia do povo americano, Oliveira exerce sua carreira acadêmica em semelhante forma de vida intelectual e política, hoje se dirigindo a uma nova classe de iracundos, aos quais a sociologia de Ribeiro certamente não poderia antecipar a manifestação. Sem receios de inconsistência e sem almejar um universalismo idealista europeu, Oliveira – assim como Ribeiro – trabalha sobre as égides destes pensadores como para debater com eles, não como um intelectual de uma estirpe menor, mas justamente pela altura de alguém que pensa a sua realidade e a sua geografia de maneira autônoma. Oliveira em suas obras aponta como o pensamento europeu se fartou de incongruências que partiam de seus excludentes contratos sociais, não apenas para pensar em formas de superá-los, como também para evitar que o universalismo tosco siga

outorgando a povos do Sul Global uma pureza de pensamento e ação que jamais foi regra sobre o pensamento europeu daqueles que “venceram” as guerras de dominação do passado.

Sem esquecer-se de sua origem como jornalista, Oliveira começa esta obra com a provocação marxista de forçar sobre as bases do nosso pensamento a realidade material – que, até os mais ortodoxos haverão de concordar, é a única base possível para a razão. Essa recordação de um cronista do tempo histórico refresca-se sobre uma historiografia da Escola de Frankfurt, pela metodologia do quase esquecido Walter Benjamin, tensionando as soluções de seus mais eternizados e sobreviventes colegas. A partir da descrição de duas tão horríveis quanto banais cenas, Oliveira convida o leitor a um debate com as bases do pensamento da razão humana dos séculos XIX e XX, sem intenção de guiar nem um desacordo nem uma explicação, apenas buscando uma senda de caminho para as quais aquela realidade inicialmente descrita pode retomar algum sentido de humanidade. O livro é gentil com os interlocutores do passado, mas sobretudo, do presente.

As reflexões dos seguintes capítulos sobre a distorção dos conceitos de verdade e responsabilidade, que deriva desta fase superior da atomização humana que vivemos, se dão sobre bases semelhantes às introdutórias, certamente abrindo portas para provocar intelectuais tanto excessivamente liberais como propagandisticamente marxistas, relutantes a andar pelas vias pelas quais estes pensamentos podem – e necessitam – ser atualizados para a nossa fase do modelo de exploração do capital que se urde cada vez a passos mais largos. O livro convida o leitor a livremente observar como os tentáculos da descrita cultura totalitária se manifestam inclusive sobre o pensamento intelectual que deveria se fazer resistência, pois colonizou as bases da expressão e existência humana na atual sociedade do espetáculo e das competições. Oliveira questiona, sem oferecer uma resposta de todo definitiva, se a solidariedade humana pode se perder entre as expressões finais de um ser tão obcecado pela ideia de liberdade que se prostra sobre a conclusão de que a individualidade apenas se expressa em vias de dominação – mesmo entre grupos emancipatórios.

O realismo capitalista aparece na obra em mais uma provocadora parte, em que Oliveira sutilmente leva o leitor a perceber como a comunicação atual não mais funciona num processo de alimentação continuada, atualizando até as importantes obras de Ciro Marcondes Filho. Sem a pretensão ou o tempo histórico possível para ditar essa resposta, a obra nos traz a expressão da realidade de uma comunicação que a força parece maquinar um modelo torto de funcionamento, criado sobre as égides dos mitos civilizatórios norte-americanos. A disfunção comunicacional entre concidadãos do mundo virtual, que não aceitam que o processo discursivo não se reduz a uma quase submissão absoluta entre um receptor e um orador, se manifesta em clareza nos exemplos de Oliveira, deixando latente a crise de relações marcadas por esse aspecto da fetichização do controle.

Por fim, o autor convida o leitor a assustar-se com os cenários de crise civilizatória atuais, mas sem negar-lhe o alento da parte mais importante da obra – um manifesto sobre a ação política possível no presente tempo, a real utilidade de qualquer obra de ciência social. Nas duas páginas sobre as perspectivas de resistência ao modelo, Oliveira deixa um campo aberto e um convite aos intelectuais atuais do Sul Global a retomarem um pensamento crítico no universo da academia, que possa romper com a sua manifestação neoliberal do descritivismo nulo de micro-realidades.

Como usual em importantes ensaios, a margem para o desacordo existe e pode ser ampla – mesmo entre não ortodoxos de pensamento. Não se trata de uma obra que manifesta um ensino do tipo clássico, ainda que emane os ares de professor que o autor sabe utilizar. É uma obra que convida ao aprendizado coletivo por meio de um debate ativo, sem amarras ou interdições e sem a pretensão da criação de uma linha de pensamento que exija do interlocutor uma passividade, corrigindo assim os aspectos do pensamento iluminista tanto citado. Buscado o consenso na discordância do debate, este sempre necessariamente pautado pela realidade material, Oliveira oferece uma descrição da fase superior de nossa atual cultura totalitária, permeando-se sempre do marxismo Freireano que desestima que a educação e a comunicação sejam vistas com a tradicional lente europeia de dominação, que tantas vezes se impôs sobre a realidade dos povos que das “margens” do citado rio da civilização humana, podem efetivamente construir mais alternativas que os que nadam em plena corrente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. São Paulo: Alameda, 2020.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- MARCONDES FILHO, C. *Nova teoria da comunicação: o rosto e a máquina: o fenômeno da comunicação visto dos ângulos humano, medial e tecnológico*, v. 1. São Paulo: Paulus, 2013.
- OLIVEIRA, Dennis de. Ação direta do capital: o poder do capitalismo contemporâneo. *Revista psicologia política*, vol. 15, n. 33, p. 405-421, 2015.
- OLIVEIRA, Dennis de. *Cultura totalitária: a sociabilidade humana em questão*. São Paulo: Instituto Abya Yala, 2025.
- OLIVEIRA, Dennis de. *Jornalismo e os dilemas da sociedade da inflação de informações*. São Paulo: Instituto Abya Yala, 2019.
- OLIVEIRA, Dennis de. *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo: Dandara, 2021.
- RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1979.



A PRIMEIRA DEEPPAKE ELEITORAL NO BRASIL: ANÁLISE DOS MODOS DE ENDEREÇAMENTO DO SIMULACRO DO “JORNAL NACIONAL”

Adriano Charles da Silva Cruz¹

RESUMO: Este artigo analisa a primeira deepfake eleitoral amplamente documentada no Brasil, veiculada durante a campanha presidencial de 2022. A peça, disseminada em redes sociais e aplicativos de mensagens, simulava a apresentação de uma pesquisa do Ipec no Jornal Nacional, atribuindo à apresentadora Renata Vasconcellos resultados falsos que invertiam a ordem real das intenções de voto. Com base na metodologia de análise de produtos midiáticos de Gomes (2012), que integra dimensões técnico-formal, narrativa e discursiva, identificam-se os recursos estéticos, gráficos e performáticos mobilizados para conferir verossimilhança e autoridade ao conteúdo manipulado. A apropriação do formato e do modo de endereçamento do telejornal cria um simulacro convincente, reforçado por sincronização labial, manipulação vocal e fidelidade à identidade visual, operando como dispositivo estratégico de desinformação e revelando riscos à integridade do debate público e do processo democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Deepfake. Desinformação. Telejornalismo. Eleições 2022. Jornal Nacional.

ABSTRACT: This article analyzes the first widely documented electoral deepfake in Brazil, circulated during the 2022 presidential campaign. The piece, shared on social media and messaging apps, simulated the presentation of an Ipec poll on Jornal Nacional, attributing to anchor Renata Vasconcellos false results that reversed the actual voting intention order. Based on Gomes' (2012) methodology for media product analysis, which integrates technical-formal, narrative, and discursive dimensions, the study identifies the aesthetic, graphic, and performative resources mobilized to provide plausibility and authority to manipulated content. The appropriation of the newscast's format and mode of address creates a convincing simulacrum, reinforced by lip-sync accuracy, vocal manipulation, and fidelity to its visual identity, operating as a strategic disinformation device and revealing risks to the integrity of public debate and the democratic process.

KEYWORDS: Deepfake. Disinformation. Television journalism. 2022 Elections. Jornal Nacional

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia; do Programa de Pós-graduação em Gestão de Processos e do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente, desenvolve estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: adrianocruzufn@gmail.com

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias de manipulação de imagem, em especial das *deepfakes*, introduziu novos desafios para o ecossistema comunicativo e para a integridade dos processos democráticos. Baseadas em técnicas de inteligência artificial, essas ferramentas permitem alterar movimentos labiais, entonação e conteúdos de fala, gerando simulações de elevada verossimilhança. No contexto da campanha presidencial brasileira de 2022, emergiu um caso emblemático: a circulação, em redes sociais e aplicativos de mensagens, de um vídeo manipulado do *Jornal Nacional* no qual a apresentadora Renata Vasconcellos anuncia resultados falsos de uma pesquisa eleitoral do Ipec, invertendo a ordem real das intenções de voto (GLOBO, 2002, *deepfake*).

O objetivo geral deste estudo é analisar a primeira *deepfake* eleitoral brasileira amplamente documentada, compreendendo seus elementos técnicos, narrativos e simbólicos, bem como seus efeitos no campo da disputa política e midiática. A escolha desse caso se justifica por sua relevância inédita no cenário político-eleitoral brasileiro, combinando sofisticação técnica, potencial elevado de engano e apropriação estética-discursiva de um telejornal de alta credibilidade e alcance, como o *Jornal Nacional*. Essa apropriação não apenas intensifica a percepção de autenticidade, mas também amplia o potencial de circulação, reforçando narrativas políticas polarizadoras.

A cobertura jornalística sobre o caso revelou diferentes enquadramentos. Reportagem do *Pragmatismo Político* (2022) destacou que se tratava da primeira *deepfake* do período oficial da campanha, descrevendo a adulteração da edição de 15 de agosto de 2022, na qual o gráfico de barras e a ordem dos candidatos foram modificados para colocar Jair Bolsonaro em primeiro lugar com 44% e Luiz Inácio Lula da Silva em segundo com 32%, em contraste com os dados reais. O portal *G1* (2022) enfatizou que se trata de uma estratégia de desinformação, associando sua difusão a declarações públicas do então presidente que desacreditavam pesquisas e lançavam dúvidas infundadas sobre o Tribunal Superior Eleitoral. Já a *Exame* (2022) contextualizou o fenômeno no cenário político global, destacando sua sofisticação técnica e a dificuldade de detecção a olho nu.

O problema de pesquisa que se coloca é: de que maneira a apropriação fraudulenta de um formato jornalístico de referência, como o *Jornal Nacional*, potencializa a credibilidade e a circulação de informações falsas, especialmente em um contexto de polarização política e deslegitimação institucional? Ao enfrentar essa questão, busca-se compreender como recursos técnicos, discursivos e simbólicos se articulam na construção de verossimilhança e nos impactos sociais e políticos de uma *deepfake*.

A metodologia adotada ancora-se na perspectiva da análise de produtos midiáticos proposta por Gomes (2011), que integra três dimensões interdependentes: a análise técnico-formal, a análise narrativa e a análise discursiva. A análise técnico-formal examina elementos como enquadramento, edição, sincronização labial e manipulação visual; a análise narrativa considera a estrutura e a organização interna do enunciado, observando personagens, encadeamentos e recursos retóricos; e a análise discursiva investiga os sentidos mobilizados, as posições de sujeito, os enquadramentos ideológicos e os efeitos de real. Essa abordagem será complementada por uma contextualização do caso à luz de estudos sobre desinformação, regimes de visibilidade e circulação de conteúdos sintéticos, permitindo articular a materialidade audiovisual com os contextos políticos e sociais de sua produção e difusão.

223

A relevância do estudo reside não apenas na compreensão do funcionamento técnico e discursivo de uma *deepfake*, mas também na análise de seus efeitos potenciais na formação da opinião pública e na confiança nas instituições democráticas. Em um pleito como o de 2022, no qual a credibilidade do processo eleitoral foi alvo de ataques sistemáticos, compreender esse fenômeno é essencial para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento à desinformação e de políticas públicas voltadas à proteção do espaço público informacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo eleitoral brasileiro de 2022 ocorreu em um ambiente comunicacional intensamente permeado pela desinformação. Segundo o *High Level Expert Group on*

Fake News and Online Disinformation (European Commission, 2018), tal fenômeno envolve conteúdos falsos, imprecisos ou enganosos, elaborados e disseminados com o propósito deliberado de causar dano público ou obter lucro. Mais do que um problema pontual, trata-se de um fenômeno sociotécnico e tecnopolítico complexo, caracterizado pela produção e circulação de conteúdos total ou parcialmente falsos e/ou descontextualizados por diferentes atores, com múltiplos objetivos, intensificando o caos informacional (Bentes, 2022).

No contexto das eleições, a desinformação não se limita à difusão viral de falsidades evidentes. Conforme Alvim, Zilio e Carvalho (2023), ela frequentemente combina distorções de fatos reais, inserção de elementos verídicos como “isca” e juízos de opinião que mascaram as intenções do emissor, buscando engajamento e adesão social. Esse padrão foi evidente em 2022, quando, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, as denúncias de desinformação encaminhadas às plataformas digitais aumentaram 1.671% em relação às eleições de 2020 (Blanco, 2022).

Nas eleições de 2022, o ecossistema de desinformação caracterizou-se pelo apoio direto do governo Bolsonaro, pela produção profissionalizada de conteúdos falsos e pela alta capacidade de penetração (Santana, 2022). Mais do que espalhar inverdades, essas práticas operaram uma ressignificação da realidade, criando novas camadas de sentido que impactaram a percepção da sociedade, o funcionamento das instituições e a integridade do processo democrático.

Os efeitos desse cenário ultrapassaram o período eleitoral. O vandalismo ocorrido em Brasília no dia da diplomação presidencial e, sobretudo, a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal simbolizaram a recusa de grupos radicalizados em aceitar o resultado das urnas.

É nesse ambiente que o fenômeno das *deepfakes* assume relevância particular. Na chamada “era da pós-verdade” (D’Ancona, 2018), a aceitação de uma narrativa depende menos de sua veracidade e mais de sua plausibilidade ou alinhamento com

crenças pré-existentes. Bakir e McStay (2024) destacam que os afetos não apenas participam do debate público, mas moldam a própria percepção do real, criando terreno fértil para que conteúdos manipulados circulem nas redes sociais digitais. Esse processo é amplificado pela governamentalidade algorítmica das plataformas, que, segundo Levy et al. (2023), privilegia conteúdos negativos e hostis não por refletirem preferências conscientes, mas por gerarem maior engajamento.

Nesse contexto, três outros conceitos ajudam a compreender como a *deepfake* eleitoral analisada circulou e foi recebida. O filtro-bolha (*filter bubble*), conforme Pariser (2012), resulta da coleta e processamento contínuo de dados de navegação e interação dos usuários, transformados em metadados que alimentam mecanismos de personalização. Essa filtragem, baseada tanto no *feedback* efetivo (curtidas, comentários, compartilhamentos) quanto no negativo (ausência de interação), cria um ambiente comunicativo fechado, ajustado aos interesses do usuário, reforçando percepções prévias e limitando o contato com conteúdos divergentes.

Essa utilização de filtros alimenta as câmaras de eco (*echo chambers*), que funcionam como catalisadores de um movimento de reforço do perfil já traçado, reverberando apenas ideias e conteúdos compatíveis com o viés interpretativo habitual do usuário (Gromping, 2014). Tais espaços, sustentados pelas próprias interações sociais digitais, mascaram a unilateralidade argumentativa como se fosse pluralidade, estreitando o campo de percepção da realidade e podendo ser explorados por atores maliciosos que compreendem o funcionamento do algoritmo e o manipulam a seu favor. Sunstein (2002, p. 22) observa que essas câmaras de eco equivalem às próprias bolhas virtuais, que, ao traduzirem o mesmo perfil de usuário em notícias, publicações e conteúdos afins, dificultam a ampliação do ponto de vista e a diversificação opinativa pela limitação informacional imposta pelo filtro.

A esse quadro soma-se o viés de confirmação (*confirmation bias*), descrito por Nickerson (1998) como a tendência cognitiva de buscar, interpretar e reter informações que confirmem convicções já existentes, rejeitando ou minimizando evidências

contrárias. No caso da *deepfake* eleitoral, essa tríade — filtro-bolha, câmaras de eco e viés de confirmação — explica por que determinados grupos a receberam como verossímil: a peça não apenas replicava a estética e os elementos formais do *Jornal Nacional*, mas também reforçava narrativas políticas já sedimentadas nesses ambientes de alta homogeneidade ideológica.

Do ponto de vista técnico, a evolução da inteligência artificial generativa tornou a produção dessas peças mais acessível e sofisticada. Estudos como os de Masood et al. (2021) e Mirsky e Lee (2020) mostram que ferramentas gratuitas já permitem gerar vídeos e áudios sintéticos com alto realismo de gestos, vozes e expressões faciais, enquanto mecanismos de detecção tornam-se rapidamente obsoletos. Embora haja usos legítimos dessa tecnologia em contextos artísticos e educativos (Misirlis; Munawar, 2023), pesquisas recentes (Souza, 2023; Magno; Pieroni, 2025) indicam que sua apropriação em disputas políticas no Brasil tem sido estratégica, afetando a confiança institucional e ameaçando a integridade democrática.

A compreensão da circulação de conteúdos telejornalísticos adulterados, como no caso da primeira *deepfake* eleitoral brasileira, exige considerar o telejornal não apenas como um formato técnico, mas como um dispositivo cultural. Williams (2011) propõe entendê-lo como um ritual social que organiza a experiência pública do tempo, conferindo previsibilidade e legitimidade às narrativas nele veiculadas. Essa ritualização, marcada por códigos visuais, sonoros e performáticos reconhecíveis, contribui para que o telejornal se constitua como uma instância de referência para a formação da opinião pública.

Gomes (2011) enfatiza o telejornal como espaço de produção de sentidos socialmente negociados, no qual os enquadramentos e a hierarquização das informações participam de disputas simbólicas mais amplas. Nesse contexto, a preservação dos elementos formais do *Jornal Nacional* em uma *deepfake* não apenas imita a estética jornalística, mas também mobiliza, de forma estratégica, o capital simbólico acumulado por décadas de transmissão. A articulação entre a previsibilidade ritual apontada por

Williams e a construção de sentidos descrita por Gomes permite compreender por que a manipulação audiovisual é capaz de preservar a autoridade percebida, mesmo ao distorcer completamente o conteúdo.

Esses elementos se conectam à noção de modos de endereçamento, tal como formulada por Gomes (2017), que remete ao conjunto de estratégias pelas quais um produto televisivo constrói a relação com seu público. No caso do telejornal, isso envolve escolhas de linguagem, enquadramentos, entonação e estrutura narrativa que sustentam um pacto comunicativo específico, no qual o espectador é interpelado como cidadão informado e participante da esfera pública. Ao reproduzir com precisão tais elementos, a *deepfake* se insere no mesmo regime de endereçamento, simulando a voz institucional e o tom de autoridade característicos do formato.

ANÁLISE DA DEEPPFAKE DO JORNAL NACIONAL

A cena em questão apresenta-se inicialmente em plano geral do estúdio do Jornal Nacional, enfatizando a bancada central em formato semicircular, o fundo azul característico e o mapa estilizado do Brasil no telão. A apresentadora Renata Vasconcellos surge posicionada à esquerda do enquadramento, com postura ereta, expressão neutra e olhar direcionado à câmera. Essa configuração visual estabelece um primeiro nível de credibilidade, pois remete ao padrão iconográfico consolidado do telejornal.

273

Na sequência, o enquadramento passa para um plano médio, capturando a apresentadora da altura do peito para cima. O figurino — blazer escuro —, a iluminação frontal suave e a nitidez da imagem mantêm a coerência com a estética do telejornal, contribuindo para reforçar a verossimilhança da cena.

No canto direito do quadro, na área destinada a recursos gráficos, insere-se um painel com os resultados da pesquisa eleitoral. O fundo azul, as barras verticais e a tipografia reproduzem de forma quase idêntica o padrão gráfico do programa. No

entanto, os dados apresentados estão manipulados, indicando que Bolsonaro (PL) aparece com 44% das intenções de voto, Lula (PT) com 32%, Ciro Gomes (PDT) com 6%, Simone Tebet (MDB) com 2% e Vera Lúcia (PSTU) com 1%, enquanto brancos e nulos somam 8%. Por fim, não sabem/não responderam com 7%. A ordenação e os valores invertem os resultados da pesquisa real, criando uma discrepância factual disfarçada por uma estética familiar.

Em seguida, há um plano detalhe (close) no gráfico, com aproximação abrupta. Essa transição não reproduz o padrão de corte suave habitual do telejornal, revelando um traço técnico que, embora sutil, pode indicar manipulação para observadores mais atentos.

A dimensão sonora reforça a ilusão: a voz atribuída a âncora, Renata Vasconcellos — obtida por manipulação — acompanha as imagens com dicção, entonação e ritmo compatíveis com o estilo da apresentadora, que diz:

O Ipec divulgou hoje a primeira pesquisa contratada pela TV Globo sobre a intenção de voto para as eleições presidenciais. Jair Bolsonaro, do PL, tem 44%, com a margem de erro de 42 a 46. Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, aparece com 32%, com uma margem de erro de 30 a 34. Ciro Gomes, do PDT, 6%. Simone Tebet, do MDB, tem 2%. Vera Lúcia, do PSTU, 1%. Brancos e nulos, 8%. Não sabem ou não responderam, 7%. (GLOBO, 2002, *deepfake*).

283

O vídeo mobiliza signos dominantes do telejornalismo — bancada, cores institucionais, enquadramentos e postura da âncora — para gerar confiança imediata. Esses elementos, sedimentados na memória coletiva, funcionam como gatilhos de credibilidade. Contudo, são deslocados para um uso emergente e residual: a disseminação de desinformação política.

A *deepfake* mimetiza o subformato “apresentação de pesquisa eleitoral”, altamente codificado no JN. O uso de planos gerais, médios e detalhes, combinado com gráficos e tipografia idênticos, assegura a coerência com o gênero. Pequenos desvios técnicos, como o corte brusco no plano detalhe, indicam ausência de fluidez profissional, sinalizando manipulação somente a observadores treinados.

A performance visual e sonora da apresentadora simula o pacto de credibilidade do *JN*, interpelando o espectador como receptor de informação factual. A manipulação vocal mantém o timbre, ritmo e formalidade característicos, reforçando o efeito persuasivo e a percepção de legitimidade.

Em síntese, temos a imagem e a voz sintetizada de Renata Vasconcellos como fonte legitimadora. O contexto comunicativo apresenta cenário e elementos gráficos idênticos aos do telejornal real. Há uma quebra invisível do pacto jornalístico para o espectador médio, já que a forma preserva a autoridade, mas o conteúdo é falso. A organização temática segue a lógica linear da apresentação de pesquisas no telejornal, com uma sequência que se inicia pela introdução da pauta, seguida pela exibição de gráficos e pela leitura dos dados, reforçando a sensação de autenticidade e credibilidade do material. Essa estrutura narrativa, associada à estética e ao timbre de voz da âncora, intensifica o efeito persuasivo da montagem e dificulta a detecção da manipulação, sobretudo para públicos menos familiarizados com os recursos técnicos de produção de deepfakes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo partiu do objetivo de compreender como um vídeo deepfake, que simula a apresentação de uma pesquisa eleitoral no *Jornal Nacional*, mobiliza elementos estéticos, narrativos e sonoros para produzir efeitos de credibilidade e, consequentemente, para potencializar a disseminação de desinformação. A questão que guiou a análise foi: de que maneira a apropriação de signos dominantes do telejornalismo pode atuar como vetor de legitimidade para conteúdos manipulados?

A análise da *deepfake* eleitoral examinada revela que seu impacto vai além da manipulação técnica de imagem e som: trata-se de um produto inscrito em um ecossistema comunicacional marcado pela disputa política e pela instrumentalização de referências culturais consolidadas. Mais do que copiar a forma de um telejornal, a peça se apropria de um repertório simbólico reconhecido socialmente para sustentar uma narrativa falsa, transferindo a ela um capital de legitimidade.

Este trabalho teve como foco um único caso, o que limita generalizações. O recorte metodológico privilegiou a materialidade audiovisual e sua organização interna, não incluindo análises de recepção ou rastreamento sistemático da circulação em redes. Futuras investigações podem explorar como diferentes públicos percebem esse tipo de conteúdo, bem como mapear fluxos de compartilhamento e o papel de influenciadores e grupos organizados em sua difusão.

Outra possibilidade de aprofundamento reside na integração entre estudos técnicos de detecção e análises culturais, criando estratégias de enfrentamento à desinformação que considerem tanto a identificação do conteúdo manipulado quanto as condições sociais que favorecem sua aceitação. Isso inclui a articulação entre pesquisadores, jornalistas, plataformas digitais e órgãos reguladores para responder à velocidade e à sofisticação dessas produções.

Ao iluminar a articulação entre estética, narrativa e contexto político, este estudo reforça a importância de abordagens interdisciplinares para compreender e mitigar os riscos das *deepfakes*. Mais do que um episódio isolado da eleição de 2022, o caso analisado indica um desafio permanente: preservar a confiança nas instituições e no jornalismo em um cenário onde a aparência de autenticidade pode ser produzida com crescente precisão e colocada a serviço de interesses políticos.

Referências

- BAKIR, V.; MCSTAY, A. Fake news in the age of AI: the impact of emotion, trust, and data voids. *Journal of Information Technology*, 2024.
- BENTES, A. Comunicação política da extrema-direita nas eleições de 2022: análise das narrativas de desinformação no Telegram. *E-Compós*, [S. l.], v. 26, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.2960>. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2960>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- EXAME. Deepfake político: entenda como funciona e quais são os riscos. *Exame*, São Paulo, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://exame.com>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- G1. Vídeo com suposta pesquisa eleitoral do Jornal Nacional é falso. *G1*, Rio de Janeiro, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- GOMES, I. Análise de produtos midiáticos: uma proposta metodológica. In: GOMES, I. *Telejornalismo e modos de endereçamento*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 19-46.
- GLOBO. Ipec divulga primeira pesquisa de intenção de voto para presidente [deepfake]. *YouTube*, 5 set. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JaQnJ9i2qPw>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- LEVY, R. et al. Engagement, user satisfaction, and the amplification of divisive content on social media. *Knight First Amendment Institute at Columbia University*, 2023. Disponível em: <https://knightcolumbia.org/content/engagement-user-satisfaction-and-the-amplification-of-divisive-content-on-social-media>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- MAGNO, J. C.; PIERONI, G. M. Os perigos do deepfake para a democracia brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM MEDIATIZAÇÃO E PROCESSOS SOCIAIS, 5., 2021, Santa Maria. *Anais [...]*. Santa Maria: UFSM, 2021. Disponível em: <https://www.midiaticom.org/anais/index.php/seminario-mediatizacao-artigos/article/view/1748/1607>. Acesso em: 2 jan. 2025.
- MASOOD, M. et al. Deepfakes generation and detection: state-of-the-art, open challenges, countermeasures, and way forward. *arXiv preprint*, arXiv:2103.00484, 2021. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2103.00484>. Acesso em: 2 jan. 2025.
- MIRSKY, Y.; LEE, W. The creation and detection of deepfakes: a survey. *ACM Computing Surveys*, v. 54, n. 1, p. 1–41, 2021.
- MISIRLIS, N.; MUNAWAR, A. Educational potential of deepfake technology: possibilities and ethical dilemmas. *Journal of Digital Ethics*, v. 5, n. 2, 2023.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Deepfake do Jornal Nacional divulga dados falsos de pesquisa Ipec. *Pragmatismo Político*, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SODRÉ, M. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, M. O facto falso: do factóide às fake news. In: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (org.). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 87–100.

SUNSTEIN, C. The law of group polarization. *The Journal of Political Philosophy*, v. 10, n. 2, p. 175–195, 2002.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VERÓN, E. *Fragmentos de um discurso audiovisual*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

WILLIAMS, R. *Television: technology and cultural form*. London: Routledge, 2011.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.



JORNALISMO COM POSICIONAMENTO: PLATAFORMA SUMAÚMA EM DEFESA DA FLORESTA

Alexandre Lenzi¹

RESUMO: Este artigo traz um olhar para o jornalismo ambiental produzido pela plataforma Sumaúma, um veículo nativo digital, que se autodefine como independente e ao mesmo tempo “com lado, em defesa da floresta”, com cobertura voltada para questões ambientais envolvendo principalmente a região amazônica. Além do resgate de entrevistas da fundadora da plataforma, a jornalista Eliane Brum, são analisadas oito publicações realizadas na seção Reportagem ao longo de 2024, com o propósito de mapear temas, fontes e formatos mais comuns, e relacionados os elementos do jornalismo elencados por Bill Kovach e Tom Rosenstiel com o trabalho produzido por Sumaúma.

PALAVRAS-CHAVE: *Plataforma Sumaúma. Jornalismo ambiental. Jornalismo nativo digital. Mudanças climáticas. Floresta amazônica.*

ABSTRACT: This article examines the environmental journalism produced by the Sumaúma platform, a digital-native journal that defines itself as independent and, at the same time, “with a side, in defense of the forest”, with coverage focused on environmental issues primarily involving the Amazon region. In addition to reviewing interviews with the platform's founder, journalist Eliane Brum, eight publications published in the Reports section throughout 2024 are analyzed to map common themes, sources, and formats, and to relate the elements of journalism listed by Bill Kovach and Tom Rosenstiel to the work produced by Sumaúma.

KEYWORDS: *Sumaúma platform. Environmental journalism. Native journalism. Climate change. Amazon rainforest.*

¹ Mestre e doutor em Jornalismo pela UFSC e pós-doutorado em Comunicação pela UFMS. É professor do mestrado em Comunicação Digital do IDP, em Brasília. E-mail: lenzi.alexandre@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A cobertura do cenário atual das mudanças climáticas exige mais do jornalismo. Com manchetes sobre eventos extremos como secas e enchentes cada vez mais presentes no noticiário, o jornalismo ambiental rompe as barreiras das editorias de ciência e meio ambiente. Hoje, praticamente todos os jornalistas, de todas as editorias, precisam olhar também para as questões ambientais. E além da maior cobertura do tema nos veículos tradicionais, surgem novos espaços dedicados especialmente ao assunto. É o caso da plataforma trilingue Sumaúma (sumauma.com), objeto de estudo deste artigo.

Com sede em Altamira, no Médio Xingu, no Pará, e no ar desde 13 de setembro de 2022, a plataforma jornalística traz o nome de uma das maiores árvores da floresta amazônica. O veículo especializado foi fundado pelos jornalistas Eliane Brum, Jonathan Watts, Verónica Goyzueta, Talita Bedinelli e Carla Jiménez (esta última deixou a equipe em dezembro de 2022), que no editorial de lançamento anunciam-se como “jornalistas com décadas de profissão que compreenderam que, diante da emergência climática e da sexta extinção em massa de espécies, precisam criar algo diferente”.

Definindo-se como uma plataforma de jornalismo independente, conta com uma campanha permanente de financiamento coletivo para mobilizar doações. Mas Sumaúma também recebe financiamento de fundações nacionais e internacionais. “Sonhamos que o crowdfunding possa nos sustentar, mas vamos depender de financiamento de fundações por um tempo”, afirma a fundadora Eliane Brum (2022).

A plataforma foi apresentada inicialmente como uma newsletter quinzenal, produzida em três línguas (português, inglês e espanhol). Junto à newsletter por escrito, era divulgada uma newsletter em áudio, em formato de podcast, comandada por Elizangela Baré, mulher indígena de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. No mesmo ano de lançamento, a newsletter por escrito transformou-se em um jornal online trilingue com o desafio de produzir matérias investigativas e cobrir os principais temas ambientais, com foco na região amazônica. E a newsletter em áudio virou a Rádio Sumaúma. Elizangela Baré ganhou o apoio de Maickson Serrão, ribeirinho e podcaster baseado na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no Pará, e ambos conversam com os

jornalistas de Sumaúma, que contam os bastidores das reportagens publicadas pela plataforma.

Sumaúma é ainda um exemplo do jornalismo nativo digital, enquadrado aqui como o conteúdo informativo produzido por veículos que nasceram e existem exclusivamente no ambiente da internet. Conforme conceito trabalhado em estudo anterior (LENZI, 2020), não se enquadram no mesmo rótulo sites de jornais impressos e/ou de emissoras de rádio e televisão, que via de regra produzem conteúdo primordialmente para a plataforma de origem, embora possam sim ter produtos pensados especificamente para versões na web.

Estudo liderado por Ramón Salaverría (2019), com foco em empresas de mídia nativas digitais na América Latina, constata que tais publicações usam termos como “independente”, “diferente”, “direitos humanos” e “jornalismo investigativo” para descrever seus conteúdos, apontados ainda como mais interativos, conversacionais e explicativos do que os de seus rivais tradicionais. Características que ajudam a definir a plataforma Sumaúma, como veremos a seguir.

2. JORNALISMO COM LADO

No mês de lançamento da plataforma, a equipe de fundadores publicou um manifesto divulgando os princípios editoriais, destacando que Sumaúma tem lado. “Sumaúma é aliada daqueles que defendem os enclaves da natureza, defendem os centros de produção de futuros. (...) Sumaúma se posiciona ao lado da vida. (...) Sumaúma é nossa colaboração no campo do jornalismo para responder com urgência ao tempo da urgência” (Brum *et al.*, 2022). Ao mesmo tempo, reforçam os compromissos com os princípios jornalísticos: “Acreditamos no poder das histórias contadas, no poder do jornalismo que merece este nome porque é feito com ética, com rigor e com independência” (idem).

Ainda no manifesto, ressaltam:

Nossos valores podem ser resumidos em duas palavras: floresta primeiro. A floresta - sua natureza e seus povos - precisa vir antes do mercado. Essa é uma abordagem baseada tanto na ciência climática de ponta, quanto no pensamento indígena tradicional. Há, porém, ameaças poderosas e violentas de empresas e corporações, de governos e de políticos, do crime organizado. Como jornalistas, nos posicionamos ao lado dos povos-floresta na linha de frente da guerra movida contra a natureza (Brum *et al.*, 2022).

Sumaúma também trabalha em parceria com agências de jornalismo independente e coletivos de comunicadores da floresta, produzindo reportagens em processo colaborativo. Segundo o manifesto, há ainda um propósito de aproximação comunitário também no contexto de parcerias para a produção de conteúdos, na formação do que chamam de jornalistas da floresta.

Nós ensinaremos o melhor do jornalismo que aprendemos e exercemos, alguns há mais de 30 anos, e jovens indígenas, ribeirinhos, quilombolas, camponeses e das periferias e baixões das cidades amazônicas nos ensinarão como elas e eles contam histórias. Afinal, os povos indígenas transmitem seu conhecimento e produzem notícias há pelo menos 13 mil anos na Amazônia (...). Não queremos leitores passivos, queremos criar comunidade junto daqueles que já escolheram seu lado na grande guerra do nosso tempo, esta que irá muito além das gerações de adultos deste momento (Brum *et al.*, 2022).

Diante do agravamento da crise climática, a cobertura de questões ambientais vem se intensificando ano a ano. A pesquisadora Eloisa Beling Loose (2024) defende que os enquadramentos de novos desastres climáticos devem ser aprofundados no campo jornalístico, relacionando causas e consequências dos efeitos climáticos, mas, principalmente, colaborando com uma cultura de prevenção e autoproteção. “Os critérios de noticiabilidade devem incorporar os riscos e o tempo do jornalismo deve antecipar ainda mais nossos passos. Não é especulação, é serviço público” (LOOSE, 2024).

Na mesma linha, a ambientalista e ativista sueca Greta Thunberg entende que a responsabilidade de contar histórias, escrever artigos sobre a crise e apontar os responsáveis é, em última análise, dos meios de comunicação. “Sem os meios de

comunicação, simplesmente não temos como alcançar os nossos objetivos climáticos globais” (THUNBERG, 2023: 435).

3. **A VOZ DE ELIANE BRUM**

Idealizadora, fundadora e diretora de redação da plataforma Sumaúma, Eliane Brum é escritora, jornalista e documentarista. Uma das repórteres mais premiadas da história do Brasil, em 2021 recebeu o prêmio Maria Moors Cabot, da Columbia University, pelo conjunto de sua obra. Também escreve para o jornal espanhol El País.

Brum vive atualmente em Altamira, no Pará, com o companheiro Jonathan Watts, também co-fundador de Sumaúma e editor global de Meio Ambiente do jornal britânico The Guardian desde 2017. Em entrevista à LatAm Journalism Review (LJR), em outubro de 2022, Brum explica que o objetivo da plataforma é “fazer ponte entre a ciência da floresta e a ciência que é feita fora da floresta, a ponte entre os intelectuais da floresta e os intelectuais europeus, americanos, brasileiros do Centro-Sul” (Brum, 2022).

A jornalista afirma que a plataforma surge em um momento de urgência no debate sobre crise climática e aponta o papel fundamental do jornalismo nesse cenário. “Sumaúma trabalha para que as pessoas entendam que não existe escolha entre estar ou não estar na guerra. (...) a única diferença é se tu vai esperar sentado ou se vai lutar. E essa é uma grande escolha, é uma escolha urgente que todos precisam fazer” (Brum, 2022).

Um ano após o lançamento da plataforma, em setembro de 2023, em nova entrevista, desta vez para a Gama Revista, Eliane Brum reforça o posicionamento da equipe, afirmando que “nós temos um lado nessa guerra, na linha de frente, no campo do jornalismo, como aliados dos povos-natureza” (Brum, 2023). E, ao mesmo tempo, enaltece o compromisso como publicação jornalística: “O papel do jornalismo é justamente investigar, apurar, apontar as contradições e dar elementos para qualificar os argumentos e ampliar a participação das pessoas no debate público” (idem).

4. AS REPORTAGENS DE SUMAÚMA

Como parte deste estudo, olhamos também para o conteúdo da plataforma Sumaúma, mais especificamente para todas as oito publicações da seção Reportagem publicadas ao longo de 2024 ². O objetivo é mapear temas, fontes e formatos mais comuns, por meio da análise do conteúdo das publicações.

Em “Genocídio yanomami”, Sumaúma denuncia a morte de mais de 300 crianças da etnia indígena, sendo que um terço delas morreram antes mesmo de completarem um ano de idade. O texto, complementado com um amplo material fotográfico, mostra que o governo gastou R\$ 1 bilhão, mobilizou quase 2 mil profissionais de saúde e falhou no enfrentamento da crise sanitária. São entrevistadas pessoas que atuaram na área, como trabalhadores da saúde e lideranças indígenas de diferentes partes do território, a maioria em anonimato, e apresentadas estatísticas parciais de 2023, ainda sem os dados de dezembro. Como contraponto, o Governo Federal manifesta-se por meio de notas oficiais, assinadas principalmente pelo Ministério da Saúde.

² As oito publicações selecionadas foram: “Genocídio yanomami - ‘Gestão de amadores’: os bastidores de um fracasso que já custou 308 vidas”, publicada em 19 de janeiro de 2024 (disponível em: <https://sumauma.com/gestao-de-amadores-os-bastidores-de-um-fracasso-que-ja-custou-308-vidas/>;

“Onde não tem voto não tem escola”, de 20 de março (disponível em: <https://sumauma.com/onde-nao-tem-voto-nao-tem-escola/>);

“Maré de morta, de lanço, ‘doideira’: por que moradores do litoral da Amazônia temem o petróleo”, de 22 de maio (disponível em: <https://sumauma.com/mare-de-morta-de-lanco-doideira-por-que-moradores-do-litoral-da-amazonia-temem-o-petroleo/>);

“A grande disputa da bioeconomia”, de 10 de junho (disponível em: <https://sumauma.com/a-grande-disputa-da-bioeconomia/>);

“Terra de pequenos agricultores, Bujaru quer resistir ao dendê e entrar no mapa da bioeconomia”, também de 10 de junho (disponível em: <https://sumauma.com/terra-de-pequenos-agricultores-bujaru-quer-resistir-ao-dende-e-entrar-no-mapa-da-bioeconomia/>);

“Caubóis do carbono: empresário britânico, pecuarista paraense e ex-PM de São Paulo estão por trás de projetos abusivos”, de 20 de junho (disponível em: <https://sumauma.com/caubois-do-carbono-como-um-empresario-britanico-um-pecuarista-paraense-e-um-ex-pm-de-sao-paulo-se-tornaram-protagonistas-de-projetos-abusivos-na-amazonia/>);

“Juarez Transamazônico, o ‘bebê do futuro’, busca seu passado”, de 9 de julho (disponível em: <https://sumauma.com/juarez-transamazonico-o-bebe-do-futuro-busca-seu-passado/>); e

“Agro leva bônus sem ônus na lei que cria mercado de carbono regulado no Brasil, de 8 de novembro” (disponível em: <https://sumauma.com/agro-leva-bonus-sem-onus-na-lei-que-cria-mercado-de-carbono-regulado-no-brasil/>). Acessos em 10/05/2025.

Em “Onde não tem voto não tem escola”, uma reportagem com textos, fotos, infográfico e vídeo, a equipe relata como comunidades amazônicas têm lutado pelo direito a uma educação digna e de qualidade. Os jornalistas de Sumaúma ouviram por cinco meses alunos, familiares, professores e especialistas em educação sobre a falta de políticas públicas para que exista um ensino diferenciado e de qualidade dentro das comunidades tradicionais, participando inclusive de reuniões dos Conselhos Deliberativos em Reservas Extrativistas da Amazônia, encontros dos moradores com representantes dos órgãos públicos. A reportagem foi realizada com apoio de comunicadores indígenas da comunidade local, que integram o Programa de Coformação de Jornalistas-Floresta Micélio-Sumaúma, idealizado por Eliane Brum, também responsável pelo conteúdo e pela supervisão com “o compromisso de manter o rigor, a responsabilidade e a precisão do jornalismo tradicional”, conforme explicado ao fim da publicação.

A reportagem “Maré de morta, de lança, ‘doideira’: por que moradores do litoral da Amazônia temem o petróleo” aborda o suspense pelo desfecho definitivo do licenciamento do bloco 59 da Petrobras, que segundo apurado pela equipe poderia abrir caminho para exploração petrolífera em áreas onde o risco de vazamento atingir manguezais é maior. O trabalho conta com textos, fotos e infográfico. O termo “Maré de morta” refere-se a como as pessoas deste litoral chamam a maré de águas mortas ou maré de quadratura, que ocorrem durante os quartos crescentes e minguantes. Além da comunidade local, são entrevistados pesquisadores e profissionais como geógrafos, químicos e engenheiros ambientais. Para produção da reportagem, a jornalista Claudia Antunes viajou ao Amapá a convite do Greenpeace, que também aparece como fonte na reportagem e como autor de parte das fotos.

No dia 10 de junho, Sumaúma publica duas reportagens abordando o tema bioeconomia. “A grande disputa da bioeconomia” trata com textos e fotos da dificuldade de uma conceituação clara para o termo bioeconomia, ouvindo pesquisadores acadêmicos e lideranças regionais da comunidade. Além disso, a matéria analisa documentos oficiais, como o decreto do governo que estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia. Como anunciam já na linha de apoio, “com a Amazônia no

centro do debate, decreto cria estratégia nacional de estímulo a atividades incluídas num conceito que não tem definição consensual e até agronegócio reivindica, abrindo competição por recursos”.

Já “Terra de pequenos agricultores, Bujaru quer resistir ao dendê e entrar no mapa da bioeconomia”, também com textos e fotos, apresenta a cobertura de uma assembleia cidadã, onde agricultores familiares, ribeirinhos e quilombolas da cidade à beira do Rio Guamá expressam desejo de conseguir mais renda e mais trabalho em atividades que mantenham a floresta em pé. A assembleia cidadã de Bujaru foi realizada durante cinco sábados nos meses de abril e maio daquele ano. Importante mencionar que a jornalista que assina o texto, Claudia Antunes, viajou para Bujaru, localizada a cerca de 50 quilômetros de Belém, a convite do Delibera Brasil, coletivo que realiza as assembleias sob inspiração do conceito de “democracia deliberativa”. Todas as fotos da reportagem, inclusive, são assinadas por fotógrafos da equipe do coletivo.

Na reportagem “Caubóis do carbono: empresário britânico, pecuarista paraense e ex-PM de São Paulo estão por trás de projetos abusivos”, os jornalistas de Sumaúma trabalham em parceria com profissionais da plataforma O Joio e O Trigo em uma investigação que mostra como cinco comunidades rurais do estado do Pará foram “enganadas e depois ameaçadas na nova corrida do ouro da floresta” por empresas que comercializam créditos de carbono. O material é apresentado em textos, fotos e infográficos. A reportagem se baseia em diversas fontes, incluindo entrevistas com pessoas envolvidas nos projetos de créditos de carbono na Amazônia, documentos de procedimentos administrativos e inquéritos civis abertos pelo Ministério Público Federal, além de análises sobre contratos firmados com comunidades indígenas. Também são citadas ações da Defensoria Pública do Pará contra empresários acusados de grilagem de terras públicas.

Com um gancho diferenciado, a reportagem “Juarez Transamazônico, o ‘bebê do futuro’, busca seu passado” conta a história do primeiro brasileiro a nascer às margens da rodovia transamazônica, um projeto da ditadura militar para integrar a Amazônia ao restante do país. Juarez Furtado de Araújo foi transformado em símbolo da propaganda

oficial, para divulgar o progresso e a colonização da floresta. No entanto, ao longo da vida, passou a questionar a narrativa construída sobre seu nascimento e a realidade da ocupação da Amazônia. A matéria explora sua busca por respostas sobre seu passado e os impactos da rodovia transamazônica na região. São utilizadas como fontes documentos históricos, como reportagens da revista Realidade e registros do Arquivo Nacional, além de entrevistas com o próprio Juarez e sua família. O material conta com textos, fotos, infográfico e vídeo (um filme institucional da Presidência da República, divulgado pelo Arquivo Público, de 1970, mostra a derrubada de árvores para construção da rodovia).

A última das reportagens analisadas, “Agro leva bônus sem ônus na lei que cria mercado de carbono regulado no Brasil” apresenta em textos e fotos a até então última versão da proposta para reduzir as emissões de grandes empresas poluidoras, apontando que a medida “garante privilégios para a atividade responsável pela maior parte das emissões de gases do efeito estufa no Brasil”. Além de se debruçar sobre o projeto de lei, a equipe repercute depoimentos de políticos, profissionais do mercado e especialistas, por meio de entrevistas próprias e também curadoria de outras publicações sobre o tema.

29

De forma geral, do ponto de vista de formatos, evidencia-se o padrão *longform* nas reportagens, conceito que se refere a textos mais extensos e aprofundados. Há um bom uso de hiperlinks para fontes oficiais e conteúdos externos da plataforma, potencializando a hipertextualidade característica do texto online. Em relação aos recursos visuais, as fotos são a opção mais comum, presentes em todas as reportagens analisadas. De forma mais tímida, aparecem infográficos e vídeos, produção que poderia ser intensificada ao considerarmos o perfil dos jornais nativos digitais.

Outra observação é a presença no expediente de cada reportagem, além das tradicionais funções de texto e edição, a figura de uma pessoa extra (às vezes duas pessoas) responsável pela checagem, o que é no mínimo mais uma sinalização do compromisso da plataforma com a credibilidade do jornalismo.

5. ELEMENTOS DO JORNALISMO

Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004: 20) defendem que o jornalismo fornece um elemento muito especial: “informação independente, confiável, precisa e compreensível, elementos importantes para que o cidadão seja livre”. Os autores apontam uma série de princípios que definem como elementos do jornalismo, em um contexto no qual o jornalista não decide mais o que o público deve saber, mas ajuda o público a pôr ordem nas coisas, atuando como um “explicador”, checando se a informação é confiável e ordenando-a de forma que o leitor possa entendê-la. Aqui, como último exercício neste artigo, buscamos associar esses elementos com a análise das reportagens da Sumaúma e o discurso apresentado por seus fundadores.

Entre os elementos centrais, podemos destacar pontos como “a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade”, sendo verdade entendida aqui como muito mais do que simples precisão, “como um processo – ou uma caminhada contínua na direção do entendimento (Kovach e Rosenstiel, 2004: 70); “sua primeira lealdade é com os cidadãos”, ou seja, a chamada independência jornalística; e “a essência do jornalismo é a disciplina da checagem/verificação”. Estas três premissas aparecem bem fortemente no discurso de Sumaúma, seja no manifesto de lançamento, seja nas entrevistas da fundadora Eliane Brum. E na análise das reportagens, percebe-se uma atenção especial à comprovação dos dados apresentados por meio de documentos e estatísticas oficiais, além da já mencionada presença de um jornalista no papel extra de checagem ao trabalho realizado pelos repórteres/redatores dos textos de cada matéria.

Também se percebe o enquadramento da Sumaúma nos elementos elencados por Kovach e Rosenstiel prevendo que o jornalismo “deve apresentar um fórum para a crítica pública e o compromisso” e “deve manter as notícias compreensíveis e equilibradas”. As reportagens analisadas trazem uma diversidade de fontes, com destaque para a participação de representantes das comunidades locais, o que se entende que contribui diretamente para um debate plural e construtivo. E os textos são trabalhados de forma didática, clara e correta, respeitando as características padrões da linguagem jornalística.

Outros dois elementos, no entanto, merecem uma reflexão extra: o jornalismo “deve funcionar como um monitor independente do poder” e “seus praticantes devem manter independência de quem estão cobrindo”. Do ponto de vista de governos, Sumaúma comprova bastante independência ao apresentar matérias investigativas, com críticas e denúncias de ineficiência em programas federais. Há, no entanto, que relativizar a “independência de quem se está cobrindo” em duas reportagens onde a repórter viaja para o local de apuração a convite de instituições que também aparecem como fontes nas matérias. Esse procedimento é recorrente na mídia tradicional, como estratégia de assessorias de comunicação de empresas e organizações para emplacarem reportagens na grande mídia. Aqui, no entanto, importante destacar dois pontos: a transparência de Sumaúma ao deixar claro ao fim da reportagem que a jornalista viajou a convite das instituições citadas e o fato de serem duas instituições com trabalho voltado para a promoção de questões sociais e ambientais, compartilhando princípios com a linha editorial da plataforma jornalística.

Um olhar crítico também merece ser lançado no que se refere ao princípio de que o jornalismo “deve lutar para transformar o fato significativo em interessante e relevante”. Reconhecemos que o tema das mudanças climáticas é, sim, urgente e relevante. E essa urgência só aumenta a cada dia. Mas o tom essencialmente alarmista pode afastar o grande público e gerar a já real ansiedade climática daqueles que estão atentos ao assunto. Entende-se que há espaço também para mostrar bons exemplos, práticas que tiveram resultados eficientes e comprovados, pautas que tendem a engajar e contribuir para um efeito positivo em cadeia. O que poderia ser feito, de forma complementar, ao trabalho investigativo realizado com excelência pela equipe da plataforma. “A tarefa do jornalista é encontrar formas de transformar o significativo em interessante, em cada matéria, e encontrar a mistura exata do sério e do menos sério que oferece um relato do dia” (Kovach e Rosenstiel, 2004: 226). Ainda nesse aspecto de buscar uma linguagem mais interessante, reforçamos aqui a sinalização de que Sumaúma poderia explorar uma maior diversidade de formatos nas reportagens, incluindo mais recursos audiovisuais, com vídeos, áudios e infográficos, o que ainda aparece de forma bastante tímida.

O último elemento apontado por Kovach e Rosenstiel é o de que os praticantes do jornalismo “devem ter liberdade para exercer sua consciência pessoal”: “no fim das contas, o jornalismo é uma questão de caráter. Todos os jornalistas – da redação à sala da diretoria – devem ter um sentido pessoal de ética e responsabilidade – uma bússola moral (2004: 273-274). E nisso, tanto pelo discurso dos fundadores da Sumaúma como pela linha editorial das reportagens analisadas, é nítido o enquadramento da plataforma, que produz conteúdo, como os próprios jornalistas afirmam, em defesa da floresta.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do jornalismo ambiental está mais desafiadora no contexto atual de mudanças climáticas presentes na vida real. Na cobertura de eventos extremos, como as cada vez mais frequentes secas e/ou enchentes, investigar a origem e as consequências dos problemas é papel do bom jornalismo. Não basta relatar os dados da Defesa Civil. Reportagens de serviço com dicas de prevenção e autoproteção, na tentativa de contribuir para evitar ou ao menos amenizar novas crises, precisam entrar na pauta das redações, sejam veículos regionais ou nacionais.

32

E Sumaúma surge exatamente com o desafio de contribuir com um jornalismo ambiental mais responsável e assertivo. A equipe de renomados jornalistas assume seu lado, o da floresta, e produz pautas investigativas que denunciam problemas e irregularidades em torno da região amazônica. E com base nesse estudo, podemos afirmar que a plataforma consegue fazer isso sem abrir mão dos princípios básicos do jornalismo, com reportagens aprofundadas, com diversidade de fontes, enfoque comunitário e embasamento científico.

Afinal, deveria ser óbvio, mas ainda é preciso repetir: na cobertura ambiental, a melhor fonte é a ciência. Negacionismo não é contraponto, é desserviço. E como premissa do jornalismo científico, é essencial traduzir os jargões e termos técnicos. As mudanças climáticas afetam as vidas de todos, logo o assunto é de interesse geral.

Por fim, entendemos aqui que o papel do jornalismo ambiental não difere muito do papel do jornalismo em si, ao citarmos uma última vez Bill Kovach e Tom Rosenstiel

(2004: 31): “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar (...) Cada geração cria seu próprio jornalismo. Mas a finalidade, nós constatamos, é a mesma”.

REFERÊNCIAS

BRUM, Eliane; WATTS, Jonathan; GOYZUETA, Verónica; BADINELLI, Talita. *Manifesto Sumaúma – jornalismo do centro do mundo*. Sumaúma, Altamira (PA), publicado em 1º de setembro de 2022. Disponível em: <https://apoia.se/sumaumajornalismo>. Acesso em 06/05/2025.

BRUM, Eliane. *Sumaúma quer ‘amazonizar o mundo’ com olhar a partir da natureza*. Carolina de Assis. LatAm Journalism Review, Austin, (TX), Estados Unidos, publicado em 26 de outubro de 2022. Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/sumauma-quer-amazonizar-o-mundo-fazendo-jornalismo-com-olhar-a-partir-da-natureza-entrevista-com-eliane-brum/>. Acesso em 06/05/2025.

BRUM, Eliane. *Eliane Brum: “O Brasil hoje é a periferia da Amazônia”*. Isabelle Moreira Lima. Gama Revista, São Paulo (SP), publicado em 3 de setembro de 2023. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/ja-foi-a-amazonia/eliane-brum-amazonia-brasil-capitalismo-aquecimento-global/>. Acesso em 06/05/2025.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LENZI, Alexandre. “Jornalismo nativo digital brasileiro: um estudo de caso do Nexa”. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia* (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, v. 27, jan-dez. 2020, p. 1-14.

LOOSE, Eloisa Beling. *Em 2025, coberturas de desastres climáticos vão exigir novos jornais*. **Farol Jornalismo**, publicado em 10 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://faroljornalismo.substack.com/p/em-2025-coberturas-de-desastres-climaticos>. Acesso em 10/12/2024.

SALAVERRÍA, Ramón; SÁBADA, Charo; BREINER, James G; e WARNER, Janine C. A brave new digital journalism in Latin America. In: TÚÑEZ-LOPEZ, M.; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, V. A.; LÓPEZ-GARCÍA, X.; RÚAS-ARAUJO, J.; e CAMPOS-FREIRE, F. (Orgs). A brave new digital journalism in Latin America. *Communication: innovation & quality*. Berlim (Alemanha): Springer International Publishing, 2019, p. 229-247.

THUNBERG, Greta (ORG). *O livro do clima*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.



PONTOS DE ENCONTROS ENTRE O JORNALISMO LITERÁRIO E AMBIENTAL

Ana Carolina Poleze Messias¹

Ruth Reis²

RESUMO: O jornalismo ambiental e o jornalismo literário sempre procuraram demarcar características específicas que os distinguem dos cânones do jornalismo, sobretudo no que diz respeito às técnicas de apuração e narração, e a uma ética profissional que os distancia dos enquadramentos hegemônicos, desafiando os conceitos de objetividade e imparcialidade. No presente artigo, exploramos as proximidades entre esses dois segmentos do jornalismo, buscando compreender suas interseções e novos potenciais que agregam ao serem acionados em conjunto. Utilizando como metodologia a revisão bibliográfica, identificamos pontos de contato entre ambos, e concluímos que o jornalismo literário e o ambiental podem ser convergentes e potencializam a sensibilização do público para as causas ambientais, além de incrementar o ativismo ambiental por meio do jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo Ambiental. Jornalismo literário. Ativismo*

ABSTRACT: Environmental journalism and literary journalism have always sought to establish specific characteristics that distinguish them from the canons of traditional journalism, especially regarding their reporting and narrative techniques, as well as a professional ethic that distances them from hegemonic frameworks and challenges the concepts of objectivity, subjectivity, and impartiality. In this article, we explore the commonalities between these two segments of journalism, aiming to understand their intersections and the new potential they add when used in conjunction. Using a bibliographical review as our methodology, we identify points of contact between the two and conclude that literary and environmental journalism can be convergent. They can enhance public awareness of environmental issues and increase environmental activism through journalism.

KEYWORDS: *Environmental journalism. Literary journalism. Activism.*

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); integrante no Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Discurso (Grudi/UFES). E-mail: ana.messias@edu.ufes.br.

² Orientadora, professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); coordenadora Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Discurso (Grudi/UFES). E-mail: ruth.reis@ufes.br

INTRODUÇÃO

As proximidades entre jornalismo ambiental e jornalismo literário têm sido cogitadas por autores como Belmonte (2019) e Schwaab (2018), e experimentadas em situações singulares como na plataforma Sumaúma, criada pelos jornalistas Eliane Brum, Jonathan Watts, Verônica Goyzueta, Talita Bedinelli e Carla Jiménez. Com sede em Altamira, no Médio Xingu (PA), norte do Brasil, Sumaúma traz reportagens que mostram as condições de vida e os conflitos relacionados à biodiversidade do território, numa proposta de defesa dos “direitos da floresta” (Brum *et al*, 2022), assimilando características do jornalismo ambiental e do jornalismo literário. Também podemos encontrar essa convergência em reportagens do Brio, veículo de comunicação jornalística independente, que tem se dedicado a um jornalismo literário para narrar histórias sobre temas variados, entre os quais as relacionadas ao meio ambiente.

Schwaab (2018, p.71) afirma que “o espaço da reportagem ampliada ou em profundidade e o pensamento socioambiental têm, em termos de estrutura de pensamento, um parentesco”. Os recursos narrativos e de observação participante buscam a sensibilização para os assuntos que o jornalismo ambiental aborda, fazendo com que o narrador consiga observar e colocar em perspectiva os temas acerca do ambiente (Schwaab, 2018). Para Belmonte (2019, s.n.), “os recursos do jornalismo literário – imersão do repórter, humanização das personagens, reconstrução de cenas, reprodução de diálogos – ajudam a dar sentido aos dramas e conflitos que envolvem a relação sociedade e natureza.

O presente estudo se dedica a explorar essas convergências e complementaridades, visando contribuir para o debate sobre a natureza do jornalismo ambiental, que vem sendo problematizada por grupos de pesquisa e estudiosos do tema no Brasil. Consideramos que este é um empreendimento teórico-conceitual importante, tendo em vista que a crise climática ganha cada vez mais centralidade na agenda política, econômica, social e midiática de todos os países do mundo, e que o jornalismo constitui uma mediação relevante para a demarcação e configuração dos temas que nela se fazem presentes. Dessa forma, busca-se responder à seguinte questão-problema:

como as características do jornalismo ambiental e do literário convergem e que potencialidades acionam?

Adotamos como metodologia a revisão bibliográfica narrativa, método que permite uma ampla descrição sobre o assunto, sem esgotar todas as fontes de informação, sendo importante para a atualização dos estudos sobre o tema (Cavalcante, 2020). As obras analisadas foram encontradas no Portal de Periódicos da Capes a partir de busca por palavra-chave utilizando os termos “jornalismo”, “literário”, “ambiental” e no banco de dados do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

JORNALISMO AMBIENTAL

Girardi, Loose e Steigleder (2021) e Belmonte (2017) definem o jornalismo ambiental como engajado e ativista, assumidamente defensor do meio ambiente e, por isso, com vocação para se contrapor a medidas governamentais e econômicas que tragam impactos negativos para o meio ambiente e a qualidade de vida das populações. As autoras endossam a conceituação de Bacchetta, que tem o jornalismo ambiental como aquele “que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária” (Bacchetta, 2000, p. 18, apud Girardi, Loose e Steigleder, 2021).

52

Essa configuração do jornalismo ambiental começou a ser construída desde que os jornalistas brasileiros precisaram voltar os olhos para o meio ambiente de forma exclusiva, quando da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992 – a Rio 92. Até essa data, o jornalismo ambiental estava contido no interior das fronteiras do jornalismo científico, que abarcava o conjunto de questões originadas na esfera da pesquisa científica. Nessa mesma época, começaram as discussões sobre um jornalismo ambiental com foco em denúncias e soluções, ligado ao ativismo. Essa perspectiva tem se consolidado fazendo com que hoje prevaleça o entendimento de que o jornalismo ambiental é exigente de um profissionalismo engajado (Belmonte, 2017).

Ao analisar as categorias que demarcam a epistemologia do Jornalismo Ambiental, Girardi, Loose e Steigleder (2021) listam sete pressupostos que têm sido recorrentes em pesquisas publicadas em português e em espanhol: ênfase na contextualização; pluralidade de vozes; assimilação do saber Ambiental; cobertura próxima à realidade do leitor; comprometimento com a qualificação da informação; responsabilidade com a mudança de pensamento e incorporação do princípio de precaução.

O jornalismo convencional hegemônico por sua inserção política aderente a interesses do capitalismo predatório associado à sua opção, por uma forma de expressão que simula a imparcialidade comprometida com a objetividade, tende a deixar a desejar promove uma cobertura ambiental que responde a esses vínculos, “limitando-se à produção de releases e à exotização da fauna e da flora” (Camana, 2018, p.126). O comprometimento com o jornalismo ambiental crítico inclui a constituição de novos vínculos sociais e econômicos e implica esforços diferenciados de produção de reportagens, com mais trabalho de investigação e cobertura de disputas ambientais, e não somente tratar de pautas sobre a fauna e a flora (Camana, 2018).

53

Ativismo é uma palavra-chave para compreender como o jornalismo ambiental se desenvolve, desafiando as formas de manifestação dos conceitos clássicos do jornalismo, como objetividade e imparcialidade, e colocando em cena a subjetividade (Moraes, 2019). A autora propõe que “subjetividade não pode ser entendida como algo meramente interno, pessoal, do campo da vida privada – a subjetividade é também formada por um ambiente histórico dado, objetivo” (Moraes, 2019, p. 209).

Segundo ela, o jornalismo comercial e o ativista não se distinguem em seus processos técnicos e políticos de recortar os fatos e narrá-los. Ambos exigem uma série de mediações que moldam um posicionamento, condição inerente ao jornalismo como um todo. “‘Tomar partido’ é algo que está no DNA do jornalismo, e se isso foi um dia declarado (como nos jornais opinativos do século XIX), passou a ser encoberto justamente pelo manto da objetividade” (Moraes, 2019, p. 216).

Barsotti e Vieira (2023, n.p.) agregam outro elemento que permite compreender o incremento do ativismo no jornalismo: o atual contexto socioeconômico do campo da comunicação que tem levado jornalistas a construir novos arranjos de produção de notícias baseados no ativismo. Os autores concluem que essas formas emergentes de atuação vêm contribuindo para “questionar o *ethos* jornalístico, calcado na objetividade” (Barsotti e Vieira, 2023, n.p)

JORNALISMO LITERÁRIO

Existem diversas definições e denominações para o jornalismo literário: novo jornalismo, *longform journalism*, jornalismo narrativo, literatura da realidade, literatura criativa de Não Ficção e jornalismo gonzo (Martinez, 2017; Lima, 2010). Pena (2010) afirma que o jornalismo literário é a junção de dois gêneros diferentes: jornalismo e literatura. A divisão em gêneros, segundo o autor, acontece para fornecer um mapa de estratégias do discurso, definindo categorias, tipologias, funções e utilidades. Embora essas classificações possam evidenciar alguma característica específica desse estilo de jornalismo, nenhuma expressa a totalidade do que é o jornalismo literário, sendo sua definição ainda difusa, pois não há um consenso no Brasil ou no exterior (Martinez, 2017). Todas essas denominações, porém, “são planetas que gravitam em torno do mesmo sol: o sol da arte de se contar histórias humanas com sabor”, propõe Lima (2010, p.35). Sendo uma das principais referências nos estudos deste tema no Brasil, o autor afirma que “comunicar pode ser entendido como um processo de transportar conteúdos factuais – os fatos concretos de um acontecimento – e simbólicos – os elementos subjetivos, como os sentimentos e as intuições” (Lima, 2010, p.11).

Motta (2005, p. 02), por sua vez, defende que as pessoas vivem narrativamente, e que o jornalismo explora “o fático para causar efeito de real (objetividade), e o fictício para causar efeitos emocionais (subjetividades)”. No caso do jornalismo literário, o fictício é mais explorado para agregar qualidade lírica e poética à narrativa, mas sem se afastar dos elementos colhidos nas vivências concretas (Lima, 2010).

No jornalismo literário, as reportagens também transmitem a informação factual com base nos dados encontrados numa apuração criteriosa e sensível, associada a uma narração diferente da adotada pelo jornalismo convencional, dando espaço para que o jornalista seja um escritor e compartilhe com o leitor “o que vê, o que sente, o que consegue entender, o que experimenta” (Lima, 2010, p.31). Nas palavras do autor, “mais do que simplesmente contar os fatos, os repórteres-escritores estão buscando entender o quadro social onde os fatos se inserem”, o que vai proporcionar ao jornalismo literário colocar em diálogo áreas do conhecimento como a literatura e a sociologia (Lima, 2010, p.76).

É a partir dessa interdisciplinaridade que se pode chegar ao diferencial do jornalismo literário, propõe Martinez (2017) ao afirmar que essa modalidade estabelece relações com saberes como a sociologia e a psicologia, e utiliza técnicas imersivas para a construção das reportagens, a exemplo da observação participante como método de apuração. O jornalismo literário, segundo a autora, emprega os métodos utilizados nas ciências sociais, de captação e observação, e os une às técnicas narrativas, vindas da literatura, para criar a reportagem.

56

Pena (2010, p. 14) define o jornalismo literário “como linguagem musical de transformação expressiva e informacional”. Em seus estudos sobre o tema, Pena propõe que o jornalismo literário significa “potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos” (Pena, 2010, p. 6).

Com esse conjunto de conceitos e técnicas, é possível entender que os jornalistas literários querem mais do que narrar os fatos com beleza literária: eles buscam contextualizar as vivências recolhidas nas apurações, oferecer ao leitor a complexidade das situações relatadas e dos sujeitos envolvidos nas histórias, ao mesmo tempo em que entregam ao destinatário uma peça comunicacional que o aproxima do acontecimento em seus diversos ângulos.

OS PONTOS DE ENCONTRO

A partir das contribuições oferecidas pelos autores, é possível agora identificar sustentações similares que estruturam a busca por uma epistemologia tanto do jornalismo literário quanto do ambiental, as quais sintetizamos em cinco pontos, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Caracterização do jornalismo ambiental-literário

Características	Descrição
Narrador situado	O jornalismo literário e o ambiental evocam níveis de engajamento do jornalista com os temas que está investigando, requerendo compromisso e coragem para transpor as ideias do jornalismo convencional.
Foco na cidadania e na diversidade	Ambas modalidades apontam a necessidade de potencializar os recursos do jornalismo em busca de histórias alternativas, cobertura mais atenta à diversidade social e abordagem de temas que geralmente não chegam à mídia convencional.
Contextualização	Ambos apontam a necessidade de apuração de qualidade, com o uso de técnicas de pesquisa como observação atenta, imersão no que está sendo investigado e sensibilidade para promover a escuta do outro.
Narração cuidadosa e aprofundada	Ambos indicam que os textos devem expressar com precisão a complexidade dos temas investigados. A adoção de recursos literários, que tragam qualidade lírica e efeitos de proximidade, produz melhores resultados em termos de compreensão das histórias.

Pluralidade de vozes	Também convergem as duas modalidades ao defender a necessidade de assegurar múltiplos pontos de vista das situações relatadas, dando voz às pessoas que estão vivenciando as situações de forma direta, com a mesma importância e autoridade que as fontes oficiais, quando estas forem necessárias.
----------------------	--

Narrador situado

O jornalismo ambiental deve contribuir para sensibilizar seu público para os impactos ambientais que têm sido promovidos pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente em todo o planeta, conforme defendem Girardi, Loose e Steigleder (2021). Para esses autores, o jornalismo ambiental requer engajamento e espírito investigativo, tornando-se necessário para a defesa da vida num contexto em que há ameaça constante de danos ao meio ambiente. Esse engajamento começa desde o projeto editorial dos veículos de comunicação jornalística e segue até a construção da pauta, que, segundo Geraque (2018), precisa nascer transversalmente, relacionando discussões de especialistas e ambientalistas com atores sociais que estão vivendo o problema, além das questões sociopolíticas que darão contexto do assunto.

79

Os jornais independentes, principalmente, disseminados nas mídias digitais, deixam o engajamento ainda mais evidente, realizando uma prática ativista, recurso que também se apresenta como um caminho para resistir aos efeitos das transformações no ecossistema midiático. Essa reorientação converge para os movimentos de resistência relacionados às mudanças climáticas, encontrando aí uma possibilidade de associar o jornalismo às lutas ambientais que marcam a contemporaneidade (Loose e Belmonte, 2023).

O jornalismo literário, por sua vez, abarca preocupações que vão além de noticiar: quer contar histórias que ajudem a revolucionar a nossa maneira de entender a realidade. Lima (2010) indica que “mais importante do que reportar os riscos é mostrar

formas de enfrentá-los”. O mesmo propõem Girardi, Loose e Steigleder (2021, p.164,), para quem jornalismo ambiental precisa “apresentar soluções para que os cidadãos não fiquem paralisados perante o medo, mas engajem-se no movimento de mudança”

Para uma atividade efetiva do jornalismo na defesa do meio ambiente, Girardi, Loose e Steigleder (2021) apontam que, além de serem posicionadas, as reportagens devem contar com abordagens educativas, a fim de promover maior conscientização sobre os problemas ambientais. Girardi, Loose e Steigleder (2021, p.164) detectam que a educação deve começar pelos próprios jornalistas, pois estes carecem de uma formação específica para que suas reportagens assumam essa perspectiva. Dessa maneira, fica em evidência a função pedagógica do jornalismo, como propõe Vizeu (2014 e 2016), ao estudar as possibilidades de produção de conhecimento por parte do jornalismo, amparado em Paulo Freire. Na mesma direção segue Martinez, que, ao debater as origens e perspectivas do jornalismo literário, relembra a observação de Robert Park: “a função da notícia é orientar o homem e a sociedade num mundo real” (Park, 1972, p.183 apud, Martinez, 2017, p. 30).

Foco na cidadania e na diversidade

O jornalismo literário e o ambiental advogam a defesa da cidadania e da diversidade. Estas se expressam tanto nas escolhas de origem das publicações ao demarcar uma linha editorial e um escopo de questões sobre as quais vai tratar, como na forma com que essas escolhas se materializam no dia a dia da produção jornalística. Nas palavras de Pena (2007), o jornalista literário, ao escolher o tema, deve pensar em uma abordagem para contribuir para a formação do cidadão e para a solidariedade, o que denomina “espírito público” (Pena, 2007, p. 50). Dessa forma, o jornalismo literário possibilita aos indivíduos não só ficarem cientes dos acontecimentos, mas também se posicionarem e terem noções de pertencimento e atuação social.

Podemos relacionar a proposta de cidadania do jornalismo literário com o que o jornalismo ambiental busca a partir de uma mudança de paradigma, que é apresentar uma nova consciência a partir de um olhar ambiental para a prática jornalística (Girardi,

Loose e Steigleder, 2021). As autoras defendem que a visão ecológica deve nortear a transformação social e mudar a percepção sobre o papel dos humanos no planeta, em vez de somente pensar na questão ambiental dentro de um padrão de desenvolvimento predatório.

Essa perspectiva converge com o foco do jornalismo literário em contar histórias de pessoas reais de forma humanizada e sensível. Dar destaque para as pessoas é uma estratégia de atrair o leitor, fazendo com o que este se identifique com os personagens presentes nas narrativas jornalísticas, e até descubra algo novo sobre si ou a sociedade (Lima, 2010).

[...] o jornalista literário flagra o cotidiano, o ordinário que se esconde por trás do extraordinário. Surpreende o leitor com situações prosaicas, mostra a vida como ela é, em sua totalidade complexa, cheia de coisas grandes e pequenas, especiais ou comuns. Tudo visto sob um novo olhar, aquele que as pessoas perderam ou que muita gente não quer exercer. Pior: aquele que muita gente, por interesses escusos, quer esconder dos outros. (Lima, 2010, p.42).

A partir do destaque de Lima (2010), outra base comum do jornalismo literário e ambiental é a diversidade, ambas as modalidades apontam a necessidade de potencializar os recursos do jornalismo em busca de histórias alternativas. Schwaab (2021, p.72) defende que “o olhar e a escuta são centrais e ao repórter cabe buscar o que está embaixo dos panos da naturalização do cotidiano”, explicando que no jornalismo ambiental devem ser abordados os cenários de complexidade cultural, desigualdade e formatos de consumo. Além disso, Lima (2010) recomenda que o jornalista ancore a história em mais de um personagem, a fim de apresentar o todo e não casos isolados.

Essenfelder (2017), ao analisar a narrativa jornalística no ambiente digital como potencial fator de inovação no jornalismo, para além dos acréscimos tecnológicos que medeiam jornalismo e seu público, conclui que

[...] talvez a grande inovação social do jornalismo literário nativo digital do século 21 esteja não apenas na linguagem que tensiona os limites do pacto jornalista-audiência, mas também na presença prolongada e ostensiva do jornalista em campo, no campo da notícia, atento e disposto a contar a história de gente anônima. (Essenfelder, 2017, s.n.)

Narração cuidadosa e aprofundada

O ponto de encontro talvez mais evidente entre o jornalismo literário e o ambiental é a subjetividade e a fuga da imparcialidade. Para Pena (2007), no jornalismo literário, o jornalista precisa romper com as formas tradicionais de produção de narrativas, aplicando técnicas literárias que conferem aos textos mais criatividade e estilo, ao mesmo tempo que contribuem para maior engajamento dos leitores ao oferecer contexto ampliado, diversidade de vozes e a complexidade dos acontecimentos narrados. Martinez e Heidemann (2019) corroboram essa afirmação ao defenderem que as narrativas no jornalismo literário possibilitam o desenvolvimento de afeto e vínculo, fazendo com que o leitor se identifique com a história e os personagens.

Pena (2007) ensina que é preciso construir um enredo, levando em conta a realidade multifacetada, fugindo da abordagem efêmera e superficial. Diferente das reportagens do cotidiano no jornalismo convencional, que, frequentemente, caem no esquecimento no dia seguinte, o jornalismo literário busca a permanência, e também almeja influenciar o imaginário coletivo em diferentes momentos históricos.

Esse aspecto pode ser relacionado ao que propõem Girardi, Loose e Steigleder (2021) sobre o jornalismo ambiental: é preciso aproximar as questões ambientais do cotidiano dos leitores. Além da promoção de maior identificação, Loose e Moraes (2018) afirmam que as questões ambientais que envolvem uma linguagem especializada podem ser barreiras entre o jornalista e o leitor se não forem aprimoradas as técnicas para abordá-las. A complexidade do tema ambiental faz com que seja necessário que o jornalista adote estratégias narrativas para promover maior aproximação com o leitor.

Pluralidade de vozes

Pena (2007) afirma que o jornalista literário precisa fugir do ciclo vicioso de fontes oficiais e ouvir o cidadão comum e fontes anônimas, buscando pontos de vista que ainda não foram abordados. Um exemplo clássico dessa inversão na seleção de vozes presentes na produção jornalística é grande nome pioneiro do jornalismo literário no Brasil, Euclides da Cunha, com sua obra de referência mundial, Os Sertões. Esta só

foi possível porque ele decidiu dar voz aos personagens que eram ocultados nas versões oficiais da Revolta de Canudos, espalhados pelo sudeste brasileiro (Martinez, 2009).

Ao chegar ao sertão baiano, porém, descobre uma realidade bem diversa da divulgada no Sudeste do país. Os “perigosos” insurgentes eram na realidade humildes agricultores, excluídos social e economicamente que, em meio a latifúndios, desemprego e seca inclemente, acreditam numa salvação milagrosa proposta pelo messias da sua época, Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), mais conhecido por Antonio Conselheiro. (Martinez, 2009, p.76)

As reportagens devem apresentar pluralidade de fontes envolvidas com a questão apresentada, inclusive as que não detêm legitimidade científica, empresarial ou política (Girardi, Loose e Steigleder, 2021). No jornalismo ambiental, ao se deparar com um conflito, o jornalista deve se perguntar quem são os sujeitos atingidos, como o meio ambiente será afetado e quem terá algo relevante para falar sobre o assunto (Camana, 2018). A resposta, complementa a autora, está nas fontes que não necessariamente detêm o conhecimento especializado, mas que podem ampliar as perspectivas da narrativa ou pôr em xeque o que dizem as fontes oficiais. O jornalismo ambiental, da mesma forma que o literário, surge de uma polifonia – de múltiplas fontes (Camana, 2018).

71

Contextualização

Qualquer abordagem nunca passará de um recorte da realidade, por mais completa que seja, por isso, entende Pena (2007), no jornalismo literário, proporcionar visões amplas da realidade é contextualizar o assunto da forma mais abrangente possível, relacionando as informações com outros fatos, mostrando, também, outras abordagens possíveis. O jornalista literário tem a necessidade de ampliar o olhar sobre o mundo, buscando um recorte multidimensional, “unindo o mundo objetivo com o simbólico” (Lima, 2010, p.25).

No jornalismo literário, o jornalista precisa desenvolver com ética as técnicas do jornalismo convencional e construir novas estratégias de observação e apuração (Pena, 2007). Como diz Lima (2010), o jornalismo literário é uma modalidade de jornalismo

cujo papel é relatar a realidade social, mas fornecendo ao leitor uma compreensão ampla sobre o mundo.

Isso, por sua vez, está associado obrigatoriamente à capacidade de um texto de expressar uma experiência de mundo com vigor e lucidez, contribuindo para que o leitor amplie – simbólica e intelectualmente, pelo menos – sua compreensão e sua própria experiência sobre o mundo, sobre os semelhantes ou sobre si mesmo, ou sobre tudo isso combinado (Lima, p.34, 2010)

No jornalismo ambiental, as autoras Girardi, Loose e Steigleder (2021) também afirmam que o repórter precisa dar ênfase à contextualização ampla, profunda e crítica, fornecendo relações de causas e consequências. Geraque (2018) explica que a crise ambiental atualmente está muito mais evidente do que há mais de 30 anos, quando estava sendo discutida na Rio 92. Para contar bem uma história, Geraque (2018, p.39) entende que não basta somente dominar técnicas jornalísticas, mas sim criar conexões sociais, econômicas, políticas, científicas e culturais e “incorporar um olhar sistêmico ao cotidiano”. Atualmente, existem outras consequências dos riscos climáticos e da destruição dos ecossistemas, como o racismo ambiental e a realidade dos atingidos pelos desastres, situações que precisam receber uma abordagem social, cultural e política do jornalismo ambiental (Girardi, Loose e Steigleder, 2021).

72

CONCLUSÃO

O jornalismo literário e o ambiental compartilham características que permitem o desenvolvimento de potencialidades que podem ser eficazes para promover engajamento climático, como já apontaram os autores Belmonte (2019) e Schwaab (2018). Por meio de suas premissas e compromissos, de uma construção textual rica de recursos provindos da literatura, por seus processos de apuração mais qualificados, o jornalismo literário pode se configurar como um importante parceiro do jornalismo ambiental.

Alinhados a abordagens cidadãs e pluralistas, guiados pela busca por independência dos seus processos de produção, as duas modalidades de jornalismo

tendem a se colocar como contraponto às abordagens hegemônicas encampadas pela mídia tradicional. É necessário, no entanto, aperfeiçoar os estudos sobre o jornalismo literário e ambiental utilizados em conjunto para entender como podem configurar uma forma de engajamento climático, potencializado pelo uso da internet e dos portais independentes de jornalismo. No contexto de emergência climática e desinformação, torna-se ainda mais necessária a construção de um jornalismo posicionado ambientalmente e que se conecte com o leitor, de forma a construir o sentimento de pertencimento.

REFERÊNCIAS

BARSOTTI, Adriana; VIEIRA, Agostinho. Is activist Journalism possible? Tensions within the professional ethos of objectivity. *Brazilian journalism research*, [S. l.], v. 19, n. 3, p. e1597, 2023. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1597>. Acesso em: 23 aug. 2025.

BELMONTE, Roberto Villar. Quando o jornalismo ambiental encontra o literário. *Jornalismo e Meio Ambiente*. 19 ago. 2019. Disponível em: <https://jornalismoemeioambiente.com/2019/08/19/quando-o-jornalismo-ambiental-encontra-o-literario>. Acesso em: 5 set. 2025.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 6, n. 2, 2017.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 15, p. 33-44, jan./jun. Paraná: Editora UFPR, 2007.

CAMANA, Ângela. Conflitos ambientais: uma pauta central para o jornalismo. Em: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. *Jornalismo Ambiental: teoria e prática*. Editora Metamorfose, 2018.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 82–100, jan./abr. 2020. DOI: 10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006. Acesso em: 10 set. 2025.

ESSENFELDER, R. Inovação narrativa na grande reportagem de internet. *Contemporânea*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 182–206, 2017. DOI: 10.9771/contemporanea.v15i1.21501. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/21501>. Acesso em: 15 set. 2025.

GERAQUE, Eduardo. Olhar sistêmico na construção de histórias. Em: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. *Jornalismo Ambiental: teoria e prática*. Editora Metamorfose, 2018.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; STEIGLEDER, Débora Gallas. O esforço de alfabetização ecológica do campo jornalístico in *Trajetórias de pesquisa em comunicação: temas, heurísticas, objetos*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 268 pp 151-166, 2021.

GOULD, Luiza (2023). *Ativismo no jornalismo do centro do mundo: Sumaúma e a denúncia do genocídio Yanomami*. Brazilian Journalism Research. v19. n3. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2023.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Jornalismo literário para iniciantes*. São Paulo, Clube dos Autores, 2010.

LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. O ativismo no jornalismo ambiental: como quatro momentos-chave ajudaram a configurar uma prática engajada no Brasil. *Brazilian journalism research*, v. 19, n. 3, p. e1594-e1594, 2023.

LOOSE, Eloisa Beling; MORAES, Claudia Herte de. Mudanças do clima (e de pauta!). Em: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. *Jornalismo Ambiental: teoria e prática*. Editora Metamorfose, 2018.

MARTINEZ, Monica; HEIDEMANN, Vanessa. *Jornalismo Literário: afeto e vínculo em narrativas*. Lumina, v. 13, n. 1, 2019.

MARTINEZ, Monica. *Jornalismo Literário: a realidade de forma autoral e humanizada. Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 6, n. 1, p. 71-83, 2009

MARTINEZ, Monica. *Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 40, p. 21-36, 2017.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. *Revista Extraprensa*, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. E-Compós*. 2004

PENA, Felipe. O jornalismo literário como gênero e conceito. *Revista Contracampo*, n. 17, p. 43-58, 2007

SCHWAAB, Reges. Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada in GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. *Jornalismo Ambiental: teoria e prática*. Editora Metamorfose, 2018.

VIZEU, Alfredo Pereira; SILVA, Laerte José Cerqueira da. 65 anos de televisão: o conhecimento do telejornalismo e a função pedagógica. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, 2016. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: *Redalyc*. Acesso em: 10 set. 2025.

VIZEU, Alfredo Pereira; SILVA, Laerte José Cerqueira da. Jornalismo e Paulo Freire: o conhecimento do desvelamento. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 860-877, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/17810/12567>. Acesso em: 10 set. 2025.



DESTRINCHANDO A CBF ATRAVÉS DA REPORTAGEM 'COISAS EXTRAVAGANTES' DA REVISTA PIAUÍ

Antônio Moraes de Paiva¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a reportagem 'Coisas Extravagantes', feita por Allan de Abreu e publicada pela Revista Piauí em abril de 2025, sob olhar dos critérios de noticiabilidade e valores-notícia propostos por Traquina. A partir disso, busca-se compreender as estruturas de funcionamento da Confederação Brasileira de Futebol e, também, o papel atual do jornalismo investigativo, em especial dentro da editoria de esporte. Como base, foi realizada uma pesquisa para mostrar como as relações entre cartolas e jornalistas ocorreram e ainda ocorrem durante a evolução do jornalismo esportivo, entendendo o impacto de diferentes fatores nesta relação e seu estado atual. Para isso, foram usadas publicações recentes sobre o tema e que tratavam de assuntos importantes para este artigo, como a cobertura dentro da CBF. Outra referência foi a dissertação O 'Cartola' e o Jornalista, considerada uma das pioneiras sobre jornalismo esportivo no Brasil e que continua sendo relevante, inclusive nos dias de hoje. Por fim, o próprio Allan de Abreu concedeu uma entrevista para contar sobre os processos que envolveram a publicação da reportagem.

PALAVRAS-CHAVE: *Palavra-chave. Palavra-chave.*

ABSTRACT: This article aims to analyze the report "Coisas Extravagantes", written by Allan de Abreu and published by Revista Piauí in April 2025, through the lens of the criteria of newsworthiness and news values proposed by Traquina. Based on this analysis, the goal is to understand the operational structures of the Confederação Brasileira de Futebol (CBF), as well as the current role of investigative journalism, particularly within the sports section. As a foundation, the research was conducted to show how the relationships between football executives and journalists have developed and still occur throughout the evolution of sports journalism, taking into account the impact of different factors on this relationship and its current state. Recent publications on the topic, particularly those addressing coverage of the CBF, were used as references. Another key source was the dissertation The 'Cartola' and the Journalist, considered one of the pioneering works on sports journalism in Brazil, and which remains relevant even today. Finally, Allan de Abreu himself gave an interview to share insights into the processes behind the publication of the report.

KEYWORDS: *CBF. Revista Piauí. Sports Journalism. Football.*

¹ Aluno especial da disciplina do PPGCOM-USP "Diálogos Radiojornalísticos". Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: antoniomoraesdepaiva@gmail.com

Introdução

Em abril deste ano, a edição 223 da Revista Piauí publicou a reportagem ‘*Coisas Extravagantes*’ - *Uma radiografia sobre a gestão de Ednaldo Rodrigues na CBF*. A matéria, escrita pelo jornalista Allan de Abreu, traz um grande panorama do mandato do então presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ednaldo Rodrigues. São inúmeros fatos que constroem uma grande teia de como o dirigente buscava se manter no poder da principal entidade futebolística do país, a partir de um comando centralizado em sua pessoa e repleto de casos de assédios morais.

Dentre os principais acontecimentos narrados por Abreu, destacam-se as mordomias recebidas por mais de 49 pessoas que não tinham relação com a confederação e federações estaduais durante a Copa do Mundo do Catar, em 2022 e, principalmente, o aumento salarial dos presidentes das federações, que passaram a receber R\$215 mil por mês. O uso pessoal do dinheiro da CBF não é algo incomum. O mesmo vale para escândalos envolvendo presidentes ou dirigentes da entidade. No entanto, para Abreu, este mecanismo nunca foi usado de maneira tão intensa como durante a gestão de Rodrigues.

51

Junto com isso, o material mostra a relação do dirigente com diversas personalidades políticas do Brasil. O caso mais relevante é com o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que, além de ter colocado Rodrigues de volta ao comando em 2024, é sócio do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, instituição que gere cursos da CBF Academy, ficando com 84% destas receitas.

Além disso, a reportagem ganhou força durante sua repercussão. Quem tentou falar sobre o tema, como foi o caso da ESPN, sofreu represálias. Os jornalistas Dimas Coppede, William Tavares, Gian Oddi, Paulo Calçade, Pedro Ivo e Victor Birner foram afastados após comentarem as denúncias presentes na matéria durante o programa *Linha de Passe*.

Desta forma, diante deste contexto, este artigo busca entender como as relações entre cartolas e jornalistas ocorreram e ainda ocorrem, entendendo a evolução do

jornalismo esportivo neste período, assim como a entrada de diferentes fatores que impactam nesta relação como, por exemplo, os direitos de transmissão. A partir disso, será realizado uma análise sobre a matéria publicada na Revista Piauí, entendendo qual é o papel do jornalismo investigativo atualmente.

O “Cartola” e o Jornalista:

Quando pensamos nos trabalhos seminais sobre jornalismo esportivo no Brasil, *O ‘Cartola’ e o Jornalista: Influência da política clubística no jornalismo esportivo de São Paulo* (1981), de Ouhides João Augusto da Fonseca, destaca-se por ser o primeiro a analisar “a atividade do jornalista esportivo em meio ao mundo da comunicação de massa” (p. 79) e entender as principais mudanças que a área sofreu após sua evolução e especialização dentro das redações.

A dissertação, defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, tinha como objetivo confirmar a hipótese de que o jornalismo esportivo sofria influências de dirigentes, fazendo com que as matérias produzidas sobre os cartolas acabassem por transmitir “uma imagem mais positiva do que negativa dessa figura altamente controversa do nosso futebol” (Fonseca, 1981, p. 80). O autor também investiga como a paixão por um determinado clube interfere na relação com dirigentes e como isto impacta nas informações e comentários levados ao público.

Para isto, Fonseca analisou a cobertura das eleições para a diretoria do Sport Club Corinthians Paulista, de 1961 e 1981, feita por três jornais impressos de São Paulo: *A Gazeta Esportiva*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Ao fazer esta análise, o autor traz uma primeira conclusão no que diz respeito ao aumento da presença de conteúdos esportivos de 1961 para 1981: “a temática esportiva conquistou espaços maiores no jornalismo nos últimos 20 anos, o que contribuiu a seu modo para que o jornalismo esportivo se transformasse numa importante especialização” (1981, p. 87).

A partir da análise de conteúdo feita nos três jornais mencionados acima, Fonseca mostra que, em ambos os períodos, existem mais conceitos favoráveis ou

neutros do que desfavoráveis aos cartolas. Assim, o autor já demonstra a influência sobre os redatores “levando-as a, no todo, transparecer uma imagem que, teoricamente, não deveria ser tão positiva” (p. 94). Desta forma, questiona-se o papel social do jornalista e a tentativa de retratar estas figuras de forma mais fiel. Porém, Fonseca faz uma ressalva que pode ser vista ainda nos dias de hoje: “nem sempre o jornalista tem a independência necessária para dizer o que pensa, dependendo portanto da linha ideológica do seu jornal” (p. 95). Portanto, os valores e linhas editoriais de cada veículo se tornam um outro fator para o trabalho do jornalista esportivo.

O material também conta com depoimentos realizados no 45º Congresso Mundial da Imprensa Esportiva. Fonseca conversa com profissionais da área, assim como dirigentes. O objetivo é ter um levantamento de opiniões sobre o tema de sua pesquisa. Por exemplo, o então presidente da Association Internationale de la Presse Sportive, Frank Taylor, diz que o repórter esportivo respeitado é aquele que mantém sua independência e neutralidade. E completa: “Seu maior problema é convencer os dirigentes de que sem a imprensa o esporte seria conduzido num vácuo” (apud Fonseca, 1981, p. 97). Outra resposta, do jornalista Carlos Alberto Cavalcante de Farias, menciona a influência financeira de dirigentes de clubes e federações, causando o que ele chama de ‘jabaculê’, também conhecido como suborno.

53

Além de jornalistas, Fonseca conversa com Rubens Quintas Ovalle, presidente do Santos na época. Ovalle afirma que já procurou o principal jornal da cidade para pedir um melhor tratamento da editoria de esportes, mesmo que ele diga que não deixa se influenciar pelas opiniões dos jornalistas e não procura interferir na atuação dos redatores. Neste ponto, há uma passagem da conversa em que ele diz que, quando assumiu a direção do Santos, procurou promover um rodízio entre os jornalistas que cobriam a equipe, ao invés da simples indicação. Aqui, pode-se pensar como estes convites e agrados impactam a relação entre cartola e jornalista e, conseqüentemente, no teor das matérias publicadas pelo profissional.

De forma mais completa, *O ‘Cartola’ e o Jornalista* traz um questionário com quatro editores de esporte de alguns dos principais veículos de São Paulo: *Rádio*

Bandeirantes, O Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde e Folha de S. Paulo. As perguntas passavam pelos seguintes temas: a diferença entre o antigo e atual jornalismo esportivo; se o trabalho dos editores sofre algum tipo de censura; se o esporte é alienante e qual o impacto da imprensa para esta situação; e as influências na relação entre jornalistas e dirigentes. A partir das respostas, percebe-se que a visão sobre a atuação dos editores contrasta com os resultados obtidos pela dissertação.

Apesar de afirmarem a existência desta relação e de valorizarem a evolução do jornalismo esportivo, o que existe é uma visão de que seus respectivos veículos não sofrem estas influências ou, caso sofram, suas equipes estão capacitadas para discernir sobre as informações fornecidas por dirigentes do clube. A resposta do editor Mário Lúcio Marinho, do *Jornal da Tarde*, exemplifica esta questão:

“Existe, obviamente, um envolvimento entre jornalista e dirigente, jornalista e atleta. E isso é sempre perigoso. O jornalista deve estar próximo o bastante do dirigente para conseguir informações e distante o bastante para que possa ser isento. Uma íntima informação só tende a prejudicar o produto final do trabalho do jornalista. Isto é, ele, sendo íntimo, terá informações mais detalhadas que outros, talvez até primeiro, mas nem sempre a publicará por achar que seu amigo pode vir a ser prejudicado. (apud FONSECA, 1981, p. 105).

54

A soma da análise de conteúdo com os depoimentos feitos no 45º Congresso Mundial da Imprensa Esportiva fazem Fonseca concluir que “existe influência do dirigente esportivo no trabalho do jornalista” e que esta situação “é perfeitamente identificável, seja pela denotação seja conotação da linguagem utilizada” (1981, p. 108). Esta conclusão, segundo ele, se mostra curiosa, uma vez que sua pesquisa também ressalta a evolução na qualidade dos conteúdos feitos pelo jornalista entre 1961 e 1981: “Seria de esperar que o nível de influência tivesse reduzido, mas ocorreu o contrário” (p. 108).

Mesmo que o objetivo de seu trabalho não seja entender as causas e o impacto deste envolvimento, o autor diz que o que está em jogo neste relacionamento entre cartola e o jornalista é ganhar a opinião do interlocutor. Além disso, ele relembra possíveis tratamentos que a notícia pode sofrer por parte dos veículos de imprensa, que ele chama de “caixa escura”. Desta forma, completa: “a influência existe e dá seus

resultados práticos verificáveis no texto jornalístico, seja pela ação direta do ‘cartola’ sobre o redator seja pelo tratamento que a informação sofre no interior da caixa escura” (p. 109).

Fonseca também traz apontamentos sobre a atuação do jornalista esportivo que podem ser pensadas ainda hoje, como, por exemplo, sua atuação para manter a dignidade profissional e da área, seja pela qualificação e reconhecimento de seu papel profissional e social, seja pela compreensão das dimensões políticas e sociais do esporte e do jornalismo esportivo.

No entanto, é importante mencionar que o trabalho feito por Fonseca, ainda que atual, foi feito há mais de 40 anos e o jornalismo como um todo, não só o esportivo, passou por inúmeras transformações. Assim, a próxima parte deste artigo busca entender a atuação profissional do jornalista esportivo no século XXI, entendendo como a influência do cartola se dá nas redações e quais outros fatores impactam a produção jornalística.

O ‘Cartola’ e o Jornalista: décadas depois

Para Marques (2020), a aura do jornalismo esportivo continua a ser comprometida pela falta de profissionalização e comprometimento dos homens dos esportes. Um exemplo disso é a “política de boa vizinhança com atletas e dirigentes, a fim de que se mantenham as ‘fontes’ e para que os caminhos dos clubes não se fechem à sua atuação” (p. 416). Como resultado, o jornalista se vê refém de sua profissão (Murray, 2000, p. 212, apud Marques, 2020, p. 417). Esta prática, no entanto, é criticada por muitos e a independência do jornal e do repórter é reforçada em manuais de redação, por exemplo.

O autor cita Juca Kfourri como um dos grandes críticos destas contradições da imprensa brasileira dentro do jornalismo esportivo. Em entrevista para Silva (2023), o jornalista conta de um episódio quando era diretor da *Placar*, revista criada na década de 1970 pela Editora Abril e que se tornou referência dentro do jornalismo esportivo brasileiro. Em um almoço com o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, com o

propósito de selar as pazes entre os dois, Kfourri recusou uma oferta do ex-presidente: uma exclusiva da convocação da seleção brasileira. A proposta visava comprar o jornalista. Sobre esta história, Kfourri completa, citando Antônio Carlos Magalhães, que os jornalistas podem ser comprados ou com dinheiro ou com informação. “...a mim ninguém compra, nem com uma coisa, nem com outra” (apud Silva, 2023, p. 240).

Em outra parte da entrevista para Silva, o jornalista diz que a sua saída da *Placar* se deu por conta das críticas que fazia à confederação. As matérias e comentários produzidos inviabilizaram a venda de partidas para a TVA, operadora de televisão por assinatura fundada pelo Grupo Abril. Sem poder falar da CBF da forma que gostaria, o jornalista deixou a Editora Abril depois de 25 anos.

A revista, desta forma, pode ser vista como um exemplo das transformações que a cobertura jornalística esportiva sofreu com o passar dos anos. Reconhecida pelo seu trabalho informativo e investigativo, a publicação trouxe reportagens relevantes que propunham reformulações, como a modernização do comando do futebol no país e a investigação feita sobre as suspeitas de fraude e manipulação de resultados na Loteria Esportiva. No entanto, a publicação desta reportagem trouxe efeitos negativos para a revista, como mostram Rocco e Belmonte (2014): “Por outro lado, efeito colateral do bom jornalismo, as vendas da revista despencaram com as consequências da reportagem” (p.10).

56

Como resultado desta queda de vendas e de tentativas de reformulação, a *Placar* sofreu mudanças significativas em seu editorial depois da Copa do Mundo de 1994. A publicação ficou mais focada no entretenimento do que no esporte e na informação e seu público alvo passou a ser os jovens. Mesmo com ajustes que voltaram a dar mais enfoque no futebol como tema principal, é visível que o entretenimento passou a ser presença forte e constante: “O jornalismo informativo de qualidade, que deu à revista credibilidade, passou a ser, de fato, coisa do passado” (Rocco & Belmonte, 2014, p. 11).

Os autores explicam que as modificações sofridas pela revista são reflexo das inúmeras transformações ocorridas no futebol brasileiro no fim da década de 1970 e início da de 1980. As transmissões das Copas do Mundo, que passaram a ser exclusivas

da TV Globo, a partir de 1982, são um exemplo destas mudanças. O direito de transmissão influenciou, não só a seleção brasileira, mas o futebol como um todo. O resultado deste processo, segundo Rocco e Belmonte, é a mudança do critério de noticiabilidade, que passou a ser regulado pelos interesses do “leitor-cliente” e não mais pelas demandas de cidadania e de relevância social (p.14). E completam: “O conteúdo e a qualidade (...) cedem espaço ao espetáculo, ao show e ao entretenimento, à arte editorial de não tocar nas feridas, nas mazelas e no submundo do futebol” (2014, p. 14).

A discussão sobre os critérios de noticiabilidade também é levantada por Oselame e Costa (2011), ao analisarem a lógica da notícia referente às denúncias de corrupção contra o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, e a relevância atribuída ao caso nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e na edição nacional do *Globo Esporte*. Teixeira foi acusado pelo programa *Panorama*, da *BBC*, de receber pagamentos ilegais da empresa de marketing esportivo International Sports Leisure. O programa da rede britânica também acusou o ex-presidente de ter recebido propina durante o processo eleitoral para a sede da Copa do Mundo de 2022.

Ao demonstrarem que as acusações contra o ex-presidente atendiam critérios de noticiabilidade e que constituíam um fato jornalístico relevante, uma vez que foram noticiadas pela *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, mesmo que este último tenha mais defendido o presidente do que o acusado de atos ilícitos, as autoras questionam o fato do *Globo Esporte* ter ignorado os casos de corrupção. Para elas, há duas hipóteses para isso:

“(...) ou os critérios aplicados pelos jornais não foram os mesmos levados em consideração no programa da Rede Globo ou a visão jornalística foi idêntica e, por outra razão fora do campo jornalístico, as denúncias contra o presidente da CBF acabaram sendo ignoradas propositadamente” (OSELAME & COSTA, 2011, p. 4).

O que fica evidente, segundo elas, é que o jornalismo esportivo é visto como entretenimento para a principal emissora do país. Este entendimento de que a cobertura esportiva serve como uma válvula de escape, faz com que outros temas sejam privilegiados na composição do programa, mesmo que as denúncias contra Teixeira

atendam condições para serem transformadas em notícias, como sua relevância dentro do cenário esportivo, a possibilidade de que este caso tenham mais desdobramentos e sua proximidade para os brasileiros.

No entanto, Oselame e Costa apontam para o “viés comercial que exerce influência na produção jornalística” (2011, p. 10). Naquele momento, a Rede Globo era detentora exclusiva dos direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro de futebol e a negociação desses direitos era feita diretamente com o então presidente da CBF. Assim, as autoras levantam a possibilidade de os interesses comerciais terem influenciado nas decisões editoriais do *Globo Esporte*.

Vale lembrar que, em 2011, a emissora levou ao ar uma reportagem no *Jornal Nacional* sobre as denúncias de irregularidades contra Ricardo Teixeira. A reportagem aconteceu após o então presidente dizer em uma entrevista à *Revista Piauí* que só se preocuparia com críticas quando o maior telejornal do país publicasse algo negativo. A divulgação estremeceu a relação entre as partes, com a confederação acusando a *Globo* de querer “mostrar um jornalismo independente, apesar de estar envolvida na organização dos eventos para a Copa do Mundo de 2014” (Mazotte, 2011).

58

Para o jornalista Jamil Chade, Teixeira desenvolveu esta blindagem de diferentes formas. Em entrevista para Silva (2023), ele afirma que o cartola havia criado um sistema para levar radialistas brasileiros para jogos da seleção, o que criava um sentimento de gratidão na imprensa. Além disso, ele reforça a postura de retaliação às críticas. Segundo Chade, havia três caminhos propostos pelo presidente: premiação, punição e intimidação. A primeira significava ter retribuições através do silêncio, isto é, “fazer vista grossa para tudo o que não for interessante” e “em troca, você ganha prêmios (...) entrevista o craque da seleção” (apud Silva, 2020, p. 223). Já a punição consistia em não ter esses agrados para jornais e jornalistas que tivessem publicado denúncias ou conteúdos críticos sobre a confederação. Por fim, o último caminho era não ser aceito em coletivas de imprensa ou pedir para ser retirado, pois, só assim, Teixeira daria entrevista. Chade mostra que esta postura ultrapassa “todos os limites (...) no próprio jornalismo e na relação entre a fonte e entrevista” (apud Silva, 2020, p. 223).

A partir deste levantamento, busca-se analisar a reportagem ‘*Coisas Extravagantes*’ produzida por Allan de Abreu para a *Revista Piauí*, com o objetivo de compreender como a matéria se diferencia de um estado atual do jornalismo esportivo marcado pela política de boa vizinhança. Para isso, este destrinchamento também se baseará na obra de Nelson Traquina e na entrevista feita com o jornalista para o artigo. Com estas bases, pretende-se destacar os valores-notícias que comportam os critérios de noticiabilidade para a denúncia de Abreu, a fim de reforçar a necessidade do papel investigativo na editoria de esporte.

‘*Coisas Extravagantes*’ e os critérios de noticiabilidade

Traquina (2005) define que os critérios de noticiabilidade de um acontecimento são o conjunto de valores-notícias que determinam se o ocorrido é “merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’” (p. 63). Os valores-notícias podem ser divididos entre os de seleção: aqueles utilizados pelo jornalista para escolher um assunto como candidato a virar notícia; ou de construção: “a qualidade da sua construção como notícia”, funcionando como “linhas-guia para a apresentação do material” (p. 78).

59

A reportagem destaca o uso das finanças da CBF para fins pessoais durante a gestão de Ednaldo Rodrigues, presidente da entidade de agosto de 2021 até maio de 2025, e que, segundo a matéria, potencializou essa prática a níveis nunca antes vistos. Ao mesmo tempo, ocorre um contraste com a falta de investimento dentro do futebol brasileiro, como a não capacitação de juízes ou a não construção de centros de treinamentos pelo Brasil. Desta forma, pode-se entender que, ao trazer estes contrastes, o jornalista também traz um primeiro valor-notícia de seleção que compõe os critérios de noticiabilidade da sua reportagem: a infração.

O valor-notícia de infração significa a violação ou transgressão de regras e está atrelado, em muitos casos, ao escândalo. Somado a isso, Traquina aponta como este tipo de acontecimento “corresponde à situação mítica do jornalista como ‘cão de guarda’ das instituições democráticas” (p. 85).

Voltando ao contraste feito entre o uso do dinheiro da CBF para fins pessoais e a falta de investimentos no âmbito esportivo, Allan de Abreu², em entrevista para este artigo, explica que este recurso é uma forma de trazer um fato mais concreto de como os desmandos dentro da confederação afetam o futebol nacional. O objetivo foi mostrar que a gestão esportiva impacta no futebol dentro do campo e que ambos se relacionam dentro desta estrutura. O jornalista explica a importância de trazer concretude às denúncias: “É um ponto que o jornalismo tem sempre que estar atento, para não ficar só em discussões etéreas de desvio de dinheiro, sem que as pessoas entendam o que isso tem a ver com a vida delas”.

O que se vê, portanto, é o uso da relevância como outro critério de noticiabilidade. A relevância é um valor-notícia de seleção que diz sobre a “preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas” (Traquina, 2005, p. 80). Denúncias de desvio de dinheiro podem não dizer muita coisa se não forem mostradas as consequências de tal ação, como a falta de investimento no futebol brasileiro, por exemplo. É perceptível a preocupação de Abreu em enfatizar os problemas que impactam a qualidade do futebol nacional e como isto também traz consequências para o torcedor.

60

Mais do que falar do desvio de recursos, a reportagem enfatiza a desorganização da confederação. As denúncias de assédio sexual e moral mostram a entidade como um ambiente hostil às mulheres e de espionagem. Para trazer esta ‘radiografia’, termo utilizado no título, Abreu contou com depoimentos de 22 funcionários e ex-funcionários que foram entrevistados ao longo de 3 meses, como relatou o jornalista. Estas fontes, que o procuraram para esta investigação, foram a base principal para a construção da reportagem. Contudo, Traquina alerta:

“(...) o ‘sentido dos acontecimentos’ dos repórteres e os seus métodos de ver a noticiabilidade das ocorrências se baseiam em esquemas de interpretação com origem nos funcionários das instituições e usados pelos funcionários das instituições às quais os jornalistas dão cobertura” (TRAQUINA, 2005, p. 94).

² Entrevista concedida a Antônio Moraes de Paiva em 03/07/2025

Nesse sentido, o jornalista deixa claro que todas as fontes apresentam interesses por trás, ainda mais quando se trata de acusações contra Ednaldo Rodrigues, que criou inúmeras inimizades durante seu mandato. Tanto que ele entende que o processo de apuração não foi tão difícil justamente por conta destes inimigos criados pelo então presidente da CBF. Porém, junto com os depoimentos, os entrevistados também forneceram documentos que comprovaram as denúncias feitas.

Neste ponto, é importante mencionar que a CBF, por ser uma entidade privada, não precisa tornar público nenhum documento, o que torna o processo de apuração e levantamento de documentos mais difícil. Mais uma vez, fica evidente que a relação conflituosa de Ednaldo Rodrigues com os funcionários e ex-funcionários facilitaram a obtenção de relatos e documentações que comprovam as histórias contadas.

No entanto, o então presidente também colaborou com a reportagem, em uma entrevista que ocorreu ao final da apuração. Para Allan de Abreu, a conversa serviu para entender a figura e constatar alguns de seus costumes, como o de não olhar nos olhos da pessoa com quem está conversando. Assim, Abreu utiliza de um valor-notícia de construção que é a personalização, ou seja, “valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento: acentuar o fator pessoa” (Traquina, 2005, p. 92). Trazer estas características de Rodrigues e mostrar como elas estão presentes em sua gestão, aumenta a possibilidade da notícia ser notada.

61

O jornalista também fez mais de dez perguntas sobre as denúncias de irregularidades dentro da CBF. Todas as questões foram respondidas por escrito, mas, segundo Abreu, não esclareceram os relatos narrados na matéria. Como exemplo, há uma passagem em que Ednaldo Rodrigues é questionado sobre despesas pessoais pagas pela CBF. Ele afirma que reembolsou estes gastos aos cofres da confederação, porém, não compartilhou nenhum comprovante destes reembolsos à *Piauí*.

É a partir desta entrevista que fica claro seu objetivo com tantos agradecimentos para federações, políticos e outras personalidades brasileiras. A conversa com Rodrigues ocorreu em fevereiro deste ano, algumas semanas antes da eleição para o comando da CBF, como explica a reportagem. Para o presidente, que queria estender o seu mandato

por mais quatro anos, as denúncias eram vistas como perseguição. Para o jornalista e os leitores da reportagem, estas atitudes do cartola representavam formas de continuar no poder e promover uma gestão centralizada em sua pessoa. Rodrigues foi reeleito em 24 de março de 2025, em uma votação marcada por polêmicas, principalmente pelo peso do voto das Federações Estaduais e por ser o único candidato do pleito. A reportagem da *Revista Piauí* saiu oito dias depois, em 1º de abril. Abreu aproveita este gancho e utiliza o tempo, valor-notícia de seleção, para a publicação de sua matéria: “A existência de um acontecimento na atualidade já transformada em notícia pode servir de ‘news peg’ ou gancho (...) para outro acontecimento ligado a esse assunto” (Traquina, 2005, p. 81).

Como aponta a reportagem, através do depoimento do jornalista Juca Kfourir, “Rodrigues opera para obter o respaldo de que desfrutaram seus antecessores” (2025, p. 4). A diferença para outros mandatos, como mostra a reportagem e já foi mencionado anteriormente, é que Ednaldo Rodrigues potencializou este mecanismo e repetiu estes vícios em uma escala maior. Aqui, podemos pensar na discussão proposta por Traquina sobre a notabilidade como um valor-notícia de seleção. Ao explicar que este critério diz sobre a tangibilidade do assunto, o autor questiona que o “campo jornalístico tem maiores dificuldades na abertura de problemáticas” (p. 82) e, por isso, o trabalho do jornalista tem o acontecimento como ênfase, uma vez que estes são possíveis de serem vistos.

O conteúdo produzido por Allan de Abreu traz um fato concreto, a radiografia da gestão Rodrigues, mas, em seu texto, é possível notar como ele também está falando da estrutura de funcionamento da CBF. O que fez com que agora esta estrutura fosse noticiada foi como Rodrigues usou este mecanismo de uma forma nunca antes vista. O próprio jornalista compartilha deste ponto de vista ao comentar sobre a mudança na presidência da confederação que ocorreu após a publicação da matéria: “A estrutura viciada continua. As pessoas que são empoderadas lá dentro continuam as mesmas. Esse é o pano de fundo que precisaria ser mudado”.

A publicação também escancara as relações políticas que envolvem a entidade e mostram como o futebol brasileiro está envolvido com a política nacional, seja através da ‘bancada da bola’, dos conchavos com o ministro do STF, Gilmar Mendes, ou com as disputas que envolviam aliados do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. A notoriedade dos autores envolvidos neste enredo, indo além do então presidente da CBF, é outro valor-notícia de seleção fundamental para que este acontecimento mereça ser transformado em notícia.

A investigação jornalística no futebol

“No caso da CBF, a fiscalização desses órgãos é reativa. Ou seja: só entra em campo quando alguém apresenta alguma denúncia” (Abreu, 2025, p. 8). Este trecho levanta uma das questões que norteou a produção deste artigo: qual é o papel do jornalismo em situações como a da CBF? Óbvio que o questionamento não busca equivaler a produção de uma reportagem investigativa à atuação de órgãos como o Ministério Público. Porém, conteúdos como a matéria de Allan de Abreu podem servir para impactar a opinião pública e trazer alguma mudança em como o esporte é gerido dentro de grandes instituições, reforçando a posição do jornalista como ‘cão de guarda’.

63

Corroborando com isso, o próprio Allan de Abreu entende que sua matéria impactou a saída de Ednaldo Rodrigues do comando da CBF. Após a reportagem, outra denúncia surgiu contra o então presidente: a de que ele teria fraudado a assinatura de Antônio Carlos Nunes, ex-presidente da confederação, o que permitiu sua permanência no cargo. Sem a publicação de ‘*Coisas Extravagantes*’ era possível que Rodrigues voltasse ao posto por meio de uma decisão do ministro do STF, Gilmar Mendes. No entanto, após a reportagem, o ministro foi alvo de críticas nas redes sociais e no congresso. Então, “depois de todo o desgaste à sua imagem, (Gilmar Mendes) resolveu, enfim, pular do barco de Ednaldo Rodrigues” (Abreu, 2025).

O papel do jornalismo nesta fiscalização, portanto, é necessário e pode ser o início de uma investigação mais completa por parte dos órgãos públicos, principalmente em entidades privadas, como o caso da Confederação Brasileira de Futebol. Na

entrevista concedida à este artigo, o jornalista reforça que a denúncia em instituições privadas depende de uma terceira pessoa ou parte, que, normalmente, é a imprensa.

A partir desse entendimento, surge outra pergunta fundamental para esta publicação: por que o jornalismo esportivo faz, cada vez menos, reportagens investigativas? Para Abreu, um primeiro ponto é a crise do jornalismo tradicional, a perda de receita e, como consequência, o corte em equipes. Porém, a principal causa foi, segundo ele, o sequestro do jornalismo esportivo pelo entretenimento e pelo dinheiro. “A informação de qualidade, isenta, imparcial, desinteressada, talvez não seja o mais importante para boa parte dos jornalistas esportivos de hoje”, afirma. Esta situação se agrava quando pensamos nas editorias de esporte dentro de emissoras televisivas, onde os direitos de transmissão se tornam um fator importante nesta relação.

Como exemplo, Abreu cita o caso da *Rede Globo*, principal detentora dos direitos de transmissão esportiva no país. Por estar em constante negociação com a CBF, dificilmente alguma reportagem irá criticar a confederação ou o futebol brasileiro. Mais do que isso, o *Grupo Globo* como um todo não repercutiu a matéria da Revista Piauí sobre a gestão Ednaldo Rodrigues, incluindo o canal *Sportv*, especializado na cobertura esportiva. Fatos como estes corroboram para esta análise do sequestro do jornalismo esportivo e servem para entender como um jornalista que não é focado em esportes produziu uma reportagem de suma importância para a área. Como complemento, Abreu diz que a Revista *Piauí* é uma “ilha de isenção” dentro do jornalismo, o que possibilita a produção de conteúdos mais aprofundados. Então, podemos ver como a “direção da organização jornalística (...) podem influenciar o peso dos valores-notícias com a sua política editorial, às vezes por razões pessoais, dando prioridade a certo assunto ou tema” (Traquina, 2005, p. 93).

Outro ponto nesta complexa situação é a relação entre cartolas e jornalistas. Abreu aponta que, em muitos casos, o profissional da imprensa se torna refém de dirigentes, uma vez que estes são a principal fonte de informação dentro de clubes e seleções e que, então, críticas ou denúncias podem impactar este diálogo. Com isso, o caminho da apuração se torna mais difícil e escasso. “Você precisa de pessoas que

estejam dispostas a correr esse risco de falar, revelar informações sensíveis sobre outras pessoas”. Foi isto que aconteceu para a produção da reportagem analisada neste artigo. Além disso, pode-se afirmar que o jornalista, por não ter um trabalho especializado na área, teve uma liberdade maior para a produção de um conteúdo investigativo, já que a produção de denúncias sobre a confederação não impactaria em uma possível relação com fontes internas da entidade e que seu trabalho não sofreria retaliações futuras como um jornalista da editoria de esportes poderia sofrer.

Considerações Finais:

‘*Coisas Extravagantes*’ conta com inúmeros valores-notícia que comprovam sua relevância e importância. A reportagem mostra que o abuso de poder dentro da gestão de Ednaldo Rodrigues é passível de se transformar em notícia. Ela também reforça como as relações políticas e comerciais existentes dentro do futebol também atendem critérios de noticiabilidade. Desta forma, questiona-se a falta de produções investigativas sobre o assunto. Como foi mostrado durante este artigo, o jornalismo investigativo dentro da editoria de esporte foi perdendo força nas últimas décadas, seja pela falta de receita de alguns dos principais veículos, como o caso da *Revista Placar*, seja pelo predomínio de uma cobertura voltada ao entretenimento.

Além disso, outro fator importante nesta equação é a relação entre cartolas e jornalistas. Desde a dissertação defendida por Fonseca em 1981, é notável que a política clubística tem influência no trabalho dentro das redações. O autor já dizia como esta relação trazia matérias mais positivas sobre dirigentes, mesmo que estas figuras não gozassem de tanto prestígio. Com o passar dos anos, esta associação não só parece se manter como ganhou novos contornos, como a questão dos direitos de transmissão. Soma-se a isso a própria linha editorial dos veículos, a “caixa escura”, que impacta no resultado final de uma matéria e a forma como os representantes dos clubes tratam os profissionais da imprensa: ou são reféns das informações que eles possuem; ou podem sofrer represálias caso façam alguma crítica ao clube e diretores esportivos. No meio

deste jogo envolvendo várias peças, o jornalista esportivo se vê em um ponto delicado, onde corre riscos de dirigentes e de seu próprio local de trabalho.

Voltando ao que Fonseca disse ao concluir sua pesquisa (p. 112): “Só a perfeita compreensão da exata medida política e social, tanto do esporte como do jornalismo esportivo, levará o jornalista esportivo a dignificar a sua tarefa, agora e no futuro”.

Referências

ABREU, Allan de. “Coisas extravagantes”: uma radiografia da gestão de ednaldo rodrigues na cbf. Uma radiografia da gestão de Ednaldo Rodrigues na CBF. *PIAUI*, 2025. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/uma-radiografia-da-gestao-de-ednaldo-rodrigues-na-cbf/>.

Acesso em: 04 ago. 2025.

ABREU, Allan de. Por que Ednaldo Rodrigues caiu – de novo. *PIAUI*, 2025. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/ednaldo-rodrigues-caiu-cbf-gilmar-mendes/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ABREU, Allan de. Entrevista sobre a reportagem *Coisas Extravagantes*. *Entrevista concedida a Antônio Moraes de Paiva*. 2025

BURLÁ, Leo; ARANTES, Thiago. ESPN suspende participação de 6 jornalistas após programa com crítica à CBF. *UOL*, 2025. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2025/04/09/espn-afasta-6-jornalistas-apos-programa-com-criticas-a-gestao-da-cbf.htm>. Acesso em: 04 ago. 2025.

FONSECA, Ouhides João Augusto da. Cartola e o jornalista: influência da política clubística no jornalismo esportivo de São Paulo. 1982. *Dissertação* (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARQUES, José Carlos. Esportes e os meios de comunicação no Brasil: vícios e virtudes de um matrimônio secular. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weishaupt (Orgs.). *O futebol nas ciências Humanas no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

MAZOTTE, Natalia. Reportagem abala relação entre CBF e Globo. *LaTam Journalism Review*, 2011. Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/reportagem-abala-relacao-entre-cbf-e-globo/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

OSELAME, Mariana Corsetti; COSTA, Cristiane Finger. A lógica da notícia no caso Ricardo Teixeira. 2011, Recife. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Congresso 2011.

ROCCO JUNIOR, Ary José e BELMONTE, Wagner Barge. Da informação ao entretenimento: análise do jornalismo esportivo brasileiro pela trajetória histórica da Revista Placar. *Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. São Paulo: Intercom. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-1668-1.pdf>

SILVA, Breno Carlos da. “O pior cego é aquele que só vê a bola: os cartolas da CBF e a confusão público-privado no Brasil”. *Tese de Doutorado em Ciências Sociais*. UNESP-Araraquara, 2023.

TRAQUINA, Nélon. *Teorias do jornalismo II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005b.

ZARKO, Raphael; LINCOLN, Ronald. Ednaldo Rodrigues é reeleito por aclamação na CBF: "Tentaram até golpe. Resistimos e vencemos". *GE-GLOBO*, 2025. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/2025/03/24/candidato-unico-na-cbf-ednaldo-rodrigues-e-reeleito-por-aclamacao-para-mandato-de-2026-a-2030.ghtml>. Acesso em: 04 ago. 2025.



JORNALISTAS E CIENTISTAS NA UNIVERSIDADE: A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO ESPAÇO (COM)PARTILHADO¹

Carolina Abbadia Melo²

Magno Luiz Medeiro da Silva³

RESUMO: O artigo discute o potencial da cooperação entre jornalistas e cientistas na produção de conteúdo voltado à divulgação científica em veículos digitais das universidades públicas. Com uma abordagem qualitativa e quantitativa, a pesquisa analisa o processo de produção do Jornal UFG, com ênfase na dinâmica de interação entre esses atores sociais e nos impactos da divulgação das pesquisas. O estudo de caso combina o relato de experiência da autora, a pesquisa documental e a análise de conteúdo, em diálogo com as reflexões teóricas sobre jornalismo científico. Observou-se que, embora a literatura destaque os aspectos de divergência entre jornalistas e cientistas, a parceria entre eles pode ser sistematizada na rotina produtiva do jornalismo na universidade, mostrando-se promissora para ampliar o acesso público às pesquisas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: *Divulgação científica. Jornalismo científico. Universidade. Jornalistas. Cientistas*

ABSTRACT: The article discusses the potential of cooperation between journalists and scientists in producing content aimed at science communication in the digital media of public universities. Using both qualitative and quantitative approaches, the research analyzes the production process of Jornal UFG, emphasizing the dynamics of interaction between these social actors and the impacts of research dissemination. The case study combines the author's experience report, documentary research, and content analysis, in dialogue with theoretical reflections on science journalism. The study found that, although the literature often highlights divergences between journalists and scientists, their partnership can be systematized within the university journalism routine, proving to be a promising way to expand public access to Brazilian research.

KEYWORDS: *Science communication. Science journalism. University. Journalists. Scientists*

¹ Este artigo constitui uma versão ampliada e revisada do trabalho com abordagem descritiva e quantitativa apresentado no 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. A presente versão avança ao adotar uma perspectiva qualitativa, incorporando elementos inéditos e complementares.

² Jornalista da Secretaria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFG). E-mail: carolina.melo@ufg.br.

³ Pós-doutor pela Universidade de Brasília (UnB), professor titular da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG) e dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFG) e em Direitos Humanos (PPGDH/UFG). E-mail: magno@ufg.br.

Introdução

O acesso aberto e democrático das informações, dados de pesquisas e inovações tecnológicas norteia o debate mais atual sobre a ciência aberta, que também direciona a atenção ao incentivo à participação cidadã qualificada na construção do conhecimento. Tais premissas miram no desenvolvimento e no aprimoramento das descobertas e saberes científicos, e reforçam o papel estratégico da divulgação científica - tanto na promoção da visibilidade das pesquisas, quanto na popularização da ciência e letramento científico (Pereira, 2022; Packer, Santos, 2019; Rezende, Drummond, 2023).

Ao transitar “fora dos canais tradicionais da comunicação científica”, ou seja, daqueles direcionados à troca informativa entre especialistas, a divulgação científica “pode ou não ser produzida pelos pesquisadores ou cientistas” e visa garantir o acesso ao conhecimento a “seu público principal: o cidadão comum, o não especialista” (Bueno, 2018, p. 57). Sua prática tem ganhado crescente reconhecimento pelas políticas públicas nacionais e diretrizes acadêmicas, como evidenciado pelas novas regras de avaliação e classificação dos periódicos e artigos científicos do Brasil, estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2025; Salomão; Santos, 2025).

Com a nova abordagem da avaliação científica proposta pela Capes para o quadriênio 2025-2028, o diálogo entre a ciência e a sociedade ganha destaque, por meio de métricas que valorizam a visibilidade, o engajamento e a acessibilidade do conhecimento para além dos círculos acadêmicos. Nesse cenário, além de indicadores tradicionais, como a média de citações e o fator de impacto convencional, a altimetria (*altmetrics*) é incorporada como um instrumento complementar para mensurar o impacto social das publicações científicas. Isso implica que será levado em conta também o alcance dos artigos científicos em redes sociais, como *Twitter* e *Facebook*, e em plataformas digitais, como *blogs* e jornais digitais. As novas diretrizes, portanto,

conferem protagonismo às estratégias de divulgação científica, entre elas, o jornalismo científico digital (Brasil, 2025; Salomão; Santos, 2025).

O jornalismo científico se caracteriza pela confluência entre os gêneros discursivos científico e jornalístico. Trata-se de uma atividade que adota os princípios do jornalismo tradicional, mas com foco em temas complexos relacionados à ciência e à tecnologia. Sua linguagem é adaptada para tornar o conteúdo compreensível ao público geral, sem perder o rigor necessário para atender também ao público especialista (Bertolli Filho, 2006; Caldas, 2011).

Potenciais aliados dos cientistas e centros de pesquisa, o jornalismo emprega a sua linguagem com o objetivo de transmitir dados e informações sobre pesquisas e tecnologias tendo como preocupação fundante a acessibilidade ampliada do conteúdo informativo por meio do tratamento objetivo, simples e claro dos dados, (Traquina, 2012).

Considerando que, na sociedade brasileira, a grande parte dos centros de pesquisa está localizada dentro das universidades públicas, atenta-se para o potencial do jornalismo científico produzido pelos servidores públicos dessas instituições. Neste sentido, busca-se compreender a dinâmica de interação entre jornalistas e cientistas no contexto universitário, analisando, a partir do Jornal UFG, da Universidade Federal de Goiás, como essa relação se estabelece ao longo do processo de produção jornalística e quais são seus impactos na divulgação científica e no acesso público às pesquisas.

Relação entre jornalistas e cientistas

Estudos acadêmicos na área do jornalismo científico têm ilustrado sistematicamente as divergências de perspectivas entre jornalistas e cientistas sobre o processo de produção do conteúdo jornalístico. As divergências são apontadas como um obstáculo para a prática jornalística e a divulgação científica. Os principais aspectos de

tensão incluem a disparidade entre as linguagens dos dois campos de conhecimento - ciência e jornalismo; a discordância quanto à abordagem e ao aprofundamento, ou seja, ao enquadramento das informações; a precisão; e as relações comunicativas marcadas pela desconfiança entre jornalistas e fontes especialistas (Melo; Medeiros, 2024).

Embora a literatura acadêmica no Brasil, incluindo a tese pioneira de Wilson da Costa Bueno (1984), tenha enfatizado o cenário de conflitos entre jornalistas e cientistas, a comprovação empírica do fenômeno ainda é limitada (Melo; Medeiros, 2024). Em sua tese, Bueno (1984) observou que o tema estava presente em reuniões e congressos da área e ilustrava um panorama em que cientistas acusavam jornalistas de superficialidade e sensacionalismo, e jornalistas retrucavam com críticas ao hermetismo e à prepotência dos cientistas. Contudo, o autor também ponderou que as divergências “não se situam nos aspectos mais gerais e mais relevantes: resumem-se a detalhes operacionais”, e que ambos os profissionais compartilham lutas comuns ao estarem “submetidos ao jugo do poder econômico e do poder político” (Bueno, 1983, p.41-42). Apesar disso, a literatura posterior privilegiou a ênfase nas divergências mais do que nas convergências (Melo; Medeiros, 2024).

Um levantamento realizado em 2024 na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) identificou que de 155 pesquisas mapeadas sobre jornalismo científico no Brasil, apenas cinco - todas elas dissertações - propuseram discutir o relacionamento entre cientistas e jornalistas. Quatro delas abordaram exclusivamente a percepção dos cientistas, e apenas uma incluiu a perspectiva dos jornalistas. As investigações se limitam a analisar as percepções dos próprios atores sociais, sem avançar na análise empírica de como as relações entre os sujeitos se manifestam no processo de produção do conteúdo jornalístico (Melo; Medeiros, 2024).

Enquanto há cientistas e pesquisadores, em sua maioria servidores públicos das universidades brasileiras, que enfrentam dificuldade para transferir as suas reflexões e descobertas científicas para uma linguagem acessível - ao mesmo tempo em que são cobrados a fazê-lo -, há jornalistas, também servidores públicos dessas mesmas universidades, que podem contribuir com as ações de divulgação científica. Nesse sentido, entender como se dá o relacionamento entre esses sujeitos no espaço compartilhado da universidade, assim como o potencial de uma parceria sistematizada entre eles para a produção da divulgação científica no Brasil são interesses deste estudo.

Jornalismo profissional na universidade

O jornalismo exercido nas universidades brasileiras tem uma relação intrínseca à gestão da Comunicação das instituições que cumprem um papel fundamental à formação cidadã do país, promovendo educação, qualificação profissional, cultura e o avanço da ciência. A atuação das universidades ocorre por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão e a prática do jornalismo nesse ambiente, necessariamente, dialoga com o papel das instituições de ensino superior e sua tríade (Kunsch, 1982; Caetano *et al.*, 2021).

92

A produção jornalística na universidade ganhou destaque durante a pandemia de covid-19, ao atuar como mediadora entre as pesquisas acadêmicas e a sociedade. Observou-se que a própria mídia tradicional recorreu a esses veículos que deram visibilidade às descobertas voltadas ao enfrentamento da crise sanitária global (Tôzo, 2024).

De acordo com Carla Tôzo, o jornalismo realizado nas universidades preenche “lacunas deixadas pela grande mídia” ao mesmo tempo em que contribui para a valorização da universidade e da ciência. A autora pesquisou a produção dos jornais vinculados às instituições de ensino durante a pandemia (Tôzo, 2024, p. 273):

Quando se observa que a atuação do jornalismo nas universidades brasileiras contribui para o fortalecimento da divulgação científica nacional, evidencia-se o seu potencial para a democratização do acesso às informações sobre pesquisas, estudos e cientistas presentes em todo o território nacional. Isso porque as universidades - e, consequentemente, os centros de pesquisa e os pesquisadores - estão distribuídas nas cinco regiões brasileiras, inclusive no interior, e não somente na região sudeste que geralmente ganha maior visibilidade nos veículos de comunicação tradicionais.

Jornais digitais

Ainda que a produção jornalística nas universidades se manifeste nas mais diversas mídias, tais como rádios, TVs e revistas, o foco deste estudo recai sobre a produção dos jornais digitais, com espaços próprios na *web*. São espaços virtuais que têm a capacidade de romper a bolha acadêmica e alcançar a sociedade de múltiplas formas: seja por meio das buscas orgânicas realizadas pelo leitor em sites de pesquisas; seja por meio de estratégias de divulgação nas redes sociais dos próprios veículos; ou mesmo por meio de um contato mediado para trocas informativas com a mídia tradicional local e nacional.

93

Entre os jornais mais conhecidos estão o Jornal da USP, da Universidade de São Paulo (USP); o Jornal da Unicamp, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ambas instituições localizadas na região Sudeste; o Jornal Beira do Rio, da Universidade Federal do Pará (UFPA), na região Norte; o Jornal da Universidade (JU), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na região Sul, e o Jornal UFG, da Universidade Federal de Goiás (UFG), na região Centro-Oeste. Todos esses veículos digitais atuantes no processo de divulgação científica por meio do jornalismo científico (Tôzo, 2024; Ewerton; Cardoso, 2021).

Por meio da leitura desses jornais vinculados às instituições públicas federais ou estaduais de ensino superior é possível acompanhar o andamento de pesquisas, descobertas e estudos científicos e também conhecer quem vem produzindo Ciência no Brasil, ou seja, quem são os cientistas brasileiros.

Na produção jornalística da universidade sobre ciência, um aspecto que se destaca é o contato facilitado entre jornalistas e fontes, ou seja, entre cientistas e jornalistas, uma vez que ambos compartilham o mesmo espaço profissional: o ambiente acadêmico. O relacionamento entre esses sujeitos sociais, portanto, tende a ser diferente daquele estabelecido no espaço da imprensa tradicional e este fenômeno tende a contribuir para o processo da divulgação científica criteriosa e, ao mesmo tempo, acessível, quando alia o rigor próprio da ciência e da análise do cientista e a linguagem jornalística e a expertise do jornalista.

Um caso em específico: o Jornal UFG

94

O Jornal UFG é um veículo vinculado à Universidade Federal de Goiás (UFG) e criado em 2006 durante a reestruturação da então Assessoria de Comunicação (Ascom) - atual Secretaria de Comunicação (Secom). Lançado em formato impresso, o periódico surgiu em um contexto de expansão da universidade, marcado pela interiorização, com a consolidação dos *campi* nos municípios de Catalão e Jataí (Neves *et al.*, 2022).

Inicialmente, o impresso apresentava uma linha editorial híbrida, ou seja, ainda que o conteúdo institucional e de serviço - divulgação de eventos, cursos, notícias da gestão superior da universidade - fosse predominante, refletindo a função típica de um veículo de assessoria de comunicação, o jornal direcionava um tímido espaço para a divulgação científica (Neves *et al.*, 2022).

A presença digital do Jornal UFG teve início em 2010, com a criação de um *site* que complementava a versão impressa. O jornal passou a incorporar seções exclusivas

para a plataforma *online*, como *Twittadas* e *Como Assim?*, esta última voltada para curiosidades científicas. Apesar de marcar uma fase de maior diversidade de conteúdo, a produção de caráter institucional - ou seja, vinculada à gestão superior - ainda era preponderante (Neves *et al.*, 2022).

O olhar mais voltado para a divulgação científica no Jornal UFG foi impulsionado com a implantação, na então Ascom, do Projeto Visibilidade em 2015, com vistas a ampliar a presença da universidade na mídia. A iniciativa incluía planejamento estratégico, monitoramento de resultados e incentivo à produção de pautas jornalísticas com viés científico. Nesse mesmo ano, o jornal passou por uma reformulação gráfica e o conteúdo sobre ciência passou a receber maior atenção editorial (Neves *et al.*, 2022).

A transição para o formato digital ocorreu no final de 2018, quando o jornal extinguiu a versão impressa e migrou exclusivamente para o meio *online*, adotando as publicações em fluxo contínuo, organizadas em seis editorias: Ciências Naturais; Tecnologia; Saúde; Humanidades, Arte e Cultura, Institucional.. O marco consolidou o veículo como um canal prioritário de divulgação científica (Neves *et al.*, 2022).

A dinâmica de interação entre jornalistas e cientistas ao longo do processo de produção do Jornal UFG, assim como os impactos de sua produção na divulgação de pesquisas para o amplo acesso público, é o interesse deste estudo. A partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, optou-se pelo estudo de caso que combinou o relato de experiência da autora - jornalista e servidora pública de universidade pública; a pesquisa documental; e a análise de conteúdo.

O estudo de caso é especialmente apropriado para pesquisas que buscam compreender práticas contemporâneas em contextos empíricos, sendo um método adequado quando o fenômeno investigado está intimamente inserido em seu ambiente

real. Trata-se de uma estratégia que possibilita a observação da realidade social e a descrição dos fenômenos específicos (Yin, 2001; Duarte, 2005)

O relato de experiência foi utilizado como instrumento de coleta de dados, pois permitiu a exposição crítica da prática profissional. O relato se caracteriza pelo registro de vivências com o objetivo de transformar a “experiência próxima”, relativa ao cotidiano, em “experiência distante”, “empregada de maneira intencional para a compreensão, crítica e reflexão diante dos acontecimentos, ou seja, constituição analítica do conhecimento” (Mussi *et al.*, 2021, p. 64).

Essa modalidade de relato compartilha e reflete criticamente sobre uma vivência ou intervenção já realizada, transformando essa experiência em conhecimento sistematizado e divulgável. Para tanto, “descreve fenômenos a partir de possíveis estabelecimentos de relações das ações” e deve ser apresentado a partir de uma perspectiva acadêmica, com coerência, consistência e objetivação, focando na reflexão crítica da experiência (Mussi *et al.*, 2021, p.71).

A pesquisa documental, realizada por meio de documentos - escritos ou não - denominados de fontes primárias - foi empregada para fazer o levantamento das notícias e reportagens sobre pesquisas desenvolvidas na universidade e publicadas no Jornal UFG entre os meses de janeiro e maio de 2025. No mesmo período, também foram analisadas matérias jornalísticas sobre a mesma temática - pesquisas da UFG - divulgadas pela imprensa tradicional. Este último levantamento foi possível por meio da análise do *clipping* da Secretaria de Comunicação da UFG, disponível em seu *site* institucional. Por fim, a análise de conteúdo forneceu base para organizar e sistematizar as informações, e identificar padrões (Lakatos; Marconi, 2003; Yin, 2001)

Dinâmica de interação e produção da divulgação científica

A produção do conteúdo jornalístico de divulgação científica do Jornal UFG é dependente da cooperação entre jornalistas e cientistas ao longo de todas as etapas da rotina produtiva, desde a manifestação da pauta até a publicização da matéria jornalística. Com a linha editorial “voltada exclusivamente para a divulgação científica”, conforme a apresentação do veículo digital, em seu *site*, o seu espaço é dedicado a publicizar principalmente as pesquisas, estudos científicos, rotinas acadêmicas, de laboratórios e dos pesquisadores no âmbito da universidade.

Quando se trata da divulgação de pesquisas científicas, ela só é concretizada pelo veículo digital após a aprovação e o referendo dos estudos por pares, seja em bancas examinadoras de dissertações e teses, seja por meio da publicação em revistas científicas conceituadas. Portanto, as escolhas das pautas dependem deste requisito: os estudos devem ter passado por um processo de arguição por meio de bancas avaliadoras.

A cooperação entre jornalistas e cientistas se manifesta na elaboração das pautas, na apuração da informação, na produção do texto e na divulgação da notícia. No caso das pautas, elas chegam à redação do jornal por meio dos próprios pesquisadores e também pelas buscas realizadas pelos jornalistas. O processo de apuração se baseia essencialmente nas trocas informativas estabelecidas entre jornalistas e cientistas. Ainda que haja espaço para ouvir outras fontes, geralmente os pesquisadores responsáveis pelo estudo científico são as fontes principais e, por vezes, as únicas fontes.

Após a finalização da escrita do texto jornalístico, sua publicação depende da aprovação prévia do texto pelo cientista. Embora a matéria jornalística seja apreciada de antemão pelo pesquisador, o jornalista tem a autonomia sobre a decisão da versão final que será publicada no Jornal UFG. A troca é estabelecida como um procedimento para se evitar a publicação de interpretações e dados equivocados do estudo científico.

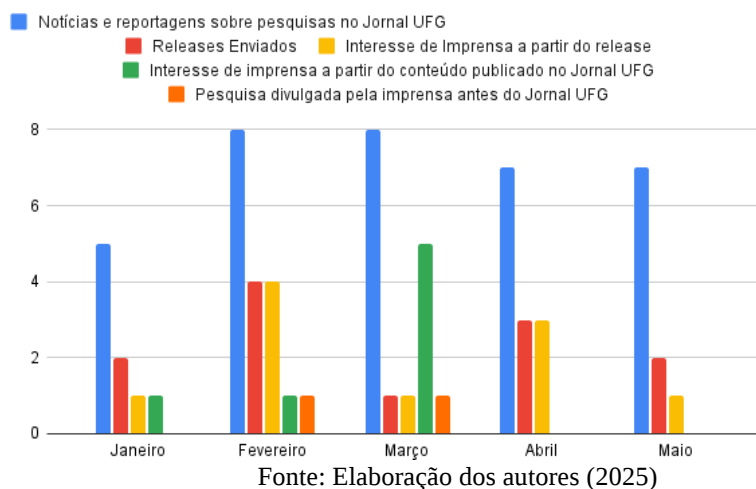
Desde o primeiro contato, o pesquisador é informado de que o produto jornalístico será publicado no Jornal UFG, podendo também seu texto ser adaptado para o envio de um release para a mídia tradicional. O objetivo é ampliar o alcance da matéria sobre ciência por meio da imprensa, com a mediação da Secretaria de Comunicação da universidade, que atua como ponte entre os pesquisadores e os veículos de comunicação, sempre que houver interesse. Portanto, algumas reportagens também são disseminadas externamente pela Secom, por meio de releases.

A parceria entre jornalistas e cientistas - neste caso, ambos servidores públicos das universidades brasileiras - no processo de produção do jornalismo científico para o ambiente digital é estruturada na rotina produtiva. Chama a atenção o fato de essa colaboração ter se consolidado mesmo diante da limitação de recursos humanos. Desde o início do ano de 2025, por exemplo, a equipe do Jornal UFG é composta por dois jornalistas servidores públicos, que acumulam as funções de edição e produção, e quatro estagiários, que se dividem entre as demandas do jornal e da assessoria da Secom UFG.

Pesquisas divulgadas

Tendo em vista identificar o alcance da divulgação científica, foram analisadas quantitativamente as matérias jornalísticas publicadas pelo Jornal UFG entre os meses de janeiro e maio de 2025 sobre pesquisas realizadas pela Universidade Federal de Goiás. Também se fez um comparativo com as notícias que tiveram repercussão na imprensa regional e/ou nacional, seja a partir da publicação no Jornal UFG ou de releases enviados pela Secom UFG, seja a partir da produção própria da imprensa.

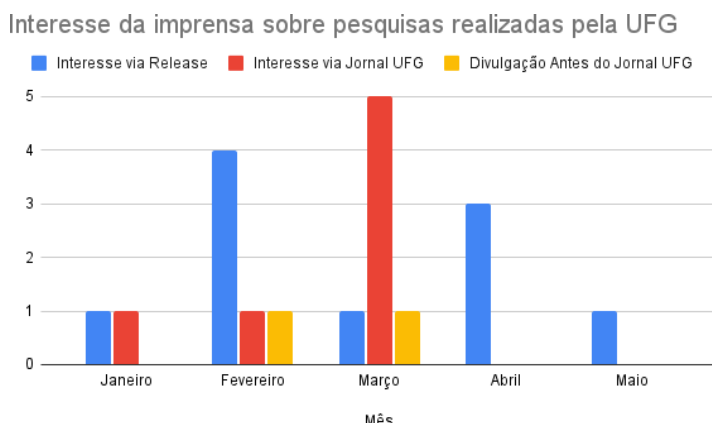
Tabela 1: Pesquisas da UFG divulgadas



De acordo com os dados levantados, verificou-se que o número de notícias sobre ciência divulgadas pelo veículo digital da universidade se manteve relativamente constante, com uma média de sete publicações mensais. O pico de produção ocorreu em fevereiro e março, com oito matérias jornalísticas divulgadas em cada um desses meses. Por sua vez, o mês de janeiro foi que o divulgou menos, ou seja, cinco notícias.

Nem todas as matérias sobre pesquisas publicadas no Jornal foram transformadas em releases distribuídos pela Secretaria de Comunicação. A proporção de matérias convertidas em releases por mês foi a seguinte: fevereiro (4 de 8); abril (3 de 7); janeiro (2 de 5); maio (2 de 7); e março (1 de 8). O mês de fevereiro teve o melhor aproveitamento: maior número de releases enviados - quatro - e todos eles foram repercutidos ao menos uma vez por algum veículo da mídia tradicional.

Tabela 2: Interesse de imprensa



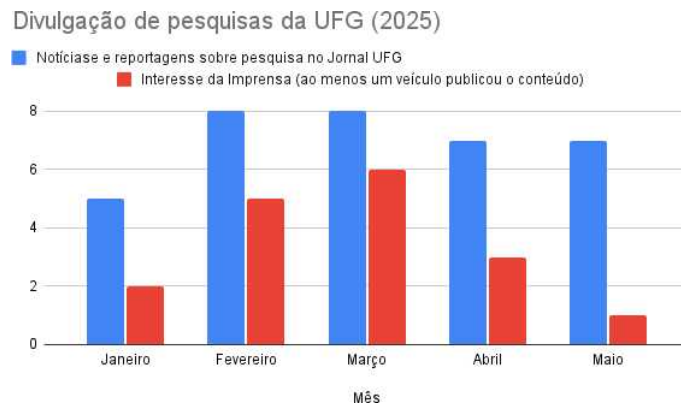
Fonte: Elaboração dos autores (2025)

O Jornal UFG serviu como fonte de informação primária para a imprensa nos meses de janeiro, fevereiro e março. O conteúdo publicado no mês de março, em especial, gerou o maior número de repercussões espontâneas: cinco notícias sobre ciência publicadas no jornal digital da universidade, sem envio prévio ou posterior de release, foram retratadas ao menos uma vez por algum veículo externo à UFG. Nos meses de janeiro e fevereiro houve interesse espontâneo da imprensa em relação a pelo menos uma matéria sobre ciência publicada a cada mês no Jornal UFG. Já em abril e maio não houve repercussão espontânea, o que pode indicar menor apelo dos conteúdos segundo os critérios editoriais dos veículos comerciais. Em fevereiro e março, um estudo científico realizado pela UFG foi divulgado em cada mês pela imprensa antes mesmo do Jornal UFG.

60

Interessante observar o papel desempenhado pelo jornal da universidade no campo da divulgação científica, quando publiciza pesquisas que não geram o interesse da imprensa tradicional: o canal da universidade acaba suprimindo as ausências deixadas pelos grandes veículos de comunicação, fenômeno também observado por Tôzo (2024).

Tabela 3: Divulgação



Fonte: elaboração dos autores (2025)

Outro aspecto igualmente relevante é o fato de o conteúdo sobre ciência divulgado pelo Jornal UFG diversificar as áreas de conhecimento que geralmente ganham destaque por meio do jornalismo científico. A partir do levantamento, foi possível identificar, por exemplo, que pesquisas realizadas na Faculdade de Artes Visuais (FAV/UFG) obtiveram o mesmo destaque em termos quantitativos do que as pesquisas realizadas no Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP/UFG).

61

Figura 1: Unidades acadêmicas e órgãos mais retratados pelas notícias de ciência no Jornal UFG



Fonte: elaboração dos autores com o auxílio do TagCrowd (2025)

Com base nos dados, visualiza-se que a Escola de Música e Artes Cênicas (Emac), a Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) e o Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) ganharam o mesmo destaque no Jornal UFG do que a Faculdade de Farmácia (FF), Faculdade de Medicina (FM) e do Instituto de Ciências Biológicas (ICB).

Considerações

Os cientistas de universidades ou de institutos públicos de pesquisa e os jornalistas estão entre as fontes que mais inspiram a confiança da população brasileira, de acordo com a sexta edição da pesquisa sobre “Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil”⁴, que teve o ano de 2023 como referência e foi realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). De acordo com os dados, as três primeiras fontes mais confiáveis, de acordo com a sociedade, são os médicos (26,2%), seguidos pelos jornalistas (25,3%) e pelos cientistas vinculados às instituições públicas (12,9%). Foram entrevistadas 1.931 pessoas acima de 16 anos, de todas as regiões do País.

Considerando que são as fontes de maior credibilidade na sociedade, é relevante analisar as possibilidades de cooperação entre esses atores sociais quando compartilham e partilham o mesmo ambiente profissional, ou seja, a universidade pública brasileira. Tendo como objeto de análise o Jornal UFG, da Universidade Federal de Goiás, direcionou-se a entender como se manifesta o relacionamento entre jornalistas e cientistas, ambos servidores públicos, na produção da divulgação científica. E se levou em conta, também, os impactos dessa parceria, quando é estruturada e sistematizada por meio da rotina produtiva do jornalismo científico,

A abordagem inova sobretudo quando confrontada com a literatura acadêmica sobre jornalismo científico que, desde a década de 1980, enfatiza predominantemente os aspectos de conflito e distanciamento entre cientistas e jornalistas, mesmo com a inexistência de estudos que analisem como de fato se estabelece essa relação.

Conforme se observou em levantamento realizado no ano de 2024, as pesquisas que se propõem a pensar o jornalismo científico brasileiro - depositadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, nacional, e identificadas por meio dos descritores “jornalistas” “cientistas” -, ainda carecem de abordagens empíricas que explorem como se estabelece, na prática, a relação entre jornalistas e cientistas, reproduzindo, assim, compreensões já consolidadas pela literatura (Melo; Medeiros, 2024).

⁴ Dados acessíveis e divulgados via portal <https://percepcao.cgee.org.br/home>.

Um olhar diferenciado sobre o fenômeno é proposto quando a análise se volta para o relacionamento entre jornalistas e cientistas que ocupam o mesmo local de trabalho. Conforme observa Ivanissevich (2005), eventuais atritos ocorrem devido ao fato de cientistas e jornalistas viverem “mundos diferentes, com regras próprias e objetivos díspares”. Mas e quando compartilham e partilham o mesmo ambiente, ainda que suas práticas se diferenciem em relação aos objetivos profissionais? Neste caso em específico, ambos estão situados e adaptados à cultura acadêmica preenchida pela pesquisa, pelo ensino e pela extensão.

O que se observa é a viabilidade das parcerias entre os atores sociais serem sistematizadas na rotina do trabalho jornalístico de forma promissora para a divulgação científica. Conforme se observou, mesmo com a equipe reduzida do Jornal UFG - com apenas dois jornalistas servidores públicos -, o veículo conseguiu divulgar em cinco meses um total de 35 pesquisas realizadas pela universidade.

No entanto, algumas reflexões críticas sobre o relacionamento entre jornalistas e cientistas da universidade devem ser consideradas. Por exemplo, quando o processo de apuração do jornalista no ambiente acadêmico se restringe predominantemente às trocas informativas com os cientistas, autores da pesquisa acadêmica, destaca-se o risco de uma abordagem deficiente nos termos do jornalismo científico. Assim como destaca Graça Caldas, o jornalista deve ter uma postura de investigador sem “estender o tapete vermelho para o cientista” (Tôzo, 2024, p.65) . Mas, isso é possível quando o jornalista tem vínculo institucional com a universidade? Ou seja, ainda que se observa os benefícios da aproximação entre jornalistas e cientistas no ambiente acadêmico para a divulgação científica, é necessário um maior aprofundamento sobre os contextos complexos que norteiam a prática desses sujeitos no espaço institucional tendo como foco de análise as boas práticas do jornalismo científico.

Referências

- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu: ciclo avaliativo 2025–2028: avaliação quadrienal 2029*. Brasília: CAPES, 2025. 79 p. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19052025_20250502_DocumentoReferencial_FICHA.pdf. Acesso em: julho 2025.
- BUENO, W. da C. A divulgação científica no universo digital: o protagonismo dos portais, blogs e mídias sociais. In: PORTO, C.; OLIVEIRA, K. E., ROSA, F. *Produção e difusão de ciência na cibercultura: narrativas em múltiplos olhares*. Ilhéus, BA: Editus, 2018.
- CAETANO, Eduardo Ferreira da Silva; CAMPOS, Ivete Maria Barbosa Madeira; CAVALCANTI, Vilma Pereira. A Captação de Recursos Próprios pelas Universidades Públicas Federais: autonomia ou mercantilização? *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação*, [S. l.], v. 11, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/114022>. Acesso em: 8 out. 2025.
- CALDAS, G. Mídia e políticas públicas para a comunicação da ciência. In: PORTO, C.M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T. (Org.). *Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 19-36. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y7fvr/pdf/porto-9788523211813-02.pdf>. Acesso: 8 out. 2025.
- CARDOSO, Everton; EWALD, Felipe. Jornal da Universidade (UFRGS): estratégias para valorizar a academia e a ciência durante a pandemia. In: GERALDES, Elen et al. *Comunicação e ciência na era covid-19*. São Paulo: Intercom, 2021. p. 178-185. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/uploads/wysiwyg/comunicacao-e-ciencia-na-era-covid-19.pdf>. Acesso: 8 out. 2025.
- FREITAS, W. R S., JABBOUR, C. J C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. *Revista Estudo & Debate* v.18, n.2, 2011. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560>. Acesso: 14 fev. 2025.
- IVANISSEVICH, Alicia Maria. A mídia como intérprete: como popularizar a ciência com responsabilidade e sem sensacionalismo. In: BOAS, Sergio Vilas (org). *Formação & Informação científica: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus Editorial, 2005.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Universidade e comunicação na edificação da sociedade*. São Paulo: Loyola, 1982

MELO, C. A.; MEDEIROS, M. Divergências entre jornalistas e cientistas na prática do jornalismo científico: uma proposta de pesquisa empírica. In: Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação (SEMIC), 18., 2024, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: PPGCOM/FIC-UFG, 2024.

MUSSI, R. F. De F., FLORES, F. F., ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional*. v.17, n. 48, p. 60-77, out/dez 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n48/2178-2679-apraxis-17-48-60.pdf> . Acesso: jun. 2025. NEVES, L. F. F., STECCA, K., PEREIRA, S. C. S. Da notícia institucional à divulgação científica: a trajetória do Jornal UFG em 16 anos de existência. *JCOMAL* 5(02), 2022. Disponível em:

https://jcomal.sissa.it/article/pubid/JCOMAL_0502_2022_A06/. Acesso: 18 jun. 2025

PACKER, A. L.; SANTOS, S. Ciência aberta e o novo modus operandi de comunicar pesquisa – Parte I [online]. *SciELO em Perspectiva*, [São Paulo, SP], 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/08/01/ciencia-aberta-e-o-novo-modus-operandi-de-comunicar-pesquisa-parte-i/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PEREIRA, D. R. M. Os impactos da ciência aberta na divulgação científica. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, SP, v. 40, n. 86, p. 69–86, 2022. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/943/678>. Acesso em 23 març. 2025.

REZENDE, Laura Vilela Rodrigues; DRUMOND, Larissa Bárbara Borges. Comunicando ciência: o uso das redes sociais públicas pelos periódicos científicos brasileiros da Área “Comunicação e Informação”. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e023025, 2023. DOI: 10.20396/rdbci.v21i00.8672917. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8672917>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SALOMÃO, P. E. A.; SANTOS, A T. O. Evolução e desafios na avaliação científica: da classificação de periódicos à qualidade intrínseca dos artigos. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–18, 2025. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3481>. Acesso em: 11 jun. 2025.

TÔZO, C. de O. *A práxis do jornalismo científico: a experiência do Jornal USP e de universidades públicas brasileiras no período pandêmico*. USP: Tese do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-02072024-122634/publico/CarladeOliveiraTozocorrigidaPPGCOM7265815.pdf> . Acesso em: 8 out, 2025

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo*. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2012.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.



NARRANDO A CAMINHADA DA SECA: TEXTUALIZAÇÕES AUDIOVISUAIS DO CANAL VIVENDO O SEMIÁRIDO

Daniel Macêdo¹

RESUMO: Caminhada da Seca é um acontecimento anual que mobiliza gestos de memória aos mortos do campo de concentração do Patu, em Senador Pompeu/CE. Dado o caráter romeiro, a caminhada se faz a partir da articulação de agentes diversos que partilham e que textualizam o caminho. Dentre eles, está Suderly Andrade ao caminhar filmando para produzir suas obras audiovisuais propondo imaginários à peregrinação. Com os audiovisuais publicados no canal Vivendo o Semiárido, nos interessa mirar as dimensões narrativas que se montam nas textualizações de Suderly e pelas quais somos convocados a imaginar e a constituir percursos em meio a efeméride romeira.

PALAVRAS-CHAVE: *Caminhada da Seca. Senador Pompeu. Romaria. Audiovisual. Textualidade.*

ABSTRACT: Caminhada da Seca is an annual event that mobilizes gestures of memory to the dead of the Patu concentration camp, in Senador Pompeu/CE. Given its pilgrimage nature, the walk is organized by different agents who share and textualize the path. Among them is Suderly Andrade, who has been filming to produce her audiovisual works proposing imaginary pilgrimages. With the audiovisuals published on the Vivendo o Semiárido channel, we are interested in looking at the narrative dimensions that are assembled in Suderly's textualizations and through which we are summoned to imagine and constitute routes in the midst of the pilgrimage ephemeris.

KEYWORDS: *Caminhada da Seca. Senador Pompeu. Pilgrimage. Audiovisual. Textuality.*

¹ Doutor em Comunicação e Sociabilidades Contemporâneas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Docente no Depto. de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: daniel.3macedo@gmail.com

Introdução

Em 1932, com o período de estiagem e com as demandas de controle social dos habitantes da capital cearense, o Estado retomou as experiências de 1915 em que realizou campo de concentração para migrantes vindos dos sertões e realizou sete zonas de confinamento descentralizadas no entorno. Localizados nas proximidades das principais cidades conectadas à malha férrea, os campos se deram em espacialidades que hoje reconhecemos como partes das cidades do Crato, de Cariús, de Senador Pompeu, de Quixeramobim, de Ipu e de Fortaleza.

Apesar das afirmações governamentais que demarcavam os campos de concentração como lugares como políticas de socorro, a exemplo das considerações de Vargas (1933) ao discursar em Fortaleza, a impossibilidade de saírem das zonas de confinamento convocava os sertanejos a nomearem estes lugares como ‘currais do governo’. Esta dualidade de nomeação em torno do lugar, revelam as intenções de cada agente. Nesta última, com a ausência de alimentação e de condições sanitárias aliadas ao contato cotidiano com a morte, admite-se a destituição da humanidade que lhes fora imposta com o confinamento.

87

Não há apontamentos precisos em torno da quantidade de pessoas que foram confinadas ou que padeceram nos campos de concentração do Ceará; podemos saber, a partir das pesquisas de Kênia Rios (2014) e de Frederico Neves (1995), que o volume dos que padeciam diariamente naturalizou a presença de valas coletivas que aglomerava os mortos destituindo-lhes o direito a identidade e negando-lhes os ritos sagrados da cristandade – da qual muitos dos confinados eram adeptos.

As experiências de confinamento se desdobraram em processos variados de composições de memórias a partir das dualidades entre lembrar e esquecer que se modulam em razão das particularidades dos territórios e dos contextos sociais. Isto é, dialogando com as proposições de Luciana Amormino (2024), considerarmos que as memórias sobre o acontecimento histórico se agenciam performaticamente a partir das relações sociais pelas quais memórias revelam seu caráter coletivo e se exercitam como gestos – como proposições que revelam as tomadas de posição que as fundamentam.

Dentre elas, em meio ao percurso doutoral, tenho lançado atenções à Caminhada da Seca que, realizada desde 1982, constituiu-se como um rito romeiro.

A Caminhada da Seca é uma procissão anual que se realiza no segundo domingo de novembro, na cidade de Senador Pompeu/CE, como um gesto de memória às experiências de confinamento no Campo de Concentração do Patú e como um rito de fé às almas santas dos que ali padeceram. Ao pesquisarem a romaria, os escritos dos historiadores Aterlane Martins (2015) e Karoline Silva (2017) e os do jornalista Alessandro Fernandes (2024) convergem ao reconhecerem que a iniciativa se fundamenta com as práticas de religiosidade popular que admitem a santificação dos que padeceram encurralados e ao convocarem atenções à multiplicidade de agentes que dinamizam o percurso.

Saindo da Paróquia de Nossa Senhora das Dores e caminhando em direção ao cemitério que simboliza os que foram enterrados em locais imprecisos em meio à paisagem do semiárido, o trajeto se ornamenta a partir das relações de adesão e de recusa que o instituem. Isto é, em detrimento dos olhares ao macro que tomam a Caminhada da Seca como um dado homogêneo a partir da multidão, importa notarmos que a romaria se dá com as agências políticas e as performances particulares que se exercitam ao longo do caminho. Trata-se de, dialogando com as proposições de Leal e Macêdo (2024), admitirmos que a Caminhada da Seca se forja com as relações entre agentes que com ela se envolvem propondo significações e mobilizando multidimensionalidades ao acontecimento.

Neste rumo, partindo das performances e das elaborações daqueles que caminham filmando, nos interessa mirar a Caminhada da Seca a partir das elaborações audiovisuais como um gesto para legarmos atenção às perspectivas que textualizam esta multidimensionalidade ao acontecimento. Valdecy Alves, Leo Maroto, Fram Paulo e Walter Lima estão entre os agentes que realizam obras audiovisuais sobre a Caminhada da Seca a partir das experiências ao caminhar filmando. Além destes, cabe destacar a presença de Suderly Andrade (2017; 2019) ao produzir *35º Caminhada da Seca*

Senador Pompeu-CE, em 2017; e *37º Caminhada da Seca Senador Pompeu-CE*, em 2019 – que aqui miramos.

Suderly Andrade vive em Muxinató, comunidade rural de Senador Pompeu em que se relaciona com a agricultura familiar. Com sua câmera, ele fotografa paisagens e aves do sertão central dispondo-as no perfil @suderlly no Instagram e produz obras audiovisuais sobre dinâmicas que lhes são cotidianas a partir das experiências rurais que mobilizam o canal Vivendo o Semiárido no Youtube. Em meio às suas produções que propõem contornos às espacialidades a partir de suas experiências, estão as duas obras deste realizador sobre a Caminhada da Seca. Neste contexto, elas assumem especial interesse à pesquisa que desenvolvo; afinal, do lugar social em que Suderly mobiliza perspectiva à romaria, o acontecimento se textualiza considerando repertórios rurais – que reforçam as distinções com os produtores audiovisuais mencionados, especialmente ao considerarmos as dinâmicas urbanas e as experiências acadêmicas que ornamentam o fazer audiovisual dos outros agentes pesquisados – e nos propõe imaginários sobre a dinâmica romeira a partir destes contextos.

Admitindo os audiovisuais como textos, partimos das proposições teóricas de Bruno Leal (2018) que, diante de elaborações narrativas, nos convocam atenções às textualidades como gesto para valorizar as dimensões contextuais em que determinadas produções se realizam. A Caminhada, embalada pelos repertórios da vida rural de Suderly Andrade e pelo cruzo com outros agentes com os quais se envolve no percurso, textualiza-se a partir das experiências e das tomadas de posição exercidas pelo sertanejo que, em seus exercícios de montagem, elabora contornos ao acontecimento. Neste rumo, a partir dos estudos em textualidades, nos relacionamos com as obras de Suderly valorizando as experiências com suas produções como prática de conhecimento (LEAL, 2023) e exercitamos um experimento teórico metodológico marcado pela dualidade entre *mirar montagens* e *montar miragens* – detalhadas a seguir.

Mirando montagens do canal Vivendo o Semiárido

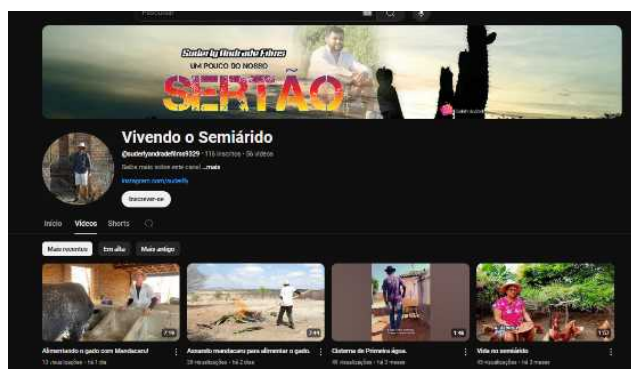
Valorizando as experiências com os audiovisuais, nos empenhamos a mirar montagens como gesto para tomar notas das processualidades e das tomadas de posição que se tornam notórias em razão do posto fundamental que ocupam nestas produções. Partindo das elaborações sobre este exercício, lançamos miradas em três sentidos: na primeira, ao *mirar o audiovisual como montagem* a fim de posicioná-los como textualizações; na segunda, ao *mirar os processos de montagem* notando as adesões e as recusas às formas audiovisuais e às proposições imaginárias sobre a Caminhada da Seca; na terceira, ao *mirar o que se monta* com os textos para além de suas aparentes materialidades.

A primeira mirada orienta-se como uma instabilização dos audiovisuais ao nos demandar atenções às tomadas de posição que se desempenham em meio a feitura da obra; e, com isso, admite-se como um gesto epistêmico de ruptura com a pretensão de neutralidade e de isenção postulado às visualidades que se propõem a narrar acontecimentos. A segunda mirada busca identificar os processos operatórios que dão forma às tomadas de posição, discutindo as adoções e os desvios a determinadas gramáticas que fundamentam os gêneros audiovisuais considerando que as escolhas técnicas e estéticas expõem rastros das perspectivas, das intencionalidades, dos esforços de legitimação praticados e reivindicados por Suderly ao narrar e ao propor uma determinada proposição imaginária sobre a Caminhada da Seca. A terceira mirada, a partir das anteriores, convoca atenções ao que se monta em aliança às obras; valorizando os projetos de memória, as performances narrativas e as relações com o espaço-tempo que se instituem com as textualizações. A partir destas miradas, tomamos notas de elementos em torno das dinâmicas de montagem de Suderly Andrade que, com o cruzo das informações, nos permitiram compor os dados que partilhamos a seguir.

As produções de Suderly Andrade se orientam a compor o canal Vivendo o Semiárido, disposto de modo gratuito no Youtube. O canal está inscrito na plataforma de 2015, mobiliza 116 inscritos e conta com 56 vídeos publicados, sem firmar uma periodicidade regular das produções. Na capa, promete que irá narrar “um pouco do

nosso sertão” a partir de uma montagem que cruza uma fotografia de Suderly a paisagem do céu com cacto em silhueta.

Figura 1 – Canal Vivendo o Semiárido, produzido por Suderly Andrade



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)

No canal Vivendo o Semiárido, as produções aproximam-se não apenas pela particularidade de quem as produz, mas pelo direcionamento a partilhar dinâmicas cotidianas a partir da experiência rural exercida pelo sertanejo. Partilhando sobre as formas que alimenta o gado e que cuida da cisterna, Suderly assume a textualização audiovisual como dinâmica para narrar o mundo de sentidos com o qual se envolve e no qual se insere. É em meio a estas proposições sobre a vida rural que a Caminhada da Seca se angula nas produções deste canal.

Em 2017, a produção da Caminhada (VIVENDO..., 2017a) se alia a outras três produções realizadas naquele ano que narram sobre as galinhas poedeiras (VIVENDO..., 2017b) e sobre o quintal agroecológico (VIVENDO..., 2017c) que realiza em seu sítio e a uma gravação violeira de hinos católicos (VIVENDO..., 2017d). Nenhuma das obras conta com comentários e interações do público e as duas com cenas rurais, sequer alcançam 50 visualizações até este registro; enquanto o vídeo do violeiro foi visto por 170 pessoas e o vídeo da Caminhada por 626 usuários do Youtube.

Em 2019, o vídeo sobre a Caminhada (VIVENDO..., 2019a) se enreda a outros quatro: três que mobilizam proposições sobre a espacialidade (VIVENDO..., 2019b; 2019c; 2019e) e um em que Suderly entrevista Ivan Célio Moreira, presidente do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu, para criticar os buracos na estrada de acesso ao sítio Muxinató (VIVENDO..., 2019d). Nenhuma das obras conta com comentários, com cenas sertanejas não alcançam 20 visualizações; já a entrevista sobre a estrada foi vista por 245 pessoas e o registro da Caminhada por 528 usuários.

Os vídeos da Caminhada (VIVENDO..., 2017a; 2019a) aproximam-se na forma audiovisual com a qual se realizam. São obras que se valem de imagens registradas ao caminhar filmando e, nisto, transitam entre o realismo promovido pelo foco e o surrealismo do desfoque; imagens com as quais se exercita um processo de montagem marcado pela elaboração de um fluxo visual que situa o percurso da Caminhada e que se combina a uma música que ambienta a narrativa. A produção de 2017 adota a música *Noites Traíçoeras*, de Padre Marcelo Rossi; enquanto a de 2019 opta por *Meu alvo*, de Thiago Brado. Embora estas sonoridades cumpram papel de importância ao ambientar o fluxo das imagens e ao demarcar a orientação católica pela qual Suderly nos convoca a imaginar a Caminhada da Seca, as sonoplastias cumprem postos que pouco tensionam a disposição das imagens.

Estas obras (VIVENDO..., 2017a; 2019a) se dão, então, sob forma audiovisual que combina registros visuais a um fundo sonoro sem proposições verbais de Suderly – inclusive, no Youtube, não há legendas ou descrições dos vídeos. Esta forma assemelha-se as iniciativas realizadas por Waldecy Alves entre 2009 e 2010 em que, com a combinação entre filmagens e músicas, realizava suas montagens sobre a Caminhada. Esta forma audiovisual, realizada por Suderly, não é uma opção exclusiva para narrar a Caminhada se considerarmos que é também nesta combinação entre imagens e palavras que se dão as demais obras de 2017 e de 2019 em que não há pessoas em atos verbais. Esta combinação entre filmagens e músicas, no caso de Suderly, constitui uma gramática audiovisual que mobiliza suas formas de textualizar audiovisuais sobre as experiências que vive, sobre aquilo que vê e deseja partilhar com seus públicos.

Tanto em relação a estas produções mencionadas, quanto em relação às demais obras do canal, importa notarmos que os audiovisuais sobre a Caminhada da Seca estão entre as produções que possuem maior adesão de públicos – com visualização inferior

apenas ao vídeo comemorativo ao aniversário de 125 anos de Senador Pompeu (VIVENDO..., 2021). Não cabe, portanto, tomar que a baixa adesão dos vídeos anteriores se dá em razão da forma; ao passo que podemos inferir que a notória relevância da Caminhada da Seca convoca públicos a acessarem as produções.

Montando miragens da Caminhada da Seca

Com as textualizações em que Suderly monta a Caminhada da Seca sob forma audiovisual embalada pela combinação entre um fluxo de imagens do percurso e uma música de orientação católica, somos por ele convidados a mirar a romaria. Isto é, na medida em que tomamos notas dos contornos por ele propostos, as formas como imaginamos e significamos o acontecimento se dão de modos peculiares a cada leitor. Por isso, neste exercício, pensamos o processo de *montar miragens* como uma admissão deste lugar parcial que desempenhamos ao nos envolvermos com os textos audiovisuais e ao manejar imaginários.

Diferente das intenções de completude significativa, as vinculações experienciais ao nos relacionarmos com os textos, como propõe Leal (2023), revelam a impureza das imagens que propomos – e que escrevemos. Neste fluxo, montar miragens é parte da experiência com audiovisuais quando nos percebemos (des)montando narrativas a partir das afetações que nos são sensíveis. Logo, as imagens que dão-se à ver a partir das experiências são impregnadas pelo contexto e pelas agências que as mobilizam e reconhecer estas impurezas é, dialogando com Bruno Leal (2018), um gesto para posicionarmos que a pesquisa com textos é também um processo de textualização com suas próprias textualidades mobilizadas a partir das tensões e das potências em que se dá o encontro.

Cabe, neste jogo, partilhar meu lugar social e epistêmico enquanto um pesquisador nascido em Senador Pompeu, radicado no sudeste brasileiro e que, dentre as experiências de infância, percorria a rota da Caminhada da Seca. Este repertório, associado às experiências de encontro com os audiovisuais, são aspectos fundamentais

que mobilizam a impureza e a particularidade das miragens que mobilizo quando estou a me envolver com as montagens de Suderly Andrade.

Considerando estes apontamentos sobre as relações com audiovisuais, os percursos para *montar miragens* se realizaram a partir de combinações das pistas que encontramos ao *mirar montagens* nos três sentidos propostos. Assim, dada a centralidade das imagens que estruturam estas obras, retomamos os fragmentos visuais das elaborações narrativas que fundamentam proposições ao percurso para, enredando-as, articular as miragens que me são possíveis a partir do encontro com audiovisuais nesse momento, nesse contexto de pesquisa.

Para realizar estes enredamentos, retomo as orientações de Gonzalo Abril (2007) para semiótica visual em que o pensador espanhol considera que as relações combinatórias entre diferentes produtos narrativos se dão como parte fundamental de nossos processos significativos. Diferente de um isolamento das obras, montar miragens se vale destes acionamentos repertoriais em que a relação com os vídeos se amplia com o enredamento de outras produções, de outros textos, que emergem em meio ao processo de significação e de imaginação da Caminhada da Seca em meio a este encontro. A partir destes enredamentos, mobilizamos nossas próprias imagens, como miragens, ao acontecimento – que dispomos a seguir.

É sob o chão de terra batida, com os passos de fieis, que Suderly Andrade nos convoca a imaginar a Caminhada da Seca a partir das primeiras imagens que ele nos partilha em sua obra de 2019. O quadro em plano detalhe em torno dos pés se alarga, revelando as partes inferiores dos corpos de caminhantes e a faixa do Centro de Defesa de Direitos Humanos Antônio Conselheiro – CDDHAC.

Figura 2 – Canal Vivendo o Semiárido, produzido por Suderly Andrade



Fonte: Acervo de pesquisa (2024) /Vivendo o Semiárido (2019a)

A terra amarelada da caatinga, granulada pela desertificação da região, levanda-se em poeira com as passadas. Não é possível saber quem caminha, mas somos convocados a notar que há caminhantes que seguem no mesmo rumo – e não são poucos. O quadro transiciona para um plano geral em que apresenta o abre-alas da caminhada conduzido por romeiros trajados de branco, um produtor audiovisual trajado de preto caminhando em direção à câmera pelo trajeto delimitado por cercas.

Figura 3 – Abre-alas da Caminhada da Seca



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)/Vivendo o Semiárido (2019a)

Esta composição inicial realizada por Suderly, em 2019, difere-se de suas elaborações de 2017 ao optar por um jogo de câmera dinâmico e que sobressalta detalhes em torno de elementos que estruturam a caminhada. A presença de pagadores de promessas, especialmente descalços, estão entre os elementos visuais recorrentes da Caminhada da Seca, segundo os escritos de Martins (2015), de Silva (2017) e de Fernandes (2024). A opção por detalhar os pés, embora seja inovadora nas produções de Suderly, é recorrente em elaborações audiovisuais sobre a Caminhada da Seca, a exemplo das produções audiovisuais; contudo, cabe destacá-la como um gesto de elaboração simbólica que contribui para consolidação dos signos associados à romaria.

Na elaboração de 2017, não há composições em detalhes. O que temos são composições de filmagens com câmera na mão, revelando as tremulações do movimento, em que Suderly nos apresenta seu lugar em meio à multidão. Em planos gerais, são as imagens do volume da multidão ao longo do trajeto que se evidenciam nesta produção.

Figura 4 – Perspectivas de Suderly em meio romaria



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)/Vivendo o Semiárido (2017a)

As imagens em plano geral da obra de 2017 se iniciam a partir do primeiro quadro da Figura 4 em que se vê, ao fundo, a Capela de Nossa Sra Aparecida; além de se uma sequência de imagens em que se revela o trajeto urbano. Aqui, temos um segundo ponto de diferença entre as duas obras: enquanto, em 2017, a Caminhada se dá como uma transição de espacialidades urbanas para rurais; em 2019, a romaria já se inicia em cenas gravadas em locais marcadas pela presença dos signos associados ao sertão e à caatinga. Embora, nestes anos – assim como em todos os outros – o início da Caminhada se dê na Paróquia de Nossa Senhora das Dores, há uma escolha fundamental que Suderly exercita ao compor um vídeo orientado a narrar o trajeto a partir da rejeição ao ponto de concentração e da adesão a estas localidades como pontos pelos quais se dá a largada da Caminhada textualizada por Suderly.

96

Em ambos os vídeos, há performances ao caminhar filmando que são exercitadas por Suderly. Isto é, em meio ao movimento com a câmera, há uma dimensão afetiva que mobiliza determinados empenhos para compor registros e inscrever em visualidades aquilo que lhe é sensível. Contudo, este processo se dá de modos distintos em cada experiência de Suderly ao caminhar filmando. Enquanto em 2017 ele segue longos trechos filmando o que se vê a sua frente, em meio à multidão; em 2019 há uma maior diversidade de ângulos, de quadros e de localidades pelas quais ele decide fazer registros visuais – isto porque os registros sonoros, em ambos os casos, sucumbem em favor da música que ambienta a produção.

Figura 5 – Angulações em ponto fixo



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)/Vivendo o Semiárido (2017a; 2019a)

Em 2017, há apenas um quadro em que Suderly fixa-se para fazer registro dos caminhantes e do fluxo que com eles se desenvolve em meio ao espaço rural; já em 2019, com maior diversidade de quadros em plano geral com registros curtos, há uma maior variedade de angulações e de elaborações visuais com a câmera que fortalecem a noção de adesão popular à romaria. Em tempo, enquanto há nitidez em todas as imagens de 2017 em razão do equipamento com foco regulado, as imagens de 2019 aparecem com desfoques que, aparentemente despropositados, revelam as características de uma câmera com focagem manual – sendo, inclusive, esta obra um testemunho das relações de contato e de descoberta entre Suderly e sua câmera.

97

Embora não pareçam intencionais, o registro e desfoque da Caminhada mobiliza uma proposição estética surrealista se, em diálogo com as proposições de José Martins de Souza (2016), considerarmos que estas composições visuais abrem brechas para fabulações. Diante da Caminhada de Suderly, a transição entre focos e desfoques me faz mirar a presença das almas santas em meio ao percurso, caminhando com os romeiros e pagadores de promessa. Há uma larga tradição no cinema em que usos dos desfoques surgem para compor visualidades sobre fantasmas, com destacam os escritos de Max Milner (1982). Com este referente técnico-estético e diante da reconhecida admissão da presença dos que morreram e de suas santificações pelo povo, é como fantasmas que estas imagens desfocadas surgem em miragens a partir dos encontros com a obra de 2019.

Em alguns casos, o desfoque já não se lança sob toda a multidão e recai sob uma única pessoa que ocupa o quadro em plano fechado. Em que pese a recorrência de desfoques e desta inerente associação à fantasmas a partir da poética visual admitida a este referente técnico-estético, cabe destacar como o detalhamento em torno de caminhantes se constitui um elemento diferenciador entre as produções.

Figura 6 – Singularização de caminhantes



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)/Vivendo o Semiárido (2017a; 2019a)

Há um único momento, em 2017, em que a homogeneização das pessoas vertidas em multidão dá espaço a um rosto e, com ele, a possibilidade de imaginarmos uma história e uma trama singular. Esta presença singular e as tramas das histórias de vida surgem com maior espaço nas produções de 2019 e, embora as pessoas não sejam identificadas pelo nome, é possível vê-las e identificá-las a depender dos repertórios de quem se relaciona com as obras. Dentre os perfis singularizados em 2019, estão os agentes da Igreja Católica que, por sua vez, são exibidos caminhando em meio ao povo.

98

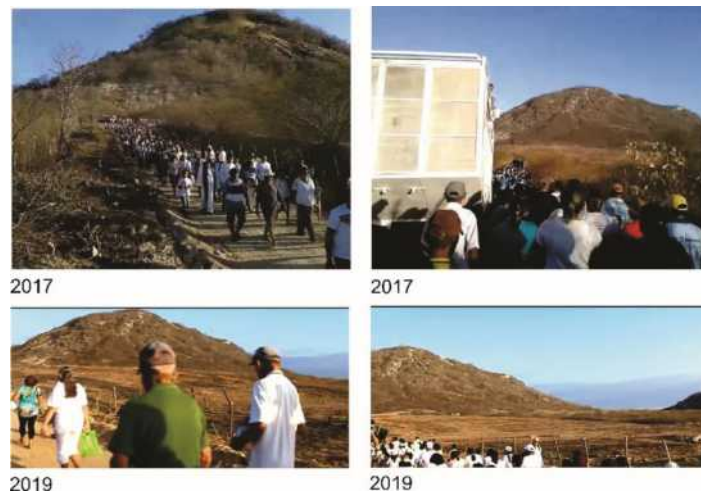
Figura 7 – Presença de párocos e agentes católicos



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)/Vivendo o Semiárido (2019a)

A presença de padres, coroinhas e organizações católicas são recorrentes nas obras audiovisuais sobre a Caminhada da Seca. Contudo, a exemplo das obras de Valdecy Alves, estes surgem a frente da romaria, conduzindo o abre-alas. Na Caminhada de Suderly, por sua vez, os agentes católicos surgem caminhando em meio ao povo e, com isso, reforçam imaginários de uma igreja popular e envolvida com os casos e interesses sociais que mobilizam seus adeptos. Fora do abre-alas, a Igreja já não é agente central; ao passo que, em meio ao povo, toma lugar como uma das instituições que se integra a Caminhada da Seca. A presença dos agentes da Igreja também é notada em meio ao povo na produção de 2017, como podemos ver no primeiro quadro da Figura 8; contudo, com o plano geral, pouco identifica-se a presença destes agentes que se diluem em meio as pessoas.

Figura 8 – Caminhada no entorno da Serra do Patu.



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)/Vivendo o Semiárido (2017a; 2019a)

Nestes quadros da Figura 8, somos chamados a mirar o enlace da Caminhada com a Serra do Patu e, com isso, admitirmos a aproximação com o Cemitério das Almas do Campo do Patu. A referencialidade deste lugar admite tal presença tanto nas obras de Suderly, quanto em outros vídeos realizados sobre a Caminhada, como temos notado ao longo desta pesquisa. Ao chegar ao cemitério, em ambas as produções, Suderly se empenha em nos ambientar ao lugar revelando a multidão que percorre o espaço. Em 2017, as imagens se dão a partir de seus movimentos com a câmera em mãos e tendo a

capela do cemitério como ancorador visual. Em 2019, por sua vez, as imagens se realizam com uma câmera na mão que destaca o cruzeiro ali presente e com um drone que permite vista aérea da espacialidade, dimensionando a localização do cemitério em relação a outras construções que integram o Sítio Histórico do Campo do Patu – patrimonializado naquele ano.

Figura 9 – Ambientações ao Cemitério do Campo do Patu



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)/Vivendo o Semiárido (2017a; 2019a)

Apesar de detalharem a espacialidade, pouco dimensiona-se o que a variedade de fieis estão a realizar enquanto seguem seus caminhos pelas redomas de muros brancos do Cemitério. Há, como notamos na Figura 6, singularizações das pessoas em meio à espacialidade tida como sagrada; no entanto, a variedade ritos penitentes em cantorias, no depósito de ex-votos, na oferta de pão e de água às almas dos que ali padeceram, descritas por Martins (2015), Silva (2017) e Fernandes (2024) não integram a Caminhada de Suderly em meio a esta locação.

Figura 10 – Oratório no Cemitério do Campo do Patu



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)/Vivendo o Semiárido (2017a)

Na proposição de Andrade, há curtas cenas do oratório sem fieis em 2017 que, por sua vez, não possui oferendas visíveis. Esta proposição não se renova em 2019 e, por sua vez, são as imagens das velas que cumprem esta representação ritualística em homenagem às almas na Caminhada de Suderly.

Figura 11. Ritos com velas no Cemitério do Campo do Patu



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)/Vivendo o Semiárido (2017a; 2019a)

O lugar das velas é referencial nas obras de Suderly como ato penitente e as imagens que combinam o volume de velas com o depósito de uma nova a partir da mão de um caminhante contribuem para posicionar este rito como um dos signos da Caminhada. Esta composição, para além das recorrências nas obras de Suderly, surge repetidas vezes nas obras de Valdecy – como temos observado. Outro aspecto que aproxima as obras de Suderly e de Valdecy é a valorização da presença dos párocos em meio ao rito sacro em meio ao Cemitério.

Figura 12. Celebração da Missa Campal no Cemitério do Campo do Patu.



Fonte: Acervo de pesquisa (2024)/Vivendo o Semiárido (2017a; 2019a)

Diferente de outras produções, apenas nas produções de Suderly podemos encontrar esforços de registro e de integração dos trechos dos sermões de padres às obras audiovisuais. Em 2017, o trecho do sermão exibido valorizava a presença daqueles que foram “candeias acesas [...] cheias de fé animando as outras para não perderem a esperança” (VIVENDO... 2017a) em meio aos confinados; contudo, imagino que estes não eram agentes da Igreja, mas confinados. Afinal, como apontam os escritos de Silva (2017), durante o confinamento, os oficiais da Igreja não eram figuras presentes no campo de concentração do Patu. O pároco afirma, ainda que “precisamos da luz do Espírito Santo” e nos intima a exercitar a partilha e a solidariedade em tempos de seca. Em 2019, o trecho é da oração em que se pede intervenção às “santas almas da barragem, os santos inocentes do Nordeste que morrem à mingua” (VIVENDO... 2019a); sem, no entanto, especificar pelo que se reza.

102

Considerações Finais

A Caminhada da Seca, textualizada por Suderly Andrade para o canal Vivendo o Semiárido, mobiliza uma narrativa em que prevalece o espaço rural combinado às reivindicações da fé católica como condicionantes da romaria que somos convocados a ver e a conhecer. Ainda que existam imagens de ambiências urbanas no início da produção de 2017, é no trajeto rural que esta produção ganha corpo e é na recusa a narrar o percurso pelas ruas com calçamento que o audiovisual de 2019 elencam as espacialidades sertanejas que fundamentam a Caminhada de Suderly.

Ao montar apontamentos narrativos sobre a romaria, Suderly elabora uma proposição que lhe é particular sobre o acontecimento. Embora aspectos estéticos e narrativos possam aproximar-se a outras produções, sua criação é única e singular; assim como é a Caminhada que por ele se monta. Assim, mais do que uma obra audiovisual, monta-se uma Caminhada a partir das agências de Andrade e, com ela, aponta-se um projeto de memória que angula o rito de fé aos marcadores católicos e institucionais.

É justo notarmos como, entre os vídeos pesquisados, há transições tecnológicas em torno dos aparelhos; e, com eles, ampliações das possibilidades de dizer. É com a possibilidade de filmar com o drone e com a posse de uma câmera que permite focagem manual que Suderly se vale destes artifícios técnicos e estéticos para praticar suas textualizações e, com ela, nos convida a interpretações das quais não controla.

Assim, com a elaboração audiovisual, Suderly torna-se um agente que se propõe a narrar sua experiência; somando-se a muitos outros que, como Valdecy Alves e Leo Marotoh – que temos pesquisado em outros trabalhos – fazem da criação narrativa um modo peculiar de engajar-se não apenas com os acontecimentos históricos referentes aos campos de concentração; mas também com o percurso até o Campo Santo possível ao caminhar e com as possibilidades de (não) dizer que se instauram nestes momentos, nestes contextos. Assim, mais do que um registro, os audiovisuais se revelam como afirmativas de presença e como chamados a conhecer a Caminhada e sua relação com os mortos (des)aparecidos a partir do engajamento com a história possível a quem os produz.

Interessa, pois, admitirmos as criações audiovisuais de caminhanter, como Suderly, enquanto práticas políticas que agenciam os contornos do acontecimento e, com isso, dinamizam as disputas em torno dos ocorridos. Com Suderly, a partir de seus audiovisuais, somos chamados a conhecer seus interesses diante do percurso e da história, ao passo em que podemos notar seus engajamentos para narrar o que lhe interessa frente ao que vive naquelas paragens sertanejas.

Diante das textualizações de Suderly, não há um caminho instituído a como devemos ou podemos imaginar a Caminhada. Embora existam elementos amplamente reconhecidos, a composição combinada entre imagens e músicas e a ausência de verbalizações que delimitem o horizonte interpretativo destes arranjos mobilizam amplas possibilidades imaginárias. Essa amplitude, característica deste formato que convencionou as produções de Suderly, tem sua potência no chamado que realiza ao leitor a se envolver com a obra e a significar as montagens audiovisuais que nos são apresentadas. Diferente de um dado conclusivo e categórico, a Caminhada de Suderly é um chamado a (des)montarmos nossas próprias caminhadas.

Referências

ABRIL, Gonzalo. *Análisis crítico de textos visuales*. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.

AMORMINO, Luciana. *A memória como gesto: um ato ético, estético e político*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2024.

FERNANDES, Alessandro. *Mídia e peregrinação: as representações imagéticas da devoção aos flagelados da seca na Caminhada das Almas em Senador Pompeu/CE*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Fortaleza, 2024.

LEAL, Bruno. “Notas sobre comunicação e experiência e suas implicações metodológicas”. IN: LEAL, Bruno; MENDONÇA, Carlos. (Org.). *Teorias da comunicação e experiência: aproximações*. Cachoeirinha: Fi, 2023.

LEAL, Bruno. “Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação”. IN: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos; ALZAMORA, Geane. (org.). *Textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2018.

LEAL, Bruno; MACÊDO, Daniel. “Dar fé à catástrofe cotidiana: a multidimensionalidade dos acontecimentos”. *E-Compós*, v. 27, 2024.

MARTINS, Aterlane. *Das santas almas da barragem à Caminhada da Seca: projetos de patrimonialização da memória no Sertão Central Cearense (1982 – 2008)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

MARTINS, José. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2016.

MILNER, Max. *La fantasmagorie: essai sur l'optique fantastique*. Paris: Presses Universitaires France, 1982.

NEVES, Frederico. “Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº 29, p. 93-122, 1995.

RIOS, Kênia. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SILVA, Karoline. *Viva as almas da barragem! a construção da Caminhada da Seca em Senador Pompeu-CE (1982-1998)*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2017.

VARGAS, Getúlio. *Discurso pronunciado na capital do Ceará*. Presidência da República, Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação Geral de Documentação e Informação. Biblioteca da Presidência da República, 1933.

Materiais de pesquisa

VIVENDO O SEMIÁRIDO. 125 Anos - Senador Pompeu-CE. Youtube, 2 set. 2021. 4min55s. Disponível em: <youtube.com/watch?v=tuO1BCyrQ0k>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIVENDO O SEMIÁRIDO. 37 Caminhada da Seca Senador pompeu-CE. Youtube, 10 nov. 2019a. 2min47s. Disponível em: <youtube.com/watch?v=_bhfJSs-FO8&t=10s>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIVENDO O SEMIÁRIDO. Nosso Semiárido. Youtube, 27 out. 2019b. 1min01s. Disponível em: <youtube.com/watch?v=vTNs2U5oFJ8>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIVENDO O SEMIÁRIDO. Caatinga. Youtube, 27 out. 2019c. 0min21s. Disponível em: <youtube.com/watch?v=ZVWIN7IM4Ww>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIVENDO O SEMIÁRIDO. Buracos na estrada, vivendo no limite. Muxinató Senador Pompeu - CE. Youtube, 11 jul. 2019d. 2min46s. Disponível em: <youtube.com/watch?v=wjoyny_SppY>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIVENDO O SEMIÁRIDO. Semiárido vivo. Youtube, 11 jul. 2019e. 0min55s. Disponível em: <youtube.com/watch?v=Ps-qKx-VyXE>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIVENDO O SEMIÁRIDO. 35º caminhada da seca 2017 Senador Pompeu – CE. Youtube, 12 nov. 2017a. 3min11s. Disponível em: <youtube.com/watch?v=kGQHH5Qc6zY>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIVENDO O SEMIÁRIDO. galinhas poedeiras muxinató. Youtube, 05 nov. 2017b. 3min11s. Disponível em: <youtube.com/watch?v=HOAH2ZGi-Do>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIVENDO O SEMIÁRIDO. Quintal agroecológico Muxinató. Youtube, 03 nov. 2017c. 2min15s. Disponível em: <youtube.com/watch?v=W4UENweY8H8>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIVENDO O SEMIÁRIDO. Hino ccb irmão Luis. Youtube, 07 fev. 2017d. 6min55s. Disponível em: <youtube.com/watch?v=znr0w1WqWGg>. Acesso em: 20 dez. 2024.



O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981) NAS PESQUISAS BRASILEIRAS EM COMUNICAÇÃO: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Deivide Eduardo de Souza Gomes¹

Ada Kesea Guedes Bezerra²

RESUMO: Lampião da Esquina (1978-1981) foi o primeiro jornal de circulação nacional brasileiro produzido por e para sexualidades dissidentes. Considerando sua importância histórica, este trabalho tem como objetivo identificar, por meio de uma revisão de escopo, o volume de publicações, bem como as perspectivas temáticas e metodológicas presentes nas produções acadêmicas sobre o Lampião da Esquina. Estas pesquisas analisadas estão no formato de artigo científico, dissertações e teses e foram localizadas em plataformas on-line de publicação e agregação de conteúdo científico voltado aos estudos brasileiros em Comunicação. Entre os resultados identificados, destacaram-se os eixos de investigação sobre o jornal, abrangendo abordagens de caráter histórico-político, interseccionais ou pautadas na decolonialidade editorial.

PALAVRAS-CHAVE: *Revisão de escopo. Imprensa alternativa. Jornalismo impresso. população LGBTQIA+. Lampião da Esquina*

ABSTRACT: Lampião da Esquina (1978-1981) was the first Brazilian newspaper with national circulation produced by and for dissident sexualities. Given its historical significance, this study aims to identify, through a scoping review, the volume of publications, as well as the thematic and methodological perspectives present in academic productions concerning Lampião da Esquina. The analyzed research consists of scientific articles, dissertations, and theses located on online platforms for the publication and aggregation of scientific content devoted to Brazilian Communication studies. Among the identified results, research axes regarding the newspaper stood out, encompassing approaches of a historical-political nature, intersectional perspectives, or those grounded in editorial decoloniality.

KEYWORDS: *Scoping review. Alternative press. Print journalism. LGBTQIA+ population. Lampião da Esquina.*

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Desenvolvimento (CNPq/UEPB). E-mail: deivide.edu@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande e professora vinculada ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Desenvolvimento (CNPq/UEPB). E-mail: ada.guedes@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Publicado entre os anos de 1978 e 1981, o jornal *Lampião da Esquina* ficou conhecido como o primeiro periódico de circulação nacional a falar e defender abertamente os direitos dos homossexuais. Ele estava inscrito no que se conhecia por imprensa homossexual, que compunha a imprensa alternativa que vigorou na época. Já na década de 1960 circularam revistas e folhetins com o mesmo foco, em grupos restritos. Ainda assim, o marco desse tipo de publicação, com caráter sistemático e em âmbito nacional se deu mesmo com a produção de Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry que formavam o corpo editorial do periódico.

O jornal surgiu em um contexto histórico e social desafiador e, concomitantemente, favorável à sua circulação, forjando-se em meio aos movimentos de contracultura que marcaram as décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Um momento efervescente de movimentos contestadores dos costumes sociais e político-ideológicos que ecoaram de diferentes formas por ocasião da ditadura militar, uma “época em que a maioria dos grandes jornais se alinhavam à visão oficial do governo, por opção político-ideológica ou pela coerção, sob força da censura” (Peruzzo, 2009: 53). Uma das formas de expressão popular e remanescente foi a imprensa alternativa, uma dissidência que não era homogênea, mas que seus periódicos tinham em comum o caráter contestador de ruptura cultural e política e conexão com marcadores sociais da diferença.

Do ponto de vista da circulação do jornal, destaca-se a tiragem mensal dos exemplares³. A publicação começou com 16 páginas e logo chegou a 20 com distribuição de vendas por todo o país. Mesmo com o foco temático relacionado às

³ Cabe destacar a divergência de informações identificada durante a revisão bibliográfica acerca da tiragem mensal do jornal *Lampião da Esquina*. Lima (2017) indica uma tiragem entre 10 e 15 mil exemplares, enquanto, em publicação anterior (idem, 2001), menciona 20 mil exemplares. Inconsistências também ocorrem em uma mesma obra, como em Pedrosa (2021), que alterna entre a indicação de 10 mil exemplares no ano de fundação, além de citar uma oscilação entre 10 e 20 mil exemplares e, ainda, uma média de 10 a 15 mil. MacRae (2018; idem 1990 *apud* Quinalha, 2021) aponta que o financiamento inicial dos idealizadores permitiu a impressão dos dois primeiros números, com tiragem estimada entre 10 e 15 mil exemplares. Diante dessas variações e da ausência de dados conclusivos, optou-se por não especificar a tiragem no presente estudo, considerando que tal afirmação exigiria investigação bibliográfica e/ou documental que excederia os objetivos deste estudo.

sexualidades dissidentes, o jornal trazia conteúdos voltados aos direitos de grupos como indígenas, pessoas negras, mulheres e adeptos da causa ambiental, conforme explica Souto Maior Júnior (2016).

Em formato tabloide, o jornal *Lampião da Esquina* era produzido da e para a esquina, ou seja, para os sujeitos que eram vistos e tratados como “disformes”, ou, para usar termos concernentes ao que discorre Miskolci (2003), sobre o processo histórico de normalização, aqueles tidos como “anormais”. Tendo como referência o que explica Miskolci, o conceito de normalidade foi dado à luz da conotação médica e às condições biológicas do organismo e, com o passar do tempo, o aspecto sociológico foi envolvido a ele, e assim foi chegando ao nosso tempo. Além disso, o jornal *Lampião da Esquina* se constituiu relevante enquanto produto de imprensa alternativa à memória social da população LGBTQIA+ bem como aos estudos do campo da Comunicação.

Feita esta constatação inicial, tornou-se pertinente a necessidade de averiguar quais desdobramentos os estudos da Comunicação possuem quando o jornal *Lampião da Esquina* é tomado como objeto de análise em pesquisas acadêmicas. Portanto, esta pesquisa objetivou mapear como a literatura acadêmica no âmbito dos estudos brasileiros da Comunicação trata do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). Elencou-se a seleção de artigos científicos, dissertações e teses localizados em plataformas online de publicação e agregação de conteúdo científico de acesso aberto.

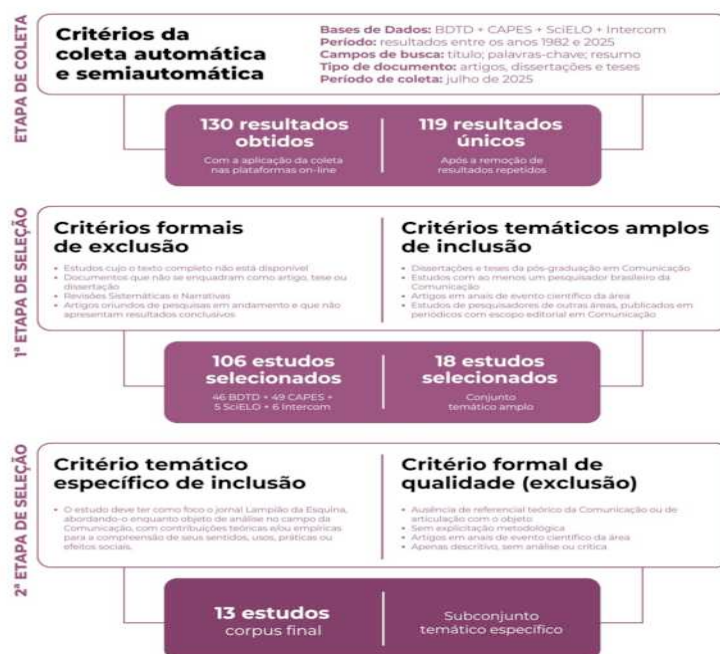
METODOLOGIA

A proposta metodológica⁴ desta pesquisa consiste em uma revisão de escopo que segue os preceitos de Arksey & O'Malley atualizados por Daudt, van Mossel & Scott (2013). Assim como cita Santini e Barros (2022: 7), a revisão de escopo corresponde “à aplicação de uma linearidade mais definida no processo de seleção da amostra, incluindo critérios de qualidade e objetividade dos artigos”. É também neste sentido que Petticrew e Roberts (2006) explicam que a revisão de escopo tem potencial para

⁴ A proposta norteadora deste estudo foi conduzida pelas provocações já desenvolvidas nas pesquisas de Iniciação Científica (CNPq/UEPB) denominadas “Opinião, identidade e tempo histórico nas páginas do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981)” desenvolvida entre os anos de 2023 e 2024; e “Luzes ao *Lampião*: análise do panorama de pesquisas brasileiras em Comunicação sobre o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981)” desenvolvida entre os anos de 2024 e 2025.

“avaliar os tipos de estudos realizados até o momento e onde eles estão localizados”, e que ela tem potencial, inclusive, para promover contribuições para revisões sistemáticas de literatura. Munn *et al* (2018 *apud* Santini, Barros, 2022: 7) explicam que a diferença entre estas modalidades de revisão se dá porque a primeira possui “potencial de abordar questões mais elementares de um campo emergente – por exemplo, identificando os diversos tipos de evidência, conceitos chave e opções metodológicas frequentes”.

Figura 1: Organograma dos processos de coleta, seleção e análise dos artigos coletados.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Santini e Barros (2022).

Desta forma, o desenho metodológico atualizado por Daudt, van Mossel & Scott (2013) que utilizamos neste estudo se sustenta em seis etapas, sendo elas: (1) identificação da questão de pesquisa, de natureza geralmente ampla; (2) identificação dos estudos relevantes, processo que busca ser o mais abrangente possível; (3) seleção

dos estudos, com definição de critérios de inclusão/exclusão, com base no conhecimento da literatura; (4) mapeamento dos dados, que inclui selecionar, mapear e classificar as informações de acordo com questões e temas-chave; (5) apresentação dos resultados; 6) diálogo entre as partes interessadas para informar e validar resultados do estudo.

Guiados pelo percurso de Santini e Barros (2022), foram elaboradas questões norteadoras da pesquisa, são elas: *Quais são as perspectivas temáticas e metodológicas que os estudos brasileiros da Comunicação, disponíveis em plataformas on-line de acesso aberto, que tomam o jornal Lampião da Esquina (1978-1981) como objeto de estudo? Quais as possíveis lacunas podem ser identificadas a partir destas pesquisas para o contexto da Comunicação?* Diante disso, a pesquisa foi desenvolvida em três níveis: (a) etapa de coleta; (b) primeira etapa de seleção; (c) segunda etapa de seleção.

Para organizar os critérios de inclusão e exclusão que compuseram o corpus final de análise, tomou-se como referência o delineamento metodológico proposto por Santini e Barros (2022), que preveem a filtragem dos trabalhos em três níveis. O primeiro nível corresponde à etapa de coleta. Considerando que o objeto empírico da pesquisa é bem delimitado (“Lampião da Esquina”, um nome próprio, sem variações gráficas conhecidas e sem possibilidade de substituições por termos correlatos ou genéricos), optou-se por utilizar exclusivamente essa expressão, de forma literal, como palavra-chave na busca avançada das plataformas selecionadas. Assim, não foram empregadas outras palavras-chave nem operadores *booleanos* no processo de busca.

ETAPA DE COLETA

Os trabalhos coletados estavam disponíveis on-line no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da CAPES (Periódicos a CAPES)⁵; nos anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação⁶,

⁵ Lançado em 11 de novembro de 2000, o Portal de Periódicos da CAPES é “um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil”. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em 29 jul. 2025.

desenvolvidos pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); no programa *Scientific Electronic Library Online* (SciELO)⁷; e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁸. Realizou-se a coleta automática no Portal de Periódicos da Capes, no SciELO e na BDTD, além da busca semiautomática nos anais Intercom. A escolha temporal para coleta dos resultados desta revisão de escopo considerou o ano imediatamente posterior ao encerramento da circulação do jornal *Lampião da Esquina* até a atualidade da coleta de dados desta pesquisa, encerrando-se em julho de 2025. Dada a natureza do objeto de estudo, também foram realizadas buscas nos anais dos encontros promovidos pela Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Contudo, não foram identificados trabalhos que abordassem o jornal, motivo pelo qual essa base de dados foi desconsiderada.

PRIMEIRA E SEGUNDA ETAPAS DE SELEÇÃO

A primeira etapa de seleção dos resultados obtidos considerou os critérios formais de exclusão. Foram excluídos da amostra: (a) Estudos cujo texto completo não estava disponível, impossibilitando a leitura integral e a análise do conteúdo; (b) Documentos que não se enquadravam como artigos científicos, dissertações ou teses acadêmicas, sendo, portanto, desconsiderados textos como resenhas, editoriais, relatórios técnicos, apresentações de slides ou capítulos de livros; (c) Revisões

⁶ A Intercom “é uma associação sem fins econômicos, destinada a congregar pesquisadores e profissionais da Comunicação, sem distinção de credo político ou religioso e de nacionalidade, interessados nos objetivos que ela se propõe atingir”. Disponível em:

<https://historico.portalintercom.org.br/a-intercom#cap-1>. Acesso em: 26 jul. 2025.

⁷ O SciELO “é um programa de apoio à infraestrutura de comunicação de pesquisas em acesso aberto. [...] Criado em 1997 e lançado em março de 1998 [...]. O programa é adotado em dezesseis países que formam a Rede SciELO de coleções nacionais de periódicos de qualidade: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, Índias Ocidentais, México, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai. [...] A razão de ser e a relevância do Programa SciELO residem no reconhecimento, promoção e aperfeiçoamento dos periódicos editados por universidades, sociedades científicas e associações profissionais, operados majoritariamente em contextos sem fins de lucro.” (Programa SciELO, 2023). Disponível em:

<https://www.scielo.org/pt/sobre-o-scielo/programa-scielo-modelo-scielo-de-publicacao-e-rede-scielo/>.

Acesso em: 26 jul. 2025.

⁸ A BDTD foi lançada em 2002 e “se consolida como uma das maiores iniciativas, do mundo, para a disseminação e visibilidade de teses e dissertações”. Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/about/home>. Acesso em: 4 ago. 2025.

sistemáticas ou narrativas, por não apresentarem análise empírica ou teórica original diretamente relacionada ao objeto da presente revisão; (d) Artigos oriundos de pesquisas em andamento e que não apresentavam resultados conclusivos⁹.

Ainda na primeira etapa de seleção, foram definidos os critérios temáticos amplos de inclusão. Foram incluídos estudos que abordam, de forma direta ou indireta: (a) Dissertações e teses desenvolvidas em programas de pós-graduação vinculados à área da Comunicação; (b) Estudos desenvolvidos com a participação de, pelo menos, um(a) pesquisador(a) brasileiro(a) da área da Comunicação, seja na autoria, coautoria ou orientação da pesquisa, considerando sua formação acadêmica em nível de pós-graduação, atuação institucional ou adoção de abordagens teórico-metodológicas reconhecidas e consolidadas no campo comunicacional; (c) Artigos publicados em anais de eventos científicos voltados para a área da Comunicação; (d) Artigos desenvolvidos por pesquisadores(as) de outras áreas, desde que publicados em periódicos científicos cujo escopo editorial contemple a área da Comunicação.

A segunda etapa da seleção considerou o critério temático específico de inclusão, segundo o qual o estudo deve ter como foco o jornal *Lampião da Esquina*, abordando-o enquanto objeto de análise no campo da Comunicação, com contribuições teóricas e/ou empíricas para a compreensão de seus sentidos, usos, práticas ou efeitos sociais. Além disso, foram aplicados critérios formais de qualidade para exclusão de estudos que, mesmo atendendo aos critérios anteriores: (a) Ausência de referencial teórico vinculado à Comunicação ou sem articulação teórico-analítica com o objeto investigado; (b) Não explicitavam os procedimentos metodológicos utilizados; (c) Apresentavam caráter exclusivamente descritivo, sem aprofundamento analítico ou crítico sobre o objeto investigado.

⁹ Foram excluídos os artigos que indicavam, de forma explícita, tratar-se de resultados iniciais, parciais ou provisórios de pesquisas em andamento, vinculadas a projetos de iniciação científica, mestrado ou doutorado, uma vez que tal condição pode comprometer a completude, a maturidade analítica e a validade dos achados no escopo de uma revisão. Exceção foi feita aos trabalhos que, embora integrassem pesquisas mais amplas, apresentavam resultados consolidados e devidamente contextualizados de forma autônoma.

RESULTADOS

Com o objetivo de delinear o panorama geral dos estudos acadêmicos sobre o jornal *Lampião da Esquina*, optou-se por realizar um mapeamento abrangente do volume de publicações ao longo dos anos, considerando aquelas oriundas do campo da Comunicação quanto às produções advindas de outras áreas do conhecimento científico. A coleta recuperou 130 resultados a partir da palavra-chave utilizada. Após isso, foram eliminados da coleta os resultados que estavam em duplicidade, restando 119 resultados únicos. Foram considerados resultados duplicados os trabalhos acadêmicos que se repetiram em diferentes indexadores, que apareciam mais de uma vez no mesmo indexador ou que correspondiam a artigos derivados de dissertações ou teses sem a apresentação de novos achados.

PRIMEIRA ETAPA DE SELEÇÃO

Após a aplicação dos critérios formais de exclusão na primeira etapa de seleção, foram mantidas 106 pesquisas, assim distribuídas: 49 provenientes do Portal de Periódicos da CAPES; 46 provenientes da BDTD; 6 provenientes dos Anais do Intercom; e 5 provenientes da base SciELO. Deste total, foram identificados 60 artigos científicos, 38 dissertações e 8 teses decorrentes de diferentes áreas de conhecimento.

Tratando-se da distribuição por nível acadêmico, notou-se que a produção de dissertações (82,61%) é amplamente superior à de teses (17,39%). Estas proporções referem-se ao conjunto de 46 trabalhos *stricto sensu* identificados nesta revisão, configurando, portanto, uma média relativa do corpus analisado. Cabe destacar que o estudo não teve como objetivo investigar ou explicar as causas dessa disparidade, limitando-se a registrá-la estatisticamente no conjunto examinado. Quanto às áreas de concentração, além da Comunicação, destacam-se os programas de pós-graduação em História (incluindo suas ramificações), Sociologia, Arquitetura e Urbanismo e Estudos da Linguagem, entre outros.

A análise da distribuição por áreas evidencia um dado relevante: das 38 dissertações mapeadas, apenas quatro (10,53%) estão vinculadas a programas pós-graduação em Comunicação; e, dentre as oito teses, apenas uma (12,5%) pertence a essa

área. Essa desproporção chama atenção, sobretudo porque havia, inicialmente, a expectativa de maior predominância de estudos situados no campo comunicacional, considerando que a materialidade e a prática jornalística constituem dimensões centrais do objeto em questão.

Ainda no contexto da primeira etapa de seleção, o primeiro artigo identificado foi publicado no ano 2000, no periódico *Cadernos Pagu*. Trata-se, contudo, de um trabalho que remete a pesquisas realizadas anteriormente, em 1999, pelo pesquisador norte-americano James N. Green, cujos resultados foram traduzidos por Raul Reis e publicados originalmente pela *Temple University Press*. Observou-se que após esta publicação houve retomada e subsequente ampliação do interesse acadêmico pelo jornal *Lampião da Esquina* enquanto objeto de estudo, com a contínua produção de estudos.

Gráfico 1: Distribuição por ano de publicação dos artigos coletados.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao consultar as fontes documentais utilizadas nos estudos realizados a partir de 2010, é possível inferir que a preservação e a digitalização do acervo completo do *Lampião da Esquina* pelo Grupo Dignidade¹⁰, por meio do Centro de Documentação

¹⁰ O Grupo Dignidade foi fundado em 1992 em Curitiba e tem como missão “atuar na defesa e promoção dos direitos humanos, da cidadania e da livre orientação sexual e livre identidade e expressão de gênero das pessoas LGBTI+” (Grupo Dignidade, on-line). Cf. GRUPO Dignidade – Estatuto. **Grupo Dignidade**, on-line, 2023. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/grupo-dignidade-objetivos/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

Prof. Dr. Luiz Mott (Cedoc LGBTI+), desempenhou papel relevante no fomento de novos estudos. O acesso facilitado ao material original, em formato digital, potencializou investigações que antes dependiam de acervos físicos restritos ou dispersos, contribuindo para a inserção do jornal como objeto de pesquisa em distintas áreas do conhecimento.

Após a aplicação dos critérios formais de exclusão, foram aplicados os critérios temáticos amplos de inclusão. Para tal, foram mantidos 18 estudos que compuseram o conjunto temático amplo da primeira etapa de seleção. Este subtotal é composto por: a) 13 artigos: Santos, Oliveira e Barroso (2009); Garcia e Schultz (2011); Alves e Rezende (2012); Gallas e Oliveira (2012); Amaral (2014); Cordão (2014); Arias Neto e Amaral (2016); Silva Júnior (2019); Cruz e Dias (2019); Amaral (2022); Silva Júnior (2023); Oliveira e Amaral (2023); Amaral e Oliveira (2024); b) 4 dissertações: Amaral (2013); Oliveira (2017); Cruz (2019); Barros Junior (2024); c) 1 tese: Picchiali (2019).

Esse panorama evidencia dois aspectos relevantes. Em primeiro lugar, a diversidade de áreas do conhecimento envolvidas demonstra o caráter interdisciplinar que o periódico desperta, permitindo distintas abordagens analíticas sobre o jornal *Lampião da Esquina*. Em segundo lugar, observou-se que, em termos quantitativos, a produção acadêmica na área da Comunicação relacionada ao jornal ainda é incipiente no que se refere às teses de doutorado, tendo sido identificado apenas um trabalho nesta categoria. A identificação de apenas uma tese de doutorado sobre o jornal *Lampião da Esquina* sugere uma possível subexploração do periódico como objeto de análise na área da Comunicação, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*.

SEGUNDA ETAPA DE SELEÇÃO

Permaneceram na segunda filtragem, que considerou os critérios temáticos específicos de qualidade (exclusão), 13 estudos, foram eles: Amaral (2013); Amaral (2014); Arias Neto e Amaral (2016); Oliveira (2017); Picchiali (2019); Cruz (2019); Silva Junior (2019); Cruz e Dias (2020); Amaral (2022); Silva Junior (2023); Oliveira e Amaral (2023); Barros Junior (2024); Amaral e Oliveira (2024). A partir do quadro I, verificou-se que a distribuição dos estudos evidencia diferentes níveis de

aprofundamento e difusão científica das pesquisas relacionadas ao Lâmpião da Esquina: (8) artigos, (3) dissertações e (1) tese. Por um lado, essa configuração revela que a circulação de ideias no debate científico ainda se concentra na publicação de artigos. Por outro, evidencia que, embora se trate de um jornal importante para a história do movimento LGBTQIA+ brasileiro, o Lâmpião da Esquina ainda se encontra em processo de consolidação como objeto de pesquisas mais densas no campo da Comunicação, a exemplo de teses de doutorado.

No que se refere às áreas de publicação, os artigos aparecem em periódicos ligados à Comunicação com ramificações em Cultura, Ciências Humanas, Jornalismo e representação social. Essa dispersão releva o caráter transversal do Lâmpião da Esquina. Quando tratado como objeto de análise, o jornal mobiliza diferentes dimensões do campo comunicacional e seus entrecruzamentos interdisciplinares, mostrando-se um artefato documental que não se limita às zonas fronteiras disciplinares rígidas.

Quadro I: Coleta de dados a partir de critérios temáticos específicos.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	QUANTIDADE
Tipo de publicação	Artigo	8
	Dissertação	4
	Tese	1
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	QUANTIDADE
Abordagem metodológica	Qualitativa	13
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TRABALHO
Área do periódico (se artigo)	Comunicação e Cultura	Amaral (2014)
	Comunicação mediada na Iberoamérica	Arias Neto e Amaral (2016)
	Comunicação social e interfaces interdisciplinares	Silva Junior (2019)
	Ciências da Comunicação na América Latina	Amaral (2022); Amaral e Oliveira (2024)
	Jornalismo	Silva Junior (2023)
	Processos jornalísticos e interfaces da comunicação com representação social	Oliveira e Amaral (2023)

Área do evento (se publicado em anais)	Ciências da Comunicação	Cruz e Dias (2020)
Linha de Pesquisa (se dissertação ou tese)	Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais	Amaral (2013)
	Midiatização e Processos de Interação	Oliveira (2017)
	Mídia e Cidadania	Cruz (2019)
	Não consta no trabalho	Picchiai (2019); Barros Junior (2024)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cabe destacar, entretanto, que no âmbito dos estudos comunicacionais, é o jornalismo a disciplina científica que tradicionalmente toma o texto noticioso e suas derivações como objeto central de investigação. Ainda assim, apenas um dos trabalhos mapeados foi publicado em periódico especializado na área do jornalismo (Silva Júnior, 2019) e um artigo publicado em grupo de trabalho direcionado para as teorias do Jornalismo (Cruz e Dias, 2020). Isso pode indicar uma lacuna: o jornal, apesar de sua forma e prática jornalística, tem sido estudado menos por seu enquadramento como produção noticiosa e mais por sua relevância cultural, política, histórica e social.

117

Outro aspecto observado é que apenas um dos trabalhos originalmente publicados em anais de eventos (Cruz e Dias, 2020) conseguiu seguir na filtragem final da revisão. Esse resultado reforça a percepção de que o tema possui baixa inserção em debates acadêmicos de caráter imediato ou conjuntural, característicos de eventos. Em contraste, sua presença se mostra mais consolidada em produções como artigos publicados em periódicos, dissertações e teses, que tendem a oferecer maior aprofundamento e permanência no campo.

A partir do corpus final, podemos identificar o jornal Lampião da Esquina como um arquivo simbólico que permite diferentes leituras sobre corpo, política, marcadores da diferença e práticas editoriais. É possível observar abordagens analíticas centrais, mas não excludentes sobre o jornal. Foram assim categorizadas: a) análises representacionais/imagéticas, que buscam realizar análises de imagens de corpos e signos homoeróticos (Amaral, 2013); b) estudos bibliográficos ou discursivos, que tratam de processos de subjetivação, modos de vida e libertação gay (Oliveira, 2017;

Silva Júnior, 2019); c) histórico-políticos, que centralizam as reflexões na imprensa gay e militância (Arias Neto e Amaral, 2016; Silva Júnior, 2023); d) na perspectiva interseccional, que entrecruza marcadores sociais da diferença das sexualidades dissidentes, como raça, gênero e sexo (Cruz, 2019; Picchiali, 2019); e) da decolonialidade editorial, que compreende leituras críticas da imprensa alternativa como projetos decoloniais (Amaral, 2014; Amaral, 2022; Oliveira e Amaral, 2023; Barros Junior, 2024; Amaral e Oliveira, 2024); f) metodológicas, que tratam de abordagens diferentes abordagens metodológicas como caminhos possíveis para a compreensão do jornal (Cruz e Dias, 2020).

Do ponto de vista metodológico, constatou-se a totalidade de abordagens qualitativas. Esses dados são coerentes com a natureza do objeto de estudo: um período de caráter documental, memorialístico, socialmente situado. Entretanto, o predomínio absoluto dessa orientação também indica a ausência de mapeamentos sistemáticos relacionados à recepção do jornal, a circulação dos seus conteúdos ou, ainda, na organização de estudos comparados com outras experiências de imprensa nacional e na América Latina.

118

Ainda que muitas pesquisas em Comunicação sobre o Lâmpião da Esquina realizem uma contextualização histórica da mídia alternativa no Brasil considerando outros veículos de comunicação, alguns estudos do corpus final se dedicaram a elaborar análises comparativas entre o jornal e outros meios. Amaral (2013), por exemplo, analisou as representações do corpo masculino no Lâmpião da Esquina e na revista Junior. Já Arias Neto e Amaral (2016) discutem a representação das homossexualidades e signos homoeróticos, considerando, além do Lâmpião da Esquina, O Snob, a revista Junior e a revista Nin. Outro exemplo encontra-se em Picchiali (2019), que analisou discursos sobre travestis e transexuais, campo afetivo, manifestados em poesias escritas por esses sujeitos, a partir dos veículos Folha de S. Paulo, a Rede Jornalistas Livres, a Rádio Transmissão e o Lâmpião da Esquina. Por fim, Silva Júnior (2023) realizou um estudo comparativo entre o Lâmpião da Esquina e a Folha de S. Paulo, voltado à militância do movimento homossexual e às práticas jornalísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal Lampião da Esquina tem sido mobilizado como objeto de investigação em campos diversos do conhecimento. Esta revisão de escopo concentrou-se nas perspectivas temáticas e metodológicas desenvolvidas sobre o periódico no âmbito dos estudos em Comunicação. Observou-se que o processo de digitalização e a disponibilização on-line do jornal favoreceram o aumento do número de pesquisas a partir da década de 2010. Esse crescimento também se insere em um movimento mais amplo de valorização de epistemologias dissidentes e da atenção renovada às mídias alternativas no cenário acadêmico brasileiro.

No entanto, o mapeamento das publicações no campo da Comunicação revela uma produção ainda tímida. Ao restringir o recorte para os estudos de Jornalismo, ou seja, aqueles que dialogam explicitamente com teorias e práticas jornalísticas, a disparidade torna-se mais acentuada. Mesmo considerando a modesta quantidade de trabalhos, todos de caráter qualitativo, a amostra permitiu identificar seis eixos centrais de investigação sobre o Lampião da Esquina, sendo eles as análises representacionais/imagéticas; os estudos bibliográficos e/ou discursivos; os trabalhos de cunho histórico-político; as abordagens interseccionais; os estudos pautados na decolonialidade editorial; e as propostas de abordagens metodológicas.

Dada a importância do Lampião da Esquina para a história do movimento LGBTQIA+ e seu papel como um dos estandartes da produção jornalística dissidente no país, esta revisão aponta para duas necessidades centrais. A primeira é a ampliação de estudos que possam dialogar mais diretamente com as teorias do jornalismo, por exemplo, sobre enquadramentos, regimes de verdade, práticas redacionais e modos de circulação de notícias em mídias alternativas. A segunda é a diversificação de pesquisadores e pesquisadoras que tomem o jornal como objeto de estudo: grande parte das pesquisas segue concentrada num reduzido conjunto de autores, o que limita o repertório interpretativo e metodológico, ainda que estas pesquisas possuam contribuições acadêmicas relevantes.

Outro aspecto recorrente na leitura do corpus é a insuficiente explicitação dos delineamentos metodológicos e a baixa preocupação com a replicabilidade dos

procedimentos de pesquisa. A adoção de descrições mais detalhadas, incluindo estratégias de seleção de material, procedimentos de codificação e critérios de amostragem, permitirá que pesquisas qualitativas sobre o Lâmpião da Esquina ganhem maior transparência, rigor e possibilidade de reaproximação por outros estudos. Portanto, conclui-se que o jornal Lâmpião da Esquina oferece um campo fecundo para investigações que dialoguem tanto com as tradições analíticas do Jornalismo quanto com abordagens críticas e interdisciplinares; avançar nessa agenda demanda estímulo à diversidade de vozes, inclusive, de sujeitos historicamente representados nas páginas do periódico, capazes de pensar epistemicamente sobre o seu próprio lugar social.

REFERÊNCIAS

ALVES, C.; REZENDE, R. Análise de conteúdo dos editoriais do jornal Lâmpião da Esquina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2012, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: INTERCOM, 2012. Disponível em:

https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/lista_area_IJ-DT1.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

AMARAL, M. E. P. Pensamento latino-americano e a imprensa alternativa: relações com o jornal Lâmpião da Esquina. *Extraprensa*, v. 7, n. 2, ano 8, jun. 2014. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/EPX14-A4>. Acesso em: 25 jul. 2025.

AMARAL, M. E. P. Lâmpião da Esquina: decolonial e alter(n)ativo. *Rev. Latino-Americana de Ciencias de la Comunicación*, [S.l.], v. 21, n. 38, 2022. Disponível em:

<https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/788>. Acesso em: 25 jul. 2025.

AMARAL, M. E. P. *Representação do corpo masculino: relações de imagem, identidade e cultura sobre o corpo masculino no jornal Lâmpião da Esquina e na revista Junior*. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a7d08b55-7075-4eab-9362-9868003af669>. Acesso em: 25 jul. 2025.

AMARAL, M. E. P.; OLIVEIRA, C. Decolonialidade editorial: notas sobre o jornal Lâmpião da Esquina. *Revista Chasqui*, [S.l.], n. 155, abr-jul. 2024. Disponível em:

<https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4884/3637>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ARIAS NETO, J. M.; AMARAL, M. E. P. Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). *Cuadernos.info*, Santiago, n. 39, p. 101-112, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-367X2016000200007&lng=es&nrm=iso. Acesso em 25 jul. 2025.

BARROS JUNIOR, M. A. *Lampião da Esquina para além das bichas: as memórias e histórias em outras corporalidades dissidentes no fim da ditadura*. 2024. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.uel.br/items/ca0ad156-b5d3-4669-84f0-467b673087e8>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CORDÃO, V. F. R. Reflexões sobre o novo regime de visibilidade homossexual nas páginas do Lampião. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: INTERCOM, 2015. Disponível em:

https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT1-HJ.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

CRUZ, J. L. M. *Qual é a tua, oh Lampião?* Tensionamentos em um jornal editado na e pela esquina. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/0b121ea0-bbc5-44bb-8b89-2339c3c5031d>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CRUZ, J. L. M. Narrativas da diferença na imprensa alternativa: tensionamentos interseccionais. *Revista de Comunicação Dialógica*, n. 1, jan-jun. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcd/article/view/40663>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CRUZ, J. L. M.; DIAS, L. O. Hermenêutica de Profundidade na pesquisa qualitativa em Comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. *Anais [...]*. Belém: INTERCOM, 2019. Disponível em:

https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/lista_area_DT1-TJ.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

DAUDT, H. M. L.; VAN MOSSEL, C.; SCOTT, S. J. Enhancing the scoping study methodology: a large, inter-professional team's experience with Arksey and O'Malley's framework. *BMC Medical Research Methodology*, v. 13, p. 1-9, mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1186/1471-2288-13-48>. Disponível em:

<https://bmcmmedresmethodol.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2288-13-48#citeas>. Acesso em: 26 jul. 2025.

GALLAS, A. K.; OLIVEIRA, Y. G. Publicações destinadas aos homossexuais no Brasil: o Snob (1963-1969) e Lampião da Esquina (1978-1981). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2012. Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: INTERCOM, 2012. Disponível em:

https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/lista_area_IJ-DT1.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

GARCIA, G. M.; SCHULTZ, L. O Lampião da Esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011. Recife. *Anais [...]*. Recife: INTERCOM, 2011. Disponível em:

https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/lista_area_IJ-DT1.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

LIMA, M. A. A. Breve histórico da imprensa no Brasil. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Universidade Beira do Interior, Covilhã, p. 1-8, 2001. Disponível em: https://arquivo.bocc.ubi.pt/_esp/anopub.php?anopub=2001. Acesso em: 26 jul. 2025.

LIMA, M. A. A. Memória coletiva de dissidentes sexuais na ditadura militar brasileira: um estudo do Lampião (1978-1981). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC; IEG, 2017. Disponível em:

<http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares#M>. Acesso em: 26 jul. 2025.

MISKOLCI, R. Reflexões sobre normalidade e desvio social. *Revista Estudos de Sociologia*, v. 7, n. 13, p. 109-125. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/169>. Acesso em 26 jul. 2025.

OLIVEIRA, M. E. S. *Lampião da Esquina: à margem, ainda hoje*. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://bib.pucminas.br/acervo/481800>. Acesso em: 25 jul. 2025.

OLIVEIRA, C.; AMARAL, M. E. P. Decolonialidade editorial como outros saberes, seres e subjetividades: povos indígenas no jornal Lampião da Esquina. *Revista Pauta Geral: Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 183-199, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21868>. Acesso em: 23 jul. 2025.

PEDROSA, R. S. V. *Memórias do Lampião da Esquina: um debate da produção acadêmica pós-anos 2000*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso de História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em:

<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6408?locale-attribute=en>. Acesso em 26 jul. 2025.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Eco-Pós**, v. 12, n. 2, p. 46-61, mai./ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v12i2.947>. Disponível em:

https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/947. Acesso em: 26 jul. 2025.

PETTICREW, M.; ROBERTS, H. *Systematic Reviews in the Social Science*. Blackwell: Malden, Massachussets, 2006.

PICCHIAI, D. Q. *Ditos sobre e ditos por: o rasgo afetivo das mulheres trans nos discursos midiáticos*. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/handle/handle/22484>. Acesso em: 25 jul. 2025.

QUINALHA, R. Lampião da esquina na mira da ditadura hétero-militar de 1964. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 61, p. 3, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8666868>. Acesso em: 26 jul. 2025.

SANTINI, R. M.; BARROS, C. E. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. *Liinc em Revista*, v. 18, n.1, p. 1-27, mai. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v8i1.5948>. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5948>. Acesso em: 26 jul. 2025.

SANTOS, D. S.; OLIVEIRA, V. H. S.; BARROSO, F. L. A. Eles e Nós: um estudo sobre a visão do jornal Lampião da Esquina sobre a grande imprensa brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Universidade Positivo, 2009. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/lista_area_IJ-DT7.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

SILVA JÚNIOR, C. H. F. Liberdade gay no Brasil: discursos e enfrentamentos do jornal Lampião da Esquina durante a abertura política (1978-1981). *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comum.*, n. 42, vol. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3087>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SILVA JÚNIOR, C. H. F. Imprensa gay no Brasil: um olhar jornalístico e militante sobre a realidade homossexual nas décadas de 70 e 80. *Brazilian Journalism Research*, [S.l.], v. 19, n. 3, p. e1622, 2023. DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1622. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1622>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, P. R. Escrever para inscrever-se: epistolografia homossexual nas páginas do Lâmpião da Esquina (1978-1981). *Tempo e Argumento*, v. 8, n. 19, p. 254-282, 2016. DOI: 10.5965/2175180308192016254. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308192016254>. Acesso em: 26 jul. 2025.



“TÁ LIGADO HIP HOP”: MOVIMENTO E ATIVISMO MIDIÁTICO NO HIP HOP E NA RADIODIFUSÃO ALTERNATIVA EM SOROCABA

Felipe Parra¹

Thífani Postali²

RESUMO: O artigo busca verificar como os ativistas midiáticos utilizam o programa “Tá Ligado HIP HOP” para promover músicas e disseminar conceitos/informações relevantes para as comunidades marginalizadas em Sorocaba. Em específico, este texto procura fazer uma reflexão sobre as características e práticas socioculturais constatadas neste primeiro contato com o objeto de estudo. Para tanto, adota-se o percurso metodológico que se concentra na observação, na descrição e na discussão das dinâmicas que envolvem o programa de rádio e o contexto em que está inserido. Por meio da estratégia crítico-discursiva, esta investigação propõe um olhar que busca averiguar como o Hip Hop e os meios de comunicação alternativos podem ser catalizadores de ideias revolucionárias para comunidades invisibilizadas socialmente. Como resultados, apresenta que ativistas midiáticos continuam a acolher e engajar os marginalizados por meio de um discurso encontrado no movimento Hip Hop e reverberado pelo rádio, um meio de comunicação com alto poder de penetração nas comunidades mais carentes.

PALAVRAS-CHAVE: *Ativismo midiático. Rádio comunitária. Comunicação urbana. Cultura Hip Hop. Folkcomunicação.*

ABSTRACT: This article examines how media activists use the community radio program “Tá Ligado HIP HOP” to promote music and disseminate critical knowledge among marginalized communities in Sorocaba, Brazil. Based on a qualitative and critical-discursive approach, the study observes, describes, and discusses the sociocultural dynamics that shape the program and its context. By combining the theoretical frameworks of Folkcommunication, Cultural Studies, and media activism, this research analyzes how Hip Hop and alternative community broadcasting function as catalysts for social transformation and resistance. The findings suggest that media activists continue to empower and engage peripheral populations through discourses rooted in Hip Hop culture and amplified by community radio—an enduring medium with high communicative and political reach in disadvantaged territories.

KEYWORDS: *Media activism. Community radio. Urban communication. Hip Hop culture. Folkcommunication.*

¹ Docente dos curso de Jogos Digitais (UNISO). Docente dos cursos de Publicidade e Propaganda e Design Gráfico da Universidade Paulista (UNIP Sorocaba). Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. ORCID: 0000-0002-4160-3065. E-mail: parra.profissional@gmail.com.

² Professora titular no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSCar. Líder do grupo de pesquisas em Comunicação Urbana e Práticas Decoloniais (CNPq-Uniso) e membro da Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Folkcom). ORCID: 0000-0003-0541-7203. E-mail: thifanipostali@gmail.com.

Introdução

No serviço de alto-falante
Do morro do Pau da Bandeira
Quem avisa é o Zé do Caroço
Que amanhã vai fazer alvoroço
Alertando a favela inteira
(Brandão, 1985)

Qualquer mudança na maneira como as pessoas exercem seus direitos e deveres sociais resulta em transmutações significativas nos modos de vida cotidianos. Essas transformações afetam conceitos, iniciativas, argumentos e opiniões. A estrofe da canção de Leci Brandão, apresentada como epígrafe deste texto, ilustra isso ao descrever as ações e atitudes do “Zé do Caroço”. Esse personagem foi inspirado em José Mendes da Silva, mais conhecido pelo apelido de “Zé do Caroço”. O morador do morro do Pau da Bandeira, em Vila Isabel (Rio de Janeiro-RJ) instalou um sistema de som na laje de sua casa com o intuito de transmitir notícias, eventos, alertas e outras informações para a periferia carioca³. Nesse sentido, José Mendes se tornou uma voz popular que emergiu para reivindicar e informar os direitos de sua comunidade. No entanto, iniciativas como essa, muitas vezes são reprimidas pelo poder hegemônico devido a conflitos de interesses. Assim, alterações profundas nos modos de pensar das periferias brasileiras podem causar distúrbios em sistemas políticos, econômicos, mercadológicos, estatais, etc. Essa linha de raciocínio se fortalece ao observar a ausência de representatividade das minorias nos meios de comunicação de massa. Embora haja muitos especialistas nesses canais (jornalistas, comentaristas, publicitários, editores, colunistas, etc.), os problemas sociais carecem de visibilidade adequada na mídia. A informação é produzida para o povo, mas não pelo povo. Nesse cenário, surgem meios de comunicação alternativos como as rádios livres e as rádios comunitárias, para suprir tais necessidades.

³ Santos, M. A. (2023, 26 de julho). A verdadeira história do samba Zé do Caroço. *Diário da Região*. <https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/a-verdadeira-historia-do-samba-ze-do-caroco-1.179862>.

Diante das potencialidades oferecidas, associações de moradores, coletivos e movimentos socioculturais ativistas utilizam o rádio para reverberar ideias que interessam a comunidades específicas. Ao afastar o meio de comunicação de sua função comercial, pode-se reconfigurar sua utilidade, no intuito de obter novas/outras experiências. Usadas nesse ambiente, as rádios livres e comunitárias informam, educam e dialogam com as mazelas sociais que são esquecidas pelos meios de comunicação de massa. A Comunicação é realizada por pessoas de dentro das comunidades, que conhecem os desejos e anseios dos moradores da periferia.

É com essa perspectiva que o “*Tá Ligado HIP HOP*” trabalha. O programa da rádio comunitária sorocabana *Cultural FM 87.7*⁴ tem sido um ponto de referência para a disseminação e manutenção do Hip Hop da região. As rádios comunitárias são emissoras previstas na lei que têm a finalidade de se relacionar com uma determinada comunidade. Basicamente, a função dessas ações é proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Essas iniciativas sem fins lucrativos oferecem a oportunidade de divulgar ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais difundidos dentro da comunidade⁵. A iniciativa tem explorado e promovido diversos aspectos desse movimento cultural ao longo dos anos. As pessoas envolvidas neste projeto não apenas entretêm, mas orientam e inspiram ouvintes, fomentando uma comunidade unida pelo amor ao Hip Hop.

Com base nas argumentações apresentadas, emerge a pergunta: como os ativistas midiáticos utilizam o programa “*Tá Ligado HIP HOP*” para promover músicas e disseminar conceitos/informações relevantes para as comunidades marginalizadas em Sorocaba?

Diante da premissa, esse primeiro contato com o objeto de estudo tem como objetivo verificar os papéis dos ativistas midiáticos na promoção e valorização da

⁴ A emissora *Cultural FM 87.7* é uma rádio comunitária localizada no Parque Laranjeiras em Sorocaba-SP que possui uma programação variada, com diversos programas e gêneros musicais, incluindo a programação gospel. Pertencente à Associação Comunitária Cultural de Sorocaba, a rádio não possui dono e sim um corpo social civil eleito que a administra. Para mais informações acesse: <https://radioculturalfmsorocaba.com.br/>.

⁵ Parra, F. (2023). Rádios livres sorocabanas: 40 anos depois. 265 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-11072023-144537/pt-br.php>.

cultura local nas periferias de Sorocaba, utilizando o Hip Hop e a radiodifusão comunitária como ferramentas de interação e conexão.

Para tanto, adota-se o percurso metodológico que se concentra na observação, na descrição e na discussão das informações presentes na entrevista realizada com os apresentadores do programa “*Tá Ligado HIP HOP*”. Da percepção dos elementos presentes na pesquisa e da sutura de conceitos entre diferentes áreas do conhecimento, pretende-se realizar um estudo exploratório acerca do programa. Portanto, por meio dessa estratégia crítico-discursiva, esta investigação científica propõe um olhar que busca averiguar como os meios de comunicação alternativos podem ser catalisadores de ideias revolucionárias para comunidades invisibilizadas socialmente.

O arcabouço teórico, flexível e dinâmico dos Estudos Contemporâneos⁶ fundamenta o raciocínio apresentado neste texto, ao relacionar e expandir conceitos entre Estudos Culturais e tecnologias de comunicação. Em suma, há um empenho em formular conceitos coerentes com uma sólida base teórica, visando contribuir para a geração de conhecimento no campo contemporâneo da Comunicação e Cultura.

Justifica-se a elaboração desse trabalho ao verificar que há muitas pesquisas que se debruçam na temática. Contudo, não foram encontrados estudos que se dediquem a tal assunto na cidade de Sorocaba⁷, a qual possui uma história intrinsecamente relacionada com as rádios livres. Na década de 1970 surgiu no município o movimento das rádios livres sorocabanas. Tal iniciativa se consolidou nos anos 80 ao transmitir músicas e ideias transgressoras, distantes das programações padronizadas das rádios comerciais. Nesse contexto, as rádios livres de Sorocaba desempenharam um papel significativo no avanço da comunicação radiofônica no Brasil⁸, ao disseminar discursos que até então eram pouco difundidos no espaço eletromagnético brasileiro.

Efetuados os apontamentos iniciais, o texto está dividido em quatro tópicos: o movimento Hip Hop; hip hopper ativista midiático (a); as rádios livres e comunitárias

⁶ Garcia, W. (2007). Fazer ciência: o lugar do conceito. *Em Questão*, 13(1), 171-182. <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645956011.pdf>.

⁷ Localizado a aproximadamente 100 km de São Paulo, o município de Sorocaba tornou-se conhecido nacional e internacionalmente devido às rádios livres que surgiram no final da década de 1970. O jornal *O Cruzeiro do Sul* denominava a cidade como a capital dessas ações (Sorocaba, 1984).

⁸ Machado, A., Magri, C., & Masagão, M. (1986). *Rádios livres: reforma agrária no ar*. Brasiliense.

de Sorocaba; e o programa “*Tá Ligado HIP HOP*”, na tentativa de apresentar uma escrita coerente para o leitor. Essa divisão auxilia na exposição de conceitos, perspectivas e táticas referentes à pesquisa.

O movimento Hip Hop

O ano de 2023 foi considerado um marco para o movimento Hip Hop, pois além de completar 50 anos de história e resistência cultural, conquistou, no Brasil, o Decreto Nº 11.784, de 20 de novembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes nacionais para as ações de valorização e fomento da cultura Hip Hop no país. Sabe-se, como coloca García Canclini⁹, acerca do cenário latino americano, que os ministérios da cultura continuam a valorizar, em sua maioria, as chamadas belas artes, em detrimento das culturas populares que segundo o autor são cenários de consumo onde se desenvolve o que se pode chamar de bases estéticas da cidadania.

É por meio de lutas, denúncias, ações coletivas e reivindicações que, passados mais de 40 anos de história no Brasil, o movimento Hip Hop se torna, então, reconhecido pelo poder público. Para tanto, importa pontuar a história do movimento, sua importância e meios de resistência cultural. Aqui cabe esclarecer que o conceito de resistência está ligado aos Estudos Culturais, mais especificamente às colocações de Mattelart e Neveu¹⁰, para quem a resistência é caracterizada pela fluidez, uma vez que sugere mais um espaço de debate que uma ideia impenetrável, com a finalidade de provocar mudanças sociais. Nesse contexto, pode-se afirmar que a cultura popular que contém intenção de comunicação e transformação social é uma ferramenta de resistência às forças dominantes que buscam oprimir e silenciar as diversas lutas sociais. O conceito de comunicação que se assimila é o que Beltrão¹¹ denomina como “comunicação cultural”, ou seja, o processo verbal, mímico, gráfico, plástico e tátil pelo qual os seres humanos manifestam e trocam ideais, sentimentos e informações, com o objetivo de estabelecer relações e somar experiências.

⁹ García Canclini, N. (1995). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais*. UFRJ.

¹⁰ Mattelart, A., & Neveu, É. (2004). *Introdução aos estudos culturais*. Parábola.

¹¹ Beltrão, L. (1977). *Teoria geral da comunicação*. Brasília: Thesaurus.

Posto assim, o Hip Hop se encontra na conjuntura da “comunicação cultural” e “resistência”, sendo considerado um movimento oriundo da cultura popular urbana, com raiz jamaicana. Na década de 1960 o país passava por problemas, e então, pessoas passaram a usar as praças para manifestar e resistir aos problemas políticos, econômicos e sociais. Mais especificamente, por meio da musicalidade, os chamados *toasters* produziam discursos rimados e seguidos de uma batida reproduzida por aparelhos de *sound systems*. Nesse período, houve uma migração em massa da população das Ilhas Caribenhas para Nova Iorque em busca de melhorias nas condições de vida. Entretanto, no novo país, os imigrantes se depararam com a segregação social e outros problemas sociais¹².

Foi nesse cenário que o jamaicano Kool-Herc e seu parceiro Grand Master Flash, originário de Barbados, apresentaram a prática da música jamaicana como forma de resistir aos problemas. No bairro do Bronx – NY, os disc-jóqueis (DJ’s) organizaram inúmeras festas nas quais trabalhavam com técnicas de som, incluindo recortes de músicas populares e efeitos que simulam a agitação urbana como ruídos de carros, de sirenes de polícia e ambulâncias, helicópteros, tiros, vidros quebrados, entre outros. Durante as apresentações, os DJ’s discursavam de acordo com o ritmo da música e ofereciam o microfone para os outros participantes. Juntando-se aos elementos culturais estadunidenses, a música jamaicana foi se transformando no que hoje é conhecido como Rap - *Rhythm and Poetry*.

136

O Rap é caracterizado pela improvisação poética sobre uma batida musical rápida, realizada por sons digitais, o que faz da expressão oral o elemento mais importante da música. Segundo Kellner¹³, trata-se de uma forma que une tradições orais afro-americanas com modalidades tecnológicas de reprodução de som. Os responsáveis pelo texto são conhecidos como mestres de cerimônia. Mencionados popularmente como MC’s, eles possuem as mesmas características que os *toasters* jamaicanos, ao passo que discursam sobre as questões que envolvem a situação social dos grupos

¹² Postali, T. (2011). *Blues e hip hop: uma perspectiva folkcomunicação*. Jundiaí: Uniso, Paco Editorial.

¹³ Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. EDUSC.

urbanos marginalizados. Com relação ao Rap, Kellner ressalta que é um meio de expressão de vozes bem específicas, que estão fora da cultura dominante, e a preocupação de seus praticantes é dizer quem são, de onde vêm e o que têm em mente.

Nas décadas de 1960 e 1970, o Bronx era considerado um dos territórios mais perigosos dos Estados Unidos, devido ao grande número de gangues. Kevin Donavan era líder da gangue chamada Black Spades. Nascido em 1957, foi frequentador assíduo das festas de Kool-Herc e Grand Master Flash, pois admirava a maneira com a qual a população manifestava o cotidiano marginal, sem o uso da violência física. O afro-estadunidense trocou seu nome por África Bambaataa e a gangue pela arte de rua, juntando-se aos Dj's, em especial, a Kool-Herc - principal responsável pelos eventos. Segundo Leal¹⁴, em 1973, Bambaataa fundou a *Universal Zulu Nation*, uma organização não-governamental que teve como lema a frase “Paz, Amor, União e Diversão”. Nessa organização – ainda existente - Bambaataa reuniu Dj's, dançarinos, MC's e grafiteiros, além de promover palestras sobre diversos temas como matemática, economia, prevenção de doenças, entre outros. Essa cultura foi denominada como Hip Hop, em 1974, instituindo os elementos DJ, Grafite, Rap e Breaking, mais especificamente.

131

A intenção do movimento Hip Hop é trocar a violência pela cultura, para que jovens se enfrentem por meio da arte, e por meio dela, adquiram habilidades e conhecimentos sobre suas localizações sociais. De acordo com o site da organização, a principal preocupação dos fundadores do Hip Hop é de que o público não tenha domínio sobre o verdadeiro propósito do movimento, pelo fato de inúmeros rappers utilizarem-se da musicalidade para divulgar o que Bambaataa chama de “negatividade”. Para tanto, o idealizador do movimento incluiu o quinto elemento, ao qual refere-se como “conhecimento”. Segundo a Universal Zulu Nation, o quinto elemento consiste em esclarecer às pessoas sobre a história e os elementos fundamentais da verdadeira cultura Hip Hop¹⁵.

¹⁴ Leal, S. J. de M. (2007). *Acorda hip hop: despertando um movimento em transformação*. Aeroplano.

¹⁵ Postali, T. (2011). *Blues e hip hop: uma perspectiva folkcomunicação*. Jundiaí: Uniso, Paco Editorial.

Portanto, é nesse contexto que se pode considerar o Hip Hop como uma cultura popular urbana cuja intenção é a comunicação cultural e de resistência, com a finalidade de promover transformações sociais, motivo pelo qual passou a ser praticado em diversos países que não só ocidentais, tornando-se uma cultura periférica que alcançou o mundo. No Brasil, o movimento chegou na década de 1970 tendo o breaking, a princípio praticado na cidade de São Paulo, como principal elemento. Em 1990 o movimento ganhou maior notoriedade por meio do Rap, tendo o grupo Racionais MC's como maior vetor de sua publicização. Cabe ressaltar uma fala importante sobre o movimento brasileiro: em uma de suas passagens pelo Brasil, Áfrika Bambaataa declarou preferir o Hip Hop brasileiro ao estadunidense, uma vez que nos EUA o propósito foi se perdendo, ao passo que no Brasil foi se desenvolvendo com base na sua filosofia: conhecimento. Aí o reconhecimento público e incentivo ao movimento dado a partir de 2023. O Hip Hop alcança os lugares marcados pela ausência do estado, onde, muitas vezes, os direitos são negados aos cidadãos.

Por esse motivo, interessa compreender de que maneiras os/as hip hoppers se organizam para comunicar e transformar seus territórios. A pessoa líder-comunicadora¹⁶ é a figura responsável pela produção, articulação e agendas para transformação social.

134

Hip hopper ativista midiático (a)

Para melhor compreender o sistema de comunicação que os/as hip hoppers fazem parte, recorrer-se-á a Folkcomunicação, teoria brasileira que lança luz aos estudos sobre cultura popular. Beltrão¹⁷ esclarece que a Folkcomunicação é a comunicação dos marginalizados, sejam pessoas oriundas dos grupos rurais, urbanos ou culturalmente marginalizados. O autor esclarece que há formas específicas na produção e no comunicar dos grupos que não estão, definitivamente, inseridos na lógica da cultura dominante. Nas palavras do autor, o que caracteriza os processos folkcomunicacionais é que as mensagens são produzidas, codificadas edisseminadas em

¹⁶ Beltrão, L. (1980). *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. Cortez.

¹⁷ Beltrão, L. (1980). *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. Cortez.

linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez, conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa.

Nesse contexto, as mensagens são elaboradas e distribuídas pelo/a líder-comunicador/a folk (caracterizados/as como agentes formadores de opinião) que produz suas mensagens a partir das informações possibilitadas pelos seus meios, contatos interpessoais, experiências e pelos meios de comunicação de massa. Neste último, a pessoa líder comunicadora decodifica as mensagens massivas transformando-as em outros códigos, capazes de serem melhor compreendidos pelo público ao qual pretende comunicar. Isso significa que entre a massa de receptores existem diferentes pessoas, e entre elas, líderes-comunicadoras que decodificam as mensagens atribuindo a elas sentido e conteúdos mais específicos e de interesse de seu grupo social.

Beltrão¹⁸ chama a atenção para o fato de que as pessoas líderes-comunicadoras nem sempre são autoridades, mas, por possuírem conteúdos e opiniões de interesse do seu grupo social, possuem certo prestígio na comunidade em que atuam. Lideranças religiosas, professores, lideranças de associações diversas, pessoas comuns com boa socialização e comunicação, lideranças de esportes e práticas culturais são alguns dos exemplos possíveis de serem encontrados com frequência nos diversos territórios marginalizados.

Os estudos em Folkcomunicação mais recentes atualizam as características das pessoas líder-comunicadoras. As mudanças sociais que caracterizam o início do século XXI, entre elas o avanço tecnológico, o acesso mais facilitado às novas tecnologias de informação e a possibilidade de alcançar, por meio das plataformas digitais, instituições e outros grupos sociais - para ficarmos apenas na comunicação que é o foco de interesse deste trabalho, levaram o/a líder comunicador/a folk a adquirir novas práticas socioculturais. Trigueiro¹⁹ denomina “Ativista Midiático” a pessoa que passa a se apropriar das novas possibilidades de comunicação (e não só) para produzir e comunicar seus conteúdos para outros públicos.

¹⁸ idem.

¹⁹ Trigueiro, O. M. (2008). *Folkcomunicação e ativismo midiático*. Editora Universitária da UFPB.

Importa esclarecer que meios massivos como a televisão e o rádio continuam a operar de forma bastante presente na vida das pessoas, sobretudo das camadas populares, e que também se atualizaram para atender ao novo contexto em rede digital, característico da chamada Convergência de Mídias²⁰. De acordo com Trigueiro²¹, o rádio e a televisão são os dois meios com maior presença nas pequenas cidades interioranas²². Assim, o/a ativista midiático/a é um/a protagonista no processo de mediação que envolve o local e o global, ocupando os diferentes espaços para comunicar conteúdos que julga essenciais sobre (e para) o seu público. De acordo com o autor, a simples atualização dos acontecimentos midiáticos, como era comum ao/a líder-comunicador/a folk, já não é mais suficiente para o/a ativista midiático/a que passa a se apropriar, incorporar e converter conteúdos midiáticos para o uso e consumo de seu grupo social, a partir da própria mídia massiva.

O ativista midiático age estimulado pelos seus interesses e do grupo social ao qual pertence na formatação das práticas simbólicas e materiais das culturas tradicionais e modernas. É um narrador do cotidiano, guardião da memória e da identidade local, reconhecido como porta-voz do seu grupo social e percorre entre as práticas tradicionais e contemporâneas, apropria-se das novas tecnologias de comunicação para fazer circular as narrativas populares nas redes globais. Quando cria, produz e veicula os seus conteúdos nos próprios meios de comunicação, passa a ocupar tempo e espaço conquistado, reconhecido pelo seu grupo social e além desses.

O autor ainda chama a atenção para o fato de que esses/as agentes ativos/as se mobilizam nas redes de comunicação do local com o global e estão interconectados, principalmente, com os meios rádio e televisão que, como colocado, possuem maior presença em determinados territórios marginalizados.

²⁰ Jenkins, H. (2009). *Cultura da Convergência*. Editora Aleph.

²¹ Trigueiro, O. M. (2008). *Folkcomunicação e ativismo midiático*. Editora Universitária da UFPB.

²² O autor se refere, especificamente, ao interior do Nordeste, recorte de sua pesquisa. Entretanto, é possível de identificar o mesmo cenário em outras regiões interioranas, com o é o caso do interior de São Paulo, recorte geográfico deste trabalho.

As rádios livres e comunitárias de Sorocaba

Para pensar sobre as nuances e interpelações entre os meios de comunicação alternativos, os ativistas midiáticos e o Hip Hop na cidade de Sorocaba é necessário desenvolver reflexões acerca dos conceitos referentes às rádios livres e rádios comunitárias. Assim ficam evidentes as particularidades presentes nessas iniciativas no município sorocabano.

As rádios livres operam na ilegalidade, no entanto, essas emissoras não têm como objetivo o lucro. O princípio fundamental das rádios livres é dar voz a pessoas com diferentes perspectivas. Elas se dedicam a fornecer informações alternativas às veiculadas pelas rádios convencionais, operando de forma coletiva e alternativa, sem a autorização dos monopólios das telecomunicações. Esse potencial tem sido usado para promover a cultura e abordar os problemas enfrentados por movimentos sociais e minorias. Ao superar as práticas tradicionais de uso da mídia, as rádios livres criam um espaço onde qualquer pessoa, mesmo sem experiência com a mídia, pode se expressar livremente²³.

138

Os custos de produção e difusão das mensagens no rádio são mínimos, pois é uma mídia relativamente simples e barata de construir e operar. O alcance das transmissões é secundário, com ênfase em difundir informações em pequenas áreas. Essa característica permite que as rádios livres contestem os conteúdos difundidos pelo monopólio dos meios de massa. Assim, a informação difundida localmente desafia os princípios estabelecidos e regulamentados pelo monopólio das telecomunicações.

Tais iniciativas surgem espontaneamente e são administradas por pessoas que não seguem um padrão hierárquico de gerência. Nesse sentido, a diversidade de ideias é o destaque dessas iniciativas, permitindo que múltiplas vozes ocupem e expressem seus pensamentos livremente pelo espaço eletromagnético.

²³ Machado, A., Magri, C., & Masagão, M. (1986). *Rádios livres: reforma agrária no ar*. Brasiliense.

Diante dessas particularidades, pode-se pensar que as rádios livres rompem com a lógica hierárquica entre emissor e receptor. Essa ruptura ocorre porque elas oferecem condições para que os amadores assumam uma postura ativa no sistema comunicacional radiofônico²⁴. Ou seja, o ouvinte torna-se produtor sem a intervenção do monopólio das telecomunicações.

Outra forma desse processo ocorrer é através da troca de conteúdos entre as rádios livres. Nesse caso, as emissoras podem intercambiar mensagens e funcionar como uma espécie de telefone, permitindo que a comunicação ultrapasse os limites dos aparelhos de transmissão das rádios. Mesmo que a emissora tenha uma potência ínfima, a mensagem pode ser retransmitida por outras rádios, criando uma rede de informação que ultrapassa fronteiras geográficas.

Ao se distanciar dos formatos comerciais, o rádio ganha uma utilização mais profunda e significativa. Aplicando novas lógicas a esse meio de comunicação, torna-se possível refletir sobre como a mídia pode ser utilizada na luta por uma sociedade democrática. Dessa maneira, as rádios livres criam oportunidades para que ativistas critiquem as regras impostas pelo sistema estatal. Através dessas iniciativas, é possível contestar políticas implementadas em uma comunidade, questionar a vida cotidiana, fazer reflexões sobre a jornada de trabalho em sua forma atual, entre outros temas.

Em relação às rádios comunitárias, Parra²⁵ argumenta que são emissoras previstas por lei que têm como finalidade se relacionar com uma determinada comunidade. A função dessas rádios é proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Em outras palavras, o conceito de rádio comunitária está vinculado à ideia de uma estação de rádio que funciona como um canal de comunicação dedicado exclusivamente a uma comunidade local. Essas iniciativas sem fins lucrativos oferecem a oportunidade de divulgar ideias, manifestações culturais,

²⁴ Brecht, B. Teoria do rádio (1927-1932). (2005). In: Meditsch, E. (Org.). *Teorias do rádio: textos e contextos* (vol. 1, pp. 35-45) *volume 1*. Insular.

²⁵ Parra, F. (2018). Luiz Fernando Santoro – Relatos sobre rádios livres e comunitárias na Europa e no Brasil. *Revista Alterjor*, 18(2), 54-65. <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/147538/141610>.

tradições e hábitos sociais difundidos dentro da comunidade. Geralmente, as rádios comunitárias estão associadas a entidades como a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) e a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço).

Peruzzo²⁶ aprofunda tais perspectivas ao afirmar que as principais características que definem uma rádio comunitária incluem:

- ∞ Desinteresse por lucros: As rádios comunitárias não visam lucro. Embora possam comercializar espaços publicitários para patrocínio, os recursos arrecadados são utilizados para custeio e manutenção da emissora, e não para lucro particular. Tais recursos são nomeados como apoio cultural.
- ∞ Pertencente à comunidade: A rádio é organizada, dirigida e operada pela própria comunidade. Isso significa que quem fala e quem ouve é a comunidade, sem a mediação de profissionais externos.
- ∞ Programação vinculada à realidade local: A programação das rádios comunitárias tende a ter um vínculo orgânico com a realidade local, abordando problemas, festas, necessidades e cultura da comunidade.
- ∞ Gestão participativa: As rádios comunitárias funcionam com sistemas de gestão partilhada, utilizando órgãos deliberativos coletivos, como conselhos e assembleias, para a tomada de decisões.

135

Essas características ajudam a diferenciar as rádios comunitárias de outras emissoras, como as comerciais, que operam com objetivos de lucro e frequentemente não refletem os interesses locais. Contudo, nota-se que essas particularidades possuem intrínsecas relações com as rádios livres. A disseminação de informações alternativas, a despreocupação com os lucros e a gestão democrática das emissoras radiofônicas são características observadas nas duas formas de se fazer rádio. Tais similaridades não são meras coincidências. A influência das rádios livres foi fundamental para o surgimento

²⁶ Peruzzo, C. M. K. (1998). *Participação nas rádios comunitárias no Brasil*. [Apresentação de trabalho]. XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 98, Recife-PE. <http://bocc.ufpb.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>.

das rádios comunitárias²⁷. Essas emissoras clandestinas desempenharam um papel importante, mostrando novas abordagens na produção de rádio e servindo como modelo para as iniciativas comunitárias. Tal movimento foi crucial para a criação de projetos que representassem as experiências de comunidades com realidades distintas das promovidas pelo monopólio das telecomunicações. O fenômeno foi particularmente significativo durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, quando os movimentos sociais populares lutavam pela redemocratização do país, em plena ditadura militar²⁸.

Quando se pensa especificamente na cidade de Sorocaba, nota-se que o ativismo midiático por meio desses meios de comunicação alternativos se inicia no começo do movimento das rádios livres sorocabanas. Em meados de 1976, jovens cansados da programação convencional difundida pelas rádios comerciais fabricaram seus próprios transmissores para criar emissoras de rádio ilegais e reverberar suas ideias pelo espaço eletromagnético. *Columbia FM, Rádio Atividade FM, Superstar FM, Express FM, Centauros 2001 FM, Voyage FM, Strick Som FM, Transuniversal FM, Edissom FM, e Transuniversal FM* são algumas das rádios livres fundadas e operadas por amadores. Essas atividades difundiam músicas de estilos que não tocavam nas emissoras radiofônicas convencionais como dance music, canções sertanejas, bolero, hip hop etc., discursos a favor de trabalhadores que lutavam por melhores condições de trabalho, depoimento de pessoas marginalizadas/estigmatizadas pela sociedade (travestis e prostitutas), entrevistas com artistas simpatizantes às rádios livres como Lulu Santos e Paulo Ricardo, entre outros conteúdos²⁹.

²⁷ Cavalcanti, M. A. de P. (2018). Resistências nas mídias a comunicação socializada: uma breve história das rádios livres e comunitárias no Brasil. *Revista Periferia*, 10(2), 258-277. <https://www.redalyc.org/journal/5521/552157626016/html/>.

²⁸ Brandão, A. C., & Duarte M. F. (1999). *Movimentos culturais da juventude*. Moderna.

²⁹ Parra, F. (2023). Rádios livres sorocabanas: 40 anos depois. 265 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-11072023-144537/pt-br.php>.

No verão de 1982, mais de 100 emissoras clandestinas operavam na cidade³⁰. Isso estimulou pessoas de outras partes do Brasil a experimentarem as possibilidades comunicacionais das rádios livres. *Rádio Xilik, Ítaca, Trip, Tereza, Molotov e Totó Ternura* são exemplos de atividades que se influenciaram pelas emissoras do interior de São Paulo. Dessa forma, os ativistas midiáticos sorocabanos contribuíram efetivamente para o desenvolvimento da comunicação radiofônica brasileira³¹, ao difundir discursos até então pouco propagados no espaço eletromagnético do país.

Contudo, o movimento radiofônico chamou a atenção do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), o qual realizou penalizações previstas em lei na cidade de Sorocaba³². Essa represália fez com que os ativistas midiáticos sorocabanos criassem o *Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba*, no intuito de organizar e proteger as emissoras de rádio livres no município, buscando uma regulamentação adequada para as emissoras. Em 1986, houve uma tentativa de legalizar as rádios clandestinas de Sorocaba, os membros do movimento destacavam a necessidade de uma normatização mais inclusiva e plural. No entanto, a legalização reivindicada permitiu apenas uma estação para todas as rádios livres, ou seja, uma frequência para mais de 100 rádios livres da cidade. Isso contrariava a ideia de múltiplas vozes e perspectivas que a atividade buscava promover. Perante a tal cenário, o *Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba* se dissolveu pouco tempo depois de criado³³.

³⁰ Nunes, M. A. M. *Rádios livres. O outro lado da voz do Brasil*. 1995. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

³¹ Machado, A., Magri, C., & Masagão, M. (1986). *Rádios livres: reforma agrária no ar*. Brasiliense.

³² O artigo 183 da Lei 9472/97 determina que é proibido desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação no Brasil. A pena prevista é de dois a quatro anos de reclusão, aumentada da metade se houver dano a terceiro, e multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Disponível em: <https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103340/lei-geral-de-telecomunicacoes-lei-9472-97#art-183>. Acesso em: 24 jul. 2019.

³³ Parra, F. (2023). *Rádios livres sorocabanas: 40 anos depois*. 265 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-11072023-144537/pt-br.php>.

Porém, mesmo com a regulamentação inadequada, a mobilização dos ativistas midiáticos que utilizavam as rádios livres no município continuou. A apreensão de equipamentos e a repressão pelos órgãos públicos não intimidou os envolvidos. A persistência dessas pessoas foi crucial para a criação da legislação para rádios comunitárias, evidenciando a importância da resistência contínua para alcançar reconhecimento e regulamentação³⁴, ou seja, a luta do movimento das rádios livres sorocabanas desempenhou um papel essencial na criação das rádios comunitárias no Brasil. Tal afirmação é confirmada por Peruzzo³⁵, ao dissertar que a comunicação comunitária adquire um caráter singular ao emergir das lutas populares e expandir seu alcance, especialmente por meio das rádios comunitárias. Inicialmente tais iniciativas operavam como rádios livres no Brasil, devido à falta de autorização oficial, mas foram posteriormente legalizadas com a aprovação da legislação de radiodifusão de baixa potência³⁶. Portanto, nota-se que apesar dos obstáculos e das limitações impostas pelo poder hegemônico, a perseverança dos ativistas midiáticos não apenas garantiu a sobrevivência das rádios livres durante tempos de repressão, mas também ajudou a moldar um ambiente legalmente positivo para que as rádios comunitárias surgissem.

³³ Nunes, M. A. M. *Rádios livres*. O outro lado da voz do Brasil. 1995. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

³⁴ César, R. (2022). As múltiplas emissoras de Robson César: um depoimento sobre as rádios livres sorocabanas. *Revista Alterjor*, 1(25), 175-191. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/193081/180095>.

³⁵ Peruzzo, C. M. K. (2024). *Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa*. Edufes. <https://repositorio.ufes.br/items/16d146f7-aa4b-42dd-b832-97fb9442d1ed>.

³⁶ A **Lei de Radiodifusão Comunitária** regula o serviço de radiodifusão sonora em FM, operado com baixa potência e alcance limitado. O serviço é exclusivo para fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na área atendida. A potência máxima é de 25 watts ERP, e a altura do sistema irradiante não pode exceder 30 metros, com cobertura voltada para bairros ou vilas específicas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9612.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.612%2C%20DE%2019%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201998&text=Institui%20o%20Servi%C3%A7o%20de%20Radiodifus%C3%A3o,Art. Acesso em: 09 jan. 2025.

Programa “Tá Ligado HIP HOP”

O programa “*Tá Ligado HIP HOP*” vai ao ar aos sábados, às 12h00 pela rádio *Cultural FM 87.7*. A emissora radiofônica comunitária está localizada no bairro Parque Laranjeiras (periferia da Zona Norte da cidade de Sorocaba) e oferece uma programação diversificada, abrangendo diferentes programas e gêneros musicais, incluindo conteúdos gospel. Gerida pela Associação Comunitária Cultural de Sorocaba, a rádio não possui um proprietário individual, sendo administrada por um corpo social civil eleito.

Feito os apontamentos necessários, nota-se que as argumentações apresentadas até o momento ganham materialidade ao se debruçar na entrevista feita com os apresentadores Thiago Henrique, mais conhecido como “Saci” e Alexandre Batista, que atende pelo apelido de “DJ Gordo”³⁷. Vale ressaltar que o “*Tá Ligado HIP HOP*” também conta com a apresentadora Ana Paula de Oliveira Lima, reconhecida no meio artístico como “Paula Sinapse”. Além deles, há a participação da estilista May Aguiar, com comentários sobre moda, e a colaboração de DJ Vily na realização do marketing digital³⁸.

Destarte, este texto considera as pessoas envolvidas na produção do “*Tá Ligado HIP HOP*” como ativistas midiáticos. Cada integrante contribui para a gestão do programa com atividades alinhadas à sua experiência profissional, especialização e interesses. Isso enriquece o conteúdo e diversifica as ideias disseminadas para a comunidade periférica do município. Ao utilizar as potencialidades comunicacionais do rádio, essas pessoas disseminam informações sobre a cultura, a arte, a moda e os pensamentos que compõem o movimento Hip Hop local. Também realizam entrevistas

³⁷ DJ é a abreviação de “disc jockey”. Um DJ é uma pessoa que seleciona, mixa e toca músicas para uma audiência. Tradicionalmente, os DJs usavam discos de vinil, mas atualmente eles podem usar uma variedade de formatos, incluindo CDs, arquivos digitais e até mesmo streamings ao vivo.

³⁸ Uma entrevista foi realizada com a equipe no dia 09 de março de 2024 e possui 41 minutos de duração. Por se tratar de uma atividade voluntária, até o momento da interação, o programa não possuía planejamento ou planilha de participação de colaboradores e convidados/entrevistados. Os realizadores dessa pesquisa estiveram em duas ocasiões no programa, sendo a primeira com a participação de Thifani Postali, em dezembro de 2023, como convidada e entrevistada por Márcio Brown - hip hopper e ativista sorocabano, Saci e DJ Gordo. Por esse motivo, optou-se em entrevistar os apresentadores fixos Saci e DJ Gordo. Após esse período, outras pessoas foram se integrando e participando com mais frequência, como é o caso da apresentadora Ana Paula Sinapse, da estilista May Aguiar e da Dj Vily. A inclusão dessas pessoas neste artigo científico tem o intuito de mostrar a participação das mulheres na gestão do programa.

com MCs, Djs e Rappers de Sorocaba e região, profissionais de diversas áreas (como Direito, Comunicação e Administração), ativistas sociais, líderes comunitários e políticos sorocabanos.

Em relação as entrevistas feitas com MCs, Djs e Rappers de Sorocaba e região, nota-se que ativistas midiáticos do rádio promovem ativistas midiáticos que utilizam o Hip Hop para conscientizar seus ouvintes por meio de letras que retratam o cotidiano das periferias brasileiras. Artistas como Carbone, Kamufflow, Mano Geh, MK Sinistro, North Boy e Pisicozy são convidados para promover seu trabalho, realizar o lançamento de suas músicas/videoclipes e falar sobre suas experiências de vida, seus projetos sociais, seus pensamentos relativos ao cotidiano das periferias, seus pontos de vista em relação a questões socioculturais, étnicas, políticas, econômicas, etc. Ao abordar tais assuntos, esses ativistas midiáticos difundem suas ideias e conscientizam ouvintes. É por meio do Hip Hop e do programa “*Tá Ligado HIP HOP*” que muitas pessoas entram em contato com temas como racismo, desigualdade social, resistência, empoderamento, consciência política, identidade cultural, amor, união entre comunidades da periferia entre outros temas. As músicas tocadas na rádio, como *Amanhecer*, *Superação e Compartilhando o Amor*, de Claudinei Pereira e Mano Geh, além das canções *Levante-se*, de Kamufflow, e *Marginal Imaculado* e *Velha Nova Infância*, de Carbone, demonstram que tais ideias estão profundamente conectadas à produção musical desses artistas.

Essa sinergia entre música e reflexões se intensifica ao observarmos a participação feminina no movimento Hip Hop sorocabano e, conseqüentemente, no programa radiofônico estudado. Artistas como DJ Brandini, Dj Vily, Gabriella Kerr, Nikki Brown, Paula Sinapse etc. debatem e cantam sobre empoderamento feminino, racismo, preconceito, violência de gênero, liberdade, representatividade entre outros temas. Canções como *Mais uma Vítima*, de Gabriella Kerr, *Benção e Proteção* do grupo Artigo Sem Lei com participação de Paula Sinapse e *No Cash* do grupo feminino Clan da Minas embasam as afirmações realizadas. Nesse sentido, o “*Tá Ligado HIP HOP*” reverbera a realidade, desejos e anseios contidos nos discursos produzidos por mulheres periféricas.

Tal dinâmica também é elaborada/explorada por outros grupos de artistas de Sorocaba e região. ARTIGO Sem Lei, Cerberus Crew, Cna das Minas, Expresso 015, Rap Sinapse Cia, Ordem de Backup são conjuntos musicais compostos por homens e mulheres do movimento Hip Hop que desenvolvem pensamentos sobre a vivência nas periferias sorocabanas, a união entre as pessoas pertencentes a tais comunidades e a insatisfação com o sistema político, econômico, social etc.

Outro ponto relevante é a participação ativa de pessoas comprometidas com a melhoria da qualidade de vida das comunidades vulneráveis do município. Destacam-se nomes como Emanuela Barros, advogada pós-graduada em Direito Constitucional, Prevenção à Violência e Direito Antidiscriminatório e Diversidades. Mestre em Educação, seus estudos abordam questões de gênero, educação, mulheres e movimentos sociais. É fundadora do coletivo de mulheres Barraqueiras – Mulher, Arte e Resistência e atua como presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba.

Entre as figuras de relevância, está Jorge do Talento Afro, presidente da Unegro e conselheiro de saúde da UBS Laranjeiras. Atualmente, cursa Bacharelado em Direito, reforçando seu compromisso com a justiça social e a igualdade racial.

173

Kátia Campos também se destaca como ativista do Movimento Negro, Periférico e da Mulher. Administradora de negócios, é pós-graduada em Administração e Organização de Eventos, com mais de 15 anos de experiência em gestão de empresas e pessoas. Sua atuação se concentra na defesa dos direitos das mulheres e na valorização da cultura periférica.

Por fim, Regina Cardoso, mulher negra e feminista, é uma ativa defensora do SUS. Enfermeira e professora por formação, integra o Conselho Municipal de Saúde, além de ser membro do Comitê Mulheres pela Democracia e do grupo de estudos negros Baobá.

Esses são alguns exemplos de pessoas que são convidadas para o programa de rádio “*Tá Ligado HIP HOP*”, com o objetivo de debater questões sociais, promover a conscientização e informar a comunidade sobre direitos e serviços essenciais. Além disso, o programa busca divulgar iniciativas que facilitam o acesso a medicamentos e

agilizam o atendimento médico nas comunidades. Nestas situações, é notório o uso do rádio como uma ferramenta de comunicação e mobilização social.

Há também a presença de candidatos políticos que difundem suas ideias e propostas de campanha pelo “*Tá Ligado HIP HOP*”. Esse é o caso de Alessandra Paes. A candidata a vereadora nas eleições municipais de Sorocaba em 2024 é uma profissional com ampla experiência na área de educação e gestão de pessoas, comprometida com a inclusão social e a capacitação profissional de jovens e adultos. Formada em Administração de Empresas, com especialização em Aprendizagem e MBA em Gestão de Pessoas, Alessandra atua com foco na qualificação para o mercado de trabalho. Além de seu trabalho como professora na Etec, desenvolve projetos em diversas ONGs, como RH em Ação, Nurap, Associação Criança Feliz e Cia Anjos da Alegria, que visam o apoio à comunidade e a promoção da inclusão social.

Outro entrevistado foi Paulinho do transporte. O candidato a prefeito de Sorocaba em 2024 é presidente do Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), e vice-presidente da Federação Unitária de Transporte, Porto, Pesca e Comunicação da América (Futac). Além disso, é membro da União Internacional de Sindicatos (Unis).

177

Ambos os convidados usaram o “*Tá Ligado HIP HOP*” para debater questões fundamentais para a população periférica. Alessandra, com sua visão voltada à capacitação profissional e à inclusão social, e Paulinho, com sua defesa dos direitos dos trabalhadores, evidenciam o potencial do rádio como ferramenta de mobilização social. O programa segue sendo um espaço crucial para fortalecer a luta por direitos e um futuro mais igualitário.

As argumentações aqui apresentadas mostram que ideias catalisadas pelo rádio podem provocar transformações sociais, políticas e subjetivas na sociedade. Assim, há a possibilidade da criação de revoluções moleculares³⁹ nas comunidades invisibilizadas de Sorocaba. O conceito diz respeito a mudanças culturais, institucionais e individuais que se manifestam de forma dispersa e não centralizada, em oposição ao poder

³⁹ Guattari, F., Rolnik, S. (2013). Micropolítica: cartografias do desejo. Vozes.

hegemônico do Estado. Essas mudanças micropolíticas podem criar mutações subjetivas que, ao se espalharem, reconfiguram a sociedade de forma profunda e duradoura. Dessa forma, nota-se que o “*Tá Ligado HIP HOP*” não é meramente um programa de rádio, mas um espaço social para a promoção da cultura, educação e engajamento na comunidade do bairro Laranjeiras. O programa vai além da simples transmissão de músicas e entrevistas, ele atua como um ponto de encontro para as pessoas que se identificam com o movimento Hip Hop e suas diversas expressões artísticas, como a música, a dança e o grafite. Além disso, a iniciativa desempenha um papel importante na disseminação de informações relevantes para as comunidades periféricas do interior paulista, abordando questões sociais, políticas e educacionais que afetam diretamente os moradores desses locais. Através de debates, o programa fortalece o senso de pertencimento e identidade cultural⁴⁰, promovendo a inclusão e a conscientização. Assim, o “*Tá Ligado HIP HOP*” não apenas entretém, mas também educa e mobiliza, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sociocultural da periferia sorocabana.

Considerações

Ao contrário do que se pode pensar, as argumentações aqui descritas não têm o intuito de esgotar o tema proposto. Há outras nuances percebidas no “*Tá Ligado HIP HOP*” que merecem ser debatidas e aprofundadas. Contudo, nesta escrita, a premissa é apresentar certos aspectos notados a partir de um primeiro contato com o objeto de estudo.

Outro ponto a destacar é que a pesquisa aborda a temática pela perspectiva de um programa radiofônico comunitário específico da cidade de Sorocaba-SP. Portanto, tais pensamentos podem abrir possibilidades investigativas sobre como o rádio e o Hip Hop podem informar e educar pessoas de outros contextos socioculturais do mundo. Assim, as reflexões apontam para o fato de a música, aliada a um meio de comunicação

⁴⁰ Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A.

popular, adquirir a capacidade de fortalecer associações, coletivos e movimentos presentes nas periferias do Brasil.

Estão nascendo novos (as) líderes (comunicadores (as) e ativistas midiáticos (as) que lutam, trabalham, malham o preço da feira e veiculam suas ideias pelo espaço eletromagnético brasileiro. Para além do morro do Pau da Bandeira, esses novos “Zés do Caroço” procuram acolher, informar e engajar pessoas marginalizadas por meio de um discurso profundo encontrado no movimento Hip Hop reverberado pelo rádio, um meio de comunicação com alto poder de penetração nas comunidades mais carentes.

Referências

- BELTRÃO, L. *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. Cortez, 1980
- BELTRÃO, L. *Teoria geral da comunicação*. Brasília: Thesaurus, 1977
- BRANDÃO, A. C.; Duarte M. F. *Movimentos culturais da juventude*. Moderna, 1999
- BRANDÃO, L. Zé do Caroço. Leci Brandão. *Em Questão de Gosto*. Polygram. [Streaming], 1985
- BRECHT, B. Teoria do rádio (1927-1932). In: Meditsch, E. (Org.). *Teorias do rádio: textos e contextos* (vol. 1, pp. 35-45) volume 1. Insular, 2005.
- CAVALCANTI, M. A. de P. *Resistências nas mídias a comunicação socializada: uma breve história das rádios livres e comunitárias no Brasil*. Revista Periferia, v.10, n.2, 2018, p. 258-277. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5521/552157626016/html/>.
- CÉSAR, R. As múltiplas emissoras de Robson César: um depoimento sobre as rádios livres sorocabanas. *Revista Alterjor*, v.25, n.1, 2022, p. 175-191. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/193081/180095>.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais*. UFRJ, 1995
- GARCIA, W. *Fazer ciência: o lugar do conceito*. Em *Questão*, v. 13, n.1, 2007, p. 171-182. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645956011.pdf>.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Vozes. 2013
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A, 2005
- JENKINS, H. *Cultura da Convergência*. Editora Aleph, 2009

KELLNER, D. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. EDUSC, 2001

LEAL, S. J. de M. *Acorda hip hop: despertando um movimento em transformação*. Aeroplano, 2007

MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. *Rádios livres: reforma agrária no ar*. Brasiliense, 1986

MATTELART, A.; NEVEU, É. *Introdução aos estudos culturais*. Parábola, 2004

NUNES, M. A. M. *Rádios livres*. O outro lado da voz do Brasil, 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

PARRA, F. Luiz Fernando Santoro – Relatos sobre rádios livres e comunitárias na Europa e no Brasil. *Revista Alterjor*, v.18, n. 2, 2018, p. 54-65. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/147538/141610>.

PARRA, F. *Rádios livres sorocabanas: 40 anos depois*. 265 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-11072023-144537/pt-br.php>.

PERUZZO, C. M. K. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. [Apresentação de trabalho]. *XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 98*, Recife-PE, 09 de outubro de 1998. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>.

PERUZZO, C. M. K. *Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa*. Edufes, 2024 Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/16d146f7-aa4b-42dd-b832-97fb9442d1ed>.

POSTALI, T. *Blues e hip hop: uma perspectiva folkcomunicacional*. Jundiaí: Uniso, Paco Editorial, 2011

SANTOS, M. A. A verdadeira história do samba Zé do Caroco. *Diário da Região*, 26 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/a-verdadeira-historia-do-samba-ze-do-caroco-1.179862>.

SOROCABA, a capital das rádios piratas. *O Cruzeiro do Sul*, 11 de março de 1984

TRIGUEIRO, O. M. *Folkcomunicação e ativismo midiático*. Editora Universitária da UFPB, 2008



QUANDO O JORNALISMO ILUMINA O PODER: A COBERTURA DA INDICAÇÃO DE ALANNA GALDINO AO TCE-PB PELO JORNAL DA PARAÍBA E A TEORIA DO AGENDA SETTING

Jairo Alves da Silva¹

RESUMO: Poucas coisas são menos transparentes na sociedade hodierna do que as manobras realizadas por agentes públicos para conquistar ou manter o poder. Nessa perspectiva, o Jornalismo joga luz sobre as sombras das articulações de entes mandatários e leva a sociedade a refletir, questionar e cobrar as ações de quem tem posição privilegiada. A indicação de Alanna Galdino ao cargo de conselheira do Tribunal de Contas do estado da Paraíba é um exemplo de como a atuação da imprensa pode iluminar movimentações que passariam sem repercussão social se a mídia não atuasse para mostrar ao cidadão a realidade dos bastidores. Nessa seara, este trabalho analisa a cobertura do Jornal da Paraíba sobre a indicação da referida candidata ao TCE-PB e como esta pauta mobilizou a opinião pública paraibana.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo. Jornal da Paraíba. Alanna Galdino. Agenda Setting*

ABSTRACT: Few phenomena are less transparent in contemporary society than the maneuvers carried out by public agents to gain or maintain power. From this perspective, journalism sheds light on the shadows of political arrangements and encourages society to reflect, question, and hold accountable those who occupy privileged positions. The nomination of Alanna Galdino to the position of counselor of the Court of Accounts of the state of Paraíba exemplifies how journalistic activity can illuminate movements that would likely go without social repercussion if the media did not reveal the backstage reality to citizens. In this context, this article analyzes the coverage by Jornal da Paraíba of the nomination of the aforementioned candidate to the TCE-PB and examines how this agenda mobilized public opinion in the state of Paraíba.

KEYWORDS: *Journalism. Jornal da Paraíba. Alanna Galdino. Agenda Setting.*

¹ Possui graduação em Filosofia pela Faculdade Evangélica do Meio Norte, FAEME (2013). Também é graduado em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB (2024). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFPB. Tem experiência na área do ensino de filosofia e ciências humanas em geral; gestão escolar; coordenação cultural; como redator de site institucional e redes sociais digitais e editor de informativo. jairoalvesfilosofia@gmail.com

INTRODUÇÃO

A capacidade dos meios de comunicação em influenciar a opinião pública e estruturar o debate político tem sido objeto de estudo desde os primórdios da pesquisa em comunicação. A teoria do Agenda Setting, formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), revolucionou esse campo ao propor que a mídia não apenas informa, mas determina os temas sobre os quais a sociedade passa a refletir.

Em um contexto no qual o espaço noticioso é limitado, como destacam Mangialavori (2012) e os estudos pioneiros de Cohen (1963), a mídia exerce o poder de selecionar temas e personagens, tornando visíveis certos assuntos e, simultaneamente, silenciando outros. Tal processo ganha relevância especialmente em casos que envolvem disputas de poder, como a nomeação de Alanna Galdino ao cargo de conselheira do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), tema que este artigo busca analisar. A indicada é filha do presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, Adriano Galdino (Republicanos) e principal articulador da nomeação.

A proposta da teoria de agendamento está alicerçada na ideia de que os meios não dizem ao público o que pensar, mas sobre o que pensar. Como reforçam Soares e Miranda (2012), os pressupostos da Agenda Setting e do Framing (enquadramento) demonstram como a ênfase midiática em determinados assuntos molda a percepção pública. Essas abordagens revelam o papel ativo da mídia na organização da realidade social, destacando atributos específicos de temas e personagens que orientam os julgamentos coletivos.

Nesse sentido, compreender a relação entre mídia e poder requer observar como os meios atuam como mediadores simbólicos dos fatos sociais, especialmente quando esses envolvem disputas políticas e possíveis conflitos de interesse. A partir da análise de 42 matérias jornalísticas publicadas entre março e junho de 2025 pelo Jornal da Paraíba, este trabalho busca identificar os mecanismos de agendamento utilizados para conferir centralidade ao processo de nomeação de Alanna Galdino.

Tal estudo insere-se na terceira fase da teoria do agendamento, como apontam Ferreira, Marques e Varão (2023), que analisa não apenas quais temas são destacados,

mas também como esses temas são apresentados por meio de atributos específicos, revelando o grau de sofisticação das estratégias discursivas empregadas pela mídia.

Com isso, este artigo propõe uma reflexão sobre o papel do jornalismo como instância de visibilidade e responsabilização democrática. Ao iluminar os bastidores do poder e dar publicidade às articulações políticas que sustentaram a indicação da filha do presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba para um cargo vitalício, o Jornal da Paraíba atuou como agente de agendamento e fiscalização, reafirmando sua função social.

A partir da articulação entre os pressupostos teóricos da Agenda Setting e os dados empíricos levantados na cobertura jornalística, pretende-se demonstrar como a mídia local pode exercer influência significativa sobre a opinião pública, configurando uma agenda que transcende o factual e se aproxima de um projeto de vigilância cidadã.

1. AGENDA SETTING E A MOBILIZAÇÃO MIDIÁTICA EM TORNO DE UM TEMA

150

Por que as notícias são como são? Essa indagação feita por Schudson (1978) é o questionamento que podemos tomar como central na Teoria do Jornalismo. Desde a tese de doutoramento de Tobias Peucer, apresentada em 1690 à Universidade de Leipzig, na Alemanha, que teóricos da comunicação vêm desenvolvendo uma atividade reflexiva sobre a atividade jornalística no que diz respeito à produção das notícias.

Peucer (2004) defende que o jornalista deve priorizar somente o que possui real relevância pública, deixando de lado minúcias e acontecimentos triviais. No estudo, o pai da teorização sobre a veiculação da informação na imprensa

apontou caminhos para a pesquisa e reflexão que outros autores só começaram a seguir dois séculos mais tarde. Peucer reflecte sobre ética “jornalística”, relações entre “jornalismo” e história, critérios de noticiabilidade, o papel do mercado na configuração da informação e mesmo sobre agendamento, temas centrais da Teoria do Jornalismo contemporânea” (SOUSA, 2004, p. 31).

O pensamento jornalístico, desde os primeiros esforços de sistematização como os de Tobias Peucer, avançou significativamente em direção à consolidação de uma Teoria do Jornalismo preocupada com as condições de produção, circulação e recepção das notícias. Se no século XVII já se discutia a relevância social da seleção do que deve ou não ser noticiado, refletindo sobre critérios de noticiabilidade e os efeitos do conteúdo publicado, os séculos seguintes testemunharam a incorporação de novas abordagens teóricas que aprofundaram a compreensão da função da imprensa na sociedade de massa.

“Para o pensamento político oitocentista de cariz conservador, a sociedade de massa é sobretudo a consequência da industrialização progressiva, da revolução dos transportes e do comércio, da difusão de valores abstractos de igualdade e de liberdade” (WOLF, 1995, p. 23).

A partir do século XX, com a “rebelião das massas” (ORTEGA Y GASSET, 1993), o jornalismo passou a ser pensado não apenas como transmissor de informações, mas como instância capaz de influenciar o comportamento coletivo e a organização das agendas públicas e privadas.

151

Mendonça e Temer (2015) afirmam que os estudos da comunicação se desenvolvem a partir de múltiplas abordagens teóricas voltadas à compreensão dos processos comunicacionais e de seu papel social. Para os autores, a comunicação é constitutiva da vida em sociedade e a mídia ocupa uma posição central nos sistemas de interação social, exercendo influência significativa nos processos sociais em função das relações de poder e legitimidade que a envolvem. Nesse sentido, destacam que “a mídia encontra-se em lugar de ampla referência, adquirindo centralidade nos sistemas de interação social” (MENDONÇA; TEMER, 2015, p. 193).

É nesse contexto que emerge a teoria do agendamento (Agenda Setting), proposta por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970.

A proposta da teoria do agendamento, formulada por McCombs e Shaw representou um marco no campo da pesquisa em comunicação ao demonstrar que os meios de comunicação exercem influência significativa sobre os temas que ganham

centralidade na opinião pública. A partir da análise da cobertura midiática durante as eleições presidenciais norte-americanas de 1968, os autores observaram que havia uma forte correspondência entre os assuntos mais destacados pela imprensa e aqueles considerados mais importantes pelos eleitores. Com isso, argumentaram que os meios não determinam o que as pessoas pensam, mas influenciam sobre o que elas pensam, direcionando a atenção coletiva para determinados tópicos em detrimento de outros (MCCOMBS; SHAW, 1972).

A Agenda Setting inaugura, assim, uma nova etapa na teoria do jornalismo ao evidenciar a influência dos veículos na definição dos temas, tornando-os socialmente relevantes. A escolha editorial de determinados assuntos em detrimento de outros torna-se, portanto, um mecanismo central na construção da realidade pública, reafirmando o papel do jornalismo como mediador entre os fatos e a percepção coletiva da sociedade.

Pena (2012) explica que a teoria do agendamento sustenta que os meios de comunicação exercem influência sobre a percepção de relevância dos assuntos por parte do público, ao definir quais temas ganham visibilidade no noticiário. Dessa forma, a mídia orienta não apenas a atenção social, mas também as interações e conversas cotidianas, uma vez que “os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa” (PENA, 2012, p. 142).

A origem do conceito de agendamento remonta às reflexões de Walter Lippmann, jornalista e pensador norte-americano que influenciou os estudos sobre opinião pública nos Estados Unidos. Em sua obra clássica “Opinião Pública”, publicada originalmente em 1922, Lippmann propõe que a notícia não representa fielmente a realidade social, mas oferece uma versão filtrada de determinados aspectos que ganham destaque. Com isso, ele estabelece uma conexão entre o modo como as notícias são construídas e a formação da opinião pública, antecipando discussões que mais tarde seriam consolidadas pela teoria do Agenda Setting (BACELAR, 2017).

Maia e Agnez (2010) apontam que, no contexto brasileiro, a teoria do agendamento passou a ganhar maior visibilidade a partir da década de 1990, impulsionada pela publicação de obras e artigos em língua portuguesa. Segundo os

autores, trabalhos de pesquisadores estrangeiros e brasileiros contribuíram para a consolidação da abordagem no país, sobretudo ao facilitar o acesso teórico e superar barreiras linguísticas. Nesse processo, destacam que “a partir da publicação de obras ou artigos em português, [...] o AS foi disseminado no Brasil” (MAIA; AGNEZ, 2010, p. 4-5).

Desde os estudos preliminares de Walter Lippmann, passando pelos fundadores da teoria da Agenda Setting, Maccombs e Shaw, até hoje a influência da mídia na opinião pública é uma realidade. Nessa perspectiva, de acordo com Duru (2018), a Teoria da Definição da Agenda continua sendo de grande relevância para o jornalismo no século XXI, moldando a percepção pública sobre questões importantes.

“Os meios de comunicação passam, então, a desempenhar um papel importante de construtores de uma realidade para os indivíduos que os acompanham continuamente e não têm a oportunidade de ter um contato direto com os acontecimentos publicados” (Moreira, 2016, p. 25). Sendo assim, os Mass media assumem a função de moldar a percepção da realidade para grande parte do público. Ao mediar o acesso às informações, esses veículos influenciam o modo como os acontecimentos são compreendidos, selecionando temas, enquadramentos e formas de narrativa que passam a orientar a visão de mundo dos receptores.

153

Essa influência dar-se num arco que vai desde o jornal impresso à atualidade das redes sociais digitais. Essa influência se estende do jornal impresso às dinâmicas contemporâneas das redes sociais digitais. Ferreira, Marques e Varão (2023) explicam que a teoria do agendamento se desenvolveu historicamente em diferentes níveis e fases, acompanhando as transformações dos meios de comunicação e dos processos de circulação de informações.

Os autores destacam que os estudos iniciais concentraram-se na transferência da agenda da mídia para a agenda pública, avançando posteriormente para a análise dos atributos dos temas, das interações entre diferentes meios e, mais recentemente, para as lógicas das mídias digitais e das redes de interação entre públicos. Nesse percurso, ressaltam que “a correspondente evolução dos estudos dos processos de agendamento e

consolidação dessa teoria se organiza em três níveis e cinco fases” (FERREIRA; MARQUES; VARÃO, 2023, p. 5).

Vale ressaltar ainda que “neste século, McCombs e Shaw continuaram ativos nas pesquisas e chegaram a produzir artigos em conjunto com jovens doutorandos” (FERREIRA; MARQUES; VARÃO, 2023, p. 8).

Os autores demonstram, assim, a sofisticação progressiva dos estudos sobre a teoria do agendamento, partindo da simples transferência de temas da mídia para o público até alcançar dinâmicas mais complexas de interação entre meios e públicos. Nesse percurso, destaca-se a terceira fase da teoria, vinculada ao segundo nível de análise, que aprofunda a noção de agendamento ao considerar não apenas quais temas são destacados, mas como esses temas são apresentados por meio de atributos específicos.

Nesse contexto, a análise do Jornal da Paraíba e a cobertura que o veículo faz da indicação da então candidata a conselheira torna-se particularmente pertinente, pois revela justamente essa camada mais refinada da teoria: a seleção de determinados aspectos de uma pauta (atributos), como tons de cobertura, enfoques, fontes e termos recorrentes, que influenciam a forma como o público percebe aquele objeto.

154

Ao investigar a cobertura do jornal sobre a indicação de Alanna Galdino ao TCE-PB, objetivamos identificar quais atributos foram mais salientados e como esses elementos ajudaram a moldar a percepção pública sobre o fato, inserindo a análise no escopo da terceira fase do agendamento.

2. JORNAL DA PARAÍBA: ELEMENTO DE INDUÇÃO REFLEXIVA SOBRE A INDICAÇÃO DE ALANNA GALDINO AO TCE-PB

A teoria do Agenda Setting e a sua relação com a cobertura do Jornal da Paraíba sobre o caso da indicação de Alanna Galdino para ocupar o cargo de conselheira do Tribunal de Contas do estado da Paraíba são o cerne deste estudo. Já nos debruçamos sobre o surgimento e desenvolvimento da teoria do agendamento no capítulo passado.

Agora faremos a análise das matérias e quais as afinidades dessas com a Agenda Setting. Para isso, é fundamental colocar que veículo é o Jornal da Paraíba e qual a sua importância e influência na imprensa paraibana. Segundo o próprio veículo de comunicação

O Jornal da Paraíba é um veículo de inegável credibilidade no estado. Do impresso ao online, já são (mais de) 50 anos de história comprometida com a informação ágil, bem apurada e em defesa da população. Em 2016, acompanhando o espírito de vanguarda que sempre foi sua marca, o Jornal da Paraíba migrou totalmente para o universo digital. O veículo faz parte da Rede Paraíba, grupo que também possui as TVs Cabo Branco e Paraíba, as rádios CBN João Pessoa e Campina Grande, a rádio Cabo Branco FM, e os portais G1 Paraíba e ge Paraíba. (JORNAL DA PARAÍBA, <https://jornaldaparaiba.com.br/sobre>).

O jornal começou a circular em 5 de setembro de 1971. São praticamente 54 anos de história. Neste período, o Jornal da Paraíba cobriu uma Paraíba sob a égide da ditadura militar de 1964, a abertura política, a redemocratização e todos os processos políticos e históricos que nos trouxeram até aqui.

As notícias, reportagens, entrevistas, colunas relataram ao paraibano e à paraibana os acontecimentos mais importantes, levando informação, análises e um jornalismo com responsabilidade ao cidadão. Entre as pautas, a cobertura dos Poderes constituídos. Nesta linha, recentemente, o Jornal da Paraíba se debruçou sobre a indicação da advogada Alanna Galdino para ocupar o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do estado.

Nada mais corriqueiro do que a indicação de uma pessoa para ascender ao status de conselheira da Corte de Contas estadual. Mas no caso de Alanna algo soou como uma sirene e alertou o jornalismo para iluminar a ação. É que a advogada, então servidora pública comissionada do estado da Paraíba e acadêmica de medicina, é filha do presidente da instituição que a indicou ao postou.

A prerrogativa de indicação para preencher a vaga em aberto no TCE-PB era da Assembleia Legislativa da Paraíba e o presidente da casa é o pai de Alanna, o deputado estadual Adriano Galdino (Republicanos). Eleito presidente da Assembleia por 4 vezes, Adriano é um político com influência e poder na terra de Epitácio Pessoa.

A partir deste dado, a cobertura da indicação teve início e foi se intensificando. A pauta do tema levou a população à reflexão sobre as implicações e dilemas éticos que permeiam o caso. Uma instituição presidida pelo pai indica a filha dele para compor uma corte fiscal do estado. Com o desdobramento dos fatos, além da Assembleia Legislativa da Paraíba e o Tribunal de Contas do Estado, o Poder Judiciário e o Executivo também foram impactados pelos acontecimentos e entraram na pauta por conta do entrelaçamento.

É importante distinguir os textos de natureza informativa daqueles de caráter opinativo. Os conteúdos opinativos apresentam maior liberdade discursiva e concentram-se, sobretudo, nos blogs *Conversa Política* e *Pleno Poder*, espaços assumidamente voltados à manifestação de opiniões pessoais, identificadas por meio da assinatura e da imagem dos colunistas. Nessas seções, o posicionamento do autor é elemento constitutivo do texto e orienta a abordagem dos temas. Por outro lado, as matérias publicadas fora desses blogs inserem-se no campo do jornalismo informativo, caracterizando-se por uma escrita mais objetiva e pelo compromisso com a exposição factual dos acontecimentos, ainda que não estejam isentas de enquadramentos e escolhas editoriais.

156

Publicada em 14 de março de 2025, às 16:44, e assinada pelo Jornalista Felipe Nunes, a primeira matéria sobre o assunto teve como assunto a reunião de Adriano Galdino com deputados estaduais para apresentar nomes defendidos pelo presidente da ALEP para a vaga ao TCE. Entre esses nomes, o da sua filha, Alanna Galdino. O Jornal da Paraíba traz os requisitos para a indicação ao cargo de Conselheira de Contas

Conforme a Constituição estadual, para concorrer ao cargo de conselheiro do TCE, o candidato ou candidata tem que preencher os seguintes requisitos:

Ter mais de 35 e menos de 70

Idoneidade moral e reputação ilibada

Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração

Mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional de nível superior que exija os conhecimentos acima mencionados.

Além de preencher os requisitos, a pessoa interessada, ao se inscrever, tem que apresentar um requerimento assinado pelo candidato e subscrito por, no mínimo, um terço dos deputados (12, considerando a atual composição). Cada parlamentar pode subscrever, no máximo, dois requerimentos. O

requerimento também deve conter o currículo do candidato, com a comprovação dos requisitos de habilitação profissional. (NUNES, 2025, <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/galdino-reune-deputados-em-restaurante-antes-de-anunciar-escolha-para-o-tce-pb>).

A última matéria sobre esta pauta foi publicada em 27 de junho de 2025, às 11:30, e teve como responsável o jornalista João Paulo Medeiros. No conteúdo da reportagem, que tem como manchete “As fraturas e faturas de Adriano Galdino para João Azevêdo e Hugo Motta”, é analisada as relações do presidente da Assembleia Legislativa do Estado com o governador e o presidente da Câmara Federal, deputado Hugo Motta (presidente do Republicanos na Paraíba). João Paulo menciona que “na narrativa de Galdino não está, porém, a indicação da filha (Alanna Galdino) para o Tribunal de Contas do Estado recentemente. Um movimento acompanhado por João e Hugo sem objeções”.

Entre a primeira e última matéria se passaram mais de três meses. Ao todo, conforme apuramos, foram 42 notícias sobre Alanna Galdino e a indicação dela ao TCE feita pela Assembleia presidida pelo seu pai. A quantidade de publicações implica uma pauta permanente durante o período em que o Jornal acompanhou o caso.

157

Diante desses números, a pergunta feita por Coleman (2009, p. 148 apud LYCARIÃO; SAMPAIO, 2016) “Teriam os media agendado o público, ou seria o público que teria agendado os media?” fica respondida com a grande possibilidade de influência do Jornal da Paraíba sobre a opinião pública com a pauta reiterada do caso em questão.

A cobertura jornalística sobre a nomeação de Alanna Galdino ao cargo de conselheira do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), amplamente explorada pelo Jornal da Paraíba, pode ser organizada em quatro grandes núcleos temáticos. Essas categorias permitem observar como o processo foi acompanhado sob diferentes ângulos: desde os trâmites institucionais que culminaram na nomeação, passando pelas contestações judiciais e ações do Ministério Público, até chegar às denúncias sobre possíveis irregularidades e os efeitos políticos gerados em torno da escolha. A seguir, detalham-se os principais aspectos de cada uma dessas frentes.

1. Nomeação e aprovação de alanna galdino

Esta primeira subdivisão reúne as matérias que acompanharam passo a passo o processo formal de indicação, aprovação e posse de Alanna Galdino no TCE-PB. O enfoque recai sobre a tramitação política da escolha, passando pela aprovação na Assembleia Legislativa e pela sanção do governador, até a efetivação da posse.

- ∞ Alanna Galdino toma posse como conselheira do TCE-PB após nomeação ser aprovada;
- ∞ Nomeação de filha do presidente da ALPB para o Tribunal de Contas é publicada no Diário Oficial;
- ∞ João Azevêdo nomeia Alanna Galdino para vaga no TCE-PB;
- ∞ Governador recebe indicação de Alanna para vaga no TCE-PB;
- ∞ CCJ da ALPB aprova Alanna Galdino para conselheira do TCE-PB;
- ∞ João Azevêdo evita entrar em 'bola dividida' sobre indicação de Galdino para TCE-PB;
- ∞ Galdino reúne deputados em restaurante antes de anunciar escolha para o TCE-PB;
- ∞ Nominando Diniz será relator da indicação de Alanna Galdino para vaga no TCE-PB.

158

2. Questionamentos, ações judiciais e recursos contra a nomeação

Neste eixo, a cobertura se concentra nas contestações jurídicas e institucionais ao processo de escolha de Alanna Galdino. São abordadas as iniciativas do Ministério Público de Contas (MPC), do Ministério Público Estadual (MPPB) e da própria Justiça estadual, que questionaram a legalidade, imparcialidade e a lisura da nomeação. As matérias acompanham ainda os julgamentos adiados, decisões liminares, representações, recursos, e os argumentos da defesa da conselheira.

- ∞ PGR arquiva pedido para acionar STF contra escolha de Alanna Galdino pela Assembleia;
- ∞ MPC contesta nomeação de Alanna Galdino apontando suposta quebra de legalidade e imparcialidade;
- ∞ Ao rejeitar pedido do MPC, TCE mantém visão que enfraquece tribunais brasileiros;

- ∞ Pedido de vista adia julgamento da nomeação de Alanna Galdino no TCE-PB para próxima quarta;
- ∞ TCE-PB nega pedido de suspensão da posse de Alanna Galdino como conselheira;
- ∞ MP aciona Justiça para barrar nomeação de Alanna Galdino para conselheira do TCE-PB;
- ∞ Caso Alanna Galdino: TCE terá 'Dia D' nesta quarta-feira;
- ∞ Defesa de Alanna Galdino contesta parecer do MPC e chama questionamentos de 'ilações';
- ∞ Caso Alanna Galdino: os cenários previstos no regimento do TCE para o julgamento;
- ∞ MPC analisa pedido de suspeição de Nominando para julgar indicação de Alanna Galdino ao TCE;
- ∞ Nomeação de Alanna deve ser analisada no TCE-PB no mesmo dia de julgamento de representação;
- ∞ TCE adia julgamento de Alanna Galdino para dia 23 de abril;
- ∞ Ação contra indicação de filha do presidente da ALPB a conselheira do TCE é julgada nesta quarta;
- ∞ Presidente do TJ revoga decisão que barrava indicação de Alanna Galdino ao TCE-PB;
- ∞ ALPB contesta decisão da juíza que barrou indicação de Alanna Galdino para TCE-PB;
- ∞ Justiça suspende nomeação de filha do presidente da ALPB para vaga no TCE-PB;
- ∞ MP abre investigação para apurar irregularidades na indicação de Alanna Galdino ao TCE;
- ∞ TCE-PB agenda data para julgamento da representação contra indicação de Alanna Galdino;
- ∞ MPC aciona PGR para anular eleição e posse de Alanna Galdino no TCE;
- ∞ Julgamento será 'técnico' e 'sem subjetividade', diz Nominando sobre nomeação de Alanna Galdino;
- ∞ Juíza dá prazo de 72h para governo da Paraíba se manifestar sobre nomeação de Alanna Galdino;
- ∞ Nomeação de Alanna Galdino para vaga no TCE-PB é questionada no TJPB;
- ∞ Vaga no TCE: ação do Ministério Público de Contas expõe silêncio da PGJ em relação à Assembleia;
- ∞ Ex-candidata do PL aciona Ministério Público para apurar indicação de Alanna Galdino.

3. Irregularidades e questões sobre a atuação de alanna galdino

As reportagens desse núcleo abordam aspectos controversos da trajetória profissional de Alanna Galdino que passaram a ser objeto de apuração pública e técnica após sua nomeação. São levantadas suspeitas como o não cumprimento de carga horária enquanto servidora comissionada, a ausência de registro na OAB e questionamentos quanto à sua qualificação técnica para o cargo.

- ∞ TCE abre exceção e libera conselheira Alanna Galdino para morar em CG e não em João Pessoa;
- ∞ Parecer do MPC pede que Alanna Galdino devolva R\$ 646,9 mil recebidos como servidora;
- ∞ Auditoria do TCE aponta que Alanna Galdino seria 'servidora fantasma';
- ∞ Inspeção do MPC vai investigar se Alanna Galdino era 'fantasma' em secretaria do governo;
- ∞ Indicada ao TCE, filha de Galdino não tem OAB e era comissionada do Estado; confira currículo.

4. Outros desdobramentos e reações políticas

160

Por fim, a cobertura destaca as reações de Adriano Galdino, que passou a adotar tom combativo contra o MPC, e mostra como o episódio interferiu em alianças e articulações dentro da Assembleia. Também aparecem episódios paralelos, como a nomeação de aliados para o gabinete da nova conselheira e a desistência de outros concorrentes à vaga. As matérias mostram como a nomeação extrapolou o campo técnico-jurídico e se tornou um fator de tensão política no Estado.

- ∞ As fraturas e faturas de Adriano Galdino para João Azevêdo e Hugo Motta;
- ∞ Após ter indicação de filha questionada, Adriano Galdino anuncia 'ofensiva' contra MPC;
- ∞ Após pai desistir de vaga no TCE, filha de Tião Gomes é nomeada para gabinete de Alanna Galdino;
- ∞ Candidata desiste de vaga para TCE-PB e critica "sistema fechado";
- ∞ Nem tudo são 'espinhos' na Assembleia da Paraíba.

Os textos publicados pelo Jornal da Paraíba foram assinados, em sua maioria, por jornalistas que atuam na editoria de política. Os jornalistas responsáveis pelas reportagens citadas são: Phelipe Caldas, Laerte Cerqueira, Angélica Nunes, Felipe Nunes, João Paulo Medeiros, Pedro Pereira.

As 42 matérias analisadas nesta pesquisa revelam a densidade e a amplitude da cobertura realizada pelo Jornal da Paraíba sobre o caso da indicação de Alanna Galdino ao TCE-PB. A distribuição dos conteúdos em diferentes eixos: nomeação, questionamentos jurídicos, denúncias de irregularidades e repercussões políticas, demonstra o esforço editorial em iluminar o tema sob múltiplas perspectivas, permitindo à sociedade acompanhar criticamente um processo de alta relevância institucional.

Essa produção jornalística sistemática e contínua reforça a premissa central da teoria do Agenda Setting, segundo a qual a mídia, ao selecionar e destacar determinados assuntos, influencia diretamente o que a sociedade percebe como relevante. Neste caso, ao manter o assunto em evidência, o jornal não apenas pode ter pautado o debate público e institucional, como também ter desempenhado um papel de fiscalização.

CONCLUSÃO

A cobertura do Jornal da Paraíba sobre a indicação de Alanna Galdino ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba evidencia, de maneira concreta, o papel ativo que o jornalismo pode exercer na construção da agenda pública. A extensa produção noticiosa em torno do tema demonstra que a imprensa, especificamente o veículo analisado, não apenas informou sobre os fatos, mas agiu como instância crítica, capaz de pautar o debate institucional e provocar reações sociais e políticas. Trata-se de um exemplo prático da teoria do Agenda Setting em ação: ao eleger determinado fato como recorrente e relevante, a mídia o transformou em objeto de atenção pública.

Tal processo se insere nas discussões contemporâneas da teoria do agendamento, especialmente no que diz respeito aos níveis mais refinados da abordagem. Como

apontam Ferreira, Marques e Varão (2023), os estudos de terceiro nível da Agenda Setting envolvem a saliência das conexões entre atributos e objetos, um modelo que permite observar como a cobertura de um tema, como no caso da nomeação de Alanna, ativa redes complexas de percepção pública.

O Jornal da Paraíba não apenas destacou a nomeação, mas vinculou-a a termos como nepotismo, legalidade, interesse público e articulação política, promovendo uma rede de significados que moldou a compreensão do caso.

Além disso, a capacidade da teoria do agendamento de se adaptar a novas configurações comunicacionais foi amplamente discutida por McCombs e Guo em *The Power of Information Networks* (apud Revista Pauta Geral, 2017). Os autores enfatizam que o agendamento permanece válido mesmo em contextos digitais, apontando para uma teoria consolidada que vai além da simples hipótese e se mostra eficaz em compreender os efeitos sociais da mídia em ambientes cada vez mais complexos e interconectados.

Portanto, este estudo contribui para reafirmar a relevância da teoria do Agenda Setting como lente interpretativa da atuação jornalística contemporânea, principalmente quando esta se posiciona como ferramenta de vigilância democrática. A visibilidade conferida à nomeação de Alanna Galdino pelo Jornal da Paraíba é uma amostra do potencial do jornalismo de instigar o debate público e tensionar estruturas de poder.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Roberta Baldo. **Teorias do jornalismo**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017. 168 p.

DURU, Chike Walter. **The relevance of agenda-setting theory in twenty first century journalism practise**. International Journal of Social Sciences and Humanities Reviews, v. 8, n. 2, p. 66-69, jun. 2018.

FERREIRA, Fernanda Vasques; MARQUES, Márcia; VARÃO, Rafiza. **Agenda Setting e Redes: um Olhar a Partir das Propostas de Maxwell McCombs e Lei Guo.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, PUC-Minas. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2023.

JORNAL DA PARAÍBA. **Quem somos.** João Pessoa. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/quem-somos>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LYCARIÃO, Diógenes; SAMPAIO, Rafael. **A construção da agenda pública na era da comunicação digital.** Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2016.

MAIA, Kênia Beatriz Ferreira; AGNEZ, Luciane Fassarella. **O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos.** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v. 13, n. 3, set./dez. 2010.

MANGIALAVORI, Leonardo. Revisitando os estudos de agenda-setting. BIB, São Paulo, n. 74, 2º semestre de 2012, p. 27-42.

MCCOMBS, M. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública.** 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 236 p. (Clássicos da Comunicação Social).

MCCOMBS, M.; SHAW, Donald L. **The agenda-setting function of mass media.** Public Opinion Quarterly, Chicago, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972.

MCCOMBS, M.; GUO, L. **The Power of Information Networks: New Directions for Agenda Setting.** In: Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 179–190, jul./dez. 2017.

MENDONÇA, R. F.; TEMER, A. C. R. P. **A agenda setting: os meios de comunicação como construtores da realidade social.** Comunicação & Informação, Goiânia, Goiás, v. 18, n. 1, p. 192–207, 2015. DOI: 10.5216/35712. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/35712>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MOREIRA, Susanne de Melo. **Agenda Setting: teoria do jornalismo ou da opinião pública?** 2016. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Comunicação Social, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2016.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas.** 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news. New York: Basic Books, 1978. Porque é que as notícias são como são?** Comunicação e Linguagens, v.8, 1988. P. 17-27.

SOARES, Ana Terse; MIRANDA, Thais. **Por uma Teoria de Mídia Organizacional: presumindo enquadramentos e agendamentos**. Interin, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 115-129, jul./dez. 2012.

SOUZA, Jorge Pedro. **Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 31–46, jan. 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ORIENTALISMO: A PROPAGAÇÃO DO DISCURSO PRÓ-ISRAEL ATRAVÉS DE IMAGENS POR CARLA ZAMBELLI NO INSTAGRAM

João Paulo Malerba¹

Arthur Honorato Almeida²

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo analisar como imagens geradas por inteligência artificial sobre palestinos e israelenses ganham forma no Instagram e moldam o imaginário social brasileiro sobre o conflito. O foco recai sobre publicações do perfil da ex-deputada Carla Zambelli, voz proeminente do discurso pró-Israel no Brasil. O corpus reúne imagens produzidas por I.A., publicadas entre 7 de outubro de 2023 e 23 de fevereiro de 2024, referentes aos ataques na Faixa de Gaza envolvendo Hamas e Israel. A análise foi conduzida a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), dando atenção especial aos elementos composicionais das imagens.

PALAVRAS-CHAVE: *Política. Conflito Israel versus Palestina. Representação. Sionismo.*

ABSTRACT: This study examines how artificial intelligence-generated images of Palestinians and Israelis circulate on Instagram and shape the Brazilian social imaginary about the conflict. It focuses on posts from the profile of Congresswoman Carla Zambelli, a prominent pro-Israel voice in Brazil. The corpus consists of AI-generated images published between October 7, 2023, and February 23, 2024, addressing the attacks in the Gaza Strip involving Hamas and Israel. The materials were analyzed using Content Analysis (Bardin, 2011), with particular attention to the compositional elements of the images.

KEYWORDS: *Politics. Israel–Palestine Conflict. Representation. Zionism.*

¹ Professor adjunto da Faculdade de Comunicação e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: joaopaulo.malerba@ufjf.br

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora e graduado em Jornalismo pela Universidade Vale do Rio Doce. E-mail arthur.honorato@estudante.ufjf.br

Introdução

O território geopolítico, atualmente chamado de Israel ou Palestina, é um país reconhecido desde a época dos Romanos, sendo província imperial dos mesmos e, posteriormente, dos bizantinos (Pappe, 2022). Suas reviravoltas e condições históricas são pautas de debates entre aqueles que acreditam que a Bíblia é um relato histórico e aqueles que não a veem dessa forma.

De acordo com Pappe (2022), os árabes e mulçumanos assumem um papel na história da Palestina em meados do século VII em diante, tendo uma pequena pausa no período medieval durante as cruzadas (expedições ocidentais, sob o comando da Igreja, que tinham o objetivo de recuperar a liberdade de acesso dos cristãos à Jerusalém, a “Terra Santa”). Em 29 de novembro de 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) apoiou a divisão da, até então, Palestina em dois estados: um judeu e outro árabe. Essa divisão não foi aceita por outros países do Oriente Médio. Porém, no ano seguinte, 1948, mais precisamente no dia 14 de maio, o presidente da Agência Judia para a Palestina, David Ben-Gurion, anunciou a criação do Estado de Israel. O movimento migratório de judeus para aquela região se intensificou e o aumento da população judaica em um território, agora dividido, que há séculos era de maioria árabe, aumentou a tensão, resultando no surgimento de confrontos imediatos.

1994

No dia 07 de outubro de 2023, o Estado de Israel, e o resto do mundo, foi surpreendido pela investida do Movimento de Resistência Islâmica (Hamas) - mais especificamente pelo seu braço militar: as Brigadas Al-Qassam - através da operação “Tempestade de Al-Aqsa”, ou *Operation Al-Aqsa Flood* (Operação Inundação/Tempestade de Al-Aqsa). De acordo com o Estado de Israel, mais de 1,2 mil israelenses e estrangeiros foram mortos naquele dia, incluindo crianças, e quase 5,5 mil ficaram feridos. O episódio é visto pelo grupo como uma operação de retomada e resistência em resposta a alguns acontecimentos daquele mesmo mês, como os ataques à Mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém na Cisjordânia, e a invasão na Mesquita de Abraão, na cidade de Hebron (Teles; Manfrinato, 2024).

A resposta das forças militares de Israel foi brutal, tanto no embate terrestre com o Hamas, quanto nos bombardeios aéreos em Gaza. Este episódio marcou o início da intensificação do genocídio palestino que vem ocorrendo desde o século passado.

Nesse sentido, o presente trabalho procura investigar a abordagem dos perfis de políticos de extrema direita brasileiros em relação aos eventos envolvendo a situação geopolítica entre Israel e Palestina, mais precisamente, a forma como a deputada federal Carla Zambelli (PL) abordou, em seu perfil, o assunto. Mostra-se relevante essa pesquisa pelo fato da necessidade de se observar como a narrativa chega ao Brasil, quais os efeitos sobre os espectadores, no que tange à construção da realidade acerca do tema. E, de que forma, isso reflete no modo dos brasileiros compreenderem o conflito.

Comunicação e construção da realidade

Berger e Luckmann (2007), em seu livro “A construção social da realidade”, discutem como a realidade é construída socialmente e suas implicações no desenvolvimento da identidade dos indivíduos inseridos nela. Para isso, Berger e Luckmann (2007) explicam como a linguagem percorre esse processo de interiorização e exteriorização das estruturas sociais pelo sujeito, assim como participa da construção, manutenção e transformação social.

A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de “primeira ordem”, que foram institucionalizadas. (Berger; Luckmann, 2007, p. 127)

O real está inserido em uma construção feita por meio da coletividade, uma ação repetida com determinada frequência que acaba tornando-se um hábito (situação social reconhecida por um determinado grupo e pessoas, aprendida para ser executado como padrão); que, mais para frente, pode tornar-se anônima e geral, ou seja, tipificada (passível de ocorrer com diferentes indivíduos, sendo reconhecida como tal ação); e por fim, institucionalizada. Uma ação ao ser institucionalizada passa a existir para além dos

indivíduos, sendo englobadas por eles e passada de uma geração para outra, tornando-se real. A institucionalização implica historicidade e controle e se exprime na coletividade.

No livro “O Poder Simbólico”, Pierre Bourdieu (1989) discorre sobre o processo de formação social de instituições, campos de saberes e do próprio sujeito, trazendo o indivíduo como parte deste todo, a pessoa enquanto fruto e formador do seu território. Esse processo acontece através da utilização e transmissão de símbolos, que precisam ser reconhecidos pela sociedade ou por determinado grupo pertencente a ela. Portanto, a construção social é o resultado de uma constante disputa entre os membros dessa sociedade, ou grupo a ela pertencente, entre a objetividade das estruturas e a subjetividade de cada biografia individual. Ademais, esse poder faz parte da construção do imaginário social e da cultura, naturalizando ideologias e símbolos. E, obviamente, a realidade é construída e divulgada através desses símbolos.

A reprodução dos símbolos pelos meios de comunicação leva à criação do que Bourdieu (1989) chama de conformismo lógico. O conformismo lógico surge quando há uma concepção homogênea da realidade, das relações de tempo e espaço e torna possível a concordância entre os indivíduos, constitui a ideologia, esta que vem dos interesses do grupo que a profere, representa os interesses de quem a desenvolve e à lógica específica do seu campo de origem.

1954

No âmbito da comunicação, inserindo no contexto do conflito entre Israel e Palestina, por exemplo, os *media* funcionam como propulsores dos pensamentos e ideologias daqueles que os financiam. Nesse sentido, surge como uma forma de construir a geografia imaginativa do Oriente Médio através do orientalismo presente no ocidente, no cenário abordado. Embora a situação geopolítica entre Israel e Palestina não seja uma discussão nova, a reação ao 7 de outubro em um contexto de redes sociais pós pandemia, fake news e polarização doméstica fez com que o uso e a mobilização política do conflito – inclusive pelo cidadão médio – se amplificasse, tornando muito mais visível a aproximação que a extrema direita brasileira tem com o discurso pró-Israel.

Orientalismo e representação

Edward W. Said (2007) define o orientalismo como um conjunto de saberes literários, eruditos e científicos sobre o Oriente, não somente visto como um espaço geográfico, mas como uma “geografia imaginativa”, criada e disseminada pelo Ocidente, principalmente por franceses, ingleses e estadunidenses. O orientalismo é caracterizado por Said (2007), portanto, como uma visão que representa o oriental como um indivíduo exótico, inferior, misterioso, aquele que precisa ser dominado. Esse conceito pode ser usado em três contextos diferentes, mas que se complementam: os escritos sobre o Oriente, o estilo de pensamento baseado numa distinção entre o Ocidente e o Oriente, e as instituições “autorizadas” a lidar com o Oriente. Foi o orientalismo que estabeleceu os consensos que permitem e legitimam as intervenções estadunidenses no Oriente Médio. Israel bebe da mesma fonte para submeter os palestinos dentro e fora do seu território.

A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia atuam como ferramentas que forçam as informações a se ajustarem em moldes cada vez mais padronizados (Said, 2007). No caso do orientalismo, a padronização e os estereótipos culturais fortalecem o domínio do delírio imaginativo e acadêmico do “misterioso Oriente” do século XIX, de acordo com o professor. Quanto ao conflito entre Israel e Palestina, a inferioridade moral dos palestinos tem sido reforçada constantemente pela imprensa a cada episódio dramático do conflito.

1964

[...] a versão do mito criada no século XX tem sido mantida com muito maior dano. Produziu uma imagem do árabe visto por uma sociedade ‘adiantada’ quase ocidental. Na sua resistência aos colonialistas estrangeiros, o palestino era ou um selvagem estúpido ou uma grandeza negligível, moral e existencialmente (Said, 2007, p. 311).

De acordo com Edward Said (1988), crítico literário e ativista político palestino-estadunidense, a prática orientalista se faz bastante presente na mídia em geral. Com o aumento da circulação de jornais e revistas, juntamente com a popularização do rádio e da televisão e o surgimento da internet, a mídia passa, e

precisa, ser encarada como a principal propagadora da representação de árabes e muçulmanos na atualidade (Lopes; Fabricio, 2005, p. 254):

A polarização cada vez maior na mídia, atualmente, entre os ocidentais e os orientais-árabes é um modo de estereotipar e racializar a diferença, reduzindo-a a dois grupos estanques por meio de discursos que os estigmatizam e criam um mundo bipolar: os certos, que agem ao lado da verdade científica, da racionalidade e do Deus correto (cristão), em oposição aos errados (os muçulmanos). Assim, o que está em jogo é a construção de uma ótica fundamentalista e essencializadora.

Polarização essa baseada na construção das identidades. Conforme, Silva (2008) as identidades são constituídas por meio da diferença, ou seja, uma pessoa é, aquilo que a outra não é. Portanto, esse é um sistema binário de representações. Ainda, o autor aponta que a construção da identidade é o resultado da sociedade a qual ele se insere e dos símbolos acionados para representação da mesma. Desse modo, há uma divisão entre “nós” versus “eles”, capaz de diferenciar, nesse caso, palestinos e israelenses, algo que se reflete no discurso midiático ocidental e, por vezes, é carregado dos estereótipos de que o povo palestino/árabe é sinônimo de “terrorista”.

1 74

A direita brasileira e o discurso pró-Israel

Michel Gherman e Misha Klein (2021), relatam que o significado do judaísmo para o contexto político contemporâneo brasileiro deve ser compreendido a partir das referências simbólicas. Símbolos vistos a partir da dinâmica paisagem cultural e política do Brasil.

Na última década foi possível notar, em manifestações conservadoras e da direita no Brasil, a presença de bandeiras de outros países. Entre estas, uma se destacou em particular: a bandeira de Israel. A presença das bandeiras israelenses não sinalizam ‘dupla lealdade’, de acordo com as lógicas tradicionais de acusação antisemita tão frequentemente lançadas contra judeus ‘cosmopolitas’ (ou no vernáculo de hoje, ‘globalistas’). Pelo contrário, a bandeira de Israel não representa exatamente um apoio ao ‘Estado Judeu’, mas apresenta algo fundamentalmente distinto. Há ali outros significados ligados a ideologias-chave no novo contexto político do Brasil. (Gherman e Klein, 2021, p.124)

Os autores explicam que Israel, assim como os judeus e o judaísmo em si, é visto como um entrave moralizador e civilizatório contra o terrorismo e como um símbolo do ocidente contra a expansão do Islã, que no imaginário social desse grupo está ligado a esquerda. Difundidos desta forma, símbolos como a Estrela de Davi (presente na bandeira) evocam, para a direita brasileira, mais ao antigo Reino de Salomão, mencionado em livros sagrados, do que ao Estado de Israel atual, se diferenciando completamente dos significados classicamente atribuídos a esses símbolos por judeus e sionistas do mundo inteiro.

As manifestações que surgiram em junho de 2013 em várias cidades brasileiras, inicialmente visando o preço dos serviços de transporte público, se tornaram um marco fundamental para o surgimento de uma nova identidade da direita no Brasil (Gherman e Klein, 2021). Impulsionado por esses protestos e, logo depois, o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, um ‘neopentecostalismo’ pontualmente conservador surgiu na extrema direita (Freston 1994; Oro 1996; Mariano 1999) com uma forte orientação religiosa. Esse processo ganhou força nas eleições presidenciais de 2018 quando Jair Messias Bolsonaro, um claro representante das ideologias conservadoras presentes nos protestos, foi eleito como o 38 presidente do Brasil.

1 14

Desde cedo em sua campanha eleitoral, Bolsonaro flertou com Israel e com símbolos judaicos, que passaram a ser cada vez mais frequentes em comícios e manifestações. Ainda candidato, se sustentou na nova direita evangélica na condição de principal nicho eleitoral, respaldando suas demandas moralistas e conservadoras. (Calfat, 2024, p.46)

O discurso bolsonarista faz uso constante de bandeiras israelenses, símbolos religiosos judaicos e ideologia fortemente sionista. Nesse novo cenário político, a ideia da “cordialidade” brasileira foi trocada por um tipo de “grosseria politizada”. A intolerância tornou-se uma qualidade louvada pela direita que passou a cultivar uma forma de “sinceridade” ou “sincericídio” (Iaconelli, 2019). Além disso, era legitimado socialmente todo e qualquer tipo de discurso de ódio em função da ruptura com o “politicamente correto” e a valorização das raízes do cristianismo e da civilização ocidental (Gherman e Klein, 2021).

Além disso, é preciso levar em conta a polarização entre esquerda e direita que foi intensificada, de certa forma, durante o recente governo Lula, após os ataques do 7 de outubro de 2023. A sequência de episódios que se seguiram ao ataque do Hamas promoveu um certo desconforto, graças à disputa entre os dois pólos da política brasileira: O Estado de Israel considerou que o presidente brasileiro não havia sido duro o bastante na hora de condenar o Hamas, por outro lado o ex-presidente Jair Bolsonaro se apresentava totalmente engajado em apoiar o lado israelense. Sendo assim, a diplomacia brasileira adotou um papel de articuladora, exigindo uma resolução que demandava um cessar-fogo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A iniciativa, contrária aos desejos pró-guerra do governo de Benjamin Netanyahu, foi vetada pelos Estados Unidos. Na mesma época, houve a suspeita de que a demora na liberação por parte de Israel de brasileiros e familiares que se encontravam na Faixa de Gaza seria uma forma de resposta a essa medida (Castro, 2024). A relação com Israel, que já estava desgastada, se deteriorou de vez com os comentários de Lula em viagem a Addis Abeba, em fevereiro de 2024, quando comparou o que estava acontecendo com o povo palestino com o holocausto judeu na Alemanha nazista. O ministro das Relações Exteriores, Israel Katz, declarou que Lula, a partir daquele momento, seria *persona non grata* em Israel. Pouco tempo depois deste episódio, Lula suspendeu a compra de 36 blindados israelenses para o exército brasileiro, contribuindo ainda mais com o isolacionismo israelense, principalmente entre os governos latino-americanos (Seabra; Feitoza, 2024). Todo este contexto recente ajudou a aproximar ainda mais a extrema direita brasileira do discurso pró-Israel.

O uso da Inteligência Artificial

A inteligência artificial surge no contexto da chamada 4ª Revolução Tecnológica, com múltiplas aplicações em diferentes campos do conhecimento, como a medicina, a engenharia e, principalmente, o uso midiático e no entretenimento. Consiste em uma simulação tecnológica da inteligência humana, sendo hábil para solucionar diversos problemas, além de ter alta capacidade criativa (Júnior, 2024).

Jorge Franganillo (2023) descreve a Inteligência Artificial generativa como uma tecnologia que permite a criação de texto, som, conteúdo audiovisual, gráfico e infográfico usando técnicas de aprendizado profundo que espelham a aprendizagem humana. Segundo ele, essas tecnologias processam grandes quantidades de dados complexos e não estruturados e os utilizam para produzir novos conteúdos, ou modificar os já existentes, em diferentes formatos, como por exemplo a criação de notícias falsas com o mesmo formato que notícias informativas verídicas.

Com o intuito de evitar problemas desse tipo, em um mundo cada vez mais envolvido com máquinas de IA, é essencial investigar maneiras de construir essas ferramentas de maneira responsável (Russel, 2019). Se não for assim, essas novas tecnologias continuarão a sustentar pontos de vista hegemônicos, fortalecendo e sistematizando preconceitos e vieses humanos que ainda lutamos para combater (Bender, 2021). Nina da Hora, cientista da computação brasileira e pesquisadora na área de Pensamento Computacional, explica que, na maioria das vezes, a busca de diversos países pela ética em IA, por ser fundamentada no esforço de manter as tecnologias que estão causando problemas sob controle, não exploram o entendimento e a investigação dos problemas que pessoas impactadas por essas tecnologias lidam diariamente. Segundo a cientista, é preciso ultrapassar as características técnicas quando se busca um desenvolvimento ético de sistemas de IA, e analisar também o impacto dessas novas tecnologias na vida das pessoas envolvidas (Hora, 2022).

1 24

É importante ressaltar que as fotografias e os vídeos utilizados pelos veículos do mundo todo, além de dar peso ao contexto do genocídio, seleciona qual momento enquadrado e captado durante o conflito será “perpetuado” na história e no imaginário social de seus leitores, como forma de representar o fato. Sendo assim, o uso de imagens geradas por inteligência artificial acaba provocando um certo desequilíbrio nessa relação entre público, informação e veracidade.

Em contextos de conflito armado, onde a precisão dos fatos é crucial, a disseminação de imagens artificiais pode acabar prejudicando a confiança do público na veracidade das informações divulgadas pelos portais de notícias. Se o público começar a se questionar que as imagens podem ser geradas artificialmente, pode questionar também a autenticidade de

qualquer conteúdo visual relacionado ao conflito, independentemente de sua origem. Essa dúvida generalizada pode prejudicar a capacidade dos jornalistas de informar com precisão e dos governos de comunicar de forma eficaz. (Vargas; Calderon; Martins, 2024, p. 6)

O emprego de imagens produzidas por inteligência artificial, como nos contextos de conflito, como o enfrentamento em Gaza em outubro de 2023, suscita preocupações importantes acerca da disseminação de informações falsas. A disseminação desse tipo de conteúdos não só prejudica a confiança do público nas informações divulgadas pela mídia tradicional como também abala a credibilidade das comunicações oficiais e, no pior dos casos, promove ódio e discriminação contra determinados grupos envolvidos.

Metodologia e análise

Este trabalho tem como *corpus* de análise os *posts* do perfil da deputada federal Carla Zambelli, contendo imagens geradas por IA, do período de 7 de outubro de 2023 a 23 de fevereiro de 2024. O período foi marcado por um constante bombardeio na região conhecida como Faixa de Gaza. A proposta, portanto, é avaliar quais os assuntos, enfoques e narrativas usadas para tratar palestinos e israelenses, durante todo o período de cobertura. As categorias a serem apresentadas para análise de conteúdo (Bardin, 2011), as quais decompõe a construção das publicações são: imagens que representam os palestinos, imagens que representam a união entre Brasil e Israel e imagens que representam o exército israelense.

1 04

Sobre a escolha da deputada

A reação ao 7 de outubro em um contexto brasileiro de redes sociais, fake news e polarização política fez com que as opiniões e a mobilização sobre o conflito – inclusive pelo cidadão médio – crescessem por vários nichos. Pode-se citar como exemplo a associação do lulismo e do petismo aos atos do Hamas, a associação do bolsonarismo à luta do bem contra o mal, como também a aproximação entre desenvolvimentismo e militarismo autoritário em Israel (Calfat, 2024).

Como já foi dito neste trabalho, Jair Bolsonaro, muitas vezes, utilizou a imagem de Israel e de símbolos judaicos, que passaram a ser cada vez mais frequentes em comícios e manifestações durante suas campanhas. Como resultado disso, em 2023, Bolsonaro ficou em 2º lugar entre os 50 principais aliados cristãos do Estado de Israel em todo o planeta, segundo a *Israel Allies Foundation*.

Nesse contexto de crescimento do bolsonarismo, surgem personalidades como a de Carla Zambelli, que se elegeu deputada federal em 2018 com 76 mil votos, impulsionada a partir de uma campanha antipetista e pró-Bolsonaro. Nas eleições de 2022, Zambelli obteve um salto eleitoral com 946 mil votos, sendo a segunda deputada com mais votos em São Paulo. Carla Zambelli é, atualmente, uma das maiores defensoras do ex-presidente Jair Bolsonaro (Costa, 2024).

Em janeiro de 2023, a deputada foi acusada pela Procuradoria Geral da República (PGR) por posse ilegal de arma de fogo e por usar essa arma para ameaçar e intimidar alguém. A denúncia decorre de uma filmagem na qual ela aparece coagindo a pessoa em questão nas ruas de São Paulo com o revólver em mãos.

Além disso, após uma investigação da Polícia Federal (PF), Zambelli foi condenada pela Corte por invasão aos sistemas de mandados judiciais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O *hacker* suspeito de realizar os ataques foi Walter Delgatti. O suspeito afirmou em depoimento que a deputada solicitou que ele encontrasse conversas comprometedoras do ministro do STF, Alexandre de Moraes. Além do depoimento, foram encontrados pagamentos da parlamentar para o *hacker*, embora sua assessoria tenha alegado que os pagamentos foram realizados com o intuito de construção de um site (Costa, 2024). Após fugir para a Europa, Zambelli teve o nome incluído na lista de difusão vermelha da Interpol, passaporte suspenso e o bloqueio de bens e valores, incluindo, verbas de seu gabinete como deputada federal (BBC NEWS, 2025).

Com relação ao seu perfil no *Instagram*, antes de ser bloqueado pela justiça, Carla Zambelli possuía 3,7 milhões de seguidores e um total de 24,4 mil publicações (até o dia 4 de junho de 2025), um número consideravelmente alto de conteúdo,

principalmente quando comparamos com perfis de outras figuras da extrema direita brasileira. O ex-presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, possui 8.479 publicações em seu perfil. Nikolas Ferreira, considerado como “porta-voz do ativismo conservador evangélico”, influenciando jovens brasileiros conservadores por meio de suas plataformas digitais - a principal ferramenta de divulgação do seu discurso propagandista - possui apenas 2.139 publicações em seu perfil do *Instagram*.

Além dos fatos citados, no dia 2 de novembro de 2023, a deputada fez uma publicação em seu perfil que virou pauta em diversos portais de notícias do Brasil. No post em questão, Zambelli usou uma imagem gerada por inteligência artificial que comparava o povo palestino com ratos sendo caçados por uma águia israelense. A publicação foi extremamente repudiada fazendo com que a parlamentar a apagasse.

Análise de Conteúdo

Busca-se analisar os conteúdos apresentados nas publicações, destrinchando as imagens e os textos contidos nelas, explorando ainda informações complementares na construção da postagem. A seguir, o quadro 1 traz um resumo das publicações coletadas ao longo do período sobre o conflito entre Israel e Hamas. Vale ressaltar que, durante a busca no perfil da deputada, foram encontradas 209 publicações que abordavam o assunto, 4 delas contendo imagens geradas por inteligência artificial.

Quadro 1 - Publicações contendo IA no perfil da deputada Carla Zambelli

	Formato	Data da publicação	Tema
01	Imagem	02/11/2023	Conflito entre palestinos e israelenses.
02	Reels contendo 3 imagens	10/11/2023	Propaganda pró-Israel; Exaltação da força do exército israelense.
03	Imagem	21/02/2024	Parceria entre Brasil e Israel; Pedido de impeachment contra o presidente

	Formato	Data da publicação	Tema
01	Imagem	02/11/2023	Conflito entre palestinos e israelenses.
			Lula.
04	Imagem	23/02/2024	Parceria entre Brasil e Israel.

Fonte: Autoria própria, 2024.

As publicações do perfil da deputada, partem de uma postura de exaltação ao governo do Estado de Israel, buscando a todo tempo evidenciar a força de seu exército, sua resiliência e seus vínculos religiosos através de símbolos como a Estrela de Davi e o uso de versículos nas legendas. Por outro lado, os palestinos são tratados com ódio e preconceito, um povo que precisa ser exterminado. Ou seja, uma luta do bem contra o mal.

1 4

Imagens geradas por IA

As imagens utilizadas pela deputada, além de dar peso ao discurso pró-Israel, seleciona qual momento captado durante o conflito será “perpetuado” na história e no imaginário social de seus seguidores, como forma de representar o acontecimento. Ao todo foram analisadas 8 imagens, sendo 4 delas usadas de forma compilada em um *reels* e uma que se repete em duas publicações. Todas as imagens foram testadas no *software Undetectable AI*³, classificado pela Forbes como o melhor detector de imagens geradas por inteligência artificial.

³ <https://undetectable.ai/>

Imagem 1 - Imagem utilizada na publicação do dia 02 de novembro de 2023



Fonte: Perfil do Instagram da deputada Carla Zambelli, 2023.

A imagem 1, mostrada acima, estava presente na publicação que foi excluída pela deputada após ser bastante criticada na internet e por portais de notícias. De acordo com o *software* Undetectable AI, a imagem provavelmente foi criada por IA, tendo 13% de chances de ter sido feita por um humano. Na imagem, o povo palestino é representado pela figura de um rato que está usando um colete cheio de explosivos e com a bandeira da palestina aparecendo na parte da frente, seu rosto expressa medo e horror. Acima do rato, aparecendo de forma imponente e ameaçadora, está uma águia que carrega a bandeira do Estado de Israel no peito, além disso, é possível ver partes da bandeira dos Estados Unidos em suas asas. A águia se encontra em uma posição de predador, suas garras e asas abertas indicam que seu objetivo (pegar o rato) está quase concluído. Ao fundo da imagem, é possível ver uma cidade largada aos escombros, com dois focos de explosões, prédios e casas destruídos enquanto outras águias sobrevoam a região. O local claramente faz referência a Faixa de Gaza.

A utilização da bandeira estadunidense reflete a aliança que os Estados Unidos possui com o Estado de Israel. Tony Judt (2006), historiador e escritor britânico, afirma que Israel realizou, ao longo das últimas décadas, diferentes estágios na programação

estratégica dos Estados Unidos. Desde a criação do Estado judeu, no fim da Segunda Guerra Mundial, a memória do holocausto conquistou grande simpatia popular estadunidense, o que ajudou a construir a visão, durante a Guerra Fria, de que Israel era um aliado indispensável na manutenção de poder no Oriente Médio. Assim se constroi a visão de que os interesses estratégicos entre os dois Estados são os mesmos, e de que as ideologias e valores morais compartilhados fazem da relação estadunidense-israelense a “mais especial de todas”, quase uma relação de famílias na política internacional (Walt e Mearsheimer, 2006).

Outra característica importante de analisar nessa imagem é a utilização do rato para representar a figura do palestino, uma vez que, o rato também era usado para representar os judeus em propagandas nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. “Os judeus foram [...] colocados no patamar dos ratos pela propaganda nazista, sendo considerados, como os roedores, pragas passíveis de morte.” (Silva e Cavichia, 2019, p.71). A intenção da imagem na publicação não foge da citada acima, o recurso da representação faz com que o público reconheça os palestinos como inimigos e os associam a pragas, sujeira, algo ruim, provocando um sentimento de repulsa nas pessoas.

Para entender um pouco mais sobre essa associação, acionaremos a abordagem sobre a mitologia política feita pelo historiador Raoul Girardet em *Mitos e Mitologias Política* (1987). Girardet, destaca a importância dos mitos e mitologias políticas como ferramentas que permitem compreender e estudar o imaginário político e a cultura política de uma sociedade. Os mitos políticos são formados por meio de instrumentos da memória que produzem no inconsciente coletivo ideologias pautadas na imaginação social, independente da veracidade ou da fonte histórica. Os mecanismos de memória, muita das vezes, remetem a tempos melhores vividos, grandes feitos de um indivíduo, como também a aspectos negativos ou a situações de perigo que não podem se repetir (Girardet, 1987). O historiador fala sobre quatro mitos do campo político que são acionados quando uma determinada sociedade atravessa períodos nefastos, de crise, que acarretam desorganização e receios em relação ao futuro. São eles os mitos da

Conspiração, da Idade de Ouro, da Unidade e do Salvador. No caso da imagem utilizada por Zambelli na publicação, podemos remetê-la ao mito da Conspiração.

O mito da Conspiração, de acordo com Girardet, atribui a um determinado grupo, na maioria das vezes marginalizado, o papel de responsáveis por todo o “mal da sociedade”, permitindo que outros grupos oportunistas se utilizem do ressentimento que a ideia causa. Citando como exemplo os palestinos que foram racializados e desumanizados para justificar uma limpeza étnica em favor da criação de um estado judeu no território da Palestina, e continuam a ser animalizados pela narrativa orientalista e islamofóbica que os ilustram como potenciais terroristas. Uma narrativa conspiratória que foi fortemente disseminada pelos Estados Unidos após o 11 de setembro, em relação aos palestinos e a todo o Oriente Médio visto como uma sociedade homogênea, estimulando a propagação da islamofobia e permitindo o crescimento oportunista de Israel como a linha na guerra contra o terrorismo (Vilchis, 2023).

Na legenda da publicação, Zambelli cita uma passagem bíblica: “Mas os que esperam no Senhor renovarão as forças, subirão com asas como águias; correrão, e não se cansarão; caminharão e não se fatigarão.” (Isaías 40:31). Mais uma vez, é possível notar um apelo em relação ao público cristão da direita brasileira. O sionismo cristão brasileiro harmoniza com o Israel de Netanyahu através do discurso anti-Palestina (até mesmo anti-árabe), defendendo a equivalência entre antissemitismo e antissionismo. Além disso, após os ataques do 7 de outubro de 2023, a defesa da causa palestina foi atrelada pelo sionismo cristão e judaico “à violência, ao desrespeito às liberdades religiosas, às iniciativas antidemocráticas e ao antiamericanismo iraniano” (Calfat, 2024, p.56). É possível perceber essa “aliança” nas imagens a seguir.

Imagem 2 - Imagem utilizada na publicação do dia 21 de fevereiro de 2024



Fonte: Perfil do *Instagram* da deputada Carla Zambelli e do Coronel Aginaldo, 2024.

Imagem 3 - Imagem utilizada na publicação do dia 23 de fevereiro de 2024



Fonte: Perfil do *Instagram* da deputada Carla Zambelli, 2024.

A imagem 2 e a imagem 3 possuem o mesmo objetivo: exaltar uma suposta irmandade e aliança entre o Brasil e o Estado de Israel. A primeira imagem, publicada originalmente no perfil do Coronel Aginaldo, marido de Carla Zambelli, mostra dois

soldados homens dando as mãos, num gesto que simboliza parceria e companheirismo. O soldado da esquerda possui a bandeira do Brasil no ombro de seu uniforme, indicando que ele pertence a algum tipo de forças armadas brasileiras, enquanto isso, o soldado da direita possui a bandeira do Estado de Israel também no ombro de seu uniforme, indicando que ele pertence ao exército israelense. Além disso, no fundo da imagem, é possível ver as bandeiras das duas nações se fundindo, mais uma vez remetendo à união das duas nações. O Undetectable AI classificou a Imagem 2 como criação de IA, tendo 15% de chances de ter sido criada por um humano.

Na imagem 3, Carla Zambelli traz um print de uma publicação feita pelo Ministro das Relações Exteriores de Israel no X. Na ocasião, Israel Katz fez o *post* como uma forma de resposta ao presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que vinha condenando as ações do Estado de Israel em relação aos civis palestinos. A imagem mostra pessoas abraçadas de lado e olhando para as bandeiras dos dois países ao fundo. É possível ver pessoas vestidas com roupas contendo as cores (verde e amarelo) e formas da bandeira do Brasil, assim como pessoas com roupas das cores da bandeira israelense (azul e branco). O ministro escreveu na legenda “Ninguém vai separar nosso povo - nem mesmo você @LulaOficial”, dando a entender que as declarações do presidente Lula tinham a intenção de afastar e até mesmo acabar com a aliança entre o povo brasileiro e o povo israelense. O Undetectable AI classificou a Imagem 3 como criação de IA, tendo 5% de chances de ter sido criada por um humano. Mesmo tendo sido passada pelo software detector, a imagem claramente possui detalhes de inteligência artificial, como membros a mais no corpo, olhos e expressões faciais desproporcionais e as bandeiras deformadas. Além disso, é possível ver o lema errado na bandeira do Brasil, que deveria ser “Ordem e Progresso”.

1584

Como já foi dito neste trabalho, a extrema direita brasileira flerta com discursos pró-Israel desde a década passada, sendo assim, todo ou qualquer discurso em favor dos palestinos é considerado como “algo de esquerda”, isso facilitou também no surgimento de uma polarização ideológica nos discursos políticos brasileiros na hora de tratar do assunto.

Global e domesticamente, o binarismo é simplista, pois, enquanto a direita se apressa para se declarar anti-Palestina, porque entende que o projeto decolonial é frequentemente violento e esquerdista, do lado inverso, o sionismo também é visto como colado à direita fascista e ao imperialismo, daí ele ser rechaçado pela esquerda (Calfat, 2024, p.55-56).

A direita religiosa (principalmente evangélica), que se mostrou mais vigorosa nos Estados Unidos ao ajudar eleger seis presidentes republicanos entre os anos de 1980 e 2016, tornou-se uma força política relevante em países da América Latina nas últimas décadas, como Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Peru, Colômbia, Brasil, Bolívia, entre outros (Guadalupe; Carranza, 2020).

A direita cristã estadunidense disseminou sua teologia política no Brasil a partir das décadas de 1960, 1970 e 1980, por meio das movimentações missionárias e televangelistas que defendiam as transformações teológicas e escatológicas estadunidenses – enquanto visão de mundo. Com essa bagagem teológica, tais missionários progrediram num contexto em que a teologia da libertação e a consolidação pentecostal, com a emergência de igrejas nacionais e suas lideranças, consistiam em parte do cenário religioso (Stoll, 1990). Vale ressaltar, que isso tudo ocorre em clima de Guerra Fria, expansão dos movimentos socialistas e ditaduras militares, fomentando no campo cristão a polarização ideológica e o anticomunismo.

1524

Como explicam Cowan (2014) e Villazon (2015), nesse cenário da Guerra Fria, grande parte dos líderes evangélicos apresentava uma perspectiva anticomunista, o que incentivou o apoio ao regime autoritário brasileiro no interior dos grupos confessionais. Essa afinidade ideológica viabilizou também as primeiras negociações entre os militares e a elite evangélica para as concessões dos meios de comunicação (Cowan, 2014).

O início do processo de redemocratização e convocação de uma Assembleia Constituinte, em meados dos anos 1980 no Brasil, proporcionou que os pentecostais se tornassem representantes políticos e aderissem uma política de identidade evangélica juntamente com outros cristãos conservadores. Ocorria, no Brasil, a união de pentecostais com protestantes históricos (Machado; Mariz & Carranza, 2021). Este

apelo identitário seria caracterizado posteriormente por Burity (2015) como um processo de “minoritização”, visto que essas figuras políticas evangélicas passaram a defender um discurso de minoria social e política.

Em 2003, foi criada a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional e, em 2007, 28 parlamentares deste grupo evangélico passaram a compor também a Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel Pela Paz (FRENPAZBRIL), frente esta que foi estabelecida durante a 1ª Conferência Brasileira pela Paz, realizada naquele mesmo ano (Gonçalves, 2015). Ainda que os parlamentares evangélicos representassem somente 12% dos seus integrantes totais (225), ganharam espaço e tornaram-se figuras importantes no debate legislativo sobre as questões relacionadas ao Estado de Israel. Na narrativa defendida por este grupo e por lideranças pentecostais na mídia, a sociedade brasileira é apresentada como “uma nação cristã que tem o dever moral de defender os judeus nos conflitos do Oriente Médio” (Machado; Mariz & Carranza, 2021, p.16).

É importante destacar que, de acordo com Machado, Mariz e Carranza (2021), a política externa brasileira dos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), estava empenhada em defender os palestinos, que eram vistos pela esquerda como vítimas do empreendimento bélico de Israel. Como consequência disto, os parlamentares cristãos passaram a ser atores importantes na defesa política do Estado e governo de Israel.

1504

Imagem 4 - Imagem utilizada na publicação do dia 10 de novembro de 2023.



Fonte: Perfil do *Instagram* da deputada Carla Zambelli, 2024.

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 16 – Volume 01 – Edição 33 – Janeiro – Junho de 2026

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

Imagem 5 - Imagem utilizada na publicação do dia 10 de novembro de 2023.



Fonte: Perfil do *Instagram* da deputada Carla Zambelli, 2024.

Imagem 6 - Imagem utilizada na publicação do dia 10 de novembro de 2023.



Fonte: Perfil do *Instagram* da deputada Carla Zambelli, 2024.

As imagens 4, 5 e 6, usadas em um vídeo postado no *TikTok*, mas que a deputada postou em seu perfil com a ferramenta do *reels*, buscam evidenciar a força do exército israelense em meio ao conflito contra os combatentes do Hamas que se estende desde 7 de outubro de 2023. É importante destacar que as frases que aparecem nas imagens fazem parte de uma oração central do judaísmo chamada Shemá Israel (שמע ישראל)

(ישראל), que é uma declaração de fé e a afirmação da unicidade de Deus, sendo considerada como “a confissão de fé mais importante do povo judeu” (SANTE, 2018: 29). A apropriação do Shema Israel em discursos visuais de caráter militar revela a instrumentalização de símbolos religiosos na legitimação do nacionalismo e da guerra. Nesse sentido, o exército não aparece apenas como instituição estatal, mas como instrumento de Deus. Ou seja, uma expressão íntima de fé é transformada em slogan coletivo, produzindo um imaginário social no qual religião e defesa do Estado aparecem como indissociáveis.

Voltando para os outros elementos que compõem as imagens: A imagem 4 (9% de chances de ter sido criada por um humano) mostra três soldados homens abraçados vestindo uniformes que contêm braçadeiras com a imagem da bandeira do Estado de Israel, além disso, eles seguram armas de fogo com as mãos. Os dois soldados da frente apresentam expressões de desespero e angústia enquanto gritam, logo é possível dizer que o soldado que está na parte de trás também compartilha do mesmo estado emocional de seus companheiros. Pode-se inferir que a imagem procura mostrar a dor enfrentada pelo exército de Israel, causando um sentimento de empatia em quem a vê. Os soldados israelenses também sofrem, assim como os civis de seu país.

1594

Seguindo por essa linha de raciocínio, a imagem 5 (15% de chances de ter sido criada por um humano) também traz soldados abraçados (é possível visualizar 6 na parte da frente), formando uma espécie de círculo. Esse ato de formar um círculo abraçado com seus companheiros, muita das vezes, faz referência ao ato de orar, rezar ou interceder, seja na guerra, eventos esportivos (principalmente no futebol), reuniões familiares, dentre outros exemplos. Neste caso, pode-se inferir que, apesar de todo o sofrimento, o exército de Israel é resiliente e seus soldados apoiam uns aos outros. É exaltado aqui o sentimento de companheirismo, lealdade e inspiração.

Retornamos, agora, ao terceiro mito destacado por Girardet, o da Unidade. Segundo ele, este mito opera no que há de mais primordial numa sociedade, que é o sentimento de pertencimento, sendo assim, ele acaba se tornando politicamente fundamental. O mito da unidade está relacionado ao sentido de pátria enquanto conjunto

unido, pertencimento, sendo a unidade vista como única forma de se obter uma harmonia social. Este mito, historicamente, serviu de base para que certos regimes, movimentos políticos ou mesmo revoluções sociais agissem com as ideias de nacionalismo, patriotismo, ordem nacional, harmonia, paz, progresso. Esse pensamento é bastante visto no sionismo hertzliano. Na introdução e no primeiro capítulo do livro “Estado judeu” de Theodor Herzl (1949), o autor diz:

Temos tentado por toda parte e lealmente entrar nas coletividades nacionais que nos cercam, apenas conservando a fé dos nossos pais. Não o admitem. Em vão somos sinceros patriotas, até mesmo, em certos lugares, exuberantemente patriotas; em vão fazemos sacrifícios de dinheiro e de sangue como os nossos concidadãos; esforçamo-nos em vão por elevar a glória e nossas pátrias respectivas nas artes e nas ciências, e por aumentar as suas riquezas pelo comércio e pelas transações. Nessas pátrias em que habitamos já há séculos, somos interditados como estrangeiros, e, muitas vezes, por aqueles cuja raça não estava ainda no país quando nossos pais já haviam aí padecido. A maioria pode decidir quem é o estrangeiro no país. (Herzl, 1949, p. 43).

O mito da Unidade, assim como o sionismo hertzliano, possuem bases que se dão nas idealizações que almejam internalizar na sociedade a ideia de que a construção de uma nação ou Estado unificado é do interesse do bem comum - no caso do sionismo: a criação do Estado de Israel. Porém, segundo Girardet, nem sempre essa unidade corresponde ao real. As ideias de Theodor Herzl, por exemplo, foram bastante criticadas por várias partes da comunidade judaica, principalmente na Grã-Bretanha e na França. Eles viam Herzl como uma ameaça que poderia “sabotar a vida dos judeus dentro da sua própria sociedade” (Pappe, 2022, p. 67).

Por fim, a imagem 6 (10% de chances de ter sido criada por um humano) apresenta todo um batalhão israelense, com vários soldados de mãos dadas esticando a bandeira do Estado de Israel que se encontra no meio da imagem. Além disso, também é mostrado uma fileira de tanques de guerra e sete aviões de combate no céu, representando o poder bélico do exército israelense. Também é possível ver ao fundo algumas áreas verdes, com rios e um céu azul limpo, enquanto, na parte da frente, o exército de Israel avança sobre um chão desértico e um céu cinza nublado. Mais uma

vez, a imagem faz a inferência de que as forças israelenses, representando “o bem”, estariam invadindo um lugar ruim e inóspito (Palestina/Faixa de Gaza), representando “o mal”, representando o povo palestino como um povo inferior, misterioso e que precisa ser dominado.

Tudo isso foi alertado por Edward Said (2007) que, discutindo sobre o conflito entre Israel e Palestina, explicou que a inferioridade moral dos palestinos é reforçada constantemente pela mídia a cada episódio dramático do conflito.

[...] a versão do mito criada no século XX tem sido mantida com muito maior dano. Produziu uma imagem do árabe visto por uma sociedade ‘adiantada’ quase ocidental. Na sua resistência aos colonialistas estrangeiros, o palestino era ou um selvagem estúpido ou uma grandeza negligível, moral e existencialmente (Said, 2007, p. 311).

Nas duas obras de Said, “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente” (2007) e “A questão da Palestina” (1992), sobre como o Oriente é retratado pelo Ocidente, é possível ver que o oriental e o árabe são tratados pelos europeus como menos humanos, uma espécie de sub-raça que não se compara com o Europeu, com o Ocidental. Nota-se, a partir do trabalho de Said, que os orientais e árabes são sempre representados como animais quase humanos, mas nunca como seres humanos realmente.

1554

Assim, pode-se dizer que na guerra espiritual, política e cultural entre bem e mal iminentes na sociedade, o discurso bélico-religioso e, nesse caso, o sionista, é implementado à agenda política do pentecostalismo sionista e em movimentos como o bolsonarismo, naturalizando o discurso de ódio, a militarização e a violência (Mori 2024) – tanto no Brasil quanto na Palestina.

Considerações finais

Marcello Silva Maciel e Paulo César Boni (2006) explicam que o fotojornalismo de guerra se diferencia das demais modalidades, uma vez que registram e relatam a brutalidade dos seres humanos, em sua capacidade de destruir seus semelhantes.

Supõem-se que um dos pontos peculiares do fotojornalista, em especial o de guerra, seja a ambição de fazer parte da história. Captar aquele momento que será perpetuado através dos tempos e se transformará em referência para observações futuras. Este fator de motivação atribuído à imagem fotográfica movimenta olhares para a prática. Tornou-se convenção que os registros imagéticos são importantes para se lembrar dos eventos. A lembrança tornou-se tão seletiva, quanto o recorte fotográfico. Sendo assim, a perpetuação da história, não raro, está atrelada ao poder de decisão do que é – ou não – merecedor de ela pertencer. (Maciel; Boni, 2006, p. 97)

Sendo assim, quando um indivíduo escolhe usar uma imagem gerada por inteligência artificial para retratar um acontecimento histórico, principalmente no caso das guerras, ele deixa de perpetuar a visão profissional e sensível de um fotojornalista ou ilustrador, que podem se sentir desvalorizados, para dar visibilidade à criação imagética pensada por qualquer pessoa sem formação e executada por um algoritmo (Barandy, 2022). Nesse caso, é até mesmo possível que, quando criadas com dados não filtrados, essas imagens reproduzam preconceitos raciais, culturais e de gênero (Hao, 2021). Como foi o caso da Imagem 1.

Os meios de comunicação e as plataformas digitais interferem na “nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados” (Silverstone, 2005, p. 13). Nesse contexto, ao mesmo tempo que se democratiza o espaço de fala dos cidadãos e se observa um grande potencial de mobilização nesse ambiente, também é de suma importância admitir que esses novos mecanismos de circulação da informação trouxeram consequências para o ambiente democrático (Hobbs, 2020).

Se por um lado o uso das ferramentas de Inteligência Artificial possui um potencial positivo, avançando constantemente e apontando para uma melhoria na capacidade de compreensão da linguagem e de geração de conteúdos variados por essas ferramentas, como apontou Franganillo (2023), também possui um lado obscuro, especialmente quando usadas na política para a propagação de discursos de ódio e ideologias preconceituosas que se assemelham, até mesmo, ao nazismo.

Diante de tudo isso, como a própria Nina da Hora (2022) ressalta, é importante “estudar as implicações sociais e éticas das tecnologias de IA”, pois somente assim será possível antecipar e tentar diminuir danos irreversíveis para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENDER, Andreas; CORTÉS-CIRIANO, Isidro. Artificial intelligence in drug discovery: what is realistic, what are illusions? Part 1: Ways to make an impact, and why we are not there yet. *Drug discovery today*, v. 26, n. 2, p. 511-524, 2021.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade - Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 27. ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1989.

BRAUN, J. Religião e humor: a estratégia de redes sociais que alavancou Nikolas Ferreira, deputado federal mais votado do país. In: *UOL*, on-line, 4 de out. de 2022. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/10/04/religiao-e-humor-a-estrategia-de-redes-sociais-que-alavancou-nikolas-ferreira.htm>. Acesso em 10/09/2024.

CALFAT, Natalia Nahas. O Oriente Médio é aqui: o Brasil entre o sionismo cristão e a solidariedade Sul-Sul. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, n. 10, p. 42-62, 2024.

COSTA, Ederson Levi Rodrigues da. *A violência como discurso político: uma análise sobre Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro e Carla Zambelli no Twitter*. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

COULDRY, N. Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling. *New Media & Society*, v. 10, n. 3, 2008. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/16379446.pdf>. Acesso em: 15/09/2024.

DE MEDEIROS DELIBERADOR, Raquel. A Propaganda Nazista no filme “O Eterno Judeu” de 1940. *VENEIMAGEM II EIEIMAGEM*, p. 143.

FRANGANILLO, Jorge. La inteligencia artificial generativa y su impacto en la creación de contenidos mediáticos. *methaodos. revista de ciencias sociales*, v. 11, n. 2, p. 15, 2023.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

GHERMAN, Michel; KLEIN, Misha. Aquela Noite: o lugar da Israel imaginária na nova direita brasileira. *Revista Antropológicas*, Ano, v. 25, n. 32, p. 2, 2021.

HAO, Karen. *Internet está tan sesgado que, para la IA, las mujeres solo llevan bikini*. MIT Technology Review, 3 fev. 2021. Disponível em <https://is.gd/kSOd56>. Acesso em: 17/09/2024.

HOBBS, R. *Mind over media: propaganda education for a digital age*. Nova York: Norton Professional Books, 2020, 368p.

HORA, N. DA. *Ética em IA: a pergunta que não estamos fazendo*.

IACONELLI, Vera. Sincericídio bolsonarista. *Folha de São Paulo*, 06 ago. 2019.

JUDT, Tony. A Lobby, not a conspiracy. *New York Times*, 19 abril 2006. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/04/19/opinion/19judt.html>. Acesso em 10/09/2024.

MACIEL, Marcello Silva; BONI, Paulo Cesar. O vale da sombra da vida: reflexões sobre a fotografia de guerra e suas repercussões. *Discursos Fotográficos*, v. 2, n. 2, p. 93-110, 2006.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

MATEO, Luiza Rodrigues. *Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos*. 2011.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. O Lobby de Israel. *Novos Estudos Cebrap*, n.76, nov. 2006, p.43-73

ORO, Ari P. *O avanço pentecostal e a reação católica*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

PAPPE, Ilan. *A history of modern Palestine*. Cambridge University Press, 2022.

PORTAS, Isabela Afonso. O lado obscuro da propaganda: um estudo de caso sobre a desinformação difundida nos vídeos de Nikolas Ferreira. In: ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO 2023, 2023, São Paulo. *Anais eletrônicos...* Campinas, Galoá, 2023. Disponível em <https://proceedings.science/comunicon-2023/trabalhos/o-lado-obscur-o-da-propaganda-um-estudo-de-caso-sobre-a-desinformacao-difundida-n?lang=pt-br>. Acesso em 10/09/2024.

PRAZERES, Leandro. Moraes manda prender Carla Zambelli e pede que deputada entre na lista da Interpol: o que acontece agora? *BBC*, São Paulo, 3 jun. 2025. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg713jj9ll7o>. Acesso em 10/06/2024.

RODRIGUES, Adriano Duarte. DELIMITAÇÃO, NATUREZA E FUNÇÕES DO DISCURSO MIDIÁTICO. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O JORNAL: Da forma ao sentido*. Editora UNB, 2002. p. 217-233.

RUSSELL, Stuart. *Human compatible: AI and the problem of control*. Penguin Uk, 2019.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

SANTE, Carmine. *Liturgia judaica: fontes, estrutura, orações e festas*. São Paulo: Paulus, 2018.

SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* Rio de Janeiro: Loyola, 2005.

SILVA, Gabriel Goes; CAVICHIA, Alessandro Henrique Dias. Entre ratos e gatos, Maus faz sangrar história. *Revista Científica do Centro Universitário de Jales* X Edição (2019); ISSN: 1980-8925, p. 48.

VARGAS GONÇALVES, A. L.; CALDERON SALLES SANTOS, M.; MARTINS DE SOUZA, R. Jornalismo Ciborgue: o uso da inteligência artificial na criação de imagens pelo jornalismo contemporâneo. *Tudo é Ciência: Congresso Brasileiro de Ciências e Saberes Multidisciplinares*, [S. l.], n. 3, p. 1–9, 2025. DOI: 10.47385/tudoeciencia.1847.2024. Disponível em <https://conferenciasunifoa.emnuvens.com.br/tc/article/view/1847>. Acesso em 02/06/2025.



QUANDO O PÓDIO NÃO BASTA: A OFERTA E O CONSUMO DE CONTEÚDOS SOBRE OS JOGOS PARALÍMPICOS PARIS 2024

Doralice Lange de Souza¹

Jackeline Colere²

Lucas Matheus Feitosa³

Silvan Menezes dos Santos⁴

RESUMO: O objetivo geral do estudo foi investigar se – e de que forma – estudantes de Educação Física consumiram conteúdos dos Jogos Paralímpicos (JP) Paris 2024 e quais fatores influenciaram esse consumo. Também comparamos padrões e fontes de consumo de transmissões de competições e de outros conteúdos relacionados aos Jogos Olímpicos (JO) e aos JP. Verificamos que o consumo dos JP foi significativamente menor e fortemente dependente de redes sociais, uma vez que o Grupo Globo, detentor dos direitos de transmissão, não divulgou efetivamente o evento, restringindo o acesso aos conteúdos. Concluímos que os Comitês Paralímpicos e seus parceiros precisam revisar os modelos de concessão e adotar estratégias integradas, com transmissões acessíveis, tradução simultânea e presença ampliada em plataformas digitais utilizadas pelos jovens, garantindo maior alcance e visibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Jogos Paralímpicos. Consumo. Mídia. Estudantes Universitários.*

¹ Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas Socioculturais sobre o Esporte Adaptado (LEPSCEA) E-mail: desouzdo@yahoo.com

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Física da UFPR. E-mail: 2jacke5671@gmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Física da UFPR. E-mail: lucasfeitosa@ufpr.br

⁴ Docente do Instituto de Educação Física e Esporte da Universidade Federal de Alagoas. Coordenador do Remix - Observatório de mídias, tecnologias digitais e práticas corporais. E-mail: silvan.santos@iefe.ufal.br

ABSTRACT: The main objective of this study was to investigate whether – and how – Physical Education students consumed content related to the Paris 2024 Paralympic Games (PG) and which factors influenced this consumption. We also compared patterns and sources of consumption of competition broadcasts and other content related to the Olympic Games (OG) and the PG. We found that PG content consumption was significantly lower and strongly dependent on social media, since Globo Group, the broadcasting rights holder, did not effectively promote the event, thereby restricting access to the content. We conclude that the Paralympic Committees and their partners need to revise broadcasting models and adopt integrated strategies, including accessible transmissions, simultaneous translation, and an expanded presence on digital platforms used by young people, ensuring greater reach and visibility.

KEYWORDS: *Paralympic Games. Consumption. Media. University Students*

INTRODUÇÃO

O Movimento Paralímpico brasileiro tem alcançado resultados expressivos. Na última edição dos Jogos Olímpicos (JO) e dos Jogos Paralímpicos (JP), o país ficou em 20º lugar no ranking mundial dos JO e em 5º nos JP. Mesmo com esse desempenho superior, a cobertura do esporte paralímpico permanece muito abaixo da dedicada aos JO e desproporcional à sua relevância, o que dificulta sua consolidação como parte da cultura esportiva do país.

A baixa visibilidade do EP está relacionada com os direitos de imagem e transmissão, que regulam o controle sobre a veiculação de imagens de eventos esportivos. Eles representam o segundo estágio da mercadorização do esporte, quando ele próprio passou a ser o produto negociado (Pires, 2002; 2006). As mídias compradoras tornam-se sócias coautoras do esporte-espetáculo e as arenas, sets de televisão (Spà, 1999). Essa relação segue a lógica financeira-midiática-comercial, muitas vezes em detrimento das dinâmicas informativas e culturais do esporte (Spà, 2007; Sanfelice, 2010; Almeida; Franceschi Neto, 2019; Santos et al., 2020a). Esses valores compõem parte central do orçamento esportivo e impulsionaram seu enriquecimento nas últimas décadas (Pires, 2002; Payne, 2006; Proni, 2008).

Santos, Almela e Souza (2020a) investigaram os impactos da forma de negociação da exclusividade dos direitos de imagem e transmissão durante a cobertura

dos JP Rio 2016 por jornalistas brasileiros. Os autores observaram que jornalistas de portais impressos e digitais não detentores desses direitos — incluindo mídias locais — enfrentaram limitações de espaço e tempo para registrar entrevistas com atletas após as provas, bem como restrições para realizar contatos telefônicos antes ou depois das competições. Eles identificaram também prejuízos para as veiculações jornalísticas regionalizadas, para a circulação de informações sobre esportistas com forte identificação em determinadas localidades e para a própria transmissão de modalidades e/ou disputas envolvendo esses atletas. A decisão sobre disponibilizar, ou não, as imagens, coube exclusivamente à empresa responsável pelas transmissões, em parceria com o CPB e as empresas compradoras dos direitos comerciais.

Entre 1995, ano de criação do CPB, e os JP Rio 2016, houve um aumento expressivo do espaço e do tempo midiático do esporte paralímpico, impulsionado por uma política de aproximação com os meios de massa (Miranda, 2011). A cobertura da *Folha de S. Paulo* confirma essa expansão (Santos et al., 2019; Souza et al., 2023). A compra dos direitos pelo Grupo Globo, em 2012, e o espaço televisivo dedicado, especialmente em 2016, ilustram essa tendência. Contudo, em Tóquio 2021, observou-se uma retração dessa expansão.

195

A Rede Globo, detentora exclusiva dos direitos de transmissão no Brasil dos JO e Paralímpicos de Tóquio 2020 (realizados em 2021) e Paris 2024, anunciou ampla cobertura olímpica para Paris — 200 horas na TV aberta, quatro canais no SporTV e cobertura integral no ge.globo (ge.globo, 2022). Em contraste, para os JP, previu apenas trechos das cerimônias, semifinais e finais do futebol de cegos e alguns quadros especiais, com um único canal no SporTV. Nossas observações indicam que não houve ampliação dessa cobertura. Além disso, enquanto os JO tiveram transmissão online na CazéTV, um canal digital de esportes, os Paralímpicos não contaram com equivalente digital (Fontenelle, 2022).

Diante desse contexto, conduzimos este estudo para investigar se — e de que forma — estudantes de graduação em Educação Física consumiram conteúdos relacionados aos JP Paris 2024 no período de realização destes Jogos e identificar possíveis fatores que influenciam esse consumo. Nossos objetivos específicos foram:

(1) comparar os padrões e fontes de consumo de conteúdos sobre os JO e JP; (2) levantar os padrões e fontes de consumo das transmissões das competições dos JP; e (3) investigar as fontes de consumo de notícias e vídeos curtos sobre os JP.

Optamos por participantes universitários de Educação Física por se tratar de um grupo que tende a se interessar por conteúdos esportivos, já que esses temas fazem parte de sua formação acadêmica e, possivelmente, de sua futura atuação profissional. Um baixo interesse por conteúdos sobre os JP nesse público pode refletir desinteresse também de outros grupos e indicar lacunas na formação de estudantes de educação Física.

Este estudo oferece subsídios para a elaboração de estratégias voltadas à ampliação da visibilidade e da acessibilidade midiática dos JP, que por sua vez, podem contribuir para o fortalecimento do paradesporto por meio da atração de patrocinadores (Marques; Gutierrez, 2014; Marques, 2016), motivação para o engajamento em práticas paradesportivas por parte de PCDs (Coates; Vickerman, 2016), promoção da cultura paradesportiva (Santos, 2020a; 2020b), transformação de percepções sociais sobre a deficiência (Colere; Souza, 2025; Colere et al., 2022; Souza; Brittain, 2020; Vieira et al., 2022). Dependendo da abordagem, eles podem também servir como uma plataforma para se discutir questões relativas à deficiência (Brittain; Beacom, 2016) e como possível ferramenta para a promoção de inclusão social de PCD (Marques, 2016; Souza; Brittain, 2020).

METODOLOGIA

A pesquisa, de caráter quantitativo com abordagem descritiva e exploratória, foi realizada entre 15 de setembro e 5 de outubro de 2024, logo após o encerramento dos JP (28 de agosto a 8 de setembro). Utilizamos um questionário elaborado especificamente para o estudo, pois não identificamos instrumentos validados que atendessem aos objetivos. Este passou por um processo de validação de conteúdo por pesquisadores experientes em estudos sobre mídia e testado previamente com estudantes de Educação Física, público-alvo da pesquisa.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (parecer nº 4.639.605). A coleta ocorreu de forma anônima. Aplicamos um questionário online via Google Forms, permitindo respostas voluntárias e remotas. O instrumento continha 27 questões fechadas, distribuídas em seções temáticas. No início, apresentamos definições operacionais de três termos essenciais: (1) Notícias — informações obtidas em jornais, sites, redes sociais ou outros meios sobre os JP (incluindo resultados, acontecimentos e histórias de atletas); (2) Vídeos curtos — postagens de até dez minutos em redes sociais como Instagram e TikTok; e (3) Transmissões — competições assistidas, ao vivo ou gravadas, pela televisão, streaming ou redes sociais durante os JP.

Nas seções seguintes, propusemos questões para comparar o consumo de conteúdos sobre JO e Paralímpicos, incluindo transmissões, notícias e vídeos curtos. Também investigamos fatores que poderiam influenciar esse consumo. Em seguida, incluímos perguntas sobre padrões e plataformas usadas para acessar conteúdos relacionados exclusivamente aos JP.

Convidamos estudantes de quatro turmas de Educação Física de duas universidades públicas e uma privada para participar da pesquisa. Após apresentarmos os objetivos, 89 aceitaram participar voluntariamente. A faixa etária variou de 18 a 41 anos, sendo 84.27% entre 18 e 25 anos. Quanto à renda familiar, 44% declararam entre dois e cinco salários-mínimos, 22% até dois e 12% acima de dez.

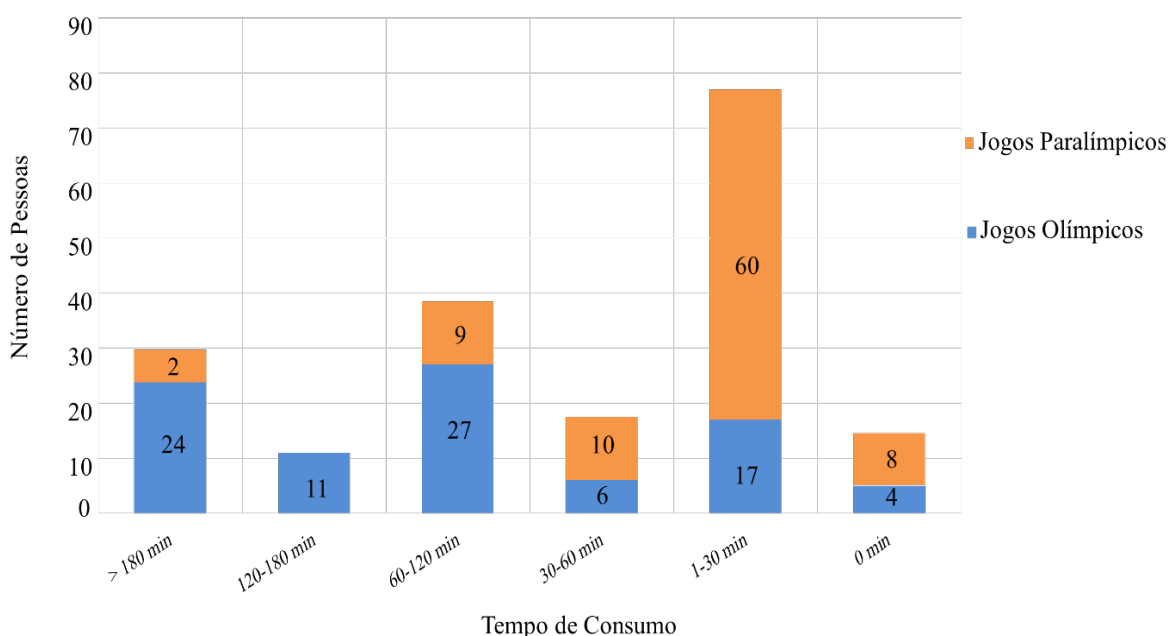
RESULTADOS

Organizamos a apresentação dos resultados considerando os seguintes tópicos: (1) Padrões e fontes de consumo de conteúdos relacionados com os JO e JP; (2) Padrões e fontes de consumo das transmissões dos JP; (3) Fontes de consumo de notícias e vídeos curtos relacionados com os JP.

PADRÕES E FONTES DE CONSUMO DE CONTEÚDOS RELACIONADOS COM OS JO E JP

O gráfico abaixo demonstra o consumo de conteúdos relacionados aos JO e JP (transmissões das competições, notícias e vídeos) tomando como base o tempo de engajamento dos participantes.

Figura 1 - Tempo de consumo de conteúdos relacionados aos JO e JP



Fonte: Autores (2025)

A maioria (67.4%) assistiu aos JP por até 30 minutos, contra 19.1% nos JO. Até 60 minutos, os JP mantiveram leve vantagem, mas acima disso os JO lideraram: 30.3% assistiram entre 60 e 120 minutos (contra 10.1%), 12.4% entre 120 e 180 minutos (contra 2.2%) e 4.5% mais de 180 minutos, sem registros relevantes para os Paralímpicos. Ou seja, os JO atraíram público maior e por mais tempo.

Também indagamos os participantes sobre os principais fatores que os motivaram a acompanhar os JO e/ou Paralímpicos, gerando três variáveis: interesse nos Jogos, interesse por atletas específicos e facilidade de acesso aos conteúdos. Abaixo

apresentamos a frequência e os percentuais das respostas, lembrando que cada participante pôde assinalar mais de uma alternativa — o que explica o fato de a soma dos percentuais ultrapassar 100%.

Tabela 1 - Motivos para o consumo de transmissões, notícias e vídeos curtos relacionados aos JO e JP

Motivo	Ocorrências	Percentual %
Facilidade de achar notícias/vídeos sobre os JO	74	83.15
Maior interesse no esporte olímpico	38	42.7
Interesse por um ou mais atletas nos JO	33	37.08
Facilidade de achar notícias/vídeos sobre os JP	9	10.11
Maior interesse no esporte paralímpicos	2	2.25
Interesse por um ou mais atletas nos JP	0	0.0

199

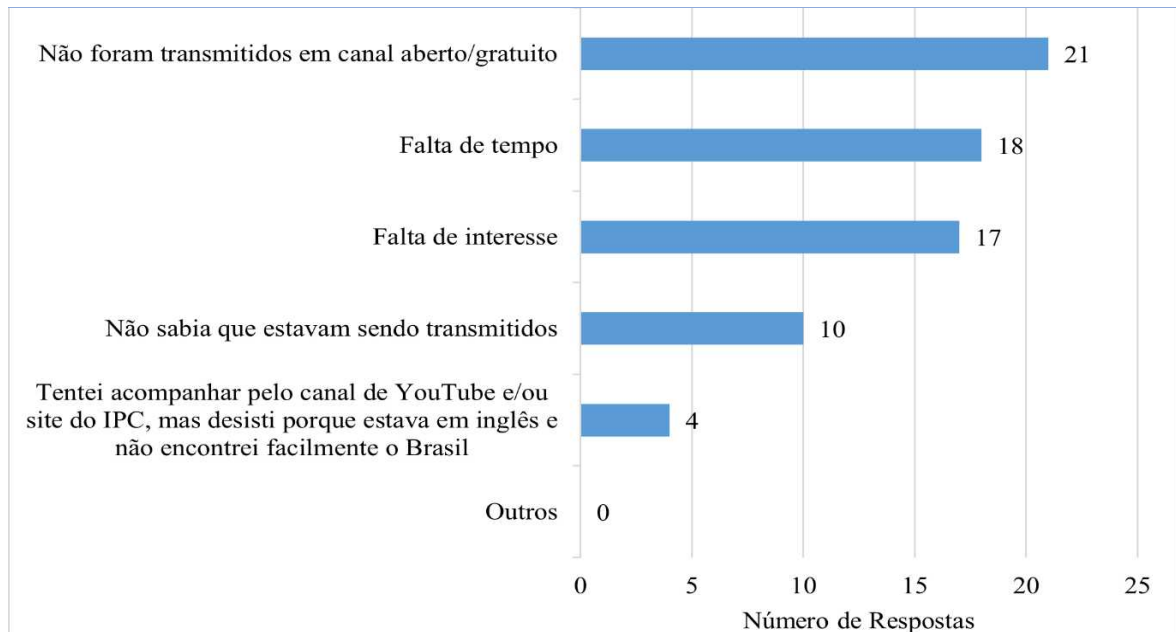
Fonte: Autores

A facilidade de encontrar conteúdos sobre os JO foi o fator mais citado (83%), indicando que visibilidade e disponibilidade influenciam fortemente o interesse do público. Em seguida, apareceram o maior interesse pelos esportes olímpicos (42.7%) e por atletas específicos (37.08%), o que reforça o peso simbólico e midiático dos JO. Em contraste, Apenas 10.11% mencionaram facilidade de acesso a conteúdos relacionados aos JP, o que indica um déficit de presença midiática. Somente 2.25% afirmaram ter maior interesse nos esportes paralímpicos, e ninguém indicou interesse por algum atleta paralímpico. Os dados evidenciam a baixa oferta e visibilidade dos conteúdos sobre os Jogos Paralímpicos, o que restringe o engajamento do público e reforça o ciclo de invisibilidade dos atletas.

PADRÕES E FONTES DE CONSUMO DAS TRANSMISSÕES DOS JP

Dos 89 participantes, 48 (54%) declararam não ter assistido a nenhuma transmissão dos JP. Segue abaixo um gráfico explorando as razões assinaladas no questionário:

Figura 2 - Razões para não terem acompanhado as transmissões dos JP



200

Fonte: Autores (2025)

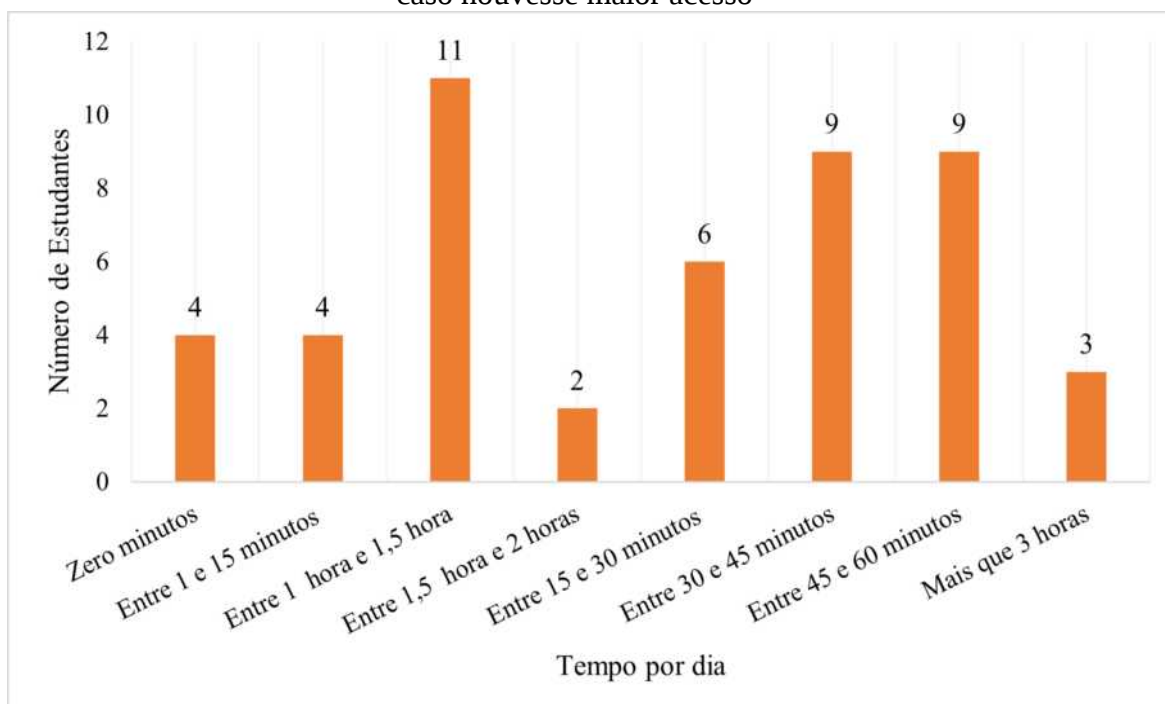
Para 44% dos participantes, a ausência de um canal aberto/gratuito foi o principal obstáculo para acompanhar as transmissões dos JP, reduzindo significativamente o alcance do evento mesmo entre interessados. Outros 38% relataram falta de tempo e 35% declararam não ter interesse. Além disso, 21% disseram não saber que os Jogos estavam sendo transmitidos, o que revela falhas de divulgação. Por fim, 8% tentaram assistir pelo YouTube ou pelo site do IPC, mas desistiram devido ao idioma em inglês e à dificuldade de encontrar informações sobre atletas e equipes brasileiras, indicando barreiras de acessibilidade digital.

Nos dois primeiros dias dos Jogos, as transmissões do IPC foram bloqueadas no Brasil devido aos direitos exclusivos do Grupo Globo. Após reclamações, a emissora

liberou o streaming no canal do IPC no YouTube, mas apenas para competições não exibidas em suas plataformas. A CazéTV tentou adquirir os direitos, como ocorreu nos JO, mas não conseguiram pois estes não estavam disponíveis (Fontenelle, 2024).

Perguntamos aos estudantes que não acompanharam os JP se teriam assistido caso houvesse transmissões gratuitas e acessíveis e, em caso afirmativo, por quanto tempo.

Figura 3 - Tempo que os não espectadores teriam dedicado aos Jogos Paralímpicos, caso houvesse maior acesso



Fonte: Autores (2025)

Entre os 48 participantes que não assistiram às transmissões dos JP, 44 (91,6%) afirmaram que teriam acompanhado o evento se houvesse cobertura gratuita. As durações mais mencionadas foram “entre 1 hora e 1,5 hora” (11 estudantes), “entre 30 e 45 minutos” e “entre 45 e 60 minutos” (9 cada), e estimamos uma média diária de cerca de 49 minutos entre aqueles que indicaram tempo positivo. Observamos, contudo, uma inconsistência: 17 participantes haviam apontado “falta de interesse” e 18 “falta de tempo” como razões para não assistir, o que contrasta com a intenção declarada. Ainda

assim, concluímos que a baixa presença em canais abertos foi um fator central para a limitação do consumo e que maior acessibilidade poderia ampliar o público.

Analizamos o tempo médio de consumo das transmissões dos JP entre os 41 estudantes que assistiram, mesmo que por poucos minutos. A tabela abaixo apresenta as respostas e as plataformas utilizadas.

Tabela 2 - Tempo médio diário acompanhando as transmissões dos JP por plataforma

Tempo	Rede Globo	SporTV2	Facebook, canal de Youtube ou Site do IPC
Zero minutos	13	14	18
Entre 1 e 15 minutos	15	9	10
entre 15 e 30 minutos	6	6	6
Entre 30 e 45 minutos	5	5	3
Entre 45 e 60 minutos	0	1	0
Entre 1 hora e 1.5 hora	1	3	2
Entre 1.5 hora e 2 horas	1	2	1
Entre 2 horas e 2.5 horas	0	0	0
Entre 2.5 horas e 3 horas	0	0	0
Mais que 3 horas	0	0	0

Fonte: Autores

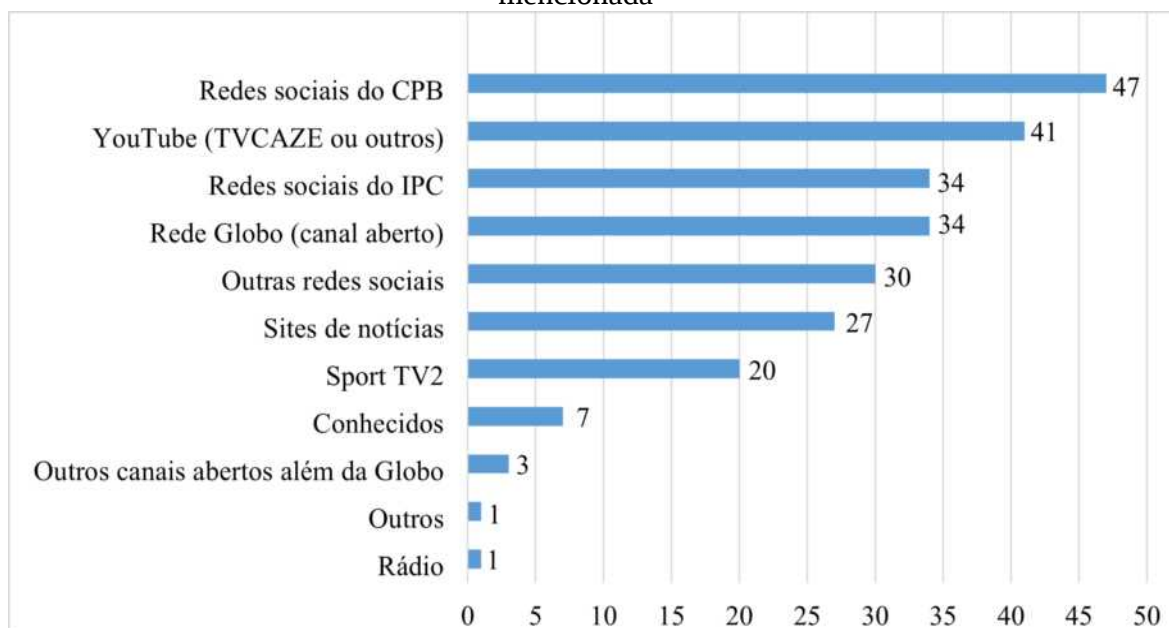
Predominaram tempos de consumo de até 30 minutos diários. Na Rede Globo, 15 participantes assistiram entre 1 e 15 minutos e 6 entre 15 e 30, com poucas menções entre 30 e 45 minutos (5) e apenas duas acima de uma hora. Não houve registros acima de duas horas, condizente com a transmissão restrita à semifinal do futebol de cegos e a eventuais flashes de modalidades como natação e atletismo.

O SporTV 2 apresentou padrão semelhante: nove menções entre 1 e 15 minutos, seis entre 15 e 30 e uso pontual nas faixas superiores, com apenas 1 menção em 2–2,5 horas e ausência acima disso. As mídias do IPC (Facebook, YouTube ou site) também tiveram consumo majoritariamente curto: sete menções entre 1 e 15 minutos, seis entre 15 e 30 e no máximo duas acima de 30 minutos, sem registros superiores a 2,5 horas.

FONTES DE CONSUMO DE NOTÍCIAS E VÍDEOS CURTOS RELACIONADOS COM OS JP.

Perguntamos aos participantes se leram, ouviram ou assistiram notícias e/ou vídeos curtos sobre os JP Paris 2024. Do total, 83 estudantes (93.3%) responderam que sim e 6 (6.7%) que não. As fontes de informação dos que responderam positivamente estão apresentadas a seguir.

Figura 4 - Número de vezes que cada fonte de notícias e vídeos curtos sobre os JP foi mencionada



Fonte: Autores (2025)

O consumo de notícias e vídeos sobre os JP ocorreu majoritariamente em ambientes digitais, com destaque para as redes sociais do CPB (56,6%), o YouTube (49,4%) e, empatadas, as redes do IPC e a Rede Globo (41% cada). Esses resultados evidenciam a centralidade das instituições organizadoras na circulação de conteúdo digital, que superaram o alcance da mídia tradicional. “Outras redes sociais” — como Instagram, Facebook e TikTok — também tiveram presença relevante (36,1%).

Entre os meios tradicionais, os sites de notícias alcançaram 32,5% e o SporTV 2 teve participação modesta (24,1%), possivelmente em razão da necessidade de

assinatura. Rádio (1,2%) e jornais impressos (0%) praticamente não apareceram, confirmando a perda de centralidade desses meios entre o público jovem.

DISCUSSÃO

O consumo de conteúdos dos JP de Paris 2024 entre estudantes universitários foi reduzido em tempo e diversidade. As transmissões tiveram pouca audiência e mesmo materiais breves — como notícias e vídeos — circularam de forma dispersa nas plataformas digitais, revelando baixo engajamento e barreiras estruturais que dificultaram o acompanhamento e o interesse pelo evento.

O principal obstáculo foi a ausência de transmissões em canais abertos ou gratuitos. A TV Globo, detentora dos direitos de transmissão, optou por não exibir as competições ao vivo e restringiu-se a resumos e quadros pontuais, impedindo outras emissoras de transmitir o evento. Essa concentração dos direitos em uma única emissora, sem contrapartidas que garantissem cobertura mais ampla, limitou significativamente o acesso ao conteúdo paralímpico e evidenciou a necessidade de um ecossistema comunicativo mais equilibrado.

Nos termos da lógica ecossistêmica de comunicação proposta por Martín-Barbero (2004; 2009), os meios de comunicação transformam bens culturais em produtos industriais de forma sincronizada com os processos de sociabilidade e as formas de recepção dos diferentes grupos sociais. Os contratos de direitos de imagem e transmissão expressam uma articulação entre mídia, instituições esportivas e os processos de socialização do esporte (Santos, 2015). Essa ocultação do esporte paralímpico pela Rede Globo e pelo CPB na TV aberta reduziu significativamente sua visibilidade entre estudantes de Educação Física, público que, em tese, teria maior propensão ao interesse e ao consumo esportivo.

A decisão da emissora de tratar os JP como conteúdo de nicho, voltado a um público específico e pagante, evidencia que não os reconhece como informação de interesse público. Como aponta Pires (2002), os Jogos oferecem um “show já pronto, com cenário e protagonistas definidos”, mas, como mostram nossos dados, esse show

foi fragmentado, reduzido e disponibilizado apenas a uma parcela limitada do público potencial.

Identificamos, assim, a promoção explícita de uma semicultura paradesportiva, resultado do controle financeiro sobre uma prática social do esporte. Esses procedimentos transformam a cultura esportiva paralímpica em “[...] uma cultura desencarnada, desprovida do potencial crítico-reflexivo que caracteriza a formação cultural autêntica” (Pires, 2002: 102), produzindo uma representação fragmentária desse universo.

Com base nas percepções das e dos participantes, constatamos que a lógica financeira-midiática-comercial do campo da mídia se sobrepõe às dinâmicas do campo esportivo (Sanfelice, 2010). Essa lógica impõe-se sobre a diversidade de modalidades e classificações funcionais do esporte paralímpico e sobre seu caráter inclusivo. À luz da perspectiva de Spà (1999; 2007) sobre a simbiose entre esporte e mídia, identificamos que, no caso brasileiro, essa relação tende a assumir um caráter parasitário: a mídia obtém benefícios — como a captação e acumulação de cotas publicitárias — em detrimento do esporte, que perde repercussão e visibilidade social.

205

Destacamos que, no entrelace entre mídia e esporte, o tripé constitutivo do discurso midiático — publicidade, entretenimento e informação (Pires, 2002) — apresenta fragilidade no pilar das cotas publicitárias quando relacionado ao campo esportivo paralímpico. Não dispomos de dados para confirmar essa hipótese, mas o baixo investimento nas transmissões e na cobertura jornalística dos JP 2024 sugere que os patrocinadores esportivos possivelmente não se mobilizaram para apoiar e expor suas marcas na cobertura realizada pelo Grupo Globo.

Além da sub-representação midiática do esporte paralímpico brasileiro durante os JP Paris 2024, constatamos a perda de uma oportunidade relevante para transformar percepções sociais sobre pessoas com deficiência e suas capacidades. Estudos mostram que a veiculação e o contato com imagens de atletas paralímpicos favorecem percepções mais positivas da deficiência (Colere; Souza, 2025; Colere et al., 2022; Souza; Brittain, 2020; Vieira et al., 2022). No entanto, a cobertura na TV aberta e na internet permaneceu restrita, alcançando principalmente o público já interessado e com

condições de pagar pelo acesso, o que dificultou a consolidação do paradesporto como hábito, valor, código e símbolo nacional.

Constatamos que a desigualdade na cobertura dos JO e dos Jogos Paralímpicos, percebida por muitos participantes, reforça um padrão histórico de invisibilidade do esporte paralímpico na mídia brasileira e internacional (Golden, 2003; Novais; Figueiredo, 2010; Chang et al., 2011; Solves, Sánchez; Rius, 2016). Enquanto os JO receberam ampla exposição na TV aberta e em diversos canais do Grupo Globo, os Paralímpicos foram relegados a espaços marginais.

Ainda que tenha havido conteúdo nas redes sociais do CPB e do IPC e em plataformas como o YouTube, o consumo permaneceu fragmentado e restrito a poucos minutos por dia, evidenciando a ausência de uma estratégia institucional coordenada para ampliar o alcance e consolidar o interesse pelas competições. Por fim, a quase ausência de menções a rádio e jornal impresso confirma o domínio das mídias digitais no acesso às informações sobre os Jogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

206

O consumo de conteúdos relacionados aos JP de Paris 2024 por estudantes universitários foi significativamente menor do que em relação aos JO. Esse consumo caracterizou-se por baixa frequência, curta duração e forte dependência de redes sociais e plataformas digitais, que também apresentaram limitações. Como resultado, houve exposição fragmentada em diferentes canais, sugerindo a ausência de uma estratégia articulada de comunicação.

A concentração dos direitos de transmissão pela TV Globo, sem a veiculação efetiva das competições em sua grade aberta, impediu outras emissoras de exibirem os Jogos e restringiu o acesso à transmissão oficial. Isso comprometeu a visibilidade do evento e contribuiu para o baixo engajamento dos participantes. A desigualdade histórica entre a cobertura dos JO e dos Jogos Paralímpicos manteve-se, reproduzindo padrões excludentes e reforçando a centralidade da mídia hegemônica na definição do que é transmitido e valorizado

O estudo apresentou algumas limitações. Trabalhamos com uma amostra restrita, composta majoritariamente por estudantes de Educação Física, público que potencialmente demonstra maior interesse pelo consumo de conteúdos esportivos. É possível que, com um perfil diferente de participantes, o consumo de conteúdos dos JP tivesse sido ainda menor. Por outro lado, caso os participantes apresentassem um perfil econômico mais favorecido, provavelmente teriam maior acesso a canais pagos e, conseqüentemente, poderiam ter acompanhado com maior frequência os JP. Outra limitação do estudo é que os dados foram obtidos por meio de autorrelatos, o que pode ter introduzido vieses de memória ou percepção. Ademais, as respostas ficaram condicionadas às alternativas oferecidas, o que pode ter resultado na exclusão de outras possibilidades relevantes.

Apesar dessas limitações, podemos apontar aqui alguns caminhos para ampliar a visibilidade dos JP. Consideramos essencial que o Comitê Paralímpico Internacional, o Comitê Paralímpico Brasileiro e parceiros de mídia invistam em estratégias integradas, priorizando formatos acessíveis e presença ativa nas plataformas mais utilizadas por jovens, além de garantir a acessibilidade com medidas como a transmissão das competições em idioma local.

207

Também consideramos necessária a revisão dos modelos de concessão de direitos de transmissão, garantindo que o interesse público e o acesso amplo prevaleçam sobre acordos de exclusividade que, como neste caso, não asseguram cobertura proporcional à relevância do evento. Instituições paralímpicas e entidades governamentais devem mobilizar patrocínios públicos e privados para viabilizar transmissões em canais abertos — preferencialmente públicos — e na internet, ocupando de forma qualificada e quantitativa o ecossistema comunicativo nacional. Além disso, o IPC deve assegurar acesso às transmissões em seus canais nos países de residência, oferecer mecanismos para localizar atletas e equipes nacionais e disponibilizar tradução simultânea em diferentes idiomas.

Por fim, sugerimos novos estudos que ampliem o perfil de participantes, incluindo estudantes de diferentes regiões, faixas etárias e contextos socioeconômicos. Também vemos potencial na adoção de metodologias qualitativas, capazes de explorar

com maior profundidade as motivações que levam — ou não — ao acompanhamento de conteúdos relacionados aos JP.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, William; FRANCESCHI NETO, Virgílio. “Entre o direito de transmitir e o de informar”. In: RUBIO, Katia. (Org.). *Do pós ao neo Olimpismo: esporte e movimento olímpico no século XXI*. São Paulo: Képos, 2019.

BRITTAİN, Ian; BEACOM, Aaron. “Leveraging the London 2012 Paralympic Games: What legacy for disabled people?”. *Journal of Sport & Social Issues*, v. 40, n. 6, p. 499–521, 2016. <https://doi.org/10.1177/0193723516655580>

208

CHANG, Ik Young; CROSSMAN, Jane; TAYLOR, Jane; WALKER, Diane. “One world, one dream: A qualitative comparison of the newspaper coverage of the 2008 Olympic and Paralympic Games”. *International Journal of Sport Communication*, v. 4, n. 1, p. 26–49, 2011. <https://doi.org/10.1123/ijsc.4.1.26>

COATES, Janine; VICKERMAN, Philip. “Paralympic legacy: Exploring the impact of the Games on the perceptions of young people with disabilities”. *Adapted Physical Activity Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 338–357, 2016. <https://doi.org/10.1123/apaq.2014-0237>

COLERE, Jackeline; SOUZA, Doralice Lange de. “Changing perspectives: Possible impacts of media related to the Paralympic Games on children’s views of disability”. *Sport, Education and Society*, p. 1–13, 2025. <https://doi.org/10.1080/13573322.2025.2451351>

COLERE, Jackeline; VIEIRA, Yasmim Vieira; SOUZA, Doralice Lange de. “Can the media discourse surrounding the Paralympic Games alter the perception of disability held by children with disabilities and their families?”. *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, v. 97, n. 1, p. 53–64, 2022. <https://doi.org/10.2478/pcssr-2022-0023>

GLOBO. Globo apresenta detalhes da cobertura olímpica para Paris 2024. *ge.globo*, Rio de Janeiro 20 de jun. 2024. Olimpíadas. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2024/06/20/globo-apresenta-bastidores-da-cobertura-olimpica-para-paris-2024.ghtml> Acesso em: 03 set. 2025.

FONTENELLE, André. Globo libera Paralimpíadas no YouTube após queixas de internautas. *Folha de S.Paulo*, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2024/08/globo-libera-paralimpiadas-no-youtube-apos-queixas-de-internautas.shtml>. Acesso em: 3 set. 2025.

GOLDEN, Anne V. “An analysis of the dissimilar coverage of the 2002 Olympics and Paralympics: Frenzied pack journalism versus the empty press room”. *Disability Studies Quarterly*, v. 23, n. 3–4, 2003. <https://doi.org/10.18061/dsq.v23i3/4>

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis. *O esporte paralímpico no Brasil: Profissionalismo, administração e classificação de atletas*. São Paulo: Phorte, 2014.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. “A contribuição dos Jogos Paralímpicos para a promoção da inclusão social: O discurso midiático como um obstáculo”. *Revista USP*, n. 108, p. 87–96, 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i108p87-96>

MARTÍN-BARBERO, J. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MIRANDA, Tatiane Jussara. *Comitê Paralímpico Brasileiro: 15 anos de história*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/275043>. Acesso em: 12 set. 2025.

NOVAIS, Rui Alexandre; FIGUEIREDO, Tatiane Hilgemberg. “A visão bipolar do pódio: Olímpicos versus paraolímpicos na mídia on-line do Brasil e de Portugal”. *Logos*, v. 17, n. 2, p. 78–89, 2010. <https://doi.org/10.12957/logos.2010.861>

PAYNE, Michael. *A virada olímpica: Como os Jogos Olímpicos tornaram-se a marca mais valorizada do mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

PIRES, Gilberto da Luz. *A educação física e o discurso midiático: Abordagem crítico-emancipatória*. Ijuí: Unijuí, 2002.

PIRES, Gilberto da Luz. “Mídia, esporte e ilusão”. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ESPORTE E LAZER – SESC, 2006. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2006. p. 1–11. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/238471>. Acesso em: 11 set. 2025.

PRONI, Marcelo. “A reinvenção dos Jogos Olímpicos: Um projeto de marketing”. *Esporte e Sociedade*, v. 3, n. 9, 2008.

SANFELICE, Gustavo Roque. “Campo midiático e campo esportivo: Suas relações e construções simbólicas”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 31, n. 2, p. 137–153, 2010. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/478/419>. Acesso em: 12 set. 2025.

SANTOS, Silvan Menezes dos. “Mídia, esporte e cultura esportiva: Um ensaio com a teoria das mediações culturais de Jesús Martín-Barbero”. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 8, n. 17, p. 175–190, 2015. <https://doi.org/10.20952/revtee.v8i17.4522>

SANTOS, Silvan Menezes dos; FURTADO, Sabrina; POFFO, Bianca Natália; VELASCO, Amanda Paola; SOUZA, Doralice Lange de. “Mídia e Jogos Paralímpicos no Brasil: A cobertura da Folha de S.Paulo entre 1992 e 2016”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 41, n. 2, p. 190–197, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.03.012>

SANTOS, Silvan Menezes dos; ALMELA, Josep Solves; SOUZA, Doralice Lange de. “A influência dos direitos de transmissão no jornalismo esportivo: Um estudo com jornalistas sobre a cobertura dos Jogos Paralímpicos Rio/2016”. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, v. 26, p. e26010, 2020a. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.90427>

SANTOS, Silvan Menezes dos; ALMELA, Josep Solves; SOUZA, Doralice Lange de. “A participação das instituições esportivas na mediação da cobertura jornalística dos Jogos Paralímpicos de 2016”. *Novos Olhares Sociais*, v. 3, n. 1, p. 235–261, 2020b. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/index.php/novos-olhares-sociais/article/view/4548>. Acesso em: 23 set. 2025.

SOLVES, Josep; SÁNCHEZ, Sebastián; RIUS, Inmaculada. “The prince and the pauper: Journalistic culture and Paralympic Games in the Spanish print press”. *Journalism*, p. 1–17, 2016. <https://doi.org/10.1177/1464884916671894>

SOUZA, Doralice Lange de; MONTEIRO, Ianamary Marcondes; VICENTE, Yasmin Vieira; REIS, Rafael Estevam; COLERE, Jackeline; CIDADE, Ruth Eugênia. A cobertura da Folha de São Paulo dos Jogos Paralímpicos entre 1972 e 2020. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 35, n. 66, p. 1–23, 2023. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2023.e93960>

SOUZA, Doralice Lange de; BRITTAIN, Ian. “The Rio 2016 Paralympic Games: The visibility of people with disabilities in Brazil as a possible legacy”. *Communication & Sport*, v. 10, n. 2, p. 334–353, 2020. <https://doi.org/10.1177/2167479520942739>

SPÀ, Miguel de Moragas. “Comunicación y deporte en la era digital: Sinergias, contradicciones y responsabilidades educativas”. *Contratexto*, n. 12, p. 73–92, 1999. Disponível em:

https://ddd.uab.cat/pub/artpub/1999/180510/contratexto_a1999n12p73.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

SPÀ, Miquel de Moragas. Comunicación y deporte en la era digital. In: Asociación Española De Investigación Social Aplicada Al Deporte (Org.). *Las Palmas de Gran Canaria: Centre d'Estudis Olímpics UAB*, 2007. Disponível em: http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp107_spa.pdf

VIEIRA, Yasmin Vicente; COLERE, Jackeline ; SOUZA, Doralice Lange de. A mídia relacionada aos Jogos Paralímpicos e as suas possíveis contribuições na mudança de percepção de estudantes universitários a respeito das pessoas com deficiência. *RETOS*, v. 46, p. 235-245, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8545185>



ESPECIAL

MIGRAÇÃO DE EMISSORAS AM PARA FM NO BRASIL: DA ESPERA PELO DIGITAL À SEGMENTAÇÃO NA WEB

Carlos A. Tavares Junior¹

RESUMO: Este artigo pretende fazer um levantamento sistemático do processo de digitalização do rádio desde o fim da década de 1990 até a década de 2000 quando os modelos DAB e HD Radio contavam com a proeminência da tecnologia emergente ao proporcionar uma captação com ganhos significativos na qualidade de som além do teletexto com informações complementares e um segundo canal de áudio. Quando foi constatada a inviabilidade das expectativas de radiodifusores, como a necessidade de operação com novas estruturas irradiantes, escassez de aparelhos receptores com algum formato digital hertziano e o encarecimento da tecnologia devido aos royalties da codificação de compressão de áudio, dependentes do licenciamento do MPEG 4 Part 4, de formato proprietário e indispensável nas especificações de rádio digital hertziano, emerge a necessidade de migrar estações de rádio AM para o FM.

PALAVRAS-CHAVE: *Rádio AM-FM. Migração. Radiodifusão. Segmentação. Rádio como negócio.*

ABSTRACT: This paper intends to systematic investigate the digitalisation process of the radio from 90s to 2000s when the digital standards HD Radio and DAB had the prominence as an emergent technology by delivering great sound quality on the dial. Furthermore there was additional information of teletext broadcasting there also a possibility of a second audio sub-carrier. When the broadcast enterprises had perceived that those projects were non-viable due to the need of construction of newer broadcasting plants and few digital radio receivers available to retail, the expensive costs due to proprietary codecs MPEG 4 Part 4, the solution was the need to migrate AM radio stations to FM.

KEYWORDS: *Radio AM-FM. Migration. Broadcasting. Segmentation. Radio as business*

¹ Radialista profissional. Doutor em Ciências da Comunicação (PPGCOM-USP) e pós-doutor pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: carlostavaresjr@alumni.usp.br

Introdução

Embora a discussão da migração de emissoras AM (Amplitude Modulada) para a frequência FM (Frequência Modulada) tiveram discussões realizadas entre associações e feiras de radiodifusores, como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e Brasil Radio Show (utilizando formato da Associação Estadunidense de Radiodifusores – NAB e NAB Show), algumas fontes utilizadas para esse levantamento levaram em conta a própria atuação durante a fase de término da graduação no curso de bacharelado em Comunicação Social com atuação específica como estagiário em uma emissora público-educativa, seguido pelo período como funcionário em estação comercial e posteriormente como colaborador em outra estação AM nas adjacências do município de Piracicaba.

Com a proposta da popularização do conhecimento, ao mesmo tempo que o âmbito interdisciplinar dos detalhes inerentes do rádio, com o objetivo de buscar estabelecer um diálogo entre a Física e a Engenharia voltado à Comunicação, de modo a esclarecer lacunas substanciais e em diversas ocasiões recorrendo-se à experimentação prática e profissional traduzida em forma de memórias sustentadas por referenciais teóricos. De acordo com Valci Zuculoto e Nélia Del Bianco (2021, p. 86):

Entendemos que a pesquisa constitui prática essencial de consolidação do conhecimento e para que seja realizada, precisa ser organizada e sistematizada com critério, rigor e fidedignidade, recorrendo a procedimentos científicos para encontrar respostas a um problema. É na pesquisa que se pode construir um trabalho que produzirá resultados relevantes para o interesse social.

O primeiro resgate consiste em dois principais inventores, os físicos Nikola Tesla e Valdemar Poulsen cujas contribuições na invenção do rádio envolvem 17 patentes de Tesla sobre transmissão eletromagnética em ondas hertzianas e a construção do transmissor de AM, conhecido por radiodifusores como *Arco de Poulsen*² baseado na transformação de sons captados em frequência alternada a partir do arco voltaico elétrico em emissão eletromagnética sem fio – com empreendimento comercial de

² ELWELL, C. F. “The poulsen arc system, as applied to long-distance wireless communication”. *Transactions of the South African Institute of Electrical Engineers*, v.13, n. 6, 2021, p. 131-145.

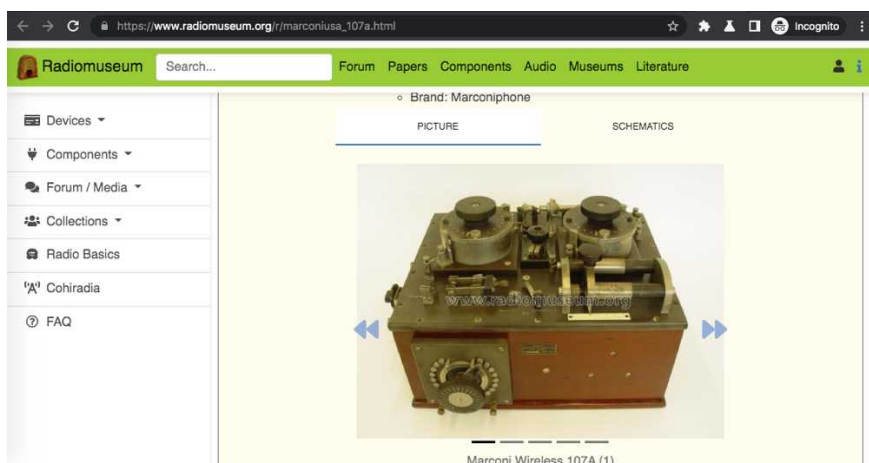
Guglielmo Marconi que consistia na venda para organizações em sociedades de clubes de rádio um kit contendo um transmissor e uma quantidade previamente estabelecida de receptores aos membros (sócios). Apesar de Marconi ter sido premiado com o Nobel de Física de 1909³, Tesla e Poulsen não são possuem *esse reconhecimento*, embora a adoção do Arco de Poulsen na irradiação de Amplitude Modulada perdurou até a fabricação de transmissores valvulados e eficientes⁴. Outra controvérsia que abalou o reconhecimento de outro inventor do rádio, o brasileiro Roberto Landell de Moura⁵ esteve relacionado a uma suposta incompatibilidade do exercício de duas profissões: a de líder religioso católico romano e pesquisador físico, cuja invenção resultaria em protestos de fiéis inconformados com uma “magia” que projetava o som de um lugar para outro e, posteriormente a uma mobilização de censura, ocorre a instalação na Itália do complexo transmissor de rádio com a maior potência autorizada, com cobertura internacional: a rádio Vaticano em AM e Ondas Curtas.

Os primeiros receptores de rádio, utilizados nas captações de poucas estações instaladas consistiam em um dispositivo que sustentava em um lado o cristal (mineral) de galena e do outro uma manivela com uma mola (*cat whisker*) pressionando a faces irregulares do cristal, cujas condições variavam de acordo com a ocasião em que o fio tocava o “pedregulho” de galena, conectado a dois bornes destinados ao acoplamento de fones de ouvido de alta amperagem cuja reprodução de sons captados possuía uma natureza incessante por não envolver eletricidade nem a utilização de um circuito amplificador, o som dependia de uma estação local de modo que o ouvinte conseguisse um volume de qualidade suficiente para ser captado com qualidade satisfatória. Devido a ausência de eletricidade, também seria impossível *desligar* esse tipo de receptor, em alguns casos, um dos fios do fone de ouvido seria desconectado do borne para tal finalidade.

³ The Nobel Prize Facts. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/physics/1909/marconi/facts/>. Acesso em 15-set-2025.

⁴ WELDON, James O. “Transmitters”. In: **Proceedings of the IRE**, vol. 50, no. 5, pp. 901-906, May 1962, doi: 10.1109/JRPROC.1962.288369.

⁵ ALMEIDA, B. Hamilton. **Padre Landell de Moura, um herói sem glória: o brasileiro que inventou o rádio, a TV, o teletipo**. Editora Record, 2006.



Receptor de Rádio Marconi. Por Radio Museum. Disponível em: https://www.radiomuseum.org/r/marconiusa_107a.html. Acesso em: 15-set-2025.

Por se tratar de um dispositivo cujos requerimentos envolviam componentes de fácil acesso, a montagem do rádio de galena contava com a distribuição de diagramas para uma construção caseira ou artesanal cuja eficiência dependia da replicação da estrutura metálica com a fixação do cristal e um fio enrolado a uma manivela capaz de girá-lo em torno do mineral na qual os dois lados seriam conectados aos fones de alta impedância, em comparação com os fones de ouvido utilizados atualmente, de 8 ohms, seria necessário que o fone possuísse um ganho mínimo a partir de 2.000 ohms⁶. Parte desse hobby saiu dos laboratórios dos cursos de Física e Engenharia e envolvia um desafio de conseguir fazer em casa um rádio de galena (*crystal radio*)

250

As desvantagens desse receptor caseiro, incluindo o modelo oficial da empresa Marconi podem ser descritas como:

- ∞ Proximidade com a antena irradiante, necessária para se obter volumes de áudio com clareza relativa necessária à escuta. Dificuldade de sintonizar uma emissora específica em locais com mais de três emissoras locais (dependência de poucas estações);

⁶ BURZEK, Daniel; POPESCU, Otilia. "Reconstructing the Radio". **OUR Journal**: ODU Undergraduate Research Journal: Vol. 9, 2022. DOI: 10.25778/02sa-rn44. Disponível em: <https://digitalcommons.odu.edu/ourj/vol9/iss1/3>

- ∞ Escape da sintonia devido a natureza do próprio sintonizador que consistia no contato de uma mola⁷ (*cat whisker*) pressionando um cristal de galena;
- ∞ Escuta individual. Embora o receptor típico da década de 1920 podia ser carregado com a pessoa, os fones de alta amperagem, mesmo se tratando de um áudio não estereofônico, exigia os dois ouvidos para compensar a ausência de um ajuste de volume e ao mesmo tempo ser ouvido com relativa clareza.



251

Receptor de galena em que pode se notar o cristal e o contato de uma mola (*cat whisker*) que fazia a sintonia ao girar uma manivela para se contactar a superfície do mineral de galena em posições variáveis. Recuperado de WorthPoint como objeto de venda para coleção particular em: <https://www.worthpoint.com/worthopedia/cats-whisker-galena-detector-crystal-522420119>

Dos receptores valvulados ao transístor e aos portáteis populares

Assim que os receptores de rádio contendo alto-falantes, resultantes da implementação do circuito valvulado de amplificação de som, passaram a se integrar com a mobília de uma casa da década de 1930-1940 e reunia em um mesmo cômodo familiares, amigos e vizinhos para a escuta de emissoras em Amplitude Modulada. Notadamente mencionado no livro *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*, o caso da Rádio Nacional do Rio de Janeiro como uma emissora de alta potência de irradiação

⁷ WorthPoint. Cats Whisker Galena Detector For Crystal Wireless Set Radio Receiver 1920s. Disponível em: <https://www.worthpoint.com/worthopedia/cats-whisker-galena-detector-crystal-522420119>. Acesso em: 15-set-2025.

(ERP) ouvida em vários estados do Brasil graças a uma especificidade da amplitude modulada em comparação às ondas curtas:

- ∞ Altura e velocidade da onda se ajustam a altiplanos e construções de concreto armado ou literalmente: *a onda curvando-se em torno das montanhas*;
- ∞ Antena de bobina em torno de um bastão de ferrite, inserido dentro da caixa dos receptores valvulados, possibilitando a captação de emissoras distantes das antenas transmissoras;
- ∞ A substituição do sintonizador de galena pelo capacitor variável, usado até hoje em *receivers* que não são digitalmente travados na frequência de banda, propiciando um ajuste fino em áreas adjacentes da frequência em caso de interferências.



Capacitor variável: componente indispensável para o *dial*, responsável pela sintonia pré-determinada das frequências hertzianas e captação seletiva em posições coordenadas. Disponível em: <https://www.codrey.com/capacitor/types-of-capacitor-and-their-applications/>. Acesso em 15-set-2025.

A tecnologia do transistor e o surgimento de aparelhos completamente móveis (uma vez que o capacitor variável não ficava exposto ao escape da sintonia pelo contato na superfície de um mineral) contribuiu no futebol com relação ao comportamento dos torcedores que levavam aos estádios receptores portáteis alimentados por pilha principalmente em casos de reação em momentos-chave passíveis de dúvida: quando a bola passava por fora da trave sem entrar no gol, a bola que atingiu a linha mas não a atravessou, ou em casos que envolviam a posse da bola ao cruzar a linha de meta, resultando em reposição pelo goleiro ou cobrança de escanteio (ou corner), um dos ápices das jogadas ensaiadas com grande chance de gol. Ou mesmo da própria confirmação do gol, em casos que o árbitro se posicionava atrás dos jogadores e

posteriormente era avisado pelos auxiliares (bandeirinhas) sobre a irregularidade do gol – desde a condição de impedimento quanto ao fato da bola esbarrar involuntariamente na mão, ombro ou braço do jogador – por regra, inválido.

No outro extremo da portabilidade, o uso de receptores transistorizados em automóveis também proporcionou a ocorrência do ouvinte casual de rádio em que motoristas e passageiros escutam rádio apenas na condição de estar dentro do carro, principalmente quando esse tipo de audiência não se configura com uma atenção típica ao programa ou emissora especificamente. Em centros urbanos com proporção de carros elevada, como o caso de uma família ter mais de um carro, os casos de congestionamento decorrente do acúmulo de carros em uma mesma via durante um horário específico (*rush*) o rádio tem nessa audiência eventual como um pico de audição em comparação com os outros horários em que a mobilização fica menor, como por exemplo durante o horário comercial, exceto em empresas que permitem ou deliberadamente sintonizam uma emissora durante o expediente de trabalho ou em caso de visitação a teatros, museus, cinemas ou passeios públicos. Esse tipo de comportamento se notabilizou como anedota no filme *Radio Days* de Woody Allen, cujas situações incompatíveis com o convívio social em público se tornariam configuradas como extrapolar o socialmente normalizado, servindo como piada ou brincadeira recorrente (*recurring gag*).

Junto com a conveniência da portabilidade, o transistor também se tornou alvo de algo que a tecnologia antecessora, das válvulas, possuía menor suscetibilidade: a interferência elétrica em receptores (*receivers*) caseiros alimentados por corrente elétrica. O chiado amplificado pelo transistor ocorre na frequência de alternância da corrente elétrica – no Brasil, em 60Hz e nos países europeus em 50Hz. A interferência quando ocorre entre propagações eletromagnéticas entre ondas hertzianas chama-se harmônica⁸ (*harmonic*) e pode ocorrer como propagação desviante da frequência irradiada. À medida em que mais de cinco emissoras eram instaladas, a interferência de onda desviante viria a se transformar em um problema experimentado com a existência

⁸ WILD, J. et al. Harmonics in the Spectra of Solar Radio Disturbances. Australian Journal Of Physics, v.7, n.3, set/1954, p. 439-459. DOI: <https://doi.org/10.1071/PH540439>

de emissoras em frequências adjacentes com impacto relacionado com a limitação de potência. Até a década de 2000, antes da adoção de softwares dedicados à execução de vinhetas, músicas, reportagens e diversos conteúdos em áudio no geral – se instruía o operador (técnico) do estúdio ao vivo uma importante informação sobre o monitoramento da transmissão: certificar-se de *não estar sintonizando uma harmônica da emissora ao invés da frequência original*, porque parte das alterações percebidas somente na frequência nominal podiam indicar desde a falta de energia no transmissor como o desgaste do equipamento irradiante, o envelhecimento da válvula que em algum momento iria queimar, sendo necessária a substituição em período que minimizasse a eventual saída do ar ocasionada pela queima da válvula do transmissor.

A harmônica também afetava a captação em locais próximos aos transmissores, como por exemplo em frequências próximas ao VHF e micro-ondas, principalmente quando a torre de irradiação se encontra localizada em endereço diferente dos estúdios e se recorre a links de transmissão secundária na frequência de 900MHz a 1GHz e na televisão analógica em PAL-M (formato de cores adaptados do padrão germânico à normatização NTSC estadunidense devido a interferência na captação da formação de cores interferir eletricamente com o padrão brasileiro de distribuição energética de 60Hz) no canal 8 VHF. Não se tratava de um caso generalizado apenas pela interferência atingir residências em um raio de 20 metros quadrados no entorno da antena transmissora do link em micro-ondas que havia sido encaminhado para o fabricante do equipamento para calibrar um desvio da emissão de harmônica fora do espectro fora do canal 8 VHF, usado durante a atividade da televisão analógica no Brasil.

O uso de links sem fio em micro-ondas costuma ser recorrente em emissoras FM em situações específicas como estúdio gerador da programação estar localizado o endereço diferente da torre de transmissão, como por exemplo, a Rádio USP no campus Cidade Universitária, bairro do Butantã em São Paulo e a antena no Pico do Jaraguá. Em emissoras AM, o link cabeado envolve uma linha privada de telefonia fixa entre o estúdio e o parque de transmissão e, normalmente, oferece menor suscetibilidade a interferências como raios e construções de edifícios ou estruturas de concreto armado, a

questão de ser monofônica (exige apenas um par ao invés de dois) e o fato de que a perda de qualidade de som causada pela resistência do cabo em relação à distância do estúdio torna-se imperceptível no áudio de saída nominal de 20 kHz. Por outro lado, o uso em FM só voltou a ser considerado devido a qualidade de 32,5 kHz proporcionar a percepção de mais timbres graves e agudos, mas com a adoção do link por IP, com o uso de um cabo físico de par trançado (usado em redes locais de computadores) ou fibra óptica para distâncias superiores a cinco quilômetros.

Durante os anos de 1996 a 1999, época da discussão da Lei 9612/98⁹ que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, o tópico exaltado pela ABERT como causa de mitigação de harmônica em frequências adjacentes como necessário para o concessionamento desse tipo de transmissão se restringiria a exclusividade da emissora comunitária transmitir em potência baixa (*Low Power*), fixada em 25 watts e possibilitando que o mesmo canal (frequência) destinado a esse serviço fosse reaproveitado sem interferir em frequências adjacentes. Tal regulamentação não seria possibilitada na frequência de AM por conta de uma propagação estimada em 10km a partir do transmissor¹⁰, superior ao que se convencionara naquela época como limite de abrangência comunitária. A restrição para o FM não trouxe apenas conveniências para futuras estações de potência média (classes C e B1), mas possibilitava alocar canais de potência alta (classe A) e a promoção de potência em emissoras de classe A (de alcance regional) para classe E (especial), de cobertura metropolitana ou transmetropolitana em casos específicos que os transmissores poderiam ser autorizados a operar no pico da elevação geográfica mais proeminente, como por exemplo na Serra do Mar (nos entornos de Rio Grande da Serra) para cobrir simultaneamente a Grande São Paulo e a baixada santista – ou na Serra do Japi, que cobre com sinal local a Grande São Paulo, Região Metropolitana de Sorocaba e Região Metropolitana de Campinas.

⁹ BRASIL. **Lei Nº 9.612**, De 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9612.htm

¹⁰ OFCOM (Agência reguladora de Telecomunicações do Reino Unido). **Coverage and planning policy for analogue radio broadcasting services**. 2.9 – For AM community radio services. Última atualização em 19 de junho de 2018, p. 21. Disponível em: <https://www.ofcom.org.uk/siteassets/resources/documents/tv-radio-and-on-demand/radio-ops/coverage/analogue-coverage-policy.pdf?v=333337>

Embora a criação de novos canais (frequências) em FM de potências média e alta fosse completamente viável, nas décadas de 1990 e 2000, os esforços e principais expectativas dos radiodifusores das emissoras AM se concentravam na digitalização do rádio no Brasil em um caminho que nunca seria viabilizado, sobretudo pela incompatibilidade entre os padrões de rádio digital: ao mesmo tempo em que se desejava a permanência na mesma frequência da concessão original como meio de minimizar os custos de aquisição de novos equipamentos, em contrapartida se esperava resultados obtidos com o Projeto Eureka 147¹¹ desenvolvido na Europa, sendo que:

- ∞ A transmissão na mesma frequência original em *simulcast* analógico e digital tanto em FM quanto AM, o sistema de radiodifusão digital estadunidense IBOC (in-band On Channel) registrado sob a marca HD Radio teve testes no Brasil inconsistentes com a expectativa de recepção em longas distâncias com a correção de erro e o *som de Compact Disc* (44.1 kHz) efetivos em distâncias regionais, quase comparáveis ao FM de classe especial;
- ∞ O outro formato concorrente para AM em teste no Brasil, o Digital Radio Mondiale (DRM¹²) trouxe melhorias na recepção à distância ao custo de exigir a requalificação de todas as frequências AM, cujo objetivo não correspondia a expectativa dos radiodifusores.

Em 2000, o empresário Natali Giacomini, presidente da Rádio Brasil AM de Santa Bárbara D'Oeste falava abertamente, fora das salas de reunião, que o rádio AM teria *som de CD* e abriria mercados publicitários competitivos. O diretor artístico, à época, Orlando Gomes, mencionava que o rádio digital iria despertar o interesse dos jovens (daquela época) com uma qualidade de som melhor que o das FMs, além de trazer consigo os ouvintes tradicionais que já acompanhavam a programação no formato

¹¹ WORLD DAB. Technical specifications. Disponível em: <https://www.worlddab.org/dab/technical-specifications>. Acessado em 15-set-2025.

¹² A ambiguidade do uso dessa sigla inclusive no padrão internacional em inglês envolve o formato Digital Radio Mondiale e o software de proteção com encriptação de áudio e vídeo Digital Rights Management.

AM analógico (à época, em 690 kHz e atualmente migrado para 81.9 FM sinal que não cobre Piracicaba diferente da versão AM).

A espera da definição de um formato digital para o rádio AM se refletiu também no próprio mercado interno brasileiro, no que tange a venda de receptores de rádio: a disponibilidade de equipamentos nos formatos adotados em outros países não chegava de fato às lojas, incluindo-se o México pela proximidade com Estados Unidos e Canadá que contavam com agendas de implantação efetiva dos formatos HD Radio e DAB.

A exceção notável, popularizada entre clubes especializados em escuta de emissoras externas (não locais), conhecidos pelo termo DXismo, que em eletrônica designa uma etapa da radiodifusão: DX para recepção e TX para transmissão, como o DX Clube do Brasil, com blogs independentes e página no Facebook atualizada até 2021¹³. Com a saída do ar do site do DX Clube Paulista, ocorreu uma perda significativa do registro de um grupo especializado em escuta de rádio que trazia três níveis de envolvimento:

- ∞ *Iniciante*: para o ouvinte de ondas curtas, cuja principal dica era contar com um aparelho preferencialmente alimentado por pilhas para eliminar a harmônica da alternância energética da eletricidade em 60 Hz, que em casos específicos, até o alternador veicular em receptores de rádio com ondas curtas gera a captação de um ruído intermitente. Recepção em ondas curtas e onda tropical (OT) do mesmo país e continente têm registros de melhor previsibilidade (da estação ser captada independentemente de tempestades climáticas¹⁴, durante o dia e noite, com recomendações de diversos modelos de aparelhos e uma página com comércio de receptores tradicionais para o DXismo. Membros de clubes

¹³ DX CLUBE DO BRASIL. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/dxclubedobrasil/>. Acesso em 15-set-2025.

¹⁴ Considera-se no mesmo conjunto: chuvas com raios (interferência rápida) e eventos de explosão radiativa solar (ou explosão solar, mais demorada), quando ambas as causas provocam a captura de um chiado ou ruído que cobre completamente a transmissão radiofônica. A interferência solar por exemplo, atinge de forma recorrente e demorada as transmissões via satélite tanto na banda C quando bandas Ku e Ka (digitais).

DX costumam partilhar uma informação sobre a norma de funcionamento típico das estações AM: *troca de transmissores* possuía vinhetas marcantes, os *solos de sintetizador* executados às 18h e às 6h em emissoras tradicionais como Bandeirantes, Eldorado e Globo para anunciar o cumprimento da *redução obrigatória de potência no período noturno*. Esse efeito consistia num sobe e desce som durante o solo de sintetizador em uma música aparentemente sem marcação de compasso em que a diminuição gradual do volume e o aumento até a modulação padrão ocorria em sincronia com a mudança de potência no período noturno: redução do começo da noite até o amanhecer e aumento para a potência efetiva durante o dia;

- ∞ *Intermediária*: transmissões intercontinentais com horários e períodos previamente estabelecidos com melhor sintonia, além das condições meteorológicas favoráveis à propagação de ondas, como o período noturno e parte da madrugada, além das estações do outono e inverno quando a prevalência das nuvens com concentração de gotas de água de orvalho, associadas às neblinas dos dias frios coincide com o tempo seco (diminuição de chuvas com ocorrência de relâmpagos) e a captação com qualidade comparável à regional ocorre com mais facilidade em localidades com distâncias superiores aos 150 quilômetros do transmissor.;
- ∞ *Avançado*: varia desde a qualidade do circuito sintonizador de ondas radiofônicas, alguns modificados especialmente para a performance em recepções de sinal extremamente fraco; tipificações de antenas e guias de construção de antenas apropriadas para a recepção de emissoras de rádio com mais de 500 quilômetros e até sobre recepção de estações asiáticas com o detalhe de não ter qualquer utilização de captação adicional por satélite ou por internet. Esse tipo de escuta de rádio costuma ser referido como “ondas escondidas”, devido a própria natureza da propagação radial em que uma transmissão continua a *viajar* por outras localidades

que teoricamente a recepção jamais ocorreria pela relação de concentração exposta pela proximidade com o transmissor, à medida em que o sinal perde energia e frequentemente se dissipa em uma colisão com irradiações nominais na mesma frequência ou com harmônicas derivadas de outras transmissões. Esse nível *avançado* também tem a seguinte característica: a propagação extraordinária de ondas eletromagnéticas com pouco enfraquecimento perceptível tem natureza esporádica e intermitente uma vez que depende de receptores adaptados, antenas modificadas e condições atmosféricas sazonais – cuja duração não se prolonga para além de outras épocas do ano e em muitas ocasiões, essa captação envolve a possibilidade de sintonia de outra estação de rádio na mesma frequência sem a necessidade de modificação da direção da antena do receptor.

Então, no Brasil, durante um período significativo de dez anos aproximados, um aparelho receptor de rádio fabricado para o mercado caseiro – compatível com a primeira especificação do HD Radio (padrão digital estadunidense para transmissão em frequências na mesma frequência original da concessão) circulou no Brasil como objeto de atenção de DXistas pelo fato da seletividade e sensibilidade do sintonizador ter apresentado resultados consistentes em uma condição adversa à própria cultura da captação do rádio em DX clubes: alimentação por energia elétrica. Trata-se do *receiver* Sony XDR-F1HD projetado com circuito eletrônico sem um capacitor variável para sintonização ajustável para uma adjacência da estação. Pelo contrário, por ser digital, o ajuste fino poderia variar para 0,05Hz da frequência em FM ou em AM, apenas a cada 10kHz cujo espaço já atingia a delimitação dos canais AM transmitidos no Brasil que segue tanto o modelo de canais em FM quanto AM nos Estados Unidos. Em sites de compras como Mercado Livre e OLX, quando haviam anúncios, o receptor Sony XDR-F1HD possuía um preço que ultrapassava tanto a cotação do dólar e os impostos de importação devido à escassez de receptores equivalentes que oferecessem condições de captação e conectados na energia elétrica. Tratava-se de um eletrodoméstico badalado

por DXistas e ao mesmo tempo, o único compatível com rádio digital no formato HD Radio.



Vídeo no YouTube da captação do teste em HD Radio (IBOC) da emissora CBN 90.5 FM. Destaque para o receiver Sony XDR-F1HD popular em DX Clubes como alternativa energizada por corrente elétrica e ao mesmo tempo. Destaque para os indicadores (*label*) junto à frequência, diferente do texto RDS (*tag*) do FM Analógico e a indicação do “canal 2”, programação alternativa (músicas) gerada simultaneamente com a transmissão analógica. Por Franfmdx, em 8 de junho de 2012.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6NeXkOIItZs>

220

Se, por um lado a disponibilidade do *receiver* da Sony XDR-F1HD preparado para o mercado norte-americano de rádio digital tinha uma circulação muito restrita entre aficionados por captação de transmissões radiofônicas de difícil sintonização, por outro, nenhum receptor de rádio digital no próprio padrão HD Radio, DRM (Digital Radio Mondiale) ou no formato padronizado da União Europeia, o DAB (Digital Audio Broadcast) sem venda ou fabricação no Brasil. Por outro, os receptores de rádio portátil com a captação de sintonia em AM se tornaram escassos no mercado popular, atingindo principalmente as classes D e E, uma grande proporção da audiência das emissoras AM. A questão não se refere ao fato de camelôs venderem sintonizadores FM, mas o desaparecimento de um setor tradicional na radiodifusão AM: a dificuldade de encontrar rádios portáteis com AM que pudessem ser transportados no bolso, uma vez que aparelhos de tamanho médio, mas de dimensões maiores, com sintonia em 12 faixas

ainda podem ser encontrados, mas não possuem a mesma condição de praticidade para se levar ao estádio de futebol ou à beira da mesa de cabeceira para se ouvir com descrição em ambientes abertos e fechados. Outros aparelhos portáteis passariam a ser oferecidos em lojas enquanto o melhor exemplo ocorre pelo uso do Motoradio AM, que deixava de ser fabricado e em seu lugar no comércio varejista, aparelhos com bateria embutida e recarregável e telefones celulares dispunham apenas do sintonizador em FM e logo seriam a escolha mais óbvia para ter um rádio portátil, transportável no bolso.



Rádio portátil Motoradio AM-FM, receptor transistorizado popular comercializado na década de 1980. Imagem recuperada de:
<https://www.riodejaneiroleiloes.com.br/peca.asp?ID=24256272&ctd=76>. Acesso em 15-set-2025.

Quando o aparelho Motoradio AM se transformou em item de colecionador, vendido em leilões e receptores com a faixa de preços praticada na equivalência, sem oferecer a sintonia AM, mas com opção *bluetooth* para conectar computadores e telefones celulares, a dependência de receptores energizados por corrente elétrica contribuiria para uma piora da percepção de qualidade que os DX clubes desaconselhavam: ouvir rádio AM sem alimentação por pilhas e suscetível a interferências elétricas. O clímax desse ambiente desfavorável teve a participação e experiência de empresas tradicionais no AM do Rio de Janeiro como o Sistema Globo de Rádio (Globo) e Diários Associados (Super Rádio Tupi) incluírem nas pretensões da migração de AM para FM uma completa reformulação das emissoras dentro dos padrões das futuras concorrentes em frequência modulada e o vínculo com a audiência em AM implicaria em uma transição traumática nesse sentido.

A rádio Globo, reformulada em FM passou para o formato musical com locução de celebridades ao invés dos programas de entrevista, variedades e o fim das transmissões de futebol, cuja vinheta de passagem do tempo e anúncio do placar contava com o icônico *assobio sexy* com a locução de eco aumentado “Rádio Globooooo...” seria transferido para a emissora jornalística desse grupo, a CBN e por sua vez, passou a executar um *jingle* que marcaria essa transição: “futebol Globo-CBN”.

A Globo reformatada em FM substituiu a emissora dedicada ao Funk e Hip Hop, Beat98 – cujo impacto afeto a execução da música periférica do Rio de Janeiro das classes C a E para transformar a versão FM da Globo com foco em construir uma nova geração de ouvintes com público-alvo diferenciado e ao mesmo tempo, suplantar o estilo popular da Globo AM.

Essa reformulação como uma proposta de *atualização* consideraria uma evolução natural da versão AM para o público frequente do FM, porém apresentou resultados cujo desfecho foi a desmobilização das afiliadas Globo e extinção¹⁵ voluntária das frequências AM, com devolução das concessões AM. O único projeto em FM do Grupo Globo fora do Rio de Janeiro atualmente tem foco na região de Belo Horizonte por meio da BH FM possui programação diferente da Globo 98.1 FM do Rio de Janeiro.

A experiência da Super Rádio Tupi do Rio de Janeiro teve a programação da AM na frequência que possuía concessão nos 96.5 FM e a programação FM anterior contaria com a locação frequência 103.7 FM¹⁶ para continuar com a afiliação parcial à Rede Nativa (musical/popular, de estilo sertanejo) com programação produzida localmente por meio do licenciamento de marca, sem afetar diretamente a audiência da Super Rádio Tupi migrada para 96.5 FM em um movimento de colisão lenta de

¹⁵ STARK, Daniel. Globo encerra sua trajetória em São Paulo. **Tudorádio**. Publicado em 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/23464-extra-radio-globo-encerra-sua-trajetoria-no-dial-de-sao-paulo-e-como-rede-no-proximo-dia-31-marca-fica-exclusiva-para-o-rio-de-janeiro>. Acesso em 15-set-2025.

¹⁶ STARK, Daniel. Dúvida no ar. **Tudorádio**. Publicado em 18 de maio de 2009. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/2164-duvida-no-ar-quem-assume-a-frequencia-da-antena-1-no-rio>. Acesso em 15-set-2025.

adaptação à Nativa. O *simulcast* em AM e FM terminou com a devolução da concessão em AM da Super Rádio Tupi, para a continuação da programação tradicional apenas nos 96.5 FM. A volta da Lite FM, frequência locada pelos Diários Associados também marcaria o fim da experiência de um *rebrand* da Tupi como Nativa demonstraria que a migração para FM de um projeto bem-sucedido em AM deveria considerar o aumento de ouvintes originários do AM ao invés mostrar-se como nova concorrente para disputar preferência na audiência apenas com o público consolidado do FM.

A súmula da migração AM-FM pode ser descrita pela seguinte relação de troca: sair do limite dos 22,05 Hz com sem poder contornar as harmônicas produzidas pela corrente elétrica e também quando há proximidade do receptor de rádio com roteadores de internet¹⁷ wireless (na faixa dos 2,4 GHz) e eletrodomésticos com motores elétricos capazes de gerar ruído intermitente, como liquidificadores, furadeiras, batedeiras e secadores de cabelo. A fim de melhorar a recepção em AM, poucos ouvintes tinham como costume girar a posição do rádio para apontar a antena interna fixa de ferrite para uma configuração com melhor captação, principalmente pela situação de se ter o mostrador de um rádio relógio voltado para a parede.

224

Ao passar para FM, basicamente: perde-se o alcance ampliado regional característico das cidades do interior do Brasil para se ganhar em qualidade estereofônica com percepção melhorada de frequências graves e agudas, podendo ter essas características mais acentuadas quando utilizados com um equipamento que caracterizou os moldes do *som do FM da cidade de São Paulo*: o uso de processadores de áudio digital (DAP) integrado ao gerador do sinal estereofônico, comprimindo digitalmente o volume de acordo com uma curva de compensação a partir do formato MPEG layer 3, como base mínima voltado à percepção de timbres adicionais adaptados

¹⁷ As percepções de interferência de roteadores foram objeto de estudo sem considerar as novas implementações de wireless em frequências da banda C (Wifi 5 e Wifi 6) em: LIANG, C. J. M et al.. Surviving wi-fi interference in low power zigbee networks. In: Proceedings of the **8th ACM conference on embedded networked sensor systems**, novembro de 2010, p. 309-322

à frequências analógicas. Nesse caso, o processador Omnia¹⁸ da Telos Alliance, tornou-se uma espécie de referência de emular o ganho de frequências altas (*gain driver*) cujo realce de timbres específicos estimula a impressão de se ouvir com mais clareza graves e agudos além do limite natural dos 32 kHz, bem como o compressor que tem como finalidade nivelar o volume nominal evitando oscilações bruscas de volume.

A migração AM-FM no México e os efeitos no Brasil com o FM Extendido (eFM)

Enquanto a desejada adoção do padrão HD Radio mostrou resultados inconsistentes sobretudo com o alcance da emissora AM, uma experiência realizada no México na década de 2000 iria impactar na decisão de abandonar a expectativa de ter rádio AM digital com som de CD com a vantagem de ser vizinho do país que promoveria sua própria tecnologia como padrão a ser adotado em outras nações.

Com a finalidade de elaborar uma comparação fundamentada pela descrição dos movimentos de radiodifusores, as condições semelhantes ao atraso da adoção de formato digital no rádio, o encerramento da fabricação de aparelhos eletrônicos baratos sem sintonia AM em meio à tentação arriscada de uma emissora comprar um transmissor fabricado por empresas badaladas como Gates Air e Broadcast Electric (BE) preparado para o formato HD Radio diante da adoção acelerada do formato DAB (Digital Audio Broadcast) na Europa.

227

Em casos muito parecidos com o Brasil, o ambiente da radiodifusão do México também teve grande expectativa da digitalização das emissoras AM em um processo um pouco mais rápido devido a proximidade com Estados Unidos e Canadá e por conta do desligamento da televisão analógica em frequências próximas ao FM, pela rápida adoção do padrão estadunidense ATSC que também eliminaria as transmissões em frequências VHF. Devido a proximidade, a expectativa de adoção do HD Radio (IBOC) ou DAB, cuja importação de aparelhos de rádio de países vizinhos traria uma opção viável para entregar a sintonia em AM *com som de CD*.

¹⁸ TELOS ALLIANCE. **Omnia.FM the Clear Choice in Major Markets**. Publicado em 14 de outubro de 1998. Disponível em: <https://www.telosalliance.com/news/OMNIAFM-THE-CLEAR-CHOICE-IN-MAJOR-MARKETS>. Acesso em: 15-set-2025.

O do alto custo de fabricação de dispositivos padronizados no molde digital envolve o licenciamento referente aos royalties do principal componente o *codec* MPEG Part 4 (MP4 – AAC). Um codec consiste na junção das funções codificador (*encoder*) com decodificador para a conversão de sinal analógico para digital ainda no âmbito do sinal aberto. Especificamente o MP4, também possui inata a função de encriptação (*Digital Rights Manager*) que depende da identificação do dispositivo para a autorização da exibição de conteúdo protegido.

Os radiodifusores mexicanos não desconsideraram esses fatores se a transição do AM para o formato digital exigir que um ouvinte tradicional de classe média-baixa se disponha a comprar um equipamento mais caro e com menos integração a outros formatos de áudio. Por exemplo, equivale a pagar o mesmo valor de um Smart Speaker Alexa num receptor AM digital sem ter o assistente de voz Alexa e conexão com internet e outros dispositivos. Obviamente tais recursos de *Smart Devices* e *Internet das Coisas* não estavam presentes nos produtos vendidos em lojas de eletrônicos naquela época.

O que pesou numa comparação justa com a tecnologia de 2008 quando a migração de AM para FM no México tratava da melhora da qualidade sonora estereofônica do FM com alcance restrito se apresentaria como alternativa viável.

298

Entre a possibilidade de ter em circulação ampla mais dispositivos receptores de FM integrados aos telefones celulares, caixas de som portáteis com *bluetooth* e FM, MP3 players como Zune e Rio com recepção de FM, a migração de estações AM para FM no México teve critérios específicos como por exemplo não alocar no FM mais de duas emissoras originárias em AM pertencentes a um mesmo grupo proprietário na mesma área de cobertura.

Esse processo foi publicado na Revista CNN Expansión¹⁹ em 2008 e traz as determinações da Comissão Federal de Telecomunicações (COFETEL):

¹⁹ CNN Expansión. **La SCT fija migración radial de AM a FM**. Publicado em 15-set-2008. Arquivado em: <https://web.archive.org/web/20150923205037/http://www.cnnexpansion.com/actualidad/2008/09/15/la-sct-fija-migracion-radial-de-am-a-fm>. Acesso em: 15-set-2025.

Para cumprir os requisitos estabelecidos, a comissão exigirá aos concessionários o pagamento da contraprestação econômica que deverá cobrir a mudança de frequências, cujo montante será determinado pela Secretaria de Fazenda e Crédito Público.

Depois de notificado a mudança de frequência, o concessionário ou autorizado deverá iniciar operações na frequência de FM em um período no maior de um ano, mas continuará em AM transmitindo de forma simultânea o mesmo conteúdo de programação.

Precisamente que a Comissão Federal de Competência (CFC) deverá emitir parecer nos casos de concessionários e autorizados que operam em AM que tenham mais de uma estação de AM ou de FM em uma mesma área de cobertura.

Em 2008, o México contava, segundo a revista *Expresión*, com 1580 emissoras, das quais 854 transmitiam em AM.

Uma das características de relevância do rádio como negócio, de ter o máximo possível de ouvintes, depende da equação do baixo preço, acessibilidade e disponibilidade imediata à radiofonia. Nesse aspecto, se o mercado oferece aparelhos de rádio a preços acessíveis apenas em FM, a migração de AM para FM no México dá indícios de considerar o critério de ser barato junto com o *simulcast* analógico e digital na mesma frequência, como forma de dar tempo para o aparecimento produtos digitais acessíveis nas lojas, possivelmente integrado a outras funções. Ou seja, se o próprio mercado estadunidense já possui definido o formato HD Radio e mantém transmissões simultâneas em formato analógico e digital até a consolidação dos ouvintes dedicados à recepção digital, o tempo de adoção dá indícios de ocorrer num futuro não tão próximo.

A expectativa de redução de preço e o acesso ao público tradicional teria esse exemplo como base, mas na prática a adoção do HD Radio nos Estados Unidos não ocorreu rapidamente. Outro diferencial envolve o público tradicional de AM estadunidense ter experimentado algo que no Brasil esteve restrito às capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte: o *talk radio*, com ênfase em atrações predominantemente faladas em um espaço quase total da grade, cujas exceções seriam os raros e esporádicos programas de música com informação. Com maior destaque para

a voz os timbres de som adicionais não têm o mesmo impacto porque o espaço destinado à música tem pouco destaque. Emissoras que se enquadram como a *AM Talk Radio* seriam a Bandeirantes, CBN, Gaúcha e Itatiaia apenas com relação aos programas de prestação de serviço com participação de ouvinte por telefone e redes sociais junto com um entrevistado no estúdio ao vivo, com checagem de informação e atualização informada por repórteres de forma mais frequente em transmissões esportivas.

Enquanto o restante do Brasil, principalmente no interior, a programação musical em AM, principalmente em estações de amplitude modulada de alcance regional, ou aproximadamente 30 km, com potência classificada como classe C (de até 5 quilowatts ERP), conviviam com a locação para grupos religiosos em partes da programação ou na totalidade, associada a escassez de programas falados com notícias e prestação de serviço principalmente em municípios com menos de dez mil habitantes e mesmo com captação regional, sem informações com repórteres de cidades vizinhas contribuiria para a escassez de pautas locais, em comparação com as regiões metropolitanas circundantes às capitais estaduais e a ocorrência de bairros paulistanos com dimensões equivalentes a cidades, a regionalização para bairros rurais e municípios localizados dentro da área de cobertura contribuiria para um *excesso de conveniência*, a fim de evitar a repetição de noticiário nacional e internacional, notícias de cidades alheias à área de cobertura e escassez de pautas causada pelo limite máximo de notícias locais a serem divulgadas, que iria consumir o preenchimento do espaço da prestação de serviços com músicas.

292

O limite natural não impactante das *talk radios*, a voz humana não possui variações significativas quando utilizada em conversação, exceto no canto incluindo-se à capela. A percepção da degradação da qualidade limitada pela barreira dos 22 kHz nominais acentua a distorção de timbres graves e agudos e nessa especificidade, de programação regular musical, a experiência de ter ido a uma loja comprar um telefone celular com rádio ou um rádio portátil com bateria integrada recarregável só com sintonia FM contribui para a percepção de que a música em FM soa com mais definição. Entretanto, em *talk radios* AM das capitais brasileiras ainda contaria com público fidelizado.

O exemplo dessa incógnita que envolve uma equação de manter a credibilidade diante dos ouvintes em conjunto com a linha editorial que tem sido uma prerrogativa exclusiva da direção das emissoras e nele se consolidar como modelo de negócio, como por exemplo a Bloomberg Radio. O Grupo Bloomberg tem um público-alvo especializado nas classes A-B estadunidenses que dependem de realizar aplicação financeira em momentos-chave do mercado como forma de obtenção de lucro e para tanto dependem de informação, considerada privilegiada, de difícil ocorrência em segmentos populares ou generalistas. Se esse público caracterizado como *Yuppie* e ouvinte da Bloomberg Radio escuta a frequência analógica AM em 1130kHz de Nova York, cidade-sede dos mercados acionários, apenas o estado vizinho de Massachusets tem uma emissora afiliada no formato HD Radio em FM, uma situação em que se nota a diferença de formatos não interferir na prioridade da entrega do tipo de material sonoro, mas da informação em si.

Essa percepção de credibilidade ligada à agilidade²⁰ teria transcendido a percepção de que a nova tecnologia remete a algo melhor ou confiável tem amparo na crítica do difusionismo como etapas vinculadas ao mercado. Everett Rogers (2001, p. 122) deixou uma marca que caracterizou as futuras edições do seu livro *Diffusion of Innovations*: ao invés do campo da comunicação ser o principal envolvido, os consumidores (*adopters*) atuam como legitimação na adoção de novas tecnologias cujo custo alto atinge os primeiros consumidores (*early adopters*) e o valor mais caro sujeito a refinamentos tecnológicos resultam no barateamento de componentes e um preço final mais acessível a outros nichos de mercado até chegar às grandes lojas com preços menores em condições de financiamento.

Um tipo de receptor de FM analógico que tem chamado a atenção de ouvintes e radiodifusores inclui um mostrador digital contendo 8 caracteres destinado a exibição de textos captados no próprio sinal da emissora: o RDS (*Radio Data Service*), destinado a exibição de um texto rotativo limitado a 8 toques, sendo necessária a instalação de um

²⁰ ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**. São Paulo: Summus, 1985.

equipamento específico, o Gerador de RDS²¹. Por exigir um mostrador, normalmente encontra-se disponível em receptores com o *dial* digital; entretanto nem todos os rádios com números digitais decodificam textos em RDS.

A tecnologia seria notada no Brasil por meio de rádios automotivos pré-instalados em veículos que não tinham montadoras aqui instaladas e por usarem componentes estrangeiros, um complemento acrescentado à transmissão FM e não estava disponível em *receivers* domésticos de marcas badaladas por audiófilos, como TEAC ou Sony.

Na cidade de São Paulo, a emissora temática para automóveis, de curta permanência no FM local, começou a exibir um texto em alusão ao nome fantasia “MIT FM”. A estratégia viria a ser explorada com a concorrente da Mit, em alusão a Mitsubishi (92.5 FM), pela rádio Kiss, ao exibir o slogan “DEPOIS DE UM ROCK SEMPRE VEM OUTRO ROCK” e posteriormente incluiria o crédito da música em execução, como por exemplo: “AC-DC – BACK IN BLACK”.

A reprodução dos textos em caixa alta tem o objetivo de replicar a maneira com que eram exibidos no mostrador de aparelhos automotivos compatíveis com RDS. Esse contato ocorreu em 2008 durante uma carona em veículo de um colega do curso de Latu Sensu. Sem saber da especificação, apenas em 2011, a tecnologia foi especificada como RDS por meio da aquisição de um telefone celular Nokia que possuía acesso a redes wireless, com navegador Opera integrado a um leitor de e-mail, opção mais barata aos smartphones Apple e Samsung, cujas críticas da ABERT direcionadas a esses dispositivos incluíam exigências da ativação de um chip sintonizador de FM ao mesmo tempo em que os fabricantes especificavam o uso de frequências em UHF para a rede 3G e para o *bluetooth* (2.4 GHz). Aplicativos voltados à “ativação” do rádio FM nos aparelhos Galaxy S envolvem o *root* (desbloqueio) do sistema operacional Android, cuja prática viola o suporte e garantia do fabricante além de expor o controle do telefone

²¹ BIQUAD. **ACADIA:** Gerador de RDS. Disponível em: <https://www.biquadbroadcast.com.br/product/acadia>. Acesso em 15-set-2025.

a malwares²², cujo controle obtido com o *root* afeta a proteção ao serviço principal do smartphone, de se conectar com a rede celular de voz e dados. Para o iPhone, a prática de instalação de aplicativos não oficiais exigem o *hackeamento* (violação do sistema operacional iOS) por meio do *jailbreak*, cuja eficácia na ativação do FM nunca teve uma comprovação extensiva de comunidades de *root* e *jailbreak* em fóruns temáticos com a especificação rádio FM.

Para os radiodifusores, a questão dos modelos mais badalados de smartphone não oferecerem rádio FM traria à tona um antigo ressentimento relacionado à mudança do perfil de ouvintes segmentados, típico da década de 2000, com a aquisição de MP3 players voltados à escuta de músicas de um playlist elaborado pelo próprio ouvinte sem influência de acordos comerciais ou de empresas fonográficas, cujos estilos não se enquadravam nos perfis de programação como por exemplo, a World Music recorrente dos prêmios Grammy, rock alternativo, MPB autoral ou estilos periféricos como hip hop (rap brasileiro) e funk carioca, junto com a abertura de espaço para concorrentes não hertzianos como podcasts e webrádios por *streaming* por meio de aplicativos como o TuneIn, capaz de oferecer podcasts e acesso a emissoras segmentadas.

290

À medida que aparelhos automotivos produzidos no Brasil, como Pioneer RDS e receptores de fabricantes brasileiras Fiat e Volkswagen passaram a trazer aparelhos com RDS no FM, além de *bluetooth* e a conexão com aplicativos de smartphones identificados como Car Play, a adoção do RDS passou a ser captada e por sua vez, a quantidade de emissoras com transmissão de textos via RDS aumentou principalmente porque os novos aparelhos automotivos, chamados central multimídia traziam uma tela LCD de aproximadamente 5 polegadas, sensível ao toque, exibindo o texto RDS. A especificação RDS envolve o uso de uma parte da onda que não se caracteriza como harmônica mas também não interfere na distribuição estereofônica. Ao radiodifusor exige-se que este comunique a Anatel o uso do RDS que será acrescentado no cadastro da concessão da emissora, sem a necessidade de especificar o modelo do gerador de RDS, mas apenas se utiliza ou não a transmissão da mensagem de texto em FM.

²² Software malicioso, cuja instalação é realizada sem consentimento do usuário por meio do acesso a links falsos ou aplicativos fraudulentos sem a auditoria de um controle de qualidade.

Preenchimento dos canais de FM no Brasil e alocação dos canais migrantes

Com a publicação do Decreto 8.139/2013²³, que estabelece a migração da radiodifusão de caráter local em AM para frequências em FM, indícios de uma adesão inicial partiria de pequenas emissoras de potência local (AM classe C), que no interior do Brasil têm programas musicais com informação popular: curiosidades, fofocas sobre programas televisivos e raras notas de jornalismo nacional e regional.

Entretanto, o resultado das solicitações de migrações contou com uma adesão de aproximadamente 90% das emissoras de AM já no primeiro lote em 2013, incluindo-se emissoras AM com potência alta e baixa qualidade de recepção na própria cidade de cobertura, como exemplo a Rádio Cultura Brasil AM com relatos de ouvintes e compartilhamento de links para a sintonia por internet.

Em praças como a Região Metropolitana de São Paulo e a Região Metropolitana de Campinas, o espectro de frequências de FM encontram-se praticamente preenchido de modo que a solicitação de ter a área de cobertura de uma estação AM corresponderia a potências de classe alta (A2 e A1) e em determinados casos, média-alta (A4). Outra variável incluída nessa fórmula seria a adição de solicitações de emissoras de alcance regional, cuja equivalência em FM corresponderia à classe E (especial E3), ocorrência incomum no interior paulista, cuja exceção compreenderia poucas emissoras em frequência modulada na região de Ribeirão Preto.

A proposta arquivada por falta de interesse das concessionárias AM de classe C contemplaria a inauguração de frequências não alocadas no espectro FM apenas como baixa potência (classe C, ERP de 300 watts), com várias destas impossibilitadas de solicitar promoção (aumento de potência), como ir da classe C para B1 (ERP de 1,2 quilowatts) por conta de produção de harmônicas sem área de escape, com chance de atingir o entorno da localização de outro transmissor instalado em área compreendida pelo círculo (ou raio) de propagação interferente.

²³ BRASIL. **Decreto Nº 8.139**, de 7 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8139.htm. Acesso em 15-set-2025.



Demonstração de inviabilidade técnica provocada por interferência normal (contorno protegido, frequência nominal da estação) ou de harmônica (contorno interferente) na região de Criciúma (SC). ANATEL. **Extensão da Faixa de FM (eFM) e a Migração da Faixa de OM**. Brasília, março de 2020.

Gráfico reproduzido da página 17. Disponível em:

<https://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=244137#:~:text=Um%20ensaio%20sobre%20a%20amplia%C3%A7%C3%A3o,nova%20faixa%20para%2C%20entre%20outras. Acesso em 15-set-2025.>

O principal fator a se considerar na documentação da transmissão em FM envolve a natureza da própria antena transmissora, como o uso especificado de elemento irradiante para a o sinal direcional com a finalidade específica de apontar a irradiação para uma direção sem a presença de emissoras operando em frequências adjacentes e sobretudo, como espaço seguro da dissipação das harmônicas.

A diferença da torre transmissora de AM depende da construção em treliça metálica, ou seja, a própria estrutura tem seu uso como antena, que comparativamente com a antena transmissora FM, exige um projeto próprio de engenharia voltado para dois tipos de concessão irradiante de AM: multidirecional ou diretivo. Tais projetos exigem formatos, tamanhos e dimensões específicas para a torre de transmissão AM. No caso da migração AM para FM, muitos projetos envolvem aproveitar a antiga torre AM com a instalação de elementos irradiantes de FM na porção final da estrutura, cuja altura encontra-se compatível com a potência de equivalência de cobertura em frequência modulada entre as classes A4 a A2 (ERP 10 – 50 quilowatts).

Alguns casos recentes de aumento de potência em estações FM na Região Metropolitana de Campinas permitiram a instalação de transmissores de maior potência

nominal irradiada, entretanto em algumas praças como Amparo e Piracicaba, houve redução na quantidade de elementos irradiantes nas torres de transmissão. A primeira, envolveria o remanejamento da 99.7 FM para o uso de um único elemento irradiante em sua torre instalada numa área com mais de 1.040 metros de altitude para acomodar a Jovem Pan News Piracicaba migrante de AM na frequência adjacente de 99.5 FM em classe A3 (ERP 10 quilowatts) com 4 elementos. Isso significa que se a antena possuía 6 elementos e a nova concessão de potência aumentada permitiria o uso de 1 e 5 deles devem ser obrigatoriamente desativados e no caso de não serem retirados do tubulão, precisam estar conectados a uma fiação separada compatíveis com caráter de *reserva*.



Imagem ilustrativa de elemento irradiante circular de transmissão direcional em FM com sugestão de instalação no tubulão da torre. Recuperado de: <https://idealantenas.com.br/antena-fm-anel/>. Acesso em 15-set-2025.

Um dos principais casos de ocorrência de frequência adjacente permitida por concessão pode ser exemplificado pela Top FM (104.1) de Guarulhos e Dumont FM (104.3) de Jundiaí, ambas com cobertura local prevista e autorizada na cidade de São Paulo. A não ocorrência de interferência harmônica das duas estações se deve ao fator da dissipação do sinal ter o elemento irradiante dirigido para um ponto específico que não atinja nem a cidade de Jundiaí nem as coordenadas de Guarulhos, ambas distantes 70 quilômetros entre si. A existência de emissoras adjacentes traz consigo uma limitação: a impossibilidade de promoção ou aumento de potência para ambas as estações, imposto pela própria propagação harmônica com potência em área dentro da zona de interferência. Apenas uma mudança de frequência de uma delas no espectro

hertziano FM de São Paulo seria a opção. Entretanto a ausência de canais aptos para receber potência maior no espectro eletromagnético paulistano impede o remanejamento e inviabiliza a promoção de classe (aumento de potência).

Com relação aos elementos irradiantes, existe a condição de deterioração por exposição ao tempo: calor, frio e chuva exigem manutenções periódicas por causa do surgimento de rachaduras e entrada de água em alguns espaços acarretando na perda de eficiência e impactando em um sinal enfraquecido. A reforma de elementos irradiantes envolve a retirada destes da torre e encaminhamento para fábricas de antenas para emissoras, cujo processo envolve o envio de uma parte enquanto a outra com problemas permanece instalada, para evitar a saída do ar da emissora enquanto as peças ausentes passam por reforma. Quando retornam do conserto, os elementos irradiadores retificados são instalados enquanto se retira a porção defeituosa restante para o encaminhamento à manutenção para posterior instalação do conjunto completamente reformado.

Esse tipo de manutenção decorre da natureza da transmissão em FM, cuja natureza da onda consiste numa linha senoidal quase reta e transmitida com coordenadas de azimuth pré-fixadas pelo próprio documento de concessão a fim de direcionar a propagação para áreas livres para dissipação dessas harmônicas, cuja estação adjacente também não possui transmissor próximo a tal área de propagação.

A solução viável de alocação de emissoras migrantes com potência equivalente a propagação da área de cobertura nas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro se daria com o desligamento da televisão analógica e o uso dos canais 5 e 6 VHF como parte extendida da banda de FM, com a inclusão de canais FM do espectro eletromagnético no Japão: do 76.1 ao 89.9 MHz – no caso do eFM²⁴ no Brasil, do 76.1 ao 87.3 MHz, acrescentado ao espectro convencional de FM, de 87.5 aos 108.1 MHz.

²⁴ BRASIL. **Extensão da Faixa de FM (eFM) e a Migração da Faixa de OM**. Brasília, março de 2010. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=244137#:~:text=Um%20ensaio%20sobre%20a%20amplia%C3%A7%C3%A3o,nova%20faixa%20para%2C%20entre%20outras. Acesso em: 15-set-2025.>

A ocorrência da mudança de frequência, não deve ser tomada como prática recente, como por exemplo a própria Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro que na década de 1960 mudou de 980 kHz para 1130 kHz e agora também disponível em 87.1 FM; no entanto sem uma indicação da desativação da frequência AM.

A migração de AM para FM no Brasil também expõe a questão da perenidade de emissoras históricas em atividade, como a permanência em AM da própria Nacional do Rio de Janeiro e da Rádio MEC em 800 kHz que sucedeu a primeira emissora regular carioca, a Sociedade Rio de Janeiro (também em 99.3 FM) e a centenária Rádio Clube de Pernambuco²⁵ AM 720 kHz, primeira estação de rádio AM instalada no Brasil, principalmente pelo alcance ampliado inerente da transmissão em AM. Entretanto o decreto de migração extingue o concessionamento local, mas mantém o serviço em alta potência de cobertura macrorregional e nacional em alta potência. Contudo, novas emissoras AM estarão impedidas de solicitar qualquer tipo de migração para FM²⁶.

Recomeço e remodelação no público FM: o rádio como negócio

A possibilidade de atender localmente a área de cobertura e o próprio enfoque regional carrega uma responsabilidade de tratar com mais atenção a cidade de origem da emissora. Em estações AM o arrendamento ou locação para outra empresa constituía numa prática que afetava emissoras tradicionais, mesmo localizadas em centros comerciais como Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Tais arrendamentos eram especulados por blogs mantidos por ouvintes de rádio e um tema que causara suspeitas como muitas vezes reafirmado em 2018 tratava da completa reformulação da emissora AM arrendada por terceiros, mas com um completo *reboot* em FM, voltada ao mercado já existente, e afiliar-se a redes de FM, originando versões de microrregiões cujo público-alvo nem sempre reflete o real poder aquisitivo do perfil de ouvinte desejado

268

²⁵ VAZ FILHO, Pedro S. Rádio Clube de Pernambuco – 1919/2019: Cem anos. Sem esquecimentos In: Intercom – **41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** (Anais). Joinville: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, setembro de 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0649-1.pdf>. Acesso em 15-set-2025.

²⁶ BRASIL. **Decreto Nº 8.139**, de 7 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8139.htm. Acesso em 15-set-2025.

para o cobiçado mercado publicitário de classes alta e média-alta, como por exemplo as afiliadas de uma mesma rede disputarem o mercado publicitário da mesma macrorregião.

Trata-se da questão levantada por Gisela Swetlana Ortriwano (1985, p. 62) como reafirmação dos *grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. Nesse molde a gestão de uma emissora de rádio prioriza o consumo como meio de se autossustentar e a busca por públicos-alvo de maior poder aquisitivo justifica o investimento de transformar uma antiga rádio AM local (classe C – ERP 5 quilowatts) em um negócio competitivo requalificado como concorrente de FM's cuja expectativa se direciona a fazer parte de negociações de maiores receitas publicitárias em comparação à obtida em AM.

Enquanto novas afiliações a redes de rádio decorrente de migrantes AM para o FM, retoma-se a questão de apresentar a estação como um novo canal FM, voltado ao mercado ávido pelos ouvintes de frequência modulada (e como ficam os ouvintes migrados da AM?), na prática “*têm-se mais do mesmo*”: a segmentação e a regionalização do rádio com ênfase na prestação de serviço local com entrevistas e debates motivados pelo agendamento de prioridades públicas não iriam favorecer um novo FM com mais estações como opções. A concentração de padrões influenciados pelas redes de rádio em busca de receitas publicitárias e ações de divulgação de produtos tipicamente voltados para as classes A-B, com sorteio de iPhones, iriam traduzir a desejada competitividade por meio do abandono de programas de variedades e músicas (do interior do Brasil), prestação de serviços e notícias de curiosidades.

Nas transmissões esportivas das antigas AM tradicionais exaltava-se a questão da sorte como o time local ter contado com atuações inusitadas e a equipe *desencantou e no fim brilhou*, sobre o tema da superação quando o *time da cidade* conseguiu vencer um adversário com jogadores de melhor qualidade e de diferentes condições de preparação técnica. No âmbito das afiliações a redes, o personagens podem ser exemplificados e intercambiáveis como Noroeste de Bauru, Comercial de Ribeirão Preto, Novorizontino, Ferroviária de Araraquara, etc, cuja atenção dos torcedores

encontra resistência com a tentação de se dividir para torcer para um clube que ganha títulos na primeira divisão, o principal foco da cobertura das redes de rádio com programação esportiva. Com tal pressuposto, normaliza-se a derrota da equipe local para os quatro grandes clubes de São Paulo e naturalmente para os outros quatro do Rio de Janeiro e, sem muita alternativa para quem perder, restam as posições nas últimas posições da tabela e obviamente a lista dos próximos rebaixados cuja falta da cobertura esportiva local tornaria inevitável uma condição de clubes pequenos não se tornarem grandes.

Essa alegoria do futebol regional remonta o desafio do rádio como negócio: tornar-se competitivo apenas se estiver associado a um projeto maior como reflexo do aumento de afiliados de redes FM em rota de colisão com a tendência da regionalização.

Com relação ao padrão DAB de rádio digital existe um limite dentro do próprio modelo de radiodifusão que limita a quantidade de emissoras em rede vigora em países de alto poder aquisitivo, como Reino Unido e Noruega, com uma agenda de desativação de emissoras de rádio analógicas integrantes de redes além do desligamento progressivo do rádio analógico, como a Suíça que utiliza apenas a frequência VHF-H ou VHF Banda III (antigos canais de TV analógica do 7 ao 13) padronizada no DAB desde a implantação e a desativação das últimas FMs suíças no primeiro semestre de 2025²⁷. Uma das alegações que justificam o *switch off* partiu de uma pesquisa realizada pelo Instituto Kantar Media sobre: “Em 2023, mais pessoas ouvirão rádio por DAB e pela Internet que em FM [na Noruega]”²⁸.

Os formatos de rádio digital DAB e HD Radio sofreram alterações nas especificações como a substituição do *encoder* para a especificação MPEG Part 4 High Efficiency, ou HE-AAC. Essa troca também rendeu uma amarga contrapartida: por não ser retrocompatível com a primeira especificação – derivadas do Projeto Eureka 147 –

²⁷ WORLD DAB. **Switzerland’s FM switch-off** shows audience shift, not decline. Publicado em 16 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.worlddab.org/news/15559/switzerland%E2%80%99s-fm-switch-off-shows-audience-shift-not-decline>. Acesso em 15-set-2025.

²⁸ WORLD DAB. **Norway**. Atualizado em 18 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.worlddab.org/countries/norway>. Acessado em 15-set-2025

impossíveis de serem sintonizadas em equipamentos DAB e atualmente compatíveis apenas em receptores com a etiqueta *DAB+*.

Segmentação: caminhos abertos pela web

A linguagem radiofônica, desenvolvida por Xosé Lopez García²⁹ (2002, p. 366, TRADUÇÃO NOSSA) remete à memória radiofônica:

[...] o rádio se fixou no passado e se faz no presente [...] sem passado não há futuro por todas as ações promovidas para recuperar a história do nosso rádio ajudarão que entendamos os passos que previsivelmente seguem essa mídia que mantém um grande impacto social no atual mapa da fragmentação e da especialização dos canais.

O sentido original da segmentação do rádio no Brasil (ORTRIWANO, 1985, p. 72) nas décadas de 1960 e 1970 com o surgimento de emissoras dedicadas ao jornalismo com pautas de prestação de serviço e transmissões esportivas, representaria a oportunidade de se diferenciar do padrão convencional das emissoras de AM e assim, atingir um público-alvo de maior poder aquisitivo. Paralelamente durante esse período, concessões em FM para emissoras AM compreendiam uma segmentação de públicos diferenciados para uma mesma empresa em espectros diferentes, proporcionando-se a obtenção de duas receitas ao invés de uma. A migração, em muitos aspectos, contemplaria a transformação de um canal AM de emissoras que continuaram com um mesmo proprietário na transformação do negócio da empresa como FM.

Em 2015, durante a pesquisa de doutorado em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, o formato de webrádios já se mostrava consolidado no mercado estadunidense e por meio deste, o agregador de rádios (hertzianas), webrádios e podcasts – TuneIn se destacava como aplicativo multiplataforma, cujos planos de assinatura envolviam podcasts licenciados pelas ligas esportivas estadunidenses, como NFL (futebol americano), NBA (basquete), NHL

²⁹ LÓPEZ, XOSÉ. “Unha Historia Para a Radio.” *Grial*, vol. 40, no. 154, 2002, pp. 366–68. JSTOR, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/29751962>. Acesso em 15-set-2025.

(hóquei) e Nascar (Stock Car). Mas o que realmente se mostrou prático no TuneIn seria a elaboração de listas personalizadas de canais pelo próprio usuário por meio da ferramenta de busca *verbatim* (por palavra) cuja criação da lista envolve conteúdo ao vivo ou gravado e depois, gerenciado com a criação de pastas de acordo com o tema, por exemplo: rádios do Brasil, esportes, notícias, rádios universitárias e gêneros musicais como world music, MPB, etc.

Por padrão o item *favoritado* aparecerá na pasta padrão e ao ser gerenciada pelo usuário pode remanejar os itens para a pasta correspondente. A grande maioria do conteúdo segmentado cujo contato mais direto envolveu o período de 2015 a 2021, estava disponível de forma gratuita, incluindo-se webrádios de nichos, das quais muitas foram marcadas para a lista pela inexistência de concorrentes em versão hertziana e da constatação da disponibilidade de conteúdos esportivos, especialmente os licenciados pelas associações, apenas na assinatura pro (ou premium) do TuneIn.

O fato de emissoras web terem taxaço ou imposto de Direito Autoral superior ao valor pago por estaço hertzianas tem sido discutido em fóruns, como Reditt como por exemplo, o alto valor da assinatura do Spotify. Entretanto, um músico estadunidense concedeu uma entrevista em dezembro de 2025 e romperia o silêncio: o líder da banda KISS, Gene Simmons³⁰, que também atua como empresário e publicitário, entrevistado por John Mathieu e bradou algo que se murmurava sempre em caráter extra-oficial: “é criminoso o fato de músicos não serem pagos ao serem tocados no rádio”. A conversa inicia da seguinte maneira quando Simmons pede ao seu entrevistador para citar o nome de um músico de sucesso. Ao responder KISS, Simmons redireciona para Jimi Hendrix e explica que desde o começo da carreira com a banda The Experience até o sucesso após o festival de Woodstock, “Hendrix não gastou NEM recebeu um único centavo apesar de ter sido tocado por várias vezes”.

³⁰ MATHIEU, Joe. KISS Star Gene Simmons Says It's 'Criminal' Musicians Aren't Paid for Radio Play. **Balance of power**. Bloomberg. 10 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/videos/2025-12-10/simmons-criminal-musicians-aren-t-paid-for-radio-play-video>. Acesso em 11-dez-2025.

Por outro lado, o cenário da música independente pressupunha a consideração de potenciais ouvintes do FM, cujo principal motivo se manifestaria com nichos não radiofônicos, de MP3 players, além da constatação de um público-alvo genérico sem identificação com os padrões executados em frequência modulada, como Hit Parade³¹ (*radio hits*), AC³² (*adult contemporary*) e CHR³³ (*contemporary hit radio*) com um trabalho de curadoria paralela, baseado na pouca disponibilidade do gênero World Music presente como categoria do Grammy Awards como artistas de países de fora do eixo do oeste europeu, Estados Unidos, Canadá e Austrália; desenvolvido em fóruns com referências alternativas como Radio 1 (BBC Londres), especializada em estilos não convencionais e a antiga Radio Netherlands Worldwide (RNW Hilversum, Holanda), encerrada em 2012.

Por exemplo, os “conteúdos raros” da década de 2000 estariam associados com disponibilidade no Brasil envolver apenas versões *censored mix* com omissão deliberada palavrões da letra em inglês por silêncios. Nesse caso, com a busca pela música de protesto à política estadunidense American Idiot da banda Green Day na versão sem cortes seria um dos exemplos, junto com o hip hop Roses de 50 Cent e Make Love Fuck War de Public Enemy e DJ Moby, motivados pela recorrência na MTV em listas como Top 10 e não eram tocadas no rádio.

260

Com o início das atividades do serviço por assinatura Last.fm os segmentos de nicho passaram a disponibilizar catálogos abrangentes sem rotatividade (substituição por conteúdos novos e saída do catálogo). Com o Spotify, parte do desafio de encontrar versões específicas (arranjo diferente) ou raras, como Mulher de Fases (A Linda) da banda Raimundos, envolveria a redescoberta de conteúdo adicional, como a *faixa secreta*, recurso recorrente utilizados como bônus recompensando quem escuta o disco até o fim, com a existência de uma música ou conteúdo não creditado e mantido em segredo pelo artista cujo mistério envolvia a não inclusão no repertório de

³¹ Ou popular, incluindo-se a denominação “brega”.

³² Identificado como “música lenta romântica” e R&B.

³³ Música predominantemente eletrônica (techno, house e eurodance)

apresentações, tornando-se assunto em fóruns sobre o crédito do “conteúdo perdido”, como qual seria o nome da canção e os créditos de compositores.

Aplicativos como Spotify e TuneIn com busca de emissoras por meio de interface intuitiva para escolher continente, país e cidade/região facilitariam os nichos, com os algoritmos ajustados para recomendar conteúdos semelhantes, entre os quais, chamava a atenção os que possuíam o estilo como parte do nome. Embora os recursos de geolocalização por IP instruíam esses algoritmos a recomendar conteúdo produzido em localizações próximas (dentro da região e do país), os podcasts costumavam retornar resultados gerados pelo mesmo produtor e pela palavra-chave como por exemplo *futebol* ou *NBA*. Entre esses, o conteúdo TuneIn Pro por assinatura incluía webrádios licenciadas pelas federações esportivas, além de ter o aplicativo da versão móvel sem qualquer publicidade. Voltado para fãs de esportes, as ligas estadunidenses movimentam valores consideráveis em relação a outro tipo de cobertura e possivelmente esse mercado contribui para movimentar o TuneIn Pro. Outro recurso útil do TuneIn (versão *mobile* e sem assinatura) incluía uma aba com um gravador, na qual o usuário podia gravar o *streaming* ao vivo e ouvir seu próprio *bootleg* (gravação caseira), comum nas décadas de 1970 a 2000 com uso de fita cassete contendo transmissões gravadas para se ouvir depois.

Esse modelo de negócio possui concorrentes gratuitos, segmentados e dedicados a nichos como a própria Bloomberg Radio, também disponível no agregador TuneIn gratuitamente e no caso de música segmentada por nicho, destaca-se o projeto influenciado pela Last.fm voltado ao mercado europeu: originado como o canal Click.fm sem exibição de comerciais, descoberto inicialmente pelo agregador TuneIn, possuía variações como Click Lite e Click Rock. Atualmente encontra-se gerido pela empresa israelense Radios 100FM, com canais dedicados a gêneros específicos como 100% Rock, 100% Love, 100% Hip Hop, 100% TikTok, 100% Café, 100% Latin, 100% Pride, 100% World Music, 100% Disney, etc. Há aproximadamente de 60 opções customizadas por nicho sem intervalo comercial com vinhetas em inglês: “Radios One Hundred Digital”.



Captura de tela da rádio customizada 100% 90s, cujo ícone remonta ao principal comportamento da substituição do disco de vinil para o Compact Disc em equipamentos mais baratos com o uso da fita cassete intermediado para se ouvir CDs copiados para esse formato. Imagem recuperada de: <https://d203uamca1bsc4.cloudfront.net/app/thumbnails/t-90s.png>. Acesso em: 15-set-2025.

O acesso ao aplicativo Click.fm, depois reformulado como Radios 100FM Digital continua disponível no agregador TuneIn como webrádio, ao usuário pesquisar por um estilo e se deparar com um canal temático *100%* mais o *nome do nicho*. Ao procurar pela empresa, uma busca ao aplicativo Car Play da Radios 100FM revela as 60 opções dos canais segmentados com o rótulo 100%. No Brasil, o serviço de áudios segmentados por nicho pode ser encontrado desde 2008 nas televisões por assinatura Sky e Claro TV, com o canal de áudio Sound: Sound 2000, Sound Axé, Sound Samba, Sound Funk, Sound Gospel, Sound Heavy Metal, Sound MPB, etc. Por fazerem parte da grade de algumas operadoras de TV por assinatura, os canais Sound não se encontram disponíveis em plataformas de agregadores, *streaming* (incluindo-se Claro TV App e Sky+) ou de webrádios.

263

Neste caso, nota-se que essa segmentação busca atender principalmente os ouvintes que procuram *playlists* diferenciadas por nicho musical, funcionando de forma linear (ao vivo) em gêneros alternativos sem a necessidade de baixar arquivos (exceto podcasts), tal qual o agregador de podcasts Spotify oferece com dois modelos de acesso: o primeiro com a criação obrigatória de cadastro e no “plano” gratuito, oferece acesso parcial aos conteúdos com interrupção e geração de comerciais em áudios com duração superior a 8 minutos e o segundo o plano completo com ampla disponibilidade de acervo.

No plano gratuito, o tempo não chega a afetar a execução de uma música longa, porque o catálogo gratuito inclui majoritariamente podcasts autorais disponíveis pelo acesso específico open.spotify.com, principalmente porque o acesso ao acervo musical de forma completamente customizada com repertório escolhido pelo usuário apenas ocorre na modalidade *full* (completa), com o preço dessa assinatura equivalente à plataforma de audiovisual Netflix e um dos motivos já noticiados pela mídia jornalística internacional envolve o pagamento de direitos autorais³⁴ resultando num imposto mais caro em comparação às emissoras dedicadas com mais de 80% de conteúdo exclusivamente musical.

A rápida adoção rápida do DAB em países que teriam DRM na faixa AM

O formato DAB destacado anteriormente, que no fim da década de 1990 possuía o lema de *sucessor digital do rádio* analógico. Atualmente o DAB demonstrou capacidades impossibilitadas nos espectros AM e FM, sobretudo comportar a quantidade de emissoras das duas frequências, além da existência de novos canais vagos, devido à natureza de maior espaço de frequências no espectro de transmissão VHF-H (Banda III). Em alguns casos as emissoras AM europeias que inicialmente seriam transformadas em estações digitais DRM (Digital Radio Mondiale) com o uso da frequência de amplitude modulada e contaram com a alocação (efetivamente uma migração) no espectro usado no DAB, de alcance semelhante à Frequência Modulada. Por essa razão, países³⁵ como Reino Unido, Suíça e Noruega já estabeleceram datas de desligamento de estações de rádio analógico AM e FM para considerando-se a disponibilidade e o aumento de ouvintes do DAB.

O contato com o padrão DAB ocorreu de maneira breve durante uma pesquisa de pós-doutorado realizada em 2022 na Nova Zelândia envolvendo a participação da população indígena maori em estações de rádio neozelandesas com autorização da

³⁴ MUSICBUSINESS. Should Spotify pay songwriters and publishers the same amount as it pays artists and record labels? Publicado em 25-jun-2019. Disponível em: <https://www.musicbusinessworldwide.com/should-spotify-pay-songwriters-and-publishers-the-same-amount-as-they-do-artists-and-record-labels/>. Acesso em 15-set-2025.

³⁵ DAB. **Countries**. Disponível em: <https://www.worlddab.org/countries>. Acesso em 15-set-2025.

transmissão no idioma nativo maori, também reconhecido como oficial junto com o inglês e a linguagem neozelandesa de sinais de surdos-mudos. Naquele país a existência de receptores compatíveis com DAB possuía presença mais forte na frota de carros asiáticos, em maioria japoneses e sul-coreanos, sendo um deles pré-instalado na central multimídia de um carro e na ocasião não havia prioridade em adquirir um receptor DAB devido a não participação de emissora com programação maori envolvida nos testes do rádio digital. Atualmente a Nova Zelândia não regulamentou o DAB como serviço regular, e os testes nesse formato ocorrem na estação nacional RNZ em Wellington e Auckland. A emissora visitada Radio Active³⁶ Wellington 88.6 FM não possuía equipamento DAB. Já a estação com programação maori 24 horas por dia, a Te Upoko³⁷ opera efetivamente em AM analógico (1161 kHz) além de oferecer uma versão de curto alcance, dirigida à área central da capital Wellington em baixa potência (*Low Power* – ERP 26 watts) nos 87.6 FM, além do próprio site da emissora para a escuta a nível internacional.

A principal diferença na legislação radiofônica da Nova Zelândia regulamenta a existência de emissoras comunitárias FM de potência média-alta (ERP 10 a 30 quilowatts) com alcance regional enquanto estações *Low Power* podem ser ter requisição de autorização no âmbito da cobertura localizada para áreas específicas em FM. Uma característica que delimita a ocorrência de emissoras em frequência modulada se deve ao fato dos receptores automotivos vindos da Ásia terem ajuste fixado na banda FM utilizada no Japão, que começa em 76.1 e termina em 89.9 MHz e o interesse de radiodifusores de frequência modulada obterem concessão na faixa de 87.5 a 89.9 com a finalidade de atingirem ouvintes nos carros em circulação. No entanto, a Nova Zelândia adota o padrão europeu, que começa em 87.5 e termina em 108.1 com intervalo de canais adjacentes de 0.3MHz ao invés dos 0.2 do continente americano. Essa normatização acrescenta um décimo a mais de Mega Hertz nos limites dos canais de forma a eliminar a ocorrência de harmônicas com a possibilidade de mitigar a

³⁶ RADIO ACTIVE. Disponível em: <https://radioactive.fm>. Acesso em 15-set-2025.

³⁷ TE UPOKO. Disponível em: <https://teupoko.nz/>. Acesso em 15-set-2025.

ocorrência de sombras (redução do volume com chiados) na própria área de cobertura da emissora.

Considerações finais

A elaboração deste texto com critérios de cientificidade tornou-se desafiadora em diversos aspectos, como o uso de experiência própria como funcionário de emissora de rádio AM e FM e do contato de profissionais que abordavam as questões das propagações e interferências da mesma maneira, uma vez que a especificação detalhada e completa se encontra publicada nas áreas de Engenharia (incluindo acústica e eletrônica) ou propriamente na Física e por muitas ocasiões a nível de interdisciplinaridade, pode ser tratado como anedótico.

No entanto, a emergência de um documento que considera a áreas do âmbito da Comunicação com base em temáticas de propriedade da Física e da Engenharia se faz necessária diante das mudanças tecnológicas e a falta de abordagem de limitações físicas, acústicas e eletrônicas possuem uma segmentação profissional adequada para o atendimento corporativo: dificilmente se encontram engenheiros habilitados especificamente em acústica e radiodifusão eletromagnética com publicações voltadas ao desenvolvimento de projetos em rádio, uma vez que a natureza do mercado corporativo delimita estritamente a possibilidade de se contatar um profissional dessa área com experiência acumulada de forma a detalhar a propagação de ondas hertzianas e a implementação de correção e ajuste de harmônicas desviantes.

208

Como esse processo de engenharia integra um pacote que consiste no proprietário da empresa de radiodifusão contratar o engenheiro que desenvolverá um projeto próprio para um tipo específico de frequência, envolvendo a necessidade de consulta na Anatel sobre a disponibilidade de canais e de potência irradiante possíveis. Muitas das frequências criadas em FM para acomodar migrantes de AM haviam sido suscitadas por grandes pesquisadores da Comunicação, como Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão com base em espectros eletromagnéticos de outros países que comparativamente acomodavam mais estações do que os órgãos Dentel e Anatel alegarem não existir canais livres, além da consulta pública ocorrer de modo restrito, o

que seria respondido *por meio dos canais criados como livre para acomodar as emissoras migrantes no espectro eletromagnético convencional.*

Porém, a consulta ocorre de maneira restrita: com o cadastro da empresa proponente candidata a prestação do serviço de radiodifusão para então contratar um engenheiro responsável pelo projeto que especificará uma tipificação de transmissor, antena ou elemento irradiantes apontados para áreas propícias à dissipação de harmônicas bem como a regulação do equipamento dentro da frequência pretendida com toda mitigação de propagação de harmônica desviante resolvida. Com esse tipo de documentação uma empresa entra definitivamente no processo de licitação de concessão de serviço de radiodifusão. Outra questão do espectro eletromagnético FM convencional envolvendo a criação de canais em potência baixa (classe C – ERP 300 watts) considerou o descarte dos canais que se fossem criados nunca poderiam ser contemplados com pedido de autorização de aumento de potência, com impacto direto em interferências de canais adjacentes.

A experiência do México com as migrações de AM para FM esclarece em grande parte as dúvidas sobre o caso de implementação da digitalização de emissoras frente ao modelo norte-americano, apoiado pela ABERT apenas para evitar a realocação para outra frequência e a consequente necessidade de instalação de um novo complexo de transmissão com nova estrutura e outros equipamentos necessária tanto no Digital Radio Mondiale em AM quanto no sistema que já opera na Europa, Austrália e partes da África, o Digital Audio Broadcast (DAB) em VHF-H (Banda III)

Ao invés de aderir imediatamente e esperar (assumir os riscos do HD Radio) como a importação de aparelhos do país vizinho e criar condições de viabilização, o caso como um todo no México, envolvendo entidades governamentais e grupos de radiodifusão ponderaram algo que o formato digital estadunidense não exclui o outro: a transmissão analógica pode ocorrer simultaneamente com a digital, contribuindo a incerteza pairada sobre a necessidade de substituir o rádio analógico pelo digital, diferente do que ocorreu com a televisão digital implicar no desligamento do formato analógico. Em 2013, por meio de consultas realizadas no México, pronunciou-se a

inviabilidade do DAB devido ao uso da Banda III em comunicações militares e um aceno ao HD Radio em FM (sem defini-lo como padrão³⁸) devido a possibilidade de transmissão conjunta digital e analógica na mesma frequência.

Enquanto o DRM apresentou resultados consistentes com uma sintonia de AM em área expandida, o DAB possui um espectro eletromagnético mais amplo capaz de acomodar estações AM e FM. Corresponderia a uma migração de AM para a limitação de alcance à cobertura base em frequência modulada. Entretanto, a utilização do *codec* HE-AAC viabiliza a entrega do *som de CD* (44.1 kHz) em taxa nominal ao invés dos 32 kHz da transmissão analógica possível tanto em VHF-H como FM. O DAB+, definido como padrão principal de radiodifusão estabeleceu a determinação de um calendário para o desligamento (*switch off*) de emissoras AM e FM no Reino Unido, Suécia e Noruega³⁹, algumas delas em iniciadas desde de 2022 com previsão de conclusão em 2030.

Referências

ANDERSON, Chris. **The long tail**. Orlando: Hyperion Books, 2008.

ALMEIDA, B. Hamilton. **Padre Landell de Moura, um herói sem glória**: o brasileiro que inventou o rádio, a TV, o teletipo. Editora Record, 2006.

BURZEK, Daniel; POPESCU, Otilia. "Reconstructing the Radio," OUR Journal: **ODU Undergraduate Research Journal**, Vol. 9. Virginia: Old Dominion University, 2022. DOI: 10.25778/02sa-rn44. Disponível em: <https://digitalcommons.odu.edu/ourj/vol9/iss1/3>. Acesso: 15-set-2025

BRASIL. **Lei Nº 9.612**, De 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9612.htm. Acesso em 15-set-2025.

BRASIL. **Extensão da faixa de FM (eFM) e a migração da faixa de OM**: o que fazer com os canais 5 e 6 da televisão na era digital. Anatel. Brasília, Março de 2010. Disponível em:

³⁸ WORLD DAB. **Mexico**. Disponível em: <https://www.worlddab.org/countries/mexico>. Acesso em 15-set-2025.

³⁹ WORLD DAB. **Norway**. Disponível em: <https://www.worlddab.org/countries/norway>. Atualizado em 18 de maio de 2025. Acesso em: 15-set-2025.

<https://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=244137#:~:text=Um%20ensaio%20sobre%20a%20amplia%C3%A7%C3%A3o,nova%20faixa%20para%2C%20entre%20outras>. Acesso em: 15-set-2025.

BRASIL. **Decreto nº 2.615**, de 03 de junho de 1998. Que “aprova o regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária”. Brasília, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 5.820**, de 29 de junho de 2006. Dispõe “sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências”. Brasília, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.123**, de 13 de junho de 2007. “Dispõe sobre procedimentos para a expedição de autorização para a execução de Serviço Especial de Fins Científicos e Experimentais que envolva experimentos de transmissão de sinais de radiodifusão ou demonstrações de sistemas desenvolvidos para essa finalidade.” Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei nº 4.117**, de 27 de agosto de 1962. Que “institui o Código Brasileiro de Telecomunicações”. Brasília, 1962.

BRASIL. **Lei nº 5.785**, de 23 de junho de 1972. Que “prorroga o prazo das concessões e permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora que especifica e dá outras providências”. Brasília, 1972.

BRASIL. **Lei nº 8.987**, de 13 de fevereiro de 1995. Conhecida como Lei de Concessões, dispõe sobre “o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”. Brasília, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.472**, de 16 de julho de 1997. Conhecida como Lei Geral das Telecomunicações, que dispõe sobre “a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”. Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.612**, de 19 de fevereiro de 1998. “Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências”. Brasília, 1998.

BRASIL. **Portaria MC nº 103**, de 23 de janeiro de 2004. Que “aprova a Norma Complementar nº 1/2004 – Serviço de Radiodifusão Comunitária”. Ministério das Comunicações. Brasília, 1998.

BRASIL. **Portaria MC nº 465**, de 22 de agosto de 2007. Com a finalidade de “aprovar a NORMA Nº 01/2007, anexa a esta Portaria, que estabelece os procedimentos operacionais necessários ao requerimento para a execução do Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais, com o objetivo de realizar experimentos de transmissão de sinais de radiodifusão ou demonstrações de sistemas desenvolvidos para essa finalidade”. Ministério das Comunicações. Brasília, 2007.

BRASIL. **Proposta de alteração do plano básico de FM entra em consulta:** proposta de alteração do Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (PBFM), disponível por meio da Consulta Pública nº 13/2015. Publicado em 16 de maio de 2015. Atualizado em 17 de novembro de 2022. Anatel. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/proposta-de-alteracao-do-plano-basico-de-fm-entra-em-consulta>. Acesso em: 15-set-2025.

CEBRIÁN HERREROS, Mariano. **La rádio en internet**. Buenos Aires: La Crujía, 2008.

CUBAS MARTINS, J.; ROSSIN GIOIA DE BRITO, M.; MICHELA JOHN, V.; CARLOS FERNANDES, J. Dentro da faixa: a disputa de emissoras migrantes AM-FM por espaços no rádio brasileiro. **Radiofonias** – Revista de Estudos em Mídia Sonora, v. 15, n. 3, p. 112-133, 27 dez. 2024. <https://doi.org/10.63234/radiofonias.v15i3.7672>. Acesso em: 15-set-2025.

DAY, Patrick. **The Radio Years**: v. 1: History of Broadcasting in New Zealand. Auckland: Auckland University Press, 1994.

ELWELL, C. F. “The poulsen arc system, as applied to long-distance wireless communication”. **Transactions of the South African Institute of Electrical Engineers**, v.13, n. 6, 2021, p. 131-145.

LIANG, C. J. M et al.. Surviving wi-fi interference in low power zigbee networks. In: Proceedings of the **8th ACM conference on embedded networked sensor systems**, novembro de 2010, p. 309-322

206

MÉXICO. Secretaria de Comunicaciones y Transportes. Establece SCT Requisitos a Concesionarios para Cambio de AM a FM. **Comunicado de Prensa No. 187**, de 17 de setembro de 2008. Ciudad de México. Arquivado de: <https://web.archive.org/web/20100329063922/http://www.sct.gob.mx/uploads/media/Bol-187-08.doc>. Acesso em: 15-set-2015

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NEW ZEALAND. **Broadcasting Act 1989**. Version as at October 28, 2021. Disponível em: <https://www.legislation.govt.nz/act/public/1989/0025/latest/whole.html#DLM158011>

ORTRIWANO. Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

OFCOM. **Coverage and planning policy for analogue radio broadcasting services**. 2.9 – For AM community radio services. Última atualização em 19 de junho de 2018, p. 21. Disponível em: <https://www.ofcom.org.uk/siteassets/resources/documents/tv-radio->

and-on-demand/radio-ops/coverage/analogue-coverage-policy.pdf?v=333337. Acesso em 15-set-2025.

ROGERS, EVERETT. **Diffusion of innovations**. 5 ed. New York: Free Press, 2013

VAZ FILHO, Pedro S. Rádio Clube de Pernambuco – 1919/2019: Cem anos. Sem esquecimentos In: Intercom – **41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** (Anais). Joinville: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, setembro de 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0649-1.pdf>. Acesso em 15-set-2025.

WELDON, James O. “Transmitters”. In: **Proceedings of the IRE**, vol. 50, no. 5, pp. 901-906, May 1962, doi: 10.1109/JRPROC.1962.288369.

WILD, J. et al. Harmonics in the Spectra of Solar Radio Disturbances. **Australian Journal Of Physics**, v.7, n.3, set/1954, p. 439-459. DOI: <https://doi.org/10.1071/PH540439>. Acesso em 15-set-2025.

Websites

ABERT. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.abert.org.br/site/sobre/quem-somos>. Acesso em 15-set-2025.

200

BIQUAD. **ACADIA**: Gerador de RDS. Disponível em: <https://www.biquadbroadcast.com.br/product/acadia>. Acesso em 15-set-2025.

CNN Expansión. **La SCT fija migración radial de AM a FM**. Publicado em 15-set-2008. Arquivado em: <https://web.archive.org/web/20150923205037/http://www.cnnexpansion.com/actualidad/2008/09/15/la-sct-fija-migracion-radial-de-am-a-fm>. Acesso em: 15-set-2025.

DX CLUB DO BRASIL. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/dxclubedobrasil/>. Acesso em 15-set-2025.

IDEAL ANTENAS. **Antena FM**. Disponível em: <https://idealantenas.com.br/antena-fm-anel/>. Acesso em 15-set-2025.

MADHU. Types of Capacitor and their Applications (Variable Capacitors). **CODREY Electronics**. Atualizado em 16-fev-2019. Disponível em: <https://www.codrey.com/capacitor/types-of-capacitor-and-their-applications/>. Acesso em: 15-set-2025.

MUSICBUSINESS. **Should Spotify pay songwriters and publishers the same amount as it pays artists and record labels?** Publicado em 25 de junho de 2019.

Disponível em: <https://www.musicbusinessworldwide.com/should-spotify-pay-songwriters-and-publishers-the-same-amount-as-they-do-artists-and-record-labels/>. Acesso em 15-set-2025.

RADIOS 100FM. **Radios 100FM Music - Car Mode**. Google Play Store. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=kaplandev.digital100fmplayer&hl=en_GB. Acesso em: 15-set-2025.

RADIO MUSEUM. Disponível em: https://www.radiomuseum.org/r/marconiusera_107a.html. Acesso em: 15-set-2025.

RIO DE JANEIRO LEILÕES. **Lote Motorádio**. Disponível em: <https://www.riodejaneiroleiloes.com.br/peca.asp?ID=24256272&ctd=76>. Acesso em 15-set-2025.

STARK, Daniel. Dúvida no ar. **Tudorádio**. Publicado em 18 de maio de 2009. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/2164-duvida-no-ar-quem-assume-a-frequencia-da-antena-1-no-rio>. Acesso em: 15-set-2025.

STARK, Daniel. Globo encerra sua trajetória em São Paulo. **Tudorádio**. Publicado em 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/23464-extra-radio-globo-encerra-sua-trajetoria-no-dial-de-sao-paulo-e-como-rede-no-proximo-dia-31-marca-fica-exclusiva-para-o-rio-de-janeiro>. Acesso em 15-set-2025.

TELOS ALLIANCE. **Omnia.FM the Clear Choice in Major Markets**. Publicado em 14 de outubro de 1998. Disponível em: <https://www.telosalliance.com/news/OMNIAFM-THE-CLEAR-CHOICE-IN-MAJOR-MARKETS>. Acesso em: 15-set-2025.

THE NOBEL PRIZE FACTS. **Guglielmo Marconi**. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/physics/1909/marconi/facts/>. Acesso em 15-set-2025.

TUNEIN. **Free Internet Radio**. 2025. Disponível em: <https://tunein.com/>. Acesso em: 15-set-2025.

WORLD DAB. **Countries**. 2025. Disponível em: <https://www.worlddab.org/dab/countries>. Acessado em 15-set-2025.

WORLD DAB. **Mexico**. Disponível em: <https://www.worlddab.org/countries/mexico>. Acesso em 15-set-2025.

WORLD DAB. **Technical specifications**. 2025. Disponível em: <https://www.worlddab.org/dab/technical-specifications>. Acessado em 15-set-2025.

WORLD DAB. **Norway**. Disponível em: <https://www.worlddab.org/countries/norway>. Atualizado em 18 de maio de 2025. Acesso em: 15-set-2025.

WORLD DAB. **Switzerland's FM switch-off shows audience shift, not decline.** Publicado em 16 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.worldddab.org/news/15559/switzerland%E2%80%99s-fm-switch-off-shows-audience-shift-not-decline>. Acesso em 15-set-2025.

WORTHPOINT. Disponível em: <https://www.worthpoint.com/worthopedia/cats-whisker-galena-detector-crystal-522420119>. Acesso em: 15-set-2025.

Documentos audiovisuais

ALLEN, Woody. **Radio Days** (A Era do Rádio). 85 min. Los Angeles: Orion, 1987.

FRANFMDX. **Radio CBN São Paulo** - Transmitindo em HD - Teste - 40 Km - Ne. **YouTube**. 4,03 min. Publicado em 8 de junho de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6NeXkOIItTZ>. Acesso em: 15-set-2025.

MATHIEU, Joe. KISS Star Gene Simmons Says It's 'Criminal' Musicians Aren't Paid for Radio Play. Balance of power. **Bloomberg**. 12,53 min. 10 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/videos/2025-12-10/simmons-criminal-musicians-aren-t-paid-for-radio-play-video>. Acesso em 11-dez-2025.



ESPECIAL

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO TELEJORNALISMO: ASPECTOS E PARÂMETROS PARA REALIZAÇÃO DE AUDIODESCRIÇÃO¹

Michele Negrini²

Beatriz Regina Gomes Pereira³

Caetano Retzlaff dos Santos⁴

Ester Caetano⁵

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir sobre recursos de inclusão e acessibilidade no telejornalismo, enfocando a audiodescrição e buscando apontar aspectos e parâmetros que consideramos significativos para a sua realização no telejornalismo. Acreditamos que no jornalismo de TV, a audiodescrição é fundamental para promover acessibilidade e condições igualitárias para todos os telespectadores. Este estudo parte de relatos de pessoas com deficiência visual, mais especificamente de alunos da Escola Louis Braille de Pelotas, acerca da ferramenta de Audiodescrição, abordando pontos que elas identificaram como importantes e que assinalam como necessários na construção de um telejornalismo mais acessível.

PALAVRAS-CHAVE: *Audiodescrição. Telejornalismo. Inclusão. Acessibilidade.*

¹ Trabalho apresentado no 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do RS. E-mail: mmnegrini@yahoo.com.br.

³ Jornalista pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: beatrizreginagp@hotmail.com

⁴ Acadêmico do curso de Jornalismo da UFPEL. E-mail: cretzlaff451@gmail.com

⁵ Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: estercaetano660@gmail.com

ABSTRACT: This article aims to reflect on inclusion and accessibility resources in television journalism, focusing on audio description and seeking to point out aspects and parameters that we consider significant for its implementation in television journalism. We believe that in TV journalism, audio description is essential to promote accessibility and equal conditions for all viewers. This study is based on reports from people with visual impairment, more specifically from students at Escola Louis Braille de Pelotas, about the Audio Description tool, addressing points that they identified as important and that they point out as necessary in the construction of more accessible television journalism.

KEYWORDS: *Audio description. Television journalism. Inclusion. Accessibility.*

INTRODUÇÃO

Embora seja notório o avanço dos meios de comunicação digitais e da internet, a televisão ainda tem uma significativa adesão nas sociedades contemporâneas, continuando presente inclusive nos lares de grande parte da população brasileira. É inegável que, no cenário atual, as pessoas têm cada vez mais opções para consumir conteúdos, como redes sociais, newsletters, podcasts, videocasts, entre outros. Mesmo diante dessa vasta gama de escolhas, a TV, desde sua invenção, permanece como uma poderosa fonte de informação, educação e entretenimento.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que entre 2019 e 2021, o número de casas com TV subiu de 68,4 milhões para 69,6 milhões. Essa estatística mostra como a TV continua mantendo sua posição como um dos principais meios de comunicação do país. Com a significação da TV no cenário brasileiro, é preciso debater sobre a inclusão e acessibilidade no espaço televisivo e no telejornalismo. Como a TV é uma mídia visual, uma das portas de implementação da inclusão passa pela ferramenta de audiodescrição (AD). De acordo com Scoralick (2017): “A audiodescrição é considerada uma tradução, mas não entre línguas. Ocorre entre meios semióticos diferentes, do visual para o verbal

oral [...]. A ideia é proporcionar uma representação mental correta do que está sendo repassado no evento imagético”. (Scoralick, 2017, p.60). Os pesquisadores Cirne e Belém (2022, p.40) acrescentam:

A audiodescrição (AD), conforme Portaria 188/201014, é um recurso de tradução audiovisual intersemiótica (tradução de imagens em palavras) utilizado não só nas obras televisuais, mas também no teatro, cinema e nas instalações de artes visuais, que se baseia na narração detalhada de cenas, ações, personagens, expressões, movimentos, enquadramento, figurino, iluminação.

Ainda caracterizando a audiodescrição, Sousa aponta (2017, p.36): “Grosso modo, a técnica da AD produz formas às palavras, às texturas, cores aos argumentos e sentidos ao discurso oral”. Com o recurso, o usuário recebe a descrição diante do que é apresentado. Scoralick (2020) pondera que as descrições são realizadas no espaço entre os diálogos e nas pausas de informação sonora, o que se daria na maioria dos silêncios das cenas. Contudo, nem toda pausa necessariamente precisa ser preenchida: “Os espectadores também podem sentir o silêncio do filme, quando isso for relevante. Deve-se evitar que a AD sobreponha ao conteúdo original. O ideal é que exista uma harmonia entre o som inicial e a audiodescrição inserida”. (Scoralick, 2020, p.94). Segundo o pensamento de Motta (2016), é um recurso que amplia as possibilidades de entendimento do público com deficiência visual. “Transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar”. (Motta, 2016, p. 15).

260

Machado, Nunes e Vanzin (2011) salientam a importância do audiodescritor não interferir na produção de sentidos do conteúdo apresentado. “Como técnica de tradução, deve manter a objetividade, não permitindo espaços para interpretações ou inferências do audiodescritor. O princípio primeiro é audiodescreva o que você vê” (Machado; Nunes; Vanzin, 2011, p.206). Os autores ainda assinalam que a audiodescrição pode ser simultânea ou pré-gravada. No caso da audiodescrição simultânea, ela ocorre em eventos ao vivo, como apresentação de peças teatrais e em congresso. Já a pré-gravada se dá em produções de TV gravadas, em filmes, etc.

A audiodescrição é um direito da pessoa com deficiência visual. Em 2015, foi aprovado o projeto que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e, logo em

sequência, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei 13.146/15 (Brasil, 2015) começou a vigorar. Por meio dela, ficou assegurada uma sucessão de alinhamentos de direitos às pessoas com deficiência em diversas áreas, como políticas públicas, incluindo educação, trabalho, moradia entre outras mais abrangentes, como tecnologia e comunicação. Levando em consideração a importância e a urgência da questão da inclusão e da acessibilidade nos meios de comunicação e, especificamente, no telejornalismo, este trabalho tem como foco fazer uma reflexão sobre recursos de inclusão e acessibilidade no jornalismo de TV, com foco na audiodescrição. Além disso, a partir de relatos de pessoas com deficiência visual da Escola Louis Braille de Pelotas⁶, vamos apontar aspectos e parâmetros que consideramos fundamentais para serem observados na realização da audiodescrição no telejornalismo.

DEFICIÊNCIA VISUAL, ACESSIBILIDADE E TELEJORNALISMO

De acordo com dados divulgados pelo Censo Demográfico de 2010⁷, aproximadamente 46 milhões de brasileiros, ou seja, quase 24% da população, declararam ter algum grau de dificuldade em habilidades como enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, ou informaram possuir deficiência mental ou intelectual. Desse total, 3,4% relataram ter deficiência visual. Ainda conforme dados mais recentes da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022⁸, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 18,6 milhões de pessoas no Brasil, com 2 anos de idade ou mais, possuem algum tipo de deficiência, representando 8,9% da população. Segundo o estudo, 3,1% dos cidadãos possuem

⁶ A escola foi fundada, no dia 10 de junho de 1952, com apenas seis alunos e sempre contou com o suporte do Rotary Club de Pelotas, assim como das autoridades educacionais do município e do estado. Atualmente, a Associação Escola Louis Braille tem como objetivo primordial o atendimento às pessoas com deficiência visual, focando principalmente em apoiar crianças que possuem baixa renda. Dentre as atividades realizadas, a entidade ministra aulas de informática, extremamente adaptadas para o Braille, além de coral adulto, aula de percussão, violão e auxílio em mobilidade. A Associação Escola é formada por três departamentos, que funcionam de maneira interligada. Os departamentos são: o Centro de Reabilitação Visual – Departamento Clínico Especializado, o Centro de Atendimento Educacional Especializado e a Escola Especial – Departamento de Educação.

⁷ Os dados foram extraídos do Censo Demográfico de 2010, a última edição disponível até maio de 2024, mês de fechamento deste estudo, que contém estatísticas sobre pessoas com deficiência no país. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religio_deficiencia.pdf

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/brasil-tem-186-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-cerca-de-89percent-da-populacao-segundo-ibge.ghtml>

difficuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato. Além disso, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019⁹ revelou que cerca de 17,3 milhões de brasileiros apresentavam algum tipo de deficiência, e entre estes, quase 7 milhões possuíam deficiência visual.

Devido às diferentes épocas das pesquisas e coletas de dados, os números não são diretamente comparáveis, mas sim complementares. Sendo assim, enquanto aguardamos as estatísticas atualizadas do Censo de 2022¹⁰, os dados supracitados servem para ajudar a construir uma compreensão mais abrangente do cenário atual da população brasileira com deficiência, proporcionando uma projeção desse contexto e fomentando reflexões. A partir dos números mencionados, fica evidente que uma parcela considerável da população brasileira é formada por pessoas com deficiência (PCDs¹¹), que embora representem uma significativa parte dos cidadãos, precisam viver e conviver em uma sociedade ainda despreparada para atender adequadamente às suas necessidades, tanto em relação a questões estruturais como sociais.

Ainda que o movimento anticapacitista¹² e a luta contra o preconceito e pela garantia de direitos das pessoas com deficiência estejam ganhando força e visibilidade de forma gradual, a realidade dessas pessoas permanece desafiadora e, por muitas vezes, dura. Essas pessoas necessitam de políticas públicas e ações que promovam a acessibilidade em diversos espaços, com o objetivo de reduzir a desigualdade.

Nos meios de comunicação, infelizmente, a deficiência também se mostra como um obstáculo, especialmente para pessoas com deficiência visual. Em muitas ocasiões, a programação da televisão aberta não é acessível para esse público, que acaba

⁹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>

¹⁰ “Resultado do Censo 2022 sobre pessoas com deficiência só deve sair no último trimestre de 2024”. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/resultado-do-censo-2022-sobre-pessoas-com-deficiencia-so-deve-sair-no-ultimo-trimestre-de-2024/>

¹¹ PCD é uma sigla estabelecida desde 2006 pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas (ONU) que significa “pessoa com deficiência”. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/pcd-o-que-significa-e-quem-se-enquadra,8757a445a54c5cd46cb4d5e02579e177dauonkwa.html>

¹² Capacitismo: “(...) expressão que designa o preconceito em relação às pessoas com deficiência, que surge a partir do fato de que no senso comum pressupõe-se que o sujeito com deficiência possui todas as suas capacidades limitadas ou reduzidas, constituindo-se em uma pessoa automaticamente “menos capaz”.” (MARCHESAN; CARPENEDO, 2021, p.1)

não conseguindo absorver plenamente os conteúdos audiovisuais exibidos, o que torna o cenário desafiador e excludente. Entretanto, tal situação contrasta com o que a Lei Nº 10.098¹³, de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, estipula nos artigos 2 (inciso II, alínea D) e 17:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; (...)

CAPÍTULO VII

DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000, s/p)

263

Contudo, apesar do estabelecimento da legislação supracitada, foi somente em 2011 que a Portaria nº 188¹⁴ do Ministério das Comunicações (MINICOM), criada em 2010, entrou em vigor, tornando a audiodescrição (AD) um recurso obrigatório de acessibilidade para pessoas cegas ou com baixa visão nas programações televisivas de canais de concessão pública. Segundo Aderaldo e Nunes (2016), o Brasil foi o primeiro país da América Latina a implementar a exigência de acessibilidade visual na TV e a partir do dia 1º de julho de 2011, as emissoras com sinal digital começaram a incluir AD em parte de sua programação. (Aderaldo; Nunes, 2016, p. 33).

¹³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm

¹⁴ <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>

A legislação estabeleceu ainda que uma quantidade mínima de horas semanais de conteúdo com audiodescrição deveria ser transmitida, aumentando gradativamente ao longo dos anos. Segundo Scoralick (2017), inicialmente foram exigidas duas horas semanais de audiodescrição. Esse tempo aumentou sucessivamente para quatro horas em julho de 2013 e seis horas em julho de 2015. Em julho de 2017 a projeção era de oito horas semanais, até alcançar vinte horas semanais em julho de 2020. (Scoralick, 2017, p. 73).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019¹⁵, realizada pelo IBGE, revelou que aproximadamente 96,3% dos lares brasileiros possuíam um aparelho de televisão. A partir deste dado, podemos entender que a TV permanece consolidada como um dos principais veículos de comunicação no país. Entretanto, apesar das exigências legais, a acessibilidade nos telejornais ainda é insuficiente. A quantidade de reportagens e quaisquer outros materiais telejornalísticos com audiodescrição é muito limitada, e a implementação do recurso em tempo real nos telejornais da grade brasileira é inexistente, caracterizando-se como uma meta distante, praticamente inalcançável.

264

Em suas produções noticiosas, seguindo a tradição jornalística, os telejornais costumam empregar diversos elementos visuais como gráficos, imagens, caracteres, mapas, legendas, etc. Contudo, uma vez que o recurso de audiodescrição não é costumeiramente oferecido ou utilizado, a compreensão integral das notícias por parte das pessoas com deficiência visual torna-se prejudicada, impedindo-as de acessar plenamente o conteúdo informativo apresentado. Segundo Scoralick (2020):

O essencial no telejornalismo é que imagem e texto estejam “casados”, isto é, um seja o complemento do outro. Como destaca Becker, no telejornal palavra e imagem trabalham unidos “para favorecer a compreensão, mas não basta ver, é preciso que alguém nos diga o que estamos vendo. O texto falado conduz e alinha as imagens, som, ruídos, gráficos e vinhetas” (2005, p. 71). (Scoralick, 2020, p.95)

¹⁵ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf

Consideremos a seguinte situação: uma pessoa com deficiência visual está assistindo a um telejornal, e a produção decide incluir um GC¹⁶ que apresenta o nome da fonte que está falando, juntamente com sua profissão, cargo ou outras informações relevantes para a reportagem em questão. Sem uma descrição verbal eficiente e detalhada, o telespectador com deficiência visual pode enfrentar dificuldades para identificar quem está falando no momento, não compreendendo o motivo daquela pessoa estar fazendo parte da matéria, ou confundindo, o que pode gerar ruídos e comprometer o pleno entendimento da notícia.

Assim, é fundamental refletir sobre a interseção entre deficiência visual, acessibilidade e telejornalismo, a fim de buscar que todos tenham igualdade de acesso à informação por meio de ações concretas, como, por exemplo, a implementação da audiodescrição em reportagens e a adaptação de formatos e certas convenções telejornalísticas a fim de atender às demandas das pessoas com deficiência visual. Tais mudanças não só possibilitam uma participação mais ativa de PCDs no debate público, como também promovem e fomentam uma cultura que prioriza a acessibilidade na comunicação, tanto no jornalismo quanto na mídia em geral. Além disso, fortalecem as bases da sociedade democrática, enriquecendo o espaço social com diversidade e igualdade.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E ANALÍTICAS

O desenvolvimento deste trabalho tem como fase inicial a realização de pesquisa bibliográfica (Gil, 1999). Já para a realização de reflexões sobre as experiências de alunos da Escola Louis Braille de Pelotas com a ferramenta de Audiodescrição na TV e no telejornalismo e para fazer os apontamentos sobre aspectos e parâmetros para realização de audiodescrição no telejornalismo, realizamos três visitas à instituição em questão. Nas visitas, tivemos oportunidades de interagir com os

¹⁶ De acordo com o site Casa dos Focas: “GC: São os créditos que aparecem na tela, como nome dos entrevistados, do repórter, títulos, legendas etc. Gerador de caracteres: aparelho ou software que produz os GC’s.” (Casa dos Focas, web, s/p).

discentes e de buscar um entendimento sobre suas vivências, desafios e experiências em relação à acessibilidade (ou ausência dela) no espaço televisivo e telejornalístico.

Em relação aos encontros com os estudantes¹⁷, o número de participantes foi variado. Na primeira reunião, seis alunos se fizeram presentes. Já nos demais encontros, tivemos a presença de três alunos. Para preservação da identidade dos participantes da pesquisa, optamos pela não identificação deles no decorrer do processo analítico. Além disso, as reuniões foram baseadas em uma metodologia que inclui a humanização e a aproximação por nossa parte com os alunos. Desta forma, acabamos criando uma relação mais confortável no procedimento de debates.

No primeiro encontro, nos apresentamos e conversamos com os participantes de forma informal, colocando a questão da audiodescrição como base das discussões. Estas foram motivadas pelos pesquisadores e conduzidas pelas interações dos participantes. No segundo encontro, já com menos participantes, foram exibidas duas reportagens televisivas¹⁸: uma com audiodescrição e outra sem, as quais foram motivadoras da conversa sobre audiodescrição no telejornalismo. Por fim, no terceiro encontro, as reflexões sobre o assunto foram mais aprofundadas.

266

A partir da observação atenta do conteúdo¹⁹ captado nos encontros na escola Louis Braille e as ponderações obtidas com os alunos, mais reflexões foram feitas e serviram como base para o processo analítico. A partir disto, encontramos elementos para promover o debate e identificar os aspectos e parâmetros que consideramos essenciais para a implementação da audiodescrição no telejornalismo, os quais apresentamos este estudo.

Para começarmos as reflexões sobre aspectos e parâmetros para a realização da

¹⁷ Os estudantes que fizeram parte desta pesquisa pertencem a uma turma da Escola Louis Braille de Pelotas que foi indicada pela direção da Escola para tal finalidade. Antes da realização do estudo, os pesquisadores visitaram a escola e conversaram com a direção para falar sobre o foco do estudo.

¹⁸ A reportagem com audiodescrição apresentada foi um episódio do Desafio Farroupilha de 2018, apresentado pela RBS TV (Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7131696/?s=0s>). Em relação à matéria sem audiodescrição, foi selecionada uma reportagem factual do dia, apresentada na Rede Globo e escolhida de forma randômica.

¹⁹ Nos encontros, todas as discussões e reflexões foram gravadas pelos pesquisadores. Depois, houve a decupagem das gravações e ocorreu o processo analítico através das observações do conteúdo gravado. Os apontamentos de pontos primordiais para a realização da audiodescrição no telejornalismo emergiram das falas dos alunos que fizeram parte do estudo.

audiodescrição, cabe convocar o pensamento de Scoralick (2017, p.28), que diz que a audiodescrição “facilita o entendimento do que está sendo transmitido e principalmente o conhecimento das cenas onde as reportagens, entrevistas de estúdio, novelas, etc, são gravadas”. O pensamento da autora infere a importância de uma TV acessível e de possível contemplação por todos, de forma igualitária. Pereira, Schuster e Negrini (2022, p. 21) acrescentam: “a audiodescrição é um recurso fundamental para a formação de uma sociedade mais acessível e inclusiva uma vez que, através dos meios de comunicação, em especial a televisão, milhões de brasileiros se envolvem na construção política, social e cultural do país”. As palavras das autoras acenam para a importância da audiodescrição como ferramenta que torna a contemplação da televisão possível e como um recurso que contribui para a promoção de maior igualdade entre os diversos públicos desse meio de comunicação.

Com a realização dos três encontros na Escola de Pelotas, percebemos as necessidades e anseios que pessoas com deficiência possuem em relação a se integrar e fazer "parte", de fato, da sociedade. Desse modo, por meio das diversas histórias e experiências descritas, observamos sentimentos e desejos de inclusão nos mais variados âmbitos, inclusive no telejornalismo.

267

Um dos participantes enfatizou a audiodescrição como uma ferramenta fundamental: *"A audiodescrição é importante não só nos jornais, acho que ela é importante em todos os momentos"*. E em relação ao telejornalismo, salientou a importância do recurso: *"Fica difícil para a gente entender (sem a audiodescrição). Tem que parar para pensar, refletir, o que que tão falando para tu entender"*

Pereira, Schuster e Negrini (2022, p.14) apontam que: “A eficácia da AD em promover a inclusão de pessoas com deficiência atesta a importância da disponibilização desse recurso de forma mais ampla. Ao redor do mundo, a disponibilização do recurso já avançou consideravelmente”. Portanto, é cabível afirmar que recursos de acessibilidade, como a audiodescrição, são essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Um ponto evidenciado e que corrobora a importância da audiodescrição foi a

elucidação, feita por um dos participantes durante o segundo encontro, ao relatar as dificuldades de assistir à TV e a telejornais sem recursos de acessibilidade, especialmente no que diz respeito à compreensão das reportagens: *“Nesse meio tempo, desde que vocês vieram aqui, andei observando algumas coisas, observei na televisão também e vi que não tô tendo acessibilidade. Acho que tá bem difícil a nossa situação, né”*. As palavras do estudante inferem sobre a necessidade de implementar a audiodescrição nos mais diversos meios de comunicação. No caso da televisão, esse recurso se revela essencial para garantir o entendimento das pessoas com deficiência visual sobre o que está sendo exibido. Para fortalecer essa perspectiva, é relevante citar o pensamento de Almeida e Moreira (2021), que destacam que, com a audiodescrição, pessoas com deficiência visual têm a possibilidade de experimentação de recursos visuais, como imagens, cores e efeitos de iluminação.

Já Scoralick (2017, p.60) infere que as descrições devem ocorrer entre os diálogos de personagens e entre as informações sonoras, *“isto é, ocorre nos ‘silêncios’ das cenas, seja na tela ou no palco. E não interfere nos efeitos musicais e sonoros”*. Um dos participantes enfoca que a audiodescrição não pode se sobrepor às falas dos personagens de uma reportagem. Ele salienta: *“Porque tem vídeos que ao mesmo tempo que tá rodando, tá fazendo a descrição, aí, duas falam ao mesmo tempo. E, aí, tu não consegue compreender mesmo. Eu acho que tem até aquele espaço, né? Que até pra gente poder formar uma visibilidade dentro da nossa memória, dentro do nosso cérebro, né?”*. Assim, ele adentra na perspectiva da importância de uma pessoa com deficiência visual formar uma imagem mental sobre o que está sendo noticiado. De acordo com Scoralick (2017): *“[...] as pessoas com deficiência têm seus próprios referenciais. As imagens criadas em sua mente são compostas por vários elementos, tanto visuais quanto táteis, auditivos ou motores”*. (p. 93)

Outro participante também destaca que a audiodescrição tem que ser inserida de forma coerente nas reportagens, evitando se sobrepor aos sons: *“A audiodescrição, muitas vezes, confundia com o que personagem estava falando. Assim, seja no jornal, seja na programação normal, se confundia muito. Isso quer dizer que a audiodescrição estava falando por cima do personagem. Eu confundia a audiodescrição com a fala do*

personagem e até no telejornal também acontecia a mesma coisa”. O participante ainda enfatiza que a ferramenta de acessibilidade, quando inserida de forma apropriada, dá respaldo às pessoas com deficiência visual na contemplação de conteúdos telejornalísticos, adequando-se às transformações da tecnologia e da sociedade: “Olha, eu acho que se fosse bem colocada, seria de bom proveito, principalmente, para nós que não enxergamos ou até mesmo para quem tem baixa visão. Tem que ter uma evolução”.

Ainda falando sobre a inserção do recurso em vídeos, um outro participante enfoca que existe a necessidade constante de aperfeiçoamento em relação ao momento de introdução da descrição. Ele aponta: *“Já assisti um filme com audiodescrição. É uma tecnologia muito boa, mas tinha que ser aperfeiçoada. Eu não sinto tanto porque tenho baixa visão, não afeta para alguns conteúdos. Mas, às vezes, tem um delay de atraso. Às vezes, por exemplo, a pessoa tá falando uma frase lá e, aí, a audiodescrição vem depois”*. A partir das palavras do aluno fica claro que é fundamental dar atenção para a velocidade adequada da audiodescrição, de modo que ela seja compreendida com clareza, sem ser excessivamente lenta ou rápida, garantindo assim uma melhor experiência para o público com deficiência visual.

269

Ainda no decorrer das reuniões na escola, os participantes reiteraram a importância da audiodescrição ser realizada em linguagem simples e acessível, a fim de garantir o entendimento claro do conteúdo apresentado. Um aluno destaca: *“Eu acho assim: devia ter uma linguagem mais acessível. Acho que tem que começar pela linguagem ser mais acessível”*.

Outro aspecto abordado nas reflexões com os alunos da escola de Pelotas foi a dificuldade de acesso a elementos visuais que contêm informações apresentadas na tela, como gráficos, artes e legendas. Assim, é possível afirmar que todo texto imagético que seja fundamental para a contextualização e para a produção de sentidos precisa ter audiodescrição. Nesta linha de pensamento, Machado (2011) recorre à ABNT (NBR 15290) para salientar que a audiodescrição precisa contemplar os elementos visuais que são essenciais, como expressões faciais, expressões corporais, cenários, informações

escritas na tela e figurino.

Um questionamento levantado aos pesquisadores foi provocador: “A audiodescrição deve ser colocada nas pausas, mas o que deve ser audiodescrito?”. A inquietação do aluno nos faz pensar nos pontos que carecem de audiodescrição em material telejornalístico e no que precisa ser priorizado. O estudante ainda disse que o recurso de acessibilidade em discussão precisa levar em consideração os aspectos de possível interesse do público com deficiência visual, com foco nos pontos importantes das reportagens e com destaque a dados numéricos. Ele também destaca a importância de descrever as informações exibidas em caracteres na tela, como legendas e créditos, para orientar o público com deficiência visual. Além das informações visuais essenciais para a compreensão da reportagem, o aluno enfatizou que detalhes sobre o ambiente onde ocorre a cena também devem ser incluídos na audiodescrição. Portanto, todo o material imagético, que for crucial para a construção de sentido em relação ao que está sendo transmitido, precisa ser cuidadosamente observado e traduzido.

Um ponto bastante destacado pelos participantes da pesquisa é que a pessoa que está fazendo a tradução de imagens em palavras precisa pensar no outro e se colocar no lugar dele, com sensibilidade. Um dos alunos salienta: “*Então, eu consigo identificar, mas, eu tenho que me colocar no lugar do outro assim como o outro tem que se colocar no meu lugar. E um vidente também, e, às vezes, infelizmente, não acontece isso*”. Alves (2019, s/p) aponta que: “Para além da compreensão do conteúdo, a intenção é também a de praticar a empatia a quem ouve, a quem recebe o conteúdo, a fim de que seja desenvolvida maior compaixão, fortalecer laços comunitários e familiares”. A autora acrescenta: “Levando em consideração a empatia no processo de audiodescrição, acreditamos que esta habilidade seja determinante para um viés mais humanizado, de ambos sujeitos: tanto o audiodescritor, como o ouvinte” (Alves, 2021, P.15).

Sendo assim, com base nas reuniões e nos relatos dos participantes, identificamos e observamos alguns aspectos e parâmetros que consideramos essenciais para a realização eficaz da audiodescrição no telejornalismo:

1. O AUDIODESCRITOR

- O audiodescritor precisa se colocar no lugar da pessoa deficiente visual, pensando nos elementos que não seriam compreensíveis caso não fossem narrados;
- O audiodescritor precisa entender bem o produto que vai ser audiodescrito para ajustar a entonação adequada a cada contexto abordado.

2. LINGUAGEM E VELOCIDADE

- A audiodescrição precisa ser feita com linguagem simples e acessível, que possa ser entendida por todos;
- A audiodescrição deve ser feita em uma velocidade adequada, que não seja muito rápida para o público, e sem se sobrepor a outras falas.

3. INSERÇÃO E SINCRONIA

- A audiodescrição deve ser inserida de forma coerente nas reportagens, ocorrendo nos momentos de silêncio ou nas pausas das falas e sons, para evitar sobreposição e confusão;
- Quando houver muitas informações visuais em um mesmo momento, devem ser audiodescritos os elementos mais importantes para o entendimento do contexto da matéria.

4. ELEMENTOS VISUAIS E TEXTUAIS

- Todo texto imagético importante para o entendimento da reportagem deve ser audiodescrito;
- Informações textuais exibidas na tela, como créditos e GC'S, precisam ser audiodescritas, pois pessoas com deficiência visual perceberão a mudança de voz, mas não saberão quem está falando;
- Dados numéricos apresentados na tela, que não são narrados pelo repórter, precisam

ser incluídos na audiodescrição;

- Todas as informações visuais, como gráficos, artes e mapas, precisam ser audiodescritas.

5. AMBIENTE E PERSONAGENS

- É importante descrever o espaço físico em que a cena ocorre, oferecendo uma noção clara do ambiente;
- Informações sobre os "personagens" (repórter e fontes) que aparecem na reportagem também devem ser incluídas na audiodescrição.

6. PRODUÇÃO

- A inserção de recursos de acessibilidade no telejornalismo deve ser pensada desde as fases de pré-produção e produção;
- Ao gravar os "offs" (narrações), o repórter deve ajustar o ritmo, levando em conta a audiodescrição;
- Durante o casamento de texto e imagem, deve-se garantir que haverá espaço para a inserção da audiodescrição;
- O cinegrafista também deve considerar a futura audiodescrição ao captar as imagens.

272

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inclusão e acessibilidade são assuntos fundamentais para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Portanto, quando falamos da televisão e do telejornalismo, também devemos pensar em recursos inclusivos. No caso da TV e do telejornalismo, a efetivação da acessibilidade se dá através do uso de recursos como janela de Libras, legendas ocultas e audiodescrição, foco do olhar deste artigo. A presença de ferramentas de acessibilidade, como a audiodescrição, pode tornar a vida de

peças com deficiência visual mais digna e plena, com mais facilidades no consumo de produtos audiovisuais e de informações.

A partir da experiência obtida nas visitas à escola Louis Braille, ficou nítido que, quando há a ausência da audiodescrição no telejornalismo ou demais gêneros, uma grande barreira no consumo destes é criada para pessoas com deficiência visual. Por outro lado, vale ressaltar a necessidade de investimentos por parte das emissoras, bem como a aplicação das leis da acessibilidade, além de estudos na faculdade de Jornalismo sobre o tema. Sendo assim, a implementação de recursos, como a audiodescrição, e a adaptação de formatos para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual são passos fundamentais para construir uma sociedade mais inclusiva e plural, a fim de possibilitar uma participação mais plena de pessoas com deficiência visual na vida pública, trazendo novas perspectivas para o cenário atual. Além disso, tal implementação promove o acesso à informação para todos os cidadãos, sem distinção, construindo assim uma comunicação mais diversa, inclusiva, democrática e, principalmente, efetiva.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 15.290: *Acessibilidade Comunicação na Televisão*. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ALMEIDA, Ana Carolina Correia; MOREIRA, Maria da Graça. *Introdução à audiodescrição em sala de aula*. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

ALVES, Juliana Martins. 2021. *PARA ALÉM DA ACESSIBILIDADE: A EMPATIA NA AUDIODESCRIÇÃO*. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/228425/TCC_Juliana%20Alves_Final%20DOC%20ENTREGA%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 2 de agosto de 2024.

ADERALDO, Marisa Ferreira; NUNES, Maria da Salete. *A audiodescrição e a acessibilidade visual: breve percurso histórico*. In: ADERALDO, Marisa Ferreira et al (Org.). *Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição*. Natal: EDUFRN, 2016.

Disponível em: <https://www.ufrgs.br/comacesso/wp-content/uploads/2019/01/PesquisasTeo%CC%81ricas-e-Aplicadas-em-Audiodescri%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

AGÊNCIA IBGE. *PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CIRNE, LÍVIA; BELEM, VITOR. PRECISAMOS FALAR SOBRE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA TELEVISÃO BRASILEIRA. *REVISTA GEMINIS*, v. 13, p. 34-52, 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [s.d.]. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IBGE. *IBGE Educa*. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 13 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência*. Agência de Notícias, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em: 21 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/Content/uploads/20162317410_FINAL_SANCIONADALei_Brasileira_de_Inclusao_06julho2015.pdf. Acesso em: 07 set 2023.

BRASIL. **LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Comunicações. *Portaria nº 188, de 24 de março de 2010.* Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>. Acesso em: 20 mai 2024.

CASA DOS FOCAS. *Mini-Glossário de telejornalismo.* 2022. Disponível em: <https://www.casadosfocas.com.br/mini-glossario-do-telejornalismo/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MACHADO, F. O. Acessibilidade na televisão digital: Estudo para uma política de audiodescrição na televisão brasileira. 2011. 180 f. *Dissertação (Mestrado)* – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89527/machado_fo_me_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 jan. 2022.

MACHADO, Flávia Oliveira; NUNES, Elton Vergara. VANZIN, Tarcísio. Audiodescrição como tecnologia assistiva para o acesso ao conhecimento por pessoas cegas. In: ULBRICHT, Vania Ribas; VANZIN, Tarcísio; VILLAROUÇO, Vilma (org.). *Ambiente virtual de aprendizagem inclusivo.* 1. ed. Florianópolis: Pandion, 2011. p. 191-232. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/711/3/Audiodescricao%20como%20tecnologia%20assistiva%20para%20o%20acesso%20ao%20conhecimento%20por%20pessoas%20cegas.pdf?fbclid=IwAR3bbK57IJU2rCdloDcWeGQVo0DRidqFKG9m6H4HOiQH7eMsdWyJdvCBDhI>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. *CAPACITISMO: ENTRE A DESIGNAÇÃO E A SIGNIFICAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.* Trama, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 40, p. 56–66, 2021. DOI: 10.48075/rt.v17i40.26199. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/trama/article/view/26199>. Acesso em: 25 mai. 2024.

MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional. História.* 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghml>. Acesso em: 07 set. 2023.

MOTTA, L. M. V.. *Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. *Pessoas com deficiência* 2022. IBGE. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

PORTAL G1. *Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 8,9% da população, segundo IBGE.* Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/brasil-tem-186-milhoes-de-pessoas->

com-deficiencia-cerca-de-89percent-da-populacao-segundo-ibge.ghtml. Acesso em: 13 jun. 2024.

G1. *BRASIL tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 8,9% da população, segundo IBGE.* G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/brasil-tem-186-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-cerca-de-89percent-da-populacao-segundo-ibge.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2024.

PORTAL TERRA. *PcD: o que significa e quem se enquadra.* 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/pcd-o-que-significa-e-quem-se-enquadra,8757a445a54c5cd46cb4d5e02579e177dauonkwa.html>. Acesso em: 30 mai. 2024.

RBS. *Desafio Farroupilha* 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7131696/?s=0s>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

PEREIRA, B. R. G.; SCHUSTER, H. R.; NEGRINI, M. Audiodescrição em programações televisivas no Brasil: uma análise do cenário atual. *Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 13, n. 3, p. 12-23, set./dez. 2022.

SCORALICK, Kelly. *Audiodescrição no telejornalismo: a inclusão das pessoas com deficiência visual por meio da descrição das imagens.* Educação e Fronteiras, v. 10, n. 28, p. 90-102, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/13025/6341>. Acesso em: 20 set. 2023.

276

SCORALICK, Kelly. Por uma TV acessível: a audiodescrição e as pessoas com deficiência visual. 2017. *Tese (Doutorado em Comunicação)* – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUSA, I. V. Audiodescrição: o que é? Como se faz?. *REVISTA EDAPECI*, v. 17, p. 34-45, 2017

VENTURA, Luiz Alexandre Souza. *Resultado do Censo 2022 sobre pessoas com deficiência só deve sair no último trimestre de 2024.* Estadão, 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/resultado-do-censo-2022-sobre-pessoas-com-deficiencia-so-deve-sair-no-ultimo-trimestre-de-2024/>. Acesso em: 21. mai. 2024.